



UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA ACADÊMICA – PRAC
COORDENAÇÃO GERAL DE PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE DOUTORADO EM PSICOLOGIA CLÍNICA

A Mulher e a Maternidade: um exercício de reinvenção

Aluna: Isabela Lemos Arteiro

Orientadora: Maria Consuêlo Passos

RECIFE – PE
2017

ISABELA LEMOS ARTEIRO

**A Mulher e a Maternidade:
um exercício de reinvenção**

Tese apresentada ao programa de Pós-graduação *stricto sensu* em Psicologia Clínica da Universidade Católica de Pernambuco, como requisito para obtenção do título de doutor em Psicologia.

Orientadora: Maria Consuêlo Passos

**RECIFE – PE
2017**

*Para você, minha pequena Helena,
razão da minha escrita.*

AGRADECIMENTOS

Meu amigo de todas as horas, minha fortaleza nos dias difíceis, **meu DEUS** em quem eu confio, te louvo pela vida e pela sua presença quando na aridez das madrugadas solitárias desse-me a graça de persistir e inspiração para escrever.

À minha mãe, Renata, que em sua maternidade me inspirou a ser mãe, ainda quando me embalava no colo e me nutria com palavras e afetos, toda minha gratidão, carinho e amor. Obrigada por sua força e por me ensinar a nunca desistir. **Ao meu pai**, Rodrigo, gratidão pela minha vida e por me ensinar que acima de tudo está a ética, a honestidade e a dignidade. **Ao meu irmão**, Rodrigo, por ser um intelectual exemplar e admirável, e dividir comigo os desafios e as alegrias da existência.

Ao meu amor, meu amante e meu amigo de alma, André Lins, minha enorme gratidão. Você foi indispensável nessa trajetória. Obrigada pelo incentivo, apoio e paciência. Por suportar minhas ausências e por ser um companheiro sereno, sempre presente ao meu lado e dedicando-se a nossa pequena. Sua leitura atenta e criteriosa sempre me ensina muito.

Minha menina Helena, certamente essa tese não existiria caso você não existisse. Você foi a razão do meu encantamento com o tema, porque tornar-me mãe foi a experiência mais intensa, inédita e lúdica já vivida. Você me fez melhor, pior, mais autêntica e mais humana.

Dona Ivanita (*in memoriam*), me despedir da senhora assim tão de repente em meio a escrita desta tese foi um dos maiores desafios enfrentados nessa caminhada. Ao mesmo tempo experimentar, tão de perto, a fugacidade da vida me fez entender que só temos o hoje. Obrigada por me ajudar nos detalhes e caprichos da minha vida e nos cuidados com minha filha.

Querida Consuelo, contar com seu acolhimento e orientação em vários momentos cruciais dessa trajetória me fez acreditar que, quando cuidados, podemos ir além. Obrigada pelo *holding* intelectual tão adequado, proporcionando-me segurança e liberdade para o advento de minha autoria. Sua leitura precisa e coerente orientaram o meu caminho ao longo do árduo

percurso da escrita desta tese. Seu alto astral e interesse pela humanidade de seus orientandos são marcas que ficarão comigo.

À **banca examinadora** (Isabel Kahn, Ronaldo Monte, Edilene Queiroz e Marisa Sampaio) escolhida a dedo, com a mente e com o coração. As contribuições de vocês engrandeceram o meu trabalho, trazendo maior coerência e clareza de ideias. Agradeço, ainda, a participação dos professores Nelson Torro Alves e Ana Lúcia Francisco como membros suplentes.

Minha enorme gratidão **a todos os professores** do programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Católica de Pernambuco. Retornar a essa casa, após seis anos de conclusão do mestrado é um sinal de admiração pela seriedade e competência com que cuidam da transmissão e da pesquisa em Psicologia. Um destaque especial ao professor **Zeferino Rocha** (*in memoriam*) que a mim sempre inspirou excelência na prática da Psicanálise e da docência.

À queridíssima **Jandyra Lobo**, que aceitou o meu convite de revisar este trabalho e que com muita gentileza, generosidade e respeito tomou o meu texto nas mãos com delicadeza a fim de aprimorá-lo, deixando-o mais claro e coerente. Ao colega **Henry Krutzen**, pela tradução do resumo para a língua francesa, minha gratidão.

Aos colegas da 6ª turma do Programa de Pós-graduação em Psicologia Clínica da UNICAP, o meu muito obrigada pela companhia e frutíferas discussões em sala de aula. Um abraço carinhoso à **Karynna Nobrega, Rafaela Cursino, Thiago Iwasawa Neves, Cynthia Marden** que compartilharam comigo os desafios de uma tese de doutorado.

Às minhas **amigas da Psicanálise** (Simone Marin, Úrsula Leite, Nicole Lagazzi, Nara Macedo, Thatyanna Brito, Marisa Nicolau, Teresa Crispim, Ana Cananea, Iara Lianza, Glória Barros, Dorcas Barretto, Mariana Stucchi) com quem compartilho a vida, os chás e os saberes, obrigada pela paciência e a compreensão com minhas ausências.

Ao casal amigo, **Nelson Torro Alves** e **Simone Marin** obrigada por se tornarem família para nós, ofertando um espaço de compartilhamento afetivo, gastronômico e de ideias.

A toda a equipe que compõe o **Espaço Psicanalítico** por me proporcionar trocas tão entusiasmadas e suaves sobre os caminhos da teoria e da clínica psicanalítica. **Ivone e**

Neuma, vocês são fontes de inspiração para minha trajetória profissional. Todo meu respeito e admiração pelo trabalho que vocês realizam.

Ao **Labore** (Laboratório de Psicopatologia Fundamental e Psicanálise do Epsi) por ser um grupo suave, leve e poético. Trocar ideias com vocês não apenas enriquece meus conhecimentos, mas engradece a minha alma. Um beijo no coração de cada um de vocês.

Aos **colegas de departamento** tanto da minha primeira experiência institucional no curso de Psicologia da UFCG, como os atuais colegas da Terapia Ocupacional na UFPB, minha gratidão e alegria por fazerem me sentir pertencente. Um abraço especial à querida amiga **Gabriella Dupim** pelas longas conversas de viagem, auxiliando a afinar minha questão de pesquisa.

Aos **meus alunos**, que todos os dias me motivam a ser mais humana, dando-me a oportunidade de exercer a arte da transmissão.

À **Sandra Quintans**, por sustentar um lugar de escuta daquilo que em palavras jamais poderia ser representado, o desejo incessante de seguir.

Aos meus **queridos familiares** de quem precisei me privar da presença ao longo da escrita desta tese. Aqui destaco minha cunhada **Fernanda Montesano** pela linda e inspiradora maternidade e as outras **mamães da família** por quem tenho admiração, afeto e gratidão.

À minha eterna amiga de infância, **Ana Carolina**, contar com sua existência sossega o meu coração e me faz crer que não estou só. Quanta alegria saber da notícia que seu bebê está a caminho. À querida amiga **Clarisse Carvalho**, nossa amizade nasceu através da maternidade, obrigada por ter sido um amparo quando estava tentando dar os primeiros passos nesta trajetória. Às queridas amigas, **Soraia e Riva**, por estarem sempre por perto, seja nos momentos de alegria e celebração, ou nas adversidades da existência. Às amigas e vizinhas **Renata Bustorff, Milane Caroline e Lilian Viana**, contar com vocês na escrita desta tese foi um bálsamo para minha alma, afinal lancei mão da maternidade de vocês quando não pude estar lá.

Elegia ao Amor Materno

A criança nasceu com uma fome louca.
Uma fome desesperadora.
Uma fome de nove meses.
Agarrou-se ao seio materno e começou a mamar.
A mamar, furiosamente, a mamar
E mamava, e crescia, e mamava
E a mãe sumia, sumia...
Sentia-se desfalecer, sentia-se morrer
E deixava.
Porque a criança tinha fome
Muita fome
E mamava.
Mamou-lhe sucessivamente os seios
Mamou-lhe o brilho dos olhos
Mamou-lhe os mais intrincados pensamentos.
O turgor da pele
Mamou-lhe o último sorriso.
E a criança mamava
E crescia, desproporcionalmente crescia
Crescia e mamava
E a mãe desfalecia, sumia...
E o menino crescia, crescia.
Cresceu tanto: ficou maior do que a ilha.
E o menino mamava
E a mãe sumia
E o menino mamava
E a mãe sumia
Sumia, sumia...sumiu.
Mamou-lhe a sombra
Mamou-lhe a última recordação.

Ângelo Machado

Resumo

As transformações no âmbito da maternidade são fenômenos marcantes ao longo da história da humanidade, haja vista que se tratam de experiências constituídas por múltiplos fatores. Por mais que a Psicanálise tenha tentado estabelecer a distinção em termos dos papéis materno e paterno, as novas configurações familiares e as demandas da vida contemporânea escapam a qualquer tentativa protocolar que defina para o casal parental como deva se posicionar perante os filhos. Os sentidos da maternidade foram se transformando e, atualmente, as mulheres estão cada vez mais distanciadas de uma transmissão transgeracional de elementos da maternidade. Este cenário coloca em discussão alguns conceitos cunhados pela Psicanálise que, a nosso ver, não se coadunam com as organizações familiares e sociais presentes em nossos tempos. O objetivo da presente tese foi discutir as reinvenções da mulher relativas ao processo de tornar-se mãe frente às contingências da contemporaneidade, tensionando-as a partir da concepção winnicottiana de maternidade. Esta tese obedeceu aos princípios e recursos metodológicos da pesquisa psicanalítica, dentre eles a interpretação e a transferência do pesquisador ao material pesquisado, além de contar com o referencial teórico da Psicanálise winnicottiana para fundamentar a discussão. Para fins de realização da pesquisa foram utilizados sete *blogs* de maternidade, com vistas a acessar um material discursivo produzido por mulheres que relatam suas experiências nesta seara. Tal *locus* de investigação possibilitou a compreensão de que a escrita de si nesses espaços pode funcionar como meio de elaboração da experiência materna, constituindo-se como saídas criativas, o que nos leva a destacar uma possível articulação entre a Cibercultura e a noção de espaço potencial descrita por Winnicott. Concluímos que a flexibilização no que tange aos papéis de pai e mãe em nossa cultura chancela nossa suposição inicial de que a conceitualização sobre a maternidade e a compreensão sobre os papéis parentais presentes na teoria winnicottiana precisam ser revisitados.

Palavras-Chaves: Maternidade, Psicanálise, Internet, Contemporaneidade.

Abstract

The changes in the sphere of maternity are remarkable phenomena throughout the history of humanity, considering that they are experiences constituted by multiple factors. As much as psychoanalysis has attempted to distinguish in terms of maternal and paternal roles, new family configurations and the demands of contemporary life escape any protocolary attempt to define for the parental couple how they should position themselves before their children. The senses of motherhood have been changing, and today women are increasingly distanced from a transgenerational transmission of the elements of motherhood. This scenario raises some concepts coined by psychoanalysis that, in our view, do not fit with the family and social organizations present in our times. In this sense, the aim of the present thesis is to discuss the reinventions of women regarding the process of becoming a mother facing the contingencies of the contemporary, tensioning them to the Winnicottian conception of motherhood. This thesis obeyed the principles and methodological resources of the psychoanalytic research, among them the interpretation and the transference of the researcher to the researched material, besides having the theoretical reference of Winnicottian Psychoanalysis to base the discussion. In order to carry out the research, seven maternity blogs were used to access a discursive material produced by women who report their experiences in this field. This locus of research made possible the understanding that the writing of oneself in these spaces can act as a means of elaborating the maternal experience, constituting as creative exits, which leads us to highlight a possible articulation between the Ciberculture and the notion of potential space described by Winnicott. We conclude that flexibilization regarding the roles of father and mother in our culture underlies our initial assumption that the conceptualization on motherhood and understanding of the parental roles present in Winnicott's theory need to be revisited.

Key-words: Maternity, Psychoanalysis, Internet, Contemporaneity.

Résumé

Les transformations, en matière de maternité, sont un phénomène marquant de l'histoire de l'humanité, en tenant compte qu'il s'agit d'expériences constituées de facteurs multiples. Bien que la psychanalyse ait tenté d'établir une distinction en termes de rôle maternel et paternel, les nouvelles configurations familiales et les demandes de la vie contemporaine échappent à quelque tentative de modéliser comment le couple parental doit se positionner devant ses enfants. Le sens de la maternité s'est transformée et, actuellement, les femmes sont de plus en plus distantes d'une transmission intergénérationnelle des éléments de la maternité. Beaucoup d'entre elles atteignent tardivement la maternité et, quand c'est le cas, elles ne rencontrent aucune référence antérieures qui leur donnent un support pour cette fonction. Ce paysage met en discussion certains concepts forgés par la psychanalyse et qui, selon notre opinion, ne coexistent pas bien avec les organisations familiales et sociales présentes à notre époque. Le but de la présente thèse est de discuter des réinventions des femmes concernant le processus de devenir une mère face aux contingences du contemporain, en les insistant sur la conception winnicottienne de la maternité. Cette thèse obéissait aux principes et aux ressources méthodologiques de la recherche psychanalytique, entre autres l'interprétation et le transfert du chercheur au matériel étudié, en plus d'avoir la référence théorique de la psychanalyse winnicottienne pour fonder la discussion. Afin de mener à bien la recherche, sept blogs de maternité ont été utilisés pour accéder à un matériel discursif produit par des femmes qui rapportent leurs expériences dans ce domaine. Ce lieu de recherche a permis de comprendre que l'écriture de soi dans ces espaces peut agir comme un moyen d'élaborer l'expérience maternelle, constituant des sorties créatives, ce qui nous conduit à mettre en évidence une articulation possible entre la Ciberculture et la notion d'espace potentiel décrit par Winnicott. Nous concluons que la flexibilisation concernant les rôles de père et de mère dans notre culture sous-tend notre hypothèse initiale selon laquelle la conceptualisation de la maternité et la compréhension des rôles parentaux présents dans la théorie de Winnicott doivent être revisitées.

Mots Clés: Maternité, Psychanalyse, Internet, Contemporain

SUMÁRIO

Introdução	13
Construindo um argumento.....	13
Revisitando a teoria: o que as contingências declaram	18
Delimitando o problema, objetivos e método	24
 Capítulo 1: Estratégias de Investigação – O Método em Questão	 30
1.1 Da Natureza da Pesquisa: Especificidades da Pesquisa Psicanalítica.....	30
1.2 Circunscrevendo o Campo de Investigação.....	35
1.3 Delimitando o Percorso de Investigação.....	37
 Capítulo 2: A Historicidade da Mãe na Cultura Ocidental.....	 44
2.1 Amor materno: um afeto, um conceito, um mito?	45
2.2 A mulher, a mãe e um pouco de história... ..	49
2.3 Discursos Pró-Maternidade: as bases para a ideologia do amor materno	55
2.4 A construção de um conceito sobre a maternidade	58
2.5 Os primeiros passos para a emancipação feminina	63
2.6 Mulher e mãe no contexto da Contemporaneidade	65
2.6.1 O retorno do discurso maternalista <i>versus</i> geração childfree	68
2.6.2 O olhar das autoridades sobre a maternidade	72
 Capítulo 3: O Discurso sobre a Maternidade no Advento da Psicanálise.....	 77
3.1 Maternidade – a saída freudiana para o feminino.....	77
3.2 Contribuições de Helène Deutsch e Margarete Hilferding.....	80
3.3 A concepção freudiana do Amor Materno.....	82
3.4 O que argumentam os críticos sobre as concepções psicanalíticas de maternidade....	86
 Capítulo 4: Da Maternidade à Teoria do Amadurecimento Emocional Primitivo de Winnicott	 92
4.1 Considerações sobre o período gravídico-puerperal	93

4.2 As peculiaridades da Mãe Devotada Comum.....	98
4.3 A teoria do Amadurecimento Emocional Primitivo de D. W. Winnicott.....	104
4.4 Nos caminhos da autonomia – a necessária “falha” materna.....	111
4.5 O que Winnicott diz sobre o pai.....	116
Capítulo 5: Sobre a Comunicação Virtual e o Uso de Blogs.....	125
5.1 Internet, Cibercultura e os novos modos de subjetivação.....	126
5.2 Conhecendo a especificidade dos blogs.....	132
5.3 A dimensão da escrita de si.....	139
5.4 A escrita nos <i>blogs</i> : um modo de endereçamento ao outro	142
5.5 Escrever e inscrever a maternidade através dos <i>blogs</i>	144
5.6 Ciberespaço e Espaço Potencial – uma articulação possível	152
Capítulo 6: Reinvenções da Maternidade	159
6.1 Amiga, corre para as redes sociais!	162
6.2 Eu não pensava ser bem assim.....	180
6.3 É difícil saber o que fazer com tanto leite no começo... ..	197
6.4 Sobre o tempo: reduzido, repartido, roubado.....	209
6.5 Eu precisava integrar essas mulheres dentro de uma só... ..	215
6.6 Venha cá, marido, meu amor, estamos juntos e de mãos dadas nessa caminhada!... ..	231
Palavras para Concluir	245
Referências	250

INTRODUÇÃO

Provavelmente aqueles que já passaram pela experiência da maternagem, e que se permitem olhar em torno, teriam algum interesse em ler, e podem ajudar a fazer o que hoje em dia é tão necessário, ou seja, dar suporte moral à boa mãe comum, educada ou não, inteligente ou limitada, pobre ou rica, e protegê-la contra tudo e todos que se interpuseram entre ela e o bebê.

(Winnicott, 1957/ 1989, p. 100)

Construindo um argumento

Ao lançarmos nosso olhar para os múltiplos contextos históricos e culturais da humanidade, deparamo-nos com o fato de que diversos acontecimentos da vida humana, tais como o nascimento, a maternidade e a morte, recebem sentidos diversos, inclusive antagônicos, para cada grupamento. Isso nos leva a afirmar que a maternidade nunca foi um fato natural, universal e atemporal, e sim resultado de uma cultura que se inscreve numa evolução permanente. Em outras palavras, as representações acerca da maternidade e a experiência de tornar-se mãe dependem diretamente dos discursos que regem os laços sociais em uma determinada época da civilização. Mesmo em tempos em que a globalização aproxima as culturas, normatiza alguns procedimentos e condutas, não conseguimos criar uma unanimidade sobre a experiência da maternidade, conforme proposto:

O quanto em cada cultura a maternidade continua a ser uma fonte de valorização e dignificação da mulher – ou seja, fonte de felicidade – é, hoje em dia, extremamente variável. A globalização, em lugar de uniformizar, tem trazido à tona esses contrastes. A fertilidade feminina hoje não é igualmente celebrada em todas as latitudes. (Jerusalinsky, 2010, p.01)

Desse modo, em cada cultura e em cada momento histórico existe um modelo a partir do qual as mulheres se situam em relação à maternidade e através do qual serão regidas suas condutas. Tornar-se mãe no século XXI em uma cultura industrializada definitivamente não é a mesma coisa que ser mãe em uma pequena comunidade rural do século passado, assim como a maternidade na cultura ocidental denota diferenças em relação à cultura oriental.

Não necessitamos ir tão longe. Basta olhar para uma sociedade estratificada¹ como a brasileira que constataremos como a maternidade assume representações diversificadas entre mulheres de classes sociais distintas. “É fácil constatar, mesmo que as mulheres tenham recursos herdados da espécie, que não há consenso entre diferentes grupamentos humanos sobre a forma de se lidar com a gestação, com o parto e o puerpério” (Iaconelli, 2015, p.81).

Ao passo que os sentidos da maternidade foram se modificando ao longo da história, o lugar da infância também sofreu profundas transformações: do anonimato na cultura e tratada como um pequeno adulto, a criança passa a ser libidinizada a partir da emergência do “sentimento de infância” (Ariès, 1978). Os bebês têm recebido sentidos diversos ao longo da história da humanidade – de estorvo para os pais tornam-se a “majestade, o bebê” em um intervalo temporal de pouco mais de um século. Esses dois fatores se retroalimentam, ou seja, a compreensão a respeito da criança produz novos sentidos sobre a maternidade e vice-versa. Na medida em que a infância passa a ser concebida como uma fase definidora do que serão os futuros adultos, a presença de uma “boa mãe” torna-se o meio através do qual a civilização obterá cidadãos qualificados. Verificamos, a partir de então, que para além da naturalização desse papel, a maternidade ganha um novo atributo: o reconhecimento social, demonstrando haver coerência no argumento de que o estabelecimento dos vínculos familiares se constitui em grande medida pelas vias cultural, social e histórica.

Vale salientar que não estamos isentos do risco de os discursos produzidos coletivamente sobre a maternidade engendram uma “norma materna”, levando mulheres-mães a adequarem-se a fim de responderem a tal normatização, motivadas principalmente pelo argumento do “bem-estar” físico e psíquico do bebê. Há que se considerar que tais discursos não são produzidos aleatoriamente, mas como efeito de uma diversidade de construções teóricas e acontecimentos históricos. O imaginário social compartilhado em torno da maternidade sustenta expectativas sobre o cuidado infantil destinadas quase exclusivamente à figura da mãe. Contudo, faz-se necessário lançarmos luz sobre o descompasso entre os discursos de idealização do papel materno e as experiências relatadas por mães na atualidade como veremos especialmente no último capítulo.

¹ O conceito de estratificação social é interpretado de forma diferente pelas várias perspectivas teóricas da sociologia e não entraremos nessas questões. Neste caso, estamos tratando a sociedade brasileira como estratificada pelo fato de estar dividida em estratos sociais (camadas sociais), formando uma estrutura heterogênea no que tange às questões econômicas, culturais e sociais.

Foucault foi um pensador que se ocupou em compreender o papel dos discursos na produção de desejos e na disseminação das relações de poder. Conforme afirma: “[...] o discurso veicula e produz poder; reforça-o, mas também o mina, expõe, debilita e permite barrá-lo” (Foucault, 1976/2014, p.110). Nesse sentido, o que se produz discursivamente pode reforçar determinadas condutas socialmente aceitas por um determinado grupo social. Ao teorizar sobre a existência do inconsciente e as influências que as experiências infantis desempenham na vida adulta, atribuindo responsabilidade à mãe sobre o bem ou mal-estar de um sujeito, o discurso psicanalítico, desde Freud, estendido a muitos de seus seguidores, tem forte influência na construção de certos paradigmas familiares.

A teorização winnicottiana sobre o amadurecimento emocional embasa sua tese sobre a importância da qualidade do relacionamento materno-infantil, razão pela qual seria impensável a estruturação subjetiva a partir apenas de uma perspectiva intrapsíquica. Há em sua teorização uma dimensão interpessoal que é viabilizada pela simultaneidade entre as demandas advindas do bebê e um estado psíquico especial vivenciado pela mãe no período que compreende o final da gravidez e algumas semanas após o parto, denominado por Winnicott (1956/2000) de “preocupação materna primária”. Nesse período a mulher experimenta uma espécie de retraimento e ensimesmamento, deixando de investir em seus objetos de interesse para voltar os investimentos para o bebê.

Winnicott credits à transformação psicológica da mãe o fator biológico que, por sua vez, irá prepará-la para os cuidados que virá a ter com o *infans*². Nisso se justifica a legítima preocupação winnicottiana a respeito de “tudo e todos que se interpuseram entre a mãe e o bebê”. Ademais, a teorização winnicottiana sustenta a noção de que para cuidar faz-se necessária a existência de elementos femininos puros, cabendo ao pai um papel secundário no início da vida do bebê, apenas como provedor de um *holding* para a mãe.

Em outras palavras, ao atribuir ao pai uma função coadjuvante no que tange ao primeiro tempo de vida do bebê, o autor destitui a figura masculina de qualquer meio legítimo de oferta de cuidado, conferindo ao homem apenas a possibilidade de preencher uma função “dita” materna, como duplicador dos cuidados da mãe, conforme discutiremos no quarto capítulo. “Ocorre, assim, uma naturalização das funções de cuidado na medida em que são

² A palavra *infans* (infante) significa “sem fala”, utilizada para se referir à criança muito nova. (Winnicott, 1960b/1983).

coladas a papéis de gênero, o que ao longo da obra evidencia uma forte tendência a assimilar à família uma estrutura necessariamente hétero e nucleonormativa” (Silva, Bezerra & Belo, 2016, pp. 52-53). A suposta predisposição natural da mulher para ser mãe acaba por constituir uma justificativa para cercear sua liberdade de realizar escolhas quanto ao seu desejo, ou não, pela maternidade. Afora isso, a desresponsabilização dos homens em relação aos cuidados dos filhos pequenos contribui para a manutenção de discursos e posições de poder no âmbito social.

Evidentemente, Winnicott foi profundamente influenciado por fatores culturais de sua época até chegar às suas proposições, instituindo, assim, uma lógica binária de cuidado tão difundida na doxa psicanalítica e na cultura³. Dito de outro modo, os papéis parentais⁴ descritos pela Psicanálise winnicottiana refletem, inevitavelmente, o modelo falocêntrico⁵ da família nuclear burguesa vigente no século XX⁶, bem como reforçam tal modelo em sua proposição teórica. Dialeticamente, ao passo que a Psicanálise é produto da cultura na qual está inserida, não deixa de influenciar os modos de ser e de viver de determinados grupos sociais.

A divisão hegemônica entre os papéis materno e paterno atribuído pela psicanálise desde Freud, onde no polo materno estaria presente o amor e a ternura, enquanto no paterno, a

³ Na época, observava-se um padrão familiar conservador cuja mulher era responsabilizada pelos cuidados com os filhos, enquanto ao pai era endereçada a manutenção orçamentária doméstica. Conforme salientou Neder (2016, p. 92): “A mãe suficientemente boa de Winnicott seria o retrato perfeito da mãe idealizada de Rousseau, pela qual os séculos XIX e XX tanto batalharam”. Além disso, por ter-se dedicado a uma clínica puerícia, o psicanalista britânico não escapou das tendências paradigmáticas de reproduzir discursos biologizantes a respeito da experiência da maternagem. Este talvez tenha sido um dos aspectos que mais levaram Winnicott a ser criticado, especialmente a partir da ascensão do movimento feminista.

⁴ Concebemos **papel** (materno, paterno ou parental) como o conjunto de atribuições e responsabilidades de cuidado com aquele que se tem uma relação de filiação. Por **papel** entendemos também o lugar ocupado socialmente no que concerne ao exercício dessas atribuições. Importante salientar que os papéis não são rigidamente definidos ou pré-estabelecidos, mas se constroem a partir de cada sujeito que os desempenha. Fizemos a escolha por esta terminologia ao longo da tese, quando estivermos tratando do exercício da maternidade, paternidade ou parentalidade, exatamente por considerar uma nomenclatura que sugere uma construção dinâmica e processual. Winnicott também utiliza essa terminologia, por exemplo, no título da obra: *O Papel de Espelho da Mãe e da Família no Desenvolvimento Infantil* (1971/1975). (Do original em inglês: *Mirror-role of Mother and Family in Child Development*).

⁵ Entende-se por modelo falocêntrico um modo de funcionar pautado na ideia central de superioridade masculina. O falocentrismo consiste em uma forma de pensamento que defende a lógica do patriarcado.

⁶ Importante salientar que estamos cientes de que não foi apenas o discurso psicanalítico que sobrelevou os atributos maternos na mulher e atribuiu exclusivamente à mãe o cuidado com os bebês. Discursos advindos da Filosofia e Medicina também tiveram suas contribuições na construção deste paradigma, entretanto nossa discussão se voltará para a Psicanálise, especificamente a partir da teorização winnicottiana por se tratar do lugar epistemológico de onde partimos.

lei e a autoridade, engendra normas e modelos familiares que, por sua vez, não se coadunam com as transformações e reinvenções no âmbito da parentalidade nos dias atuais. Márcia Neder (2016, p.125) se interroga: “Como é que esses papéis atribuídos supostamente de maneira monopolizada por um único gênero (feminino ou masculino) teriam permanecido imutáveis diante de todas as transformações pelas quais a família passou ao longo da história?”. Em seguida propõe: “Não é o que vemos: as novas famílias, os homens e as mulheres do século XXI estão abalando a *virilização do poder e a feminilização da fecundidade*”.

As mudanças sofridas, especialmente nas organizações familiares, sinalizam para certa discrepância de determinados conceitos psicanalíticos quando pensados no contexto atual. É interessante notar que diante das transformações no âmbito das relações familiares, a Psicanálise não hesitou em rever seu posicionamento a respeito do pai na família e na cultura. Nos últimos anos, as publicações psicanalíticas referindo-se ao “declínio da função paterna” se multiplicaram. Entretanto, pesquisas relativas às transformações sobre o papel materno e a relação estabelecida entre mulheres e maternidade deparam-se com movimentos de resistência em virtude do lugar sacralizado construído em torno da mãe.

Consideramos que o exercício da maternidade não prescinde de um exercício de reinvenção e, nessa perspectiva, as teorizações inflexíveis sobre a compreensão do papel materno podem gerar implicações e entraves à escuta clínica e, por essa razão, merece ser revisitada pela Psicanálise. Nesse sentido, corroboramos as ideias de Mezan (2002) ao afirmar:

Não vejo a menor dificuldade em admitir esse afetar-se da disciplina pelo entorno e vice-versa. A questão é saber como e em que medida os instrumentos classicamente forjados por Freud e outros permanecem úteis, quais devem ser revisitados, quais se tornaram inválidos e podem ser abandonados, quais são os novos, qual é a sua eficácia [...]. (Mezan, 2002, p.318)

A Psicanálise, apesar de ser uma teoria interessada predominantemente nos processos inconscientes do sujeito, não negligenciou em momento algum o homem social, influenciado pelos acontecimentos históricos, políticos e econômicos. Freud deixou-nos um legado aberto e passível de discussões, tendo ele próprio revisitado suas proposições inúmeras vezes, incluindo acréscimos e rupturas. Por essa razão, a leitura dos conceitos e paradigmas

psicanalíticos deve contar com uma postura dinâmica e crítica, considerando como pano de fundo os fenômenos socioculturais e contextuais.

Revisitando a teoria: o que as contingências declaram

Freud (1914/2010) partiu da premissa de que o amor e desejo por filhos é algo puramente narcísico: trata-se de um amor por si mesmo e um desejo de ver-se projetado em um outro. No entanto, as diversas transformações históricas parecem ter colocado em xeque a universalidade de tal desejo. Talvez a humanidade tenha compreendido que o amor narcísico, descrito por Freud, que advém na chegada de um filho só se opera imaginariamente; afinal os filhos, em sua alteridade, nada têm a ver com “isso” que os pais esperam deles e, portanto, jamais conseguirão corresponder a esse amor e a essa expectativa.

O ideário moderno de progresso, calcado na liberdade e na autonomia humana, desembocou em uma sociedade cujos projetos deixam de ser em prol da civilização para assumirem uma versão mais individualista e narcisista. As transformações nos modos de subjetivação e nos arranjos familiares, a ausência de referências simbólicas pré-estabelecidas que digam o que é ser um pai ou uma mãe, a emancipação feminina, o controle da fecundidade, os ditames do mundo capitalista, a multiplicação na oferta de bens de consumo e o avanço das biotecnologias são elementos que devem ser incluídos em nossa esteira de discussões quando problematizamos as razões pelas quais homens e mulheres desejam se reproduzir.

Tais paradigmas, que tiveram seu nascedouro principalmente no século passado, vieram se solidificando no atual. Enquanto nas civilizações agrícolas as famílias desejavam ter quantos filhos pudessem, pois a fertilidade representava mão-de-obra para o trabalho no campo, atualmente a queda nas taxas de fecundidade preocupa as autoridades em diversos países, especialmente nos desenvolvidos, onde os problemas relativos à maternidade tocam inclusive em questões socioeconômicas.

O movimento feminista representou um passo importante para as transformações nos discursos sobre a maternidade, abrindo um diálogo consistente entre a mulher e a mãe. Conforme aponta Badinter (1985):

Esse novo discurso feminista teve consequências fundamentais, até agora não avaliadas. Ao destruir primeiro o mito freudiano da mulher normal, passiva e masoquista, ele tornou caduca a teoria da mãe naturalmente devotada, nascida para o sacrifício, e pôs em incontestável dificuldade os teóricos atuais da Psicanálise. (Badinter, 1985, pp. 331-332)

Se outrora, no contexto de uma concepção tradicional sobre o feminino, a mulher encontrava apenas em seu papel materno os elementos para a construção de sua identidade, verificamos, nos dias atuais, a maternidade disputando espaço com outras facetas da vida feminina, tais como trabalho, ideais sociais e políticos, capital e poder. Tal posição pode ser observada desde muito cedo nas escolhas pelas brincadeiras infantis. O modo de brincar e os brinquedos ofertados desde a infância já são modos de encenar os papéis de gênero que vão sendo fortalecidos ao longo da vida nas diferentes instituições sociais, a começar pela família.

Diferente do que fora estabelecido por Winnicott (1964/2014, p. 131) ao afirmar: “nas brincadeiras infantis há uma de “Mães e Pais” e, como sabemos, o pai, pela manhã, parte para o trabalho, enquanto a mãe fica entregue aos afazeres caseiros e ao cuidar dos filhos”, as meninas de nosso tempo não brincam apenas de mamãe e filhinho, de fazer comidinha ou arrumar a casa, como outrora. Elas brincam de trabalhar, são aventureiras que ganham o mundo, são super-heroínas poderosas e destemidas, apresentando, em seu modo criativo de brincar, os “ideais de eu” próprios de seu tempo (Jerusalinsky, 2009).

Na adolescência, entre os jogos amorosos, o estudo, a escolha da profissão, a conquista por uma vaga nos bancos da universidade, o anseio pela realização profissional e a independência financeira tomam conta da cena e o universo feminino deixa de ser orquestrado e determinado pelo destino do lar e da maternidade.

No plano conjugal as relações tornaram-se mais democráticas e nas divisões das tarefas domésticas os cônjuges apresentam-se mais parceiros. O quantitativo de casais em que ambos trabalham ultrapassa o das famílias em que apenas o homem se coloca como provedor. Como consequência, o papel do pai tem sofrido deslocamentos, uma vez que sua colaboração na criação e educação dos filhos assume novas roupagens: do “pedestal” da lei e da

manutenção doméstico-orçamentária para a participação ativa nos primeiros cuidados, presente nas reuniões escolares, no médico pediatra, etc. Por parte das mulheres também podemos observar importantes transformações, como observa Badinter (1985, p. 356): “Hoje as mulheres não só já não desejam ter filhos para merecer o título de ‘mulher realizada’, como exigem, para aceitar procriar, que se partilhem com elas todos os encargos da maternagem e educação”. Embora esta mulher híbrida não abra mão do amor, da família e do desejo de perpetuar, ela não aceita com facilidade as tiranias e renúncias da mulher do lar.

Com isso vemos que os modos de subjetivação da vida contemporânea, as relações familiares e a experiência de tornar-se mãe nos convocam para uma discussão aprofundada sobre antigas concepções e teorizações que não se sustentam perante as transformações esboçadas. Os tempos relativizaram a tese de que o desejo pela maternidade detém um valor absoluto entre as mulheres. Desde o advento dos métodos contraceptivos a mulher passou a exercer controle sobre a procriação, podendo escolher em que momento e quantos filhos desejaria conceber. No contexto da contemporaneidade os filhos deixaram de ser uma condição *sine qua non* da relação conjugal uma vez que se tornou legítimo o livre-arbítrio de homens e mulheres de procriarem.

A manutenção de ideais em torno da figura materna, juntamente com a ausência de políticas familiares eficazes que assegurem a continuidade do trabalho feminino, têm ameaçado significativamente as taxas de fecundidade. As pesquisas revelam uma relação inversamente proporcional entre a elevada expectativa em relação ao comportamento materno e o desejo de ter filhos, isto é, quanto mais exigentes os requisitos necessários a uma “boa mãe”, menores as taxas de fecundidade, conforme demonstram os dados⁷.

Nos países mais afetados pela queda da fecundidade e pela rejeição dos filhos, observa-se a conjunção de dois fatores que são poderosos freios para o desejo de maternidade. O primeiro, talvez o mais importante, é a pregnância social do modelo da boa mãe. O segundo, decorrente do primeiro, é a ausência de uma política familiar decididamente cooperante para as mulheres. (Badinter, 2011, p. 164)

⁷ “Enquanto as francesas sem filhos são ainda estimadas entre 10 e 11%, e as projeções demográficas não anunciam grandes mudanças por vir, contam-se 18% das inglesas, 20% das italianas, 16% das austríacas (das quais 25% em Viena) e entre 21 e 26% das alemãs. [...] Nos Estados Unidos, onde o índice de fertilidade se mantém em alto nível, estima-se que de 18 a 20% das mulheres permanecerão *childless*, ou seja, duas vezes mais do que há trinta anos” (Badinter, 2011, p. 162).

Ademais, outras justificativas para a queda estatística giram em torno de questões como: um filho gera muito custo à família, influenciando nos projetos financeiros do casal; retira a mulher, por um tempo, de sua atividade profissional, reduzindo o potencial de ganho e interferindo na ascensão da carreira; inibe algumas formas de lazer etc. Tais argumentos refletem os valores típicos do capitalismo, para o qual a felicidade está na multiplicação e acúmulo dos bens e na possibilidade de usufruir hedonisticamente dos mesmos.

Schulte (2016) discute uma perspectiva segundo a qual a maternidade pode ser considerada, na contemporaneidade, como sofrimento social e por essa razão tem sido mais evitada do que outrora. Para a autora essa experiência é justificada pelo fato de a mulher persistir vivenciando a maternidade como se esta fosse a sua única missão ao passo que se engaja profundamente na vida laboral e no sustento familiar.

É relativamente recente o fato de as mulheres divulgarem o “não desejo” pela maternidade e posicionarem-se francamente sobre isso, inclusive manifestando-se através de movimentos organizados, como o *childfree*⁸. A nomenclatura “livre de criança” é sugestiva, pois de alguma forma faz referência a uma espécie de “aprisionamento” relativo à experiência de ter filhos. Esse é um movimento que não podemos negligenciar quando pensamos a temática da maternidade, haja vista que há pouco tempo um pronunciamento dessa natureza seria completamente interditado, ainda que as manifestações de recusa da maternidade já estivessem sutilmente instituídas como, por exemplo, no ato de entregar os filhos para as amas de leite (questão que será retomada no segundo capítulo).

Outro fator a ser considerado é o advento da biotecnologia, que possibilita o congelamento de óvulos como uma alternativa para aquelas que desejam ter filhos mais tardiamente a fim de não interromper a progressão na carreira, obtendo certo “controle” sobre o fenômeno biológico. Os progressos biotecnológicos permitem que a gravidez possa prescindir do encontro entre os corpos e famílias constituídas por casais homossexuais conquistaram a legitimidade e o direito de terem filhos, seja através do uso de métodos de reprodução assistida ou via adoção.

Apesar de estarmos tratando de uma temática que intersecciona várias áreas do saber, dentre elas a Antropologia, a Filosofia, a Sociologia e as Ciências da Saúde, é a partir do

⁸ *Childfree* significa uma pessoa que decidiu por livre e espontânea vontade nunca procriar.

campo da Psicanálise Winnicottiana que discutiremos essas questões. Essa escolha se dá antes de tudo porque a clínica nos convoca a estarmos atentos às constantes modificações que se processam na maternidade e na perinatalidade⁹, a fim de não cairmos na mera repetição de conceitos standardizados incoerentes com a realidade sociocultural na qual estão sendo reproduzidos.

O arcabouço teórico psicanalítico nos parece muito interessante para abordar uma temática desta natureza, tendo em vista que se trata de um saber paradoxal que coloca em questão a subjetividade e a singularidade. Por essa razão, nesta pesquisa tomaremos a Psicanálise como método de investigação a fim de questionar alguns pressupostos instituídos pela própria teoria em torno da compreensão da maternidade, que ao longo do tempo se transformaram em princípios e “orientações”.

Conforme aponta Passos (2007), durante muito tempo o processo de tornar-se pai e mãe não era objeto de grandes preocupações, já que na sociedade patriarcal este processo era tutelado por uma visão que privilegiava a dimensão genética da filiação, não havendo muitas variações nos modelos de parentalidade. Os processos psíquicos que tornavam um sujeito pai ou mãe eram regulados hegemonicamente pelos princípios do sexo biológico e pelas imposições sociais que norteavam tais princípios. Atualmente as transformações no âmbito da parentalidade¹⁰ vêm tomar a cena nos estudos de família, sobretudo no campo dos cuidados parentais, deslocando a antiga delimitação rigidamente estabelecida sobre os papéis maternos e paternos, inclusive no campo jurídico.

As mudanças no âmbito da Justiça de Família dão notícias de que as transformações em tais papéis já se fazem presentes em nossa cultura ao implantar o dispositivo da guarda compartilhada, por exemplo (Barroso, 2015). Os cuidados com os filhos pequenos deixam de ser exclusivos da mãe quando a Justiça oferece ao pai o direito ao compartilhamento da

⁹ Perinatalidade: *peri* (em torno de) e *natalidade* (nascimento). A perinatalidade é o campo relacionado ao ciclo gravídico puerperal, que envolve desde a concepção (ou perspectiva de), gestação, parto, puerpério, além dos temas da infertilidade, entrega de bebês em adoção, abortos, óbitos de bebês, entre outros. Fonte: www.institutogerar.com.br

¹⁰ Parentalidade é um conceito traduzido do francês *parentalité*. De acordo com Houzel (2004), o termo parentalidade foi inicialmente usado por Paul-Claude Racamier (1961) para enfatizar o caráter processual implicado no exercício das funções dos pais em relação aos filhos. O conceito designa o processo dinâmico por que passam os pais, isto é, o processo de tornar-se pai e mãe, que vai além do biológico, envolvendo aspectos conscientes e inconscientes, que passam pela história da família de cada um dos pais e pelo contexto sociocultural.

guarda. Em outras palavras: “[...] aos poucos a figura da mãe foi perdendo a consistência jurídica que possuía anteriormente e o laço que a une ao seu *infans* deixou de ser entendido como natural” (Mezêncio, 2015, p.169). As adoções por famílias homoparentais também servem como exemplos de que devoção e cuidado transcendem as organizações familiares tradicionais de laço sanguíneo e de papéis femininos e masculinos, demonstrando serem capazes de oferecer a força fundamental do encontro inter-humano (Ferreira & Aiello-Vaisberg, 2006).

Entretanto, não há como negligenciar o fato de que tais transformações estremecem certezas e convicções, deixando o terreno mais arenoso em tempos de transição. Ou melhor, se as rígidas referências deram lugar à flexibilidade dos papéis, é fundamental que as famílias não deixem o barco “navegar ao léu” das incertezas, mas criem seus modos próprios de funcionar. Não obstante, um questionamento cada vez mais frequente no campo da clínica é: *“O que é mesmo ser um pai ou uma mãe?”*¹¹

Conforme aponta Passos (2007, p. 269): “Embora as referências não sejam mais fixas como na era patriarcal, elas continuam sendo importantes como dispositivos que regulam algumas saídas necessárias à constituição do psiquismo e do sujeito”. Ou seja, os pais continuam sendo referência de afeto e de reconhecimento, fundamentais na subjetividade humana, porém defendemos a tese de que tais papéis se constituem a partir de um constante exercício de reinvenção, refutando qualquer norma preestabelecida para se operar no âmbito da maternidade e paternidade.

¹¹ Sérgio Cortella (2017), em entrevista à revista Crescer, afirma: “Não é só a educação dos filhos que é necessária, mas a dos pais também.” Para o filósofo, somos a primeira geração que testemunha mudanças tão velozes de paradigmas na tecnologia, no trabalho e nas relações. Assim, dada a velocidade em que essas mudanças se processam e a rarefação do tempo de convivência com as crianças, as famílias perderam as referências, passando a terceirizar e delegar à escola aquilo que é originalmente de sua responsabilidade. Link: <http://revistacrescer.globo.com/Crianças/Escola/noticia/2016/11/cortella-nao-e-so-educacao-dos-filhos-que-e-necessaria-mas-dos-pais-tambem.html>. Acesso em 27 de maio de 2017.

Delimitando o problema, objetivos e método

Dentro dessa perspectiva, lançamos algumas questões sobre as quais nos apoiamos na construção do nosso problema de tese: Como o discurso social retrata o lugar da maternidade nos dias de hoje? De que modo as transformações socioculturais e históricas interferem no processo de tornar-se mãe? Como compreender a construção do laço mãe-bebê em um contexto onde os papéis familiares não coincidem com o antigo modelo de família nuclear do início do século XX, momento em que a Psicanálise começou a teorizar sobre a temática? E como se estabelece a divisão dos papéis parentais em uma cultura onde homens e mulheres, há algum tempo, compartilham as responsabilidades referentes à manutenção orçamentária doméstica?

Partindo da compreensão de que o processo de construção da maternidade envolve questões de ordem cultural, social, econômica e subjetiva, supomos não haver uma resposta padronizada que estabeleça o que é ser uma mãe. A instauração da maternidade (e da parentalidade, de um modo geral) depende, em primeira instância, dos recursos intrapsíquicos que fomentam a criação imaginária dos filhos. Isso decorrerá do lugar que eles próprios ocuparam nas redes parentais de origem: “[...] tornar-se pai e mãe exige um movimento de retorno às suas relações mais primárias, lugar onde cada um reescreve uma nova posição na cadeia geracional” (Passos, 2007, p. 273).

Apesar de tratar-se de uma experiência profundamente subjetiva as mudanças paradigmáticas em torno dos sentidos da maternidade ao longo da evolução da espécie humana parece influenciar significativamente na vivência da maternagem. Não há como negar que a representação social construída em torno do papel materno tenha reverberação na experiência pessoal e vice-versa, haja vista que o compartilhamento das mães a respeito de suas vivências também tem efeito nos discursos coletivos, especialmente em uma geração na qual público e privado se interseccionam. Nesse sentido, a temática convoca profissionais das áreas de humanas, da saúde e da educação a realizarem pesquisas que coloquem em discussão os desdobramentos e a contínua reinvenção do papel materno, visto que a sustentação de um discurso de idealização da figura da mãe não se coaduna com os protótipos de mulher presentes na contemporaneidade.

A despeito da importância que atribuímos ao pensamento winnicottiano relativo ao vínculo mãe-bebê, nossa crítica é a de que não se deve tomá-lo de modo descontextualizado, especialmente nos dias atuais, quando as mulheres têm sido formadas para alcançar objetivos profissionais, independência financeira e engajar-se em lutas políticas e ideológicas, tornando-se cada vez mais distanciadas de suas “tendências maternantes”. Isso significa dizer que algumas características e ambições femininas terão, indubitavelmente, repercussões no modo como a maternidade se constituirá em suas vidas, afetando a construção da identidade materna e o estabelecimento do vínculo com os filhos. Ademais, as novas organizações familiares conclamam uma profunda reflexão sobre o tema da maternagem (relativo ao cuidado), que deixa de ser prerrogativa do sexo feminino (Ferreira, Aiello-Vaisberg, 2006).

Dito isto, o objetivo geral da presente tese é discutir as reinvenções da mulher relativas ao processo de tornar-se mãe frente às contingências da contemporaneidade, tensionando-as a partir da concepção winnicottiana sobre maternidade.

Para fins de alcançar o objetivo proposto, traçamos os seguintes objetivos específicos: caracterizar a relação entre a mulher e a maternidade em diferentes momentos da história da humanidade; investigar os pressupostos teóricos cunhados pela Psicanálise winnicottiana sobre a maternidade, no intuito de discuti-los à luz dos discursos de mulheres na contemporaneidade sobre a experiência de tornar-se mãe; discutir a utilização de um recurso comunicacional muito difundido – o *blog* – e sua relação com os modos de subjetivação na contemporaneidade, em especial quanto aos processos de construção da maternidade; refletir sobre as contribuições possíveis à Psicanálise com vistas a problematizar as mudanças paradigmáticas relacionadas aos papéis parentais.

A reflexão sobre aspectos relativos à maternidade e ao feminino não pode perder de vista as mudanças sofridas na família e na sociedade. Como o próprio Winnicott (1964/1989, p. 151) afirma: “Há muito mais a ser dito, e isso não deve ser motivo de vergonha. Quanto mais olhamos, mais enxergamos”. Poderíamos ter adotado outros autores no campo da Psicanálise para discutir questões relativas à maternidade, entretanto não há como negar que Donald W. Winnicott é um autor cujo nome fora muito atrelado à temática, justificando nossa escolha. Ele próprio afirma na primeira frase do texto ‘Mãe Dedicada Comum’: “Como dizer algo novo sobre um assunto já por tantas vezes abordado? Meu nome ficou muito ligado a

estas palavras, e talvez eu deva, inicialmente, dar algumas explicações” (Winnicott, 1987/1994, p. 01).

Dada a importância das questões levantadas, consideramos de profunda relevância o objeto de pesquisa em questão, uma vez que ao discutirmos os elementos que compõem a maternidade a partir das experiências e reinvenções maternas, deixamos de repetir teorizações que não correspondem ao cenário atual. É válido considerar que a originalidade desta pesquisa se deve ao fato de utilizar-se do ciberespaço como *lócus* de investigação, um recurso ainda pouco presente nas pesquisas metodologicamente orientadas pela Psicanálise.

Embora o manejo clínico não seja um aspecto central na presente tese, ao investigar os aspectos relativos à maternidade e a relação pais e filhos na obra de Winnicott, não deixamos de refletir sobre os operadores teórico-clínicos que norteiam a escuta analítica. Ressaltamos que os resultados alcançados nesta pesquisa devem retornar para o âmbito da intervenção psicanalítica, com vistas a trazer contribuições que façam ampliar os territórios de sua atuação.

Um importante campo de atuação ascendente no Brasil nos últimos anos é a clínica do laço mãe-bebê. Este *setting* tão peculiar em que o analista tem sido convocado a atuar é constituído por dupla polaridade. De um lado estão os pais com suas construções (imaginárias e simbólicas) a respeito do filho, e de outro está o bebê, que imerso nos efeitos do imaginário parental é convocado a construir uma resposta a fim de encontrar um lugar no campo da linguagem. Por essa razão, discutir sobre a maternidade (e a parentalidade, de um modo geral) tem como propósito trazer à clínica psicanalítica subsídios para se pensar a relação pais e filhos.

Para facilitar a compreensão do leitor sobre o percurso trilhado nesta tese, apresentamos a seguir uma breve síntese de cada um dos capítulos desenvolvidos.

No primeiro capítulo expomos o trajeto metodológico perseguido para a realização da pesquisa, situando o leitor sobre a sua natureza, a escolha dos participantes e instrumentos, bem como o detalhamento dos procedimentos adotados. Tendo deslocado nossa investigação da clínica psicanalítica para o ambiente cibernético, reunimos depoimentos de mulheres/mães que escrevem sobre suas experiências em *blogs* de maternidade. Com isso não pretendemos

incorrer em generalizações, mas, partindo do singular do texto de cada participante, discutimos as questões que foram esboçadas para fins de realização da pesquisa.

Através dos depoimentos, que se apresentam como uma tentativa de “tudo dizer” sobre a experiência materna (mesmo diante do confronto com a insuficiência das palavras) tivemos a oportunidade de acessar “verdades” que não são ditas no contexto das relações sociais e familiares. Nesses discursos deparamo-nos com as múltiplas facetas que fazem parte desta vivência: de um lado, alegria e realização; de outro, incerteza, medo e angústia – afetos que comumente são calados, pois expressam o avesso do ideal construído socialmente sobre o que seja ser mãe.

Partimos da hipótese de que a escrita nos espaços cibernéticos pode desempenhar uma função continente na elaboração das experiências advindas do processo de tornar-se mãe. Considerada como um exercício de reinvenção, a escrita nos *blogs* parece dar voz à interioridade dessas mulheres, permitindo a ascensão de um processo criativo que favoreça a maternidade. Os *blogs* também podem ser compreendidos como um lugar de endereçamentos, pois, através da escrita direcionada ao outro e das trocas com outras mães, as mulheres buscam a legitimação do próprio fazer materno.

A pesquisa em Psicanálise parte do pressuposto de que para se estudar um determinado fenômeno é necessário situá-lo dentro de um determinado contexto. Por esta razão, no segundo capítulo apresentamos, à luz de alguns acontecimentos históricos, políticos, econômicos e ideológicos, as transformações da mulher e da mãe, em especial na cultura ocidental, com o intuito de compreender os múltiplos sentidos da maternidade no curso do processo civilizatório. Tal trajetória nos permitirá a compreensão de que os princípios dos séculos XVIII e XIX foram responsáveis por atribuir à mulher a exclusividade do papel materno. Os historiadores, filósofos e antropólogos (Badinter, 1985; Chodorow, 1990; Lipovetsky, 2000) que nos auxiliaram nesta jornada têm demonstrado que as transformações nas representações da maternidade se entrecruzam com as concepções construídas sobre o feminino e a história do lugar da mulher na sociedade.

Tendo em vista que os pressupostos psicanalíticos a respeito dos papéis parentais são fundamentais para refletir a crítica a que a presente tese se propõe, no terceiro capítulo fundamentaremos o tema da maternidade a partir do arcabouço psicanalítico. Para tanto,

partiremos do lugar cunhado por Freud sobre os sentidos da maternidade, defendendo ser uma alternativa eficaz para lidar com as questões do feminino, a saber, a inveja do pênis e o enigma da castração. Apresentamos, ainda, algumas contribuições em torno da mesma temática de duas de suas contemporâneas: Helène Deutsch e Margarete Hilferding. Por fim, faremos alusão às críticas direcionadas à Psicanálise relativas à teorização dos papéis materno e paterno.

No quarto capítulo nos debruçamos mais extensamente nos constructos teóricos propostos por Winnicott sobre o desenvolvimento emocional primitivo, que nos darão subsídios para discutir, no sexto capítulo, os depoimentos das mães. Winnicott compreende que um bebê não pode ser pensado sozinho, e sim em relação à sua mãe. Para que ele se constitua como sujeito é necessária a presença de um outro, encarnado e concreto, que exerça a função de sustentação para a sua existência. Discorreremos, ainda, sobre o papel do pai a partir da perspectiva winnicottiana, uma vez que essa temática fomenta a discussão sobre as transformações nos papéis parentais.

No quinto capítulo aprofundamos algumas questões sobre o dispositivo metodológico utilizado para fins de investigação do tema, os *blogs*, com o propósito de discutir sua finalidade e função no contexto atual onde o virtual e o real se entrelaçam. Consideramos a dimensão da escrita de si como uma ferramenta de invenção para lidar com as demandas do ser e fazer maternos nos dias de hoje. Levantamos, ainda, a hipótese de que o ciberespaço possa ser pensado como um espaço potencial porque possibilita a criação e o gesto espontâneo das mães na construção do papel materno.

No sexto e último capítulo dedicamo-nos a tecer uma discussão a partir dos depoimentos maternos com o referencial teórico que embasa a pesquisa. Os discursos em questão nos apontam para a necessidade de flexibilização dos papéis parentais rigidamente estabelecidos pela Psicanálise winnicottiana, convocando-nos a discutir tais pressupostos sob a ótica dos sujeitos contemporâneos.

Gostaríamos de salientar o enorme respeito e gratidão por essas mulheres que tiveram a coragem de escrever sobre suas múltiplas experiências com a maternidade, permitindo-nos a aproximação de um material vasto e diversificado que nos convoca a reflexões importantes. Trata-se de mulheres criativas e inventivas que não se permitiram estagnar nos desafios

impostos pela maternidade, mas, ao contrário, encontraram um recurso poético, criativo e lúdico para reinventar, dia após dia, os modos possíveis de exercerem tal papel.

CAPÍTULO 1

ESTRATÉGIAS DE INVESTIGAÇÃO – O MÉTODO EM QUESTÃO

Na área do processo intelectual de grau superior, é necessário encontrar uma alternativa para a verdade poética – é a isso que se dá o nome de pesquisa científica (Winnicott, 1996, p.136).

O presente capítulo tem por objetivo apresentar a natureza da pesquisa, a fim de situar o leitor a respeito do lugar epistemológico de onde partimos; circunscrever o campo de investigação e, por fim, apontar o percurso metodológico. Trata-se de uma pesquisa de natureza psicanalítica, tendo em vista que o problema deste estudo é oriundo de questões clínicas emergentes. O campo de pesquisa em questão é o ciberespaço e o objeto de investigação é o discurso de mães que escrevem suas experiências em espaços virtuais criados por elas ou não, conforme descreveremos a seguir.

1.1 Da Natureza da Pesquisa: Especificidades da Pesquisa Psicanalítica

Desde os primórdios da Psicanálise, a partir de Freud, compreende-se que pesquisa e clínica são processos indissociáveis, quer dizer, as questões levantadas para o desenvolvimento da pesquisa psicanalítica são geralmente elaboradas por um pesquisador que, estando na clínica, atentou para determinados aspectos inconscientes e pôs-se a investigá-los. Segundo definição freudiana, temos que:

Psicanálise é o nome de: (1) um procedimento para investigação dos processos mentais que são quase inacessíveis por qualquer outro modo; (2) um método (baseado nessa investigação) para o tratamento de distúrbios neuróticos; e (3) uma coleção de informações psicológicas obtidas ao longo dessas linhas, e que gradualmente se acumula numa nova disciplina científica. (Freud, 1923 [1922], p. 287)

A Psicanálise é uma ciência aberta e lida com o que há de inédito e particular no sujeito e, neste sentido, a pesquisa psicanalítica não se restringe aos fundamentos teóricos que a embasam, mas, ao contrário, parte de questões que afloram do particular rumo a interrogar os saberes instituídos. Paula Barros (2015, p.49) elucida: “A pesquisa não é guiada por um saber previamente estabelecido, a ser verificado ou refutado, sobretudo quando o que está em causa é o saber do inconsciente”. Por esta razão afirmamos que em Psicanálise, o procedimento metodológico não é dado *a priori*, mas vai sendo produzido ao longo do processo de investigação, prezando pela singularidade do fenômeno e não a universalização ou padronização dos resultados. Naffah Neto (2006) parte da noção de que falar em *pesquisa* no campo da Psicanálise é um pleonasmo, haja vista que, para o autor, a Psicanálise é, por excelência, um método investigativo desde sua fundação.

Freud foi explícito ao pensá-la como um método de investigação dos processos mentais inconscientes – um procedimento terapêutico e um conjunto de conhecimentos em contínua expansão e reformulação. Uma vez que estamos dispostos a realizar uma pesquisa tomando a Psicanálise como referencial metodológico, é a Freud que devemos retornar para obter alguns esclarecimentos. Assim, o autor leciona:

Na Psicanálise tem existido desde o início um laço inseparável entre cura e pesquisa. O conhecimento trouxe êxito terapêutico. Era impossível tratar um paciente sem apreender algo de novo; foi impossível conseguir nova percepção sem perceber seus resultados benéficos. Nosso método analítico é o único em que essa preciosa conjunção é assegurada. (Freud, 1927/1996, p.246)

O pai da Psicanálise, no afã de construir uma teoria que fosse científica, partiu do modelo positivista de construção do conhecimento, cujo método é a quantificação dos dados através das abstrações e cuja finalidade última é alcançar a causalidade dos fatos. Entretanto, a experiência clínica permitiu ao autor observar que o sujeito interpreta, isto é, constrói sentidos, tornando-se capaz de produzir um mito a respeito de sua própria existência. Tal compreensão levou-o a abandonar a noção de causalidade, passando a vigorar em sua clínica a lógica da produção de significados. Não se tratava mais de buscar a causa de um determinado fenômeno, mas de levar o paciente a alcançar um significado em torno do mesmo, pela via da transferência, noção cara à Psicanálise (Safra, 2004).

Indubitavelmente, Freud manteve até o final de sua vida uma posição especulativa, questionando os próprios pressupostos teóricos, revendo conceitos e mantendo sua obra aberta

a considerações futuras. Para ele, o tema da pesquisa, o material a ser investigado e as hipóteses nunca são arbitrários, vindo sempre acompanhados de inferências, num primeiro momento abstratas. Em suas palavras temos que: “Só depois de uma investigação mais completa do campo de observação, somos capazes de formular seus conceitos científicos básicos com exatidão progressivamente maior, modificando-os de forma a se tornarem úteis e coerentes numa vasta área” (Freud, 1915/1974, p.137). Winnicott também postulou a soberania do raciocínio clínico: “Ao mesmo tempo, a teoria precisa ser flexível, de tal forma que qualquer fato clínico possa, se necessário, modificar a afirmação teórica” (Winnicott, 1987/1994, p. 19).

Nessa linha de raciocínio, Naffah Neto (2006) sugere que há duas maneiras de se fazer pesquisa em Psicanálise. A primeira foi denominada de *pesquisa escuta*. É a pesquisa clínica por excelência, na qual todo psicanalista que se dispõe a escutar por meio de associação livre, utiliza como ferramenta fundamental a escuta flutuante. A segunda é a *pesquisa-investigação*, caracterizada por um caminho teórico-metodológico responsável pelo aperfeiçoamento da disciplina psicanalítica. Esta última modalidade “[...] implica o desejo do pesquisador e pressupõe esquadramento do campo de conhecimento, formulação e seleção de problemas teórico-metodológicos, bem como a sua investigação rigorosamente planejada [...]” (Naffah Neto, 2006, p.281).

Para fins de uma melhor sistematização, Naffah Neto (2006) faz essa distinção conceitual, contudo, na prática, a *pesquisa-escuta* e a *pesquisa-investigação* são indissociáveis. O clínico elabora suas hipóteses a partir do que escuta e vivencia no *setting* analítico e são essas questões que serão formuladas e levadas para os bancos de uma pós-graduação com a finalidade de um aprofundamento teórico. Entre a clínica e a pesquisa propriamente dita cria-se um movimento dialético interminável em que nenhuma síntese é definitiva.

Luís Cláudio Figueiredo & Marion Minerbo (2006) também propõem uma delimitação oportuna entre a *Pesquisa em Psicanálise* e a *Pesquisa com o método psicanalítico*, visando a trazer luz aos projetos de pesquisa que se pretendem psicanalíticos. No primeiro caso – *Pesquisa em Psicanálise* –, o objeto da pesquisa é a própria Psicanálise e o pesquisador não precisa ser, necessariamente, um psicanalista atuante; pode ser um filósofo, um historiador, um sociólogo, ou um crítico literário. Nessas situações, as teorias da Psicanálise tornam-se

objetos de estudos sistemáticos, históricos, reflexões epistemológicas, ou até mesmo os conceitos psicanalíticos são mobilizados como instrumentos para a investigação de variados fenômenos sociais e subjetivos. Na *pesquisa com o método psicanalítico*, a presença do psicanalista é inquestionável. Embora os temas possam ser variados, a dimensão clínica estará sempre presente e a respeitosa distância entre pesquisador e referencial teórico começa a desaparecer. O uso dos métodos próprios da Psicanálise – a escuta clínica e a interpretação – serão os principais dispositivos desta modalidade de pesquisa.

Outra característica que deve ser destacada a respeito da pesquisa em Psicanálise é a relação entre o pesquisador e o objeto pesquisado. Diferentemente do preconizado nas ciências ditas duras, em que a objetividade e a imparcialidade do observador são metas a serem alcançadas, nas pesquisas em Psicanálise as questões que se apresentam como temas de investigação têm relações diretas com questões intrínsecas à subjetividade do pesquisador, promovendo, assim, um campo intersubjetivo entre o pesquisador e o objeto¹².

Nessa perspectiva, o observador é um elemento fundamental para o nascimento de uma pesquisa nos moldes da Psicanálise, pois exatamente a sua implicação, postura atenta e interpretativa é que possibilitarão o acesso às riquezas do material. Em outras palavras, a dicotomia sujeito/objeto não se faz presente nas pesquisas em Psicanálise, pois se baseia em uma concepção de que a realidade não pode ser interpretada sem a matriz subjetiva daquele que a observa (Minerbo, 2000). Assim, as inferências e “conclusões” são frutos da percepção, visão de mundo, perspectiva teórica e transferência do pesquisador com o objeto em questão. A partir de tal postura epistemológica não há verdades ou mentiras; todas as interpretações são relevantes, dependendo do contexto.

Minerbo (2000) afirma que o conhecimento é sempre parcial, uma vez que parte de uma determinada matriz de apreensão. Diferentemente da interpretação positivista, que busca o resultado mais fidedigno, aqui não há um sentido final, profundo e verdadeiro a ser encontrado, pois o modelo em questão recusa uma visão dos fatos em termos de causa e efeito, passando a conceber o fato dentro de uma rede de determinação, de intertextualidade. “Trata-se mais de uma visão possível acerca de um objeto do que uma observação neutra de um fato” (Minerbo, 2000, p.32). A autora propõe o uso da desconstrução como uma estratégia

¹² Seguindo essa lógica, inevitavelmente a seleção final dos *blogs* se pautou em aspectos subjetivos da pesquisadora, a partir da identificação com o estilo de escrita e as histórias e depoimentos das autoras.

cujo objetivo é provocar um deslizamento de sentidos que abre fissuras em certezas previamente incontestáveis, relativizando-as.

Noutros termos, a Psicanálise não se interessa pelo sujeito objetivado da ciência, mas pelo sujeito barrado do inconsciente. Segundo Lima (2009, p. 155): “Não se demonstra, afirma ou refuta o fato do inconsciente em si mesmo, mas sim a construção que foi erigida em torno dele. É somente a partir dessa perspectiva que se processaria seu critério de validação”.

A escrita em Psicanálise é o meio através do qual o analista desenvolve um processo de elaboração de algo que lhe chamou a atenção a partir da própria prática clínica. E a temática a respeito da qual se deseja produzir é algo fundamental neste processo. Para nós, o que as mães dizem de si não é uma verdade, um fato, mas sim o efeito de uma experiência determinada pelo inconsciente e, portanto, suscetível de interpretações. No caso desta pesquisa, não estamos tomando como campo de investigação a clínica psicanalítica *stricto sensu*, mas sim a cibercultura. Conforme apontaram os autores supracitados (Figueiredo & Minerbo, 2006), uma *Pesquisa em Psicanálise* não se restringe ao *setting* analítico e ao discurso do analisando, podendo se estender a outros *lôcus* de investigação, sem desrespeitar os princípios fundamentais da Psicanálise.

Gilberto Safra (2004), ao tratar da noção de investigação em Psicanálise, parte do pressuposto de que qualquer texto escrito está dirigido ao outro e é passível de interpretações. Diz que é possível fazer um trabalho de investigação psicanalítica pondo em questão um texto, dialogando a partir da clínica ou do referencial teórico adotado e tornar isso explícito na discussão. Em outras palavras, à medida que nos empenhamos em analisar como um texto se organiza, quais são os seus deslizes, quais os movimentos que ele faz em direção ao outro, é possível investigar uma situação transferencial e, conseqüentemente, realizar uma investigação psicanalítica a partir do texto. Essa concepção nos permite sustentar a ideia de que ao tomarmos o discurso das mães nos *blogs* para fins de investigação, sob um dos principais norteadores da pesquisa psicanalítica – a *transferência* –, e adotando o referencial teórico da Psicanálise como mote para *interpretação*, estamos desenvolvendo uma pesquisa psicanalítica.

1.2 Circunscrevendo o Campo de Investigação

A presente pesquisa é oriunda de questões emergentes da clínica psicanalítica, mais especificamente a partir da escuta de mulheres que trazem queixas correspondentes à experiência materna, proferidas nestes termos: *“amo o meu filho, porém não gosto de ser mãe”*; *“a maternidade modificou drasticamente a minha vida”*; *“depois que me tornei mãe nunca mais fui a mesma, sinto-me muito insegura, fragilizada, com medo de tudo”*.

Questões dessa natureza, apesar de caladas ou ignoradas majoritariamente, merecem destaque, pois, a nosso ver, são de extrema relevância, especialmente quando a mãe é a única responsável pelos cuidados e proteção do bebê. Corroboramos a crítica de Daniela Teperman no prefácio do livro de Vera Iaconelli (2015), ao afirmar:

Os psicanalistas, mesmo aqueles que se dedicam à clínica com bebês, costumam voltar seu olhar para o nascimento, para o bebê (o que é legítimo, destaca a autora), mas pouco têm investigado as questões que envolvem o parto, e mesmo a mulher além daquela que porta o bebê. O bebê ocupa o corpo da mulher, e esta não pode ser relegada à condição de um organismo que produz um bebê. (Teperman, 2015, p. 11)

Olhar para a mulher, para além daquela que porta um bebê, considerando sua história familiar e seus fantasmas, é de fundamental importância para avaliarmos a potencialidade do estabelecimento do vínculo com o bebê. Escutar a mulher em meio à tessitura da identidade materna é estar atento às modificações em sua sensibilidade, considerando a reativação das experiências de cuidado ou desamparo do primeiríssimo tempo de sua existência.

Isso só é possível através de um ato implicado de acolhimento por parte do clínico a fim de que os conteúdos mobilizados encontrem respaldo e abrigo. Há que se ter muita cautela nas comunicações endereçadas à mãe nesse período, tendo em vista que, em virtude de sua hipersensibilidade, algumas interpretações podem ser recebidas como reprovações, inviabilizando a transferência com o analista e interferindo no estabelecimento da função materna¹³.

¹³ A função materna ou a maternagen (termo mais utilizado por Winnicott) é um conceito psicanalítico e corresponde à provisão de um ambiente seguro e adequado no qual o bebê terá condições de desenvolver-se física e psiquicamente. Ao operar tal função, o cuidador é responsável por nomear as experiências do bebê, bem como responder-lhe diante de suas necessidades e exigências pulsionais. Tal função não tem correspondência

A ideia inicial para fins desta pesquisa seria desenvolver um roteiro de entrevistas direcionado às mães, que versaria sobre as particularidades da experiência com a maternidade no contexto da contemporaneidade. Todavia, durante a elaboração do projeto de pesquisa deparamo-nos com uma extensa “blogosfera materna”¹⁴, onde mulheres falam espontaneamente no ambiente cibernético sobre a temática. Ponderamos algumas vantagens em desenvolver a pesquisa através deste campo de investigação, dentre elas a facilidade e praticidade em localizar os “sujeitos” de pesquisa¹⁵ e a obtenção de um material mais espontâneo, não advindo de um roteiro de entrevista propriamente dito¹⁶.

Desse modo, as questões inicialmente clínicas foram expandidas para um novo *lócus* de investigação. Isto é legítimo, pautado na compreensão de que os processos de enunciação dos ambientes midiáticos são representativos de um contexto sociocultural, permitindo-nos sair das individualidades para discutir aspectos mais abrangentes. No dizer de Braga (2008): “Os trabalhos sobre os discursos pressupõem que estes trazem em si ‘marcas’ que revelam aspectos do funcionamento do sistema social e da cultura na qual foram gerados, ainda que, muitas vezes, o/a enunciador não o pretenda” (Braga, 2008, p. 81). E ainda, conforme aponta Barros (2015):

A partir da experiência singular, a teoria analítica ganha corpo quando se consegue, na transmissão, tornar suficientemente universal um caso particular – casos clínicos são portadores universais o bastante para transmitir, o que não implica uma generalização do que se encontra em questão. (Barros, 2015, p. 40).

Assim, realizada no ciberespaço – um ambiente de comunicação virtual no qual se dá a interconexão de milhões de usuários, a presente pesquisa deparou-se com depoimentos que, a nosso ver, são representativos de questões sociais relativas à maternidade no contexto da contemporaneidade.

com o gênero, mas trata-se, sobretudo, de uma função mental que depende da disponibilidade psíquica e afetiva de quem cuida.

¹⁴ Compreende-se por *blogosfera materna* uma reunião de vários *blogs* com temas de maternidade, constituindo uma espécie de comunidade virtual na qual os autores tornam-se leitores e seguidores uns dos outros.

¹⁵ Na presente investigação foi prescindível o aceite dos participantes em questão e a aprovação de um Comitê de Ética em Pesquisa por se tratar de um conteúdo disponibilizado publicamente na web.

¹⁶ Por “espontaneidade da escrita na web” estamos entendendo o fato de as mulheres não precisarem elaborar respostas pautadas em roteiros de entrevistas. Através da escrita nos *blogs*, tivemos acesso a depoimentos que essas mulheres escreveram no dia e na hora em que estavam motivadas para tanto. Além disso, escreveram isentas da presença de um pesquisador interessado.

1.3 Delimitando o Percurso de Investigação

O blog, como uma página em branco, permite qualquer tipo de construção. Cada sujeito imprime, nesta página, as próprias marcas, fazendo um percurso singular, conduzido por uma posição subjetiva.
(Lima, 2009, p. 157)

Diante do amplo universo no qual se circunscreveu a presente pesquisa, ou seja, a internet, deparamo-nos com uma infinidade de páginas relacionadas ao tema da maternidade, constituindo a denominada *blogosfera* materna. O olhar atento para o material esteve pautado nas questões que compõem o problema de pesquisa, passando a nos interessar os *blogs* cujas temáticas contemplassem aspectos subjetivos da experiência materna. Nos termos desta pesquisa, os procedimentos obedeceram às seguintes etapas:

1) O ponto de partida para a operacionalização deste estudo foi a aproximação do material de interesse da pesquisa, a saber, os *blogs* de maternidade. O primeiro passo em busca do material foi a utilização da ferramenta de busca do *Google*, digitando as palavras “*Blog de maternidade*”. Nesta primeira busca encontramos uma infinidade de páginas na internet que correspondiam à temática.

2) O segundo passo foi a aproximação das páginas encontradas para uma rápida visualização. Nesta etapa começamos a excluir alguns *blogs* do campo de investigação, utilizando critérios como: nomes do *blog*, *layout*, organização da página e frequência das postagens. Os nomes foram utilizados como critério para exclusão, pois em alguns casos eles são sugestivos quanto ao objetivo do espaço (trataremos disso adiante). Quanto ao *layout* e organização, estes foram critérios que facilitariam o acesso ao material¹⁷. Esta etapa nos conduziu à seguinte, na medida em que a visita aos *blogs*, ainda que de maneira ligeira, nos permitiu compreender que eles diferem entre si no que diz respeito à sua finalidade¹⁸.

¹⁷ Alguns *blogs* eram de algum modo confusos, dificultando a busca do conteúdo e não respeitavam uma periodicidade de publicações.

¹⁸ Não temos o quantitativo das páginas efetivamente visitadas, tendo em vista que algumas delas apenas abrimos, fizemos um rápido *skimming* (uma técnica de leitura rápida apenas para detectar o assunto geral do texto) e as fechamos pelo fato de não se mostrarem interessantes à pesquisadora.

3) Cientes de que os *blogs* não obedecem aos mesmos propósitos, nesta terceira etapa foi possível realizar uma categorização de acordo com os objetivos a que se propõem: informativo, comercial e confessional¹⁹. Os *blogs* informativos ocupam-se de apresentar matérias sobre temáticas que aludem ao desenvolvimento e educação das crianças através do compartilhamento de entrevistas e posicionamentos profissionais das áreas de saúde e educação. Aqueles que se destacam por seu teor comercial, sugerem dicas de lojas para os pequenos, tratam de temas como decoração de quarto, festas infantis, etc. Por fim, os *blogs* confessionais ou testemunhais aproximam-se dos diários virtuais, onde são relatados sentimentos e expectativas que tocam a dimensão mais profunda da experiência materna.

4) Tendo selecionado alguns *blogs* que nos pareciam coincidir com a terceira categoria supracitada, a saber, *blogs* confessionais ou testemunhais, passamos para a quarta etapa de delimitação do campo a ser pesquisado, utilizando como procedimento a leitura da apresentação do “*self*”. Trata-se de uma seção na qual as autoras escrevem um texto a respeito de si mesmas, sua história, e a motivação principal para a criação desses espaços.

Nesta etapa realizamos uma leitura livre e despreocupada, permitindo ser “tocada” pelos discursos produzidos. Importante frisar um aspecto próprio das pesquisas em Psicanálise: a relevância do pesquisador-observador como parte do processo, sendo que a particularidade da leitura sensível se torna critério fundamental de delimitação. A leitura da seção de apresentação, a observação geral do *layout* da página e dos temas propostos, bem como a afinidade da pesquisadora com o estilo da escrita foram critérios de inclusão utilizados para a seleção do material, definindo, assim, o universo da pesquisa a ser investigado.

Como resultado dessa primeira leitura, conseguimos classificar o perfil dos *blogs*, a finalidade a que se propõem, a população a que se destina e o estilo da escrita. Paralelamente à leitura dos *blogs*, ao longo da execução da presente pesquisa estivemos sempre atentos às diversas movimentações na internet sobre questões contemporâneas em torno da maternidade, particularmente através da rede social *Facebook*. Isto nos levou a incluir dois textos

¹⁹ Essas categorizações não foram dadas *a priori*, nem tampouco estão previstas nos *blogs*; foram estabelecidas pela própria pesquisadora de acordo com os conteúdos explanados majoritariamente nas páginas.

publicados em páginas dessa rede social em nossa discussão²⁰. O que justificou tal decisão foi a grande repercussão social e os desdobramentos que as postagens das usuárias em questão tiveram. São elas: a página de Juliana Reis e a página de Fernanda Aranda²¹.

A delimitação dos sujeitos em pesquisas qualitativas não tem o foco na quantificação, mas na análise do fenômeno em profundidade; com base nisso, alguns autores propõem o critério de saturação das informações para estabelecer o fechamento amostral (Fontanella, Ricas & Turato, 2008). Segundo os autores (2008), a saturação de informações pode ser definida como “a suspensão de inclusão de novos participantes quando os dados obtidos passam a apresentar, na avaliação do pesquisador, certa redundância ou repetição, não sendo considerado relevante persistir na coleta de dados” (Fontanella et al., 2008, p. 17). Na presente pesquisa utilizamos tal critério para fins de delimitação.

5) Após circunscrever o campo de investigação, passamos à quinta etapa de pesquisa: a leitura e exploração do material. Com base nos princípios fundamentais do referencial teórico-metodológico utilizado, a saber, a escuta flutuante (no caso, leitura flutuante) e a interpretação, adotamos uma postura descentrada ao ler o texto, visando às expressões, brechas, palavras ou outros elementos que serviram para “desconstruir” o texto.

A nosso ver, é apenas através desta atitude que o pesquisador conseguirá alcançar o que está nas entrelinhas do discurso, tornando possível criar um sentido novo, inesperado, a fim de produzir outra “verdade” sobre o texto lido. A leitura flutuante requer do pesquisador o contato direto e intenso com o material de campo, para, a partir daí emergir a relação entre as hipóteses ou pressupostos iniciais, as hipóteses emergentes e as teorias relacionadas ao tema. Para Silva (1993):

A pressa deve estar em ir a campo, e aí colher todos os dados que caírem na rede da atenção flutuante sem hipótese a ser testada, sem objeto muito bem definido, sem ansiedade de chegar rapidamente a uma compreensão desde sempre resenhada na introdução do trabalho. Deixar que os dados, em sua variedade e dispersão, repousem por algum tempo em nossa mente. Esta deve suportar o acúmulo de estímulos e a

²⁰ Apesar de inicialmente termos delimitado que nosso campo de investigação seriam apenas os *blogs*, não nos prendemos a tal rigor metodológico por considerarmos que os materiais, provenientes desse outro espaço, seriam de grande valia para nossas discussões. Não acreditamos que esta exceção pudesse comprometer nossa pesquisa, por considerar que o uso feito por estas usuárias do *Facebook* não diferem do propósito encontrado nos *blogs* pesquisados, ou seja, tratando-se também de uma escrita de si endereçada ao outro.

²¹ Links: <https://www.facebook.com/julianareis.vieira> e <https://www.facebook.com/gemelar>.

ausência de significação. Ter paciência para esperar que o inconsciente faça o seu trabalho e que a emergência do significado venha enfim aliviar a angústia do pesquisador e abençoá-lo com uma teoria provisória nascida de seu material de estudo. (Silva, 1993, p.24)

A leitura do material selecionado teve a duração de pouco mais de um ano (no período de maio de 2016 a agosto de 2017) e aconteceu concomitantemente ao desenvolvimento do referencial teórico adotado para a fundamentação da pesquisa²², o que oportunizou a articulação teórico-prática apresentada no último capítulo. Nesta linha de raciocínio, após a leitura dos depoimentos, compreendidos do ponto de vista metodológico como dados brutos, realizamos os recortes dos aspectos que se apresentaram mais relevantes, segundo os objetivos da pesquisa, processo que consiste em uma redução do texto a palavras, trechos e expressões significativas.

6) Após terem sido destacados os fragmentos que mais chamaram a atenção da pesquisadora, na sexta etapa o material recebeu um tratamento e foram organizadas as seguintes seções temáticas: 1) *Amiga, corre para as redes sociais!*; 2) *Eu não pensava ser bem assim...*; 3) *É difícil saber o que fazer com tanto leite no começo...*; 4) *Sobre o tempo: reduzido, repartido, roubado...*; 5) *Eu precisava integrar essas mulheres dentro de uma só...* e 6) *Venha cá, marido, meu amor, estamos juntos e de mãos dadas nessa caminhada!*

A sistematização dos materiais encontrados nos *blogs* teve por finalidade gerar maior organização à discussão do material, no entanto tivemos o cuidado para que o conteúdo não fosse rigidamente categorizado para não dificultar a mobilidade psíquica e a intuição da pesquisadora na realização da discussão dos temas.

Trinca (2002) lembra que a pesquisa deve se guiar por dois operadores fundamentais: a intuição e a organização. O pesquisador em Psicanálise deve estar aberto ao seu próprio inconsciente para entrar no campo intersubjetivo que o encontro com os dados deve produzir, mas, por outro lado, precisará de um momento para sistematizar suas ideias e organizá-las para que façam sentido e resultem em contribuições científicas. Desse ponto de vista, a pesquisa psicanalítica comporta os seguintes aspectos: “a mobilidade psíquica e a organização do pensar, a intuição e a razão, o conteúdo do estado de experiência e a forma do pensamento,

²² Não mantivemos nenhum contato ou comunicação com as autoras dos *blogs*, tendo em vista o objetivo de apropriar-se apenas do depoimento escrito para fins de investigação.

o aspecto inestrutural e o aspecto estrutural dos fenômenos” (Trinca, 2002, p. 201). Ainda nas palavras do autor:

A apreensão de fenômenos sutis em Psicanálise exige uma abertura para níveis de contato profundos com eles. Deve-se conseguir a libertação do espaço interno do pesquisador e a ampliação de seu nível de consciência, a fim de que esta se torne ressonância para emergências de toda natureza. É fundamental que haja flexibilidade e leveza para o contato e a apreensão de um tipo de objeto que, por suas características essenciais, é móvel, diversificado, nuançado, fugidio, pontilhado, amplo, prodigioso, inesgotável. (Trinca, 2002, p.196)

7) Como sabemos, o material coletado para fins de uma pesquisa não fala por si só. O acesso aos textos publicados nos *blogs* possibilitou um encontro profícuo entre as questões sistematizadas para fins desta pesquisa e as experiências relatadas pelas mães em questão. Para que os conteúdos pesquisados tragam contribuições à comunidade científica deve ser trabalhado a partir de uma ferramenta metodológica que o transforme em resultados, levando o pesquisador às conclusões provenientes da investigação sistemática. No que toca ao método psicanalítico, é a atitude do leitor-pesquisador que viabiliza que o material lido seja tomado como pontos de discussão. Esta última etapa destina-se à realização de interpretações e inferências sobre o material categorizado à luz da fundamentação teórica proposta. Optamos por realizar a apresentação dos dados e a interpretação/discussão concomitantemente, considerando que, dessa forma, obteríamos um texto mais dinâmico e atraente para o leitor, conforme veremos no sexto capítulo da presente tese.

A seguir apresentamos a listagem dos *blogs* utilizados, bem como os referidos textos que nos serviram de critério para a seleção das sete páginas escolhidas:

Blog 1 – Temos que falar sobre isso²³: É uma plataforma de relatos anônimos para dar voz a mulheres e mães que passaram pelas mais diversas situações: depressão pós-parto, transtornos ligados à saúde mental na maternidade e no período perinatal (desde a concepção até o primeiro ano do bebê), dificuldades durante a gravidez, sofrimento psíquico intenso, violência e abuso, desigualdade de gênero, problemas com amamentação, perda gestacional e neonatal,

²³ Apesar de esta plataforma parecer ter uma proposta diferente de outros *blogs* selecionados, também se originou a partir da necessidade de suas idealizadoras de escreverem sobre a experiência pessoal com a maternidade, advindo, assim, o desejo de viabilizar um espaço cujas mulheres pudessem realizar seus relatos anônimos. Nossa escolha por este *blog* é justificada pelo fato de ele conter inúmeros relatos de mulheres que não criaram um espaço para si na rede, porém demonstram a necessidade de escrever sobre tais experiências e utilizam a plataforma para este fim.

partos traumáticos, prematuridade extrema, gravidez de alto risco, processo de adoção, violência obstétrica e pediátrica, luto, entre outras. Trata-se de desabafos de mulheres que, desamparadas, não encontram ajuda ou apoio para falar sobre isso. Mães com dificuldades em contar suas histórias por medo de serem consideradas incapazes de cuidar dos próprios filhos, por vergonha, insegurança, por se sentirem sozinhas ou por qualquer razão que seja, têm um espaço de acolhida e suas vozes serão ouvidas. Criadora: Thais Cimino.

Link: <https://temosquefalarsobreisso.wordpress.com/>

Blog 2 – Minha teoria na vida – Iniciei este blog em 2013, diante do nascimento prematuro de minha filha, Maitê Maria – 23 semanas gestacionais e que chegou a pesar 650 gramas. Foi um dos recursos que encontrei para lidar com todo o período de internação – 1 mês antes de Maitê Maria nascer e 6 meses em uma UTI Neonatal – e que, atualmente, além de ser um meio de suporte afetivo/informacional para outros pais de prematuros extremos, é também um espaço para discutirmos o mundo do desenvolvimento infantil e da maternidade. Criadora: Teresa Ruas.

Link: <http://teteruas.blogspot.com.br/>

Blog 3 – Mil dicas de mãe – Meu nome é Nívea, sou uma paulistana de 35 anos que adora bater um papo, como toda boa geminiana. Sou a mais velha de três irmãs e considero a vida em família uma das coisas mais preciosas que alguém pode ter. Escolhi a Odontologia como profissão e a vontade de conhecer mais e mais sobre o mundo me levou à área acadêmica: fiz mestrado, doutorado e até pós-doutorado! No meio desse caminho me casei e me tornei mãe, e descobri o maior amor do mundo! Os primeiros meses como mãe foram os mais difíceis que passei até hoje. Minha filha Catarina deu um trabalho enorme (era daqueles bebês que choravam o dia todo!). Por conta disso encontrei na internet uma grande fonte de informação e uma janela para o mundo (só quem já foi mãe sabe a sensação de solidão que sentimos ao ficar dias e dias em casa com um recém-nascido). Até que quis compartilhar tudo o que havia aprendido (cuidados diários, alimentação, sono do bebê, entre outros) com todas as mães que tivessem interesse nessas dicas. Assim nasceu o Mil Dicas de Mãe, em janeiro de 2012, um espaço onde eu conto tudo o que aprendi como mãe na prática (que pode ser MUITO diferente da teoria dos livros!) e onde eu recuperei minha paixão por escrever. Em apenas três anos, são mais de 1.000 posts e 5 milhões de acessos mensais. Seja muito bem-vindo, espero

que você sinta o nosso blog como um cantinho seu e que possa compartilhar conosco as suas vivências de maternidade. Criadora: Nívea Salgado.

Link: <http://www.mildicasdemaes.com.br/blogueira>

Blog 4 – Mãezice – Mãe da Lara e da Alice. Jornalista, comunicativa por natureza, e uma verdadeira apaixonada pela maternidade e tudo que nos acompanha da gestação até o crescimento dos nossos filhos. O Mãezice é um pouco meu, um pouco seu, e muito nosso. Aqui somos "apenas" mães aprendendo diariamente com a mais louca e divertida aventura das nossas vidas: a maternidade. Entre e fique à vontade! Criadora: Ananda Urias.

Link: <http://maezice.com.br/>

Blog 5 – Mãe at work – Eu sou a Cinthia, sou jornalista, escritora, mãe da Eva e da Aurora. Meu projeto visa a inspirar e questionar o sistema vigente de trabalho, que não dá espaço pra que as mulheres consigam exercer as duas funções, de mãe e de profissional. Criadora: Cinthia Dalpino.

Link: www.maeatwork.com.br

Blog 6 – Ser mãe é padecer na internet – Rita Lisauskas é jornalista, mãe e madrastra. Sempre trabalhou em TV: apresentou os telejornais *Leitura Dinâmica*, *Rede TV News* e foi repórter e apresentadora do *Jornal da Band* aos sábados. Apesar de visitarmos constantemente o *blog* de Rita Lisauskas, utilizamos como dados os depoimentos apresentados no livro *Mãe sem Manual*, publicado em 2017, em virtude da clareza e coerência com que a escritora organiza o seu material. Criadora: Rita Lisauskas.

Link: <http://emails.estadao.com.br/blogs/ser-mae/>

Blog 7 – Não pule da janela - O blog *Não Pule da Janela* foi sonhado no começo de 2013, quando a autora estava grávida de sua segunda filha, Helena. O propósito era discutir todos os temas que englobam a maternidade, a sociedade, e o que acreditamos ser real (mas geralmente não é!). Paola Rodrigues é escritora, roteirista e fundou recentemente um estúdio de conteúdo *online* de alto impacto. Anda produzindo muito conteúdo e estratégia para marcas, instituições de ensino e ONGs por aí, além de palestrar e causar “auê” em alguns lugares. Criadora: Paola Rodrigues.

Link: <http://www.naopuledajanela.com.br/author/paolarodrigues/>

CAPÍTULO 2

A HISTORICIDADE DA MÃE NA CULTURA OCIDENTAL

As teorias sociológicas inferem que é um equívoco presumir que as características reprodutivas ensejem fisiologicamente as mulheres a terem filhos, ou que a capacidade de dar à luz e nutrir uma criança garanta o desejo de prestar cuidados ao bebê. Para tais teorias, o fato de as mulheres terem sido colocadas no lugar de cuidadoras prioritárias, senão exclusivas, deve-se muito mais ao efeito de uma construção social e cultural do que a uma determinação puramente biológica.

Um indicativo para tal constatação é a queda nas taxas de fecundidade ao redor do mundo nas últimas décadas, coincidindo com o período em que a mulher passou a conquistar um lugar relevante no espaço público. As estatísticas demonstram que atualmente a grande maioria das mulheres tem optado por um ou dois filhos, no máximo, e tantas outras escolhem viver a relação conjugal sem a presença de filhos – as chamadas *childfree*. Se as estatísticas mundiais têm demonstrado quedas explícitas nas taxas de natalidade, resta-nos discutir de que modo tal fenômeno explica e influencia a relação que a mulher contemporânea estabelece com a maternidade.

Neste capítulo faremos um passeio por alguns acontecimentos históricos, políticos e econômicos do mundo ocidental, a fim de observarmos as múltiplas posições ideológicas da mulher/mãe desde os tempos em que a maternidade não era um conceito em si, até o momento em que foi sacralizada como valor fundamental da família e da sociedade. Discutiremos, ainda, a maternidade nos tempos atuais, cujos elementos como carreira feminina, tecnologia, capitalismo, novas configurações familiares, individualismo e hedonismo entraram em cena na discussão. Em outras palavras, com essa trajetória pretendemos demonstrar como os aspectos socioculturais e históricos participam da construção do papel materno para uma mulher, uma vez que as dimensões intrapsíquica e intersubjetiva não suprimem questões do campo social. Como nos diria Winnicott (1971/1975):

Há poucas dúvidas de que as atitudes gerais de nossa sociedade e a atmosfera filosófica da época em que vivemos contribuam para o ponto de vista aqui sustentado

por nós e referido à época atual: poderíamos não tê-lo mantido em outro lugar e em outra época. (Winnicott, 1971/1975, p. 95)

Diferentes arranjos foram produzidos ao longo da história na relação entre feminino e maternidade. Não obstante as transformações que a civilização sofreu nos últimos três séculos, problematizar a maternidade é tocar em uma questão profundamente delicada, de cunho quase sagrado, tendo em vista que boa parte do tempo o destino das mulheres esteve fixado na procriação, cuidados e educação dos filhos. Não há como negar que nos deparamos, ainda hoje, com um imaginário que concebe a maternidade como um dom natural e que o afeto predominante de uma mãe para com seu filho deva ser o amor incondicional.

A primeira mulher, conforme citada nas escrituras, como uma criatura advinda da costela do homem, foi criada para cumprir o papel de uma companheira necessária. E assim está escrito: “O Senhor Deus disse: Não é bom que o homem esteja só; vou dar-lhe uma ajuda que lhe seja adequada” (Gênesis, capítulo 2, 18). No capítulo seguinte do texto sagrado, de mulher companheira passa à mulher tentadora, responsabilizada pelo mal do mundo. Noutro contexto, a mulher, exemplo de Maria, mãe de Jesus, foi sacralizada, detentora de um poder quase divino de gerar a vida. Isso sinaliza que as representações construídas em torno da mulher apresentam ambivalências e tais questões merecem destaque na presente pesquisa, conforme veremos.

2.1 Amor materno: um afeto, um conceito, um mito?

O amor materno tem sido compreendido há alguns séculos e em diversas culturas como um instinto relacionado à natureza feminina. Este raciocínio é herdeiro de uma concepção naturalizante da maternidade, cuja ênfase está na disposição biológica para gerar filhos. Nesta lógica, a gestação e o nascimento de uma criança deveriam naturalmente mobilizar o aparecimento do instinto que torna a mulher/mãe apropriada a cuidar de seu rebento. Como o fundamento desse paradigma é o determinismo biológico, questionar o inatismo do amor materno é sempre uma tarefa que predispõe a resistências. Do ponto de vista social, é mais oportuno sustentar a concepção de que toda mulher geradora de filhos tem

condições de cuidá-los, a ter que se haver com o desamparo de crianças que porventura tiveram mães não dotadas do “dom de amar”.

Em oposição a esse princípio, uma corrente crítica problematiza o absolutismo do sentimento materno, levando em consideração que condutas de amor e dedicação aos filhos não são universais, homogêneas e dominantes, nem tampouco abrangem todos os momentos da história. Dentre os críticos, vale citar a filósofa francesa Elisabeth Badinter (1985), que na década de 80 revolucionou os pensadores e interessados na temática da maternidade com sua obra ‘Um amor conquistado: o mito do amor materno’²⁴, ao contradizer o discurso dominante, afirmando que o amor materno não se dá instintivamente, nem está presente em todas as mulheres como um dom natural e espontâneo.

Para a autora, não se trata de uma condição natural presente na mulher, justificada por sua capacidade de gerar filhos, mas sim um sentimento humano como qualquer outro, incerto, imperfeito e frágil, que pode existir ou não, aparecer ou desaparecer. Nessa concepção, o amor materno é um amor conquistado, construído a partir da convivência mãe e filho, movido pela própria experiência de cuidado na história materna, podendo sofrer influências do discurso produzido pela cultura e pelos ideais sociais.

Ao nos dirigirmos para o reino animal, veremos que as regras que orientam a sexualidade e a procriação são sustentadas pela natureza e em prol da preservação da espécie. É isso que faz uma fêmea oferecer-se espontaneamente para alimentar sua cria, sem precisar questionar se há desejo ou não em seu ato. Tão logo realiza a sua função, o filhote se afasta daquela que lhe deu a vida e o alimentou por um curto período de tempo. Não há nada de surpreendente nisso – a voz autêntica da natureza diz que os filhotes só permanecem próximos de quem os alimenta enquanto for necessário, sem que se estabeleça nenhuma relação de apego prolongada.

Apesar de a mulher contar com seu aparato constitucional, biológico e natural, ser dotada de um sistema endócrino-reprodutor, sofrer alterações nos níveis de prolactina e de

²⁴ No presente capítulo utilizaremos esta obra de Elisabeth Badinter (1985) como uma referência importante para caracterizarmos o percurso da mulher/mãe nos últimos séculos, por considerarmos tratar-se de um trabalho que apresenta um interessante percurso histórico, além de ser de uma autora cuja crítica se coaduna com aquelas que estamos propondo na presente tese. Acrescentaremos as noções apresentadas por Gilles Lipovetsky (2000) em sua obra ‘A terceira mulher: permanência e revolução do feminino’.

ocitocina na gravidez e no puerpério, o exercício da maternidade nos humanos não se define exclusivamente a partir disso. Contrariamente aos animais, uma mulher não irá amamentar sua prole apenas porque é dotada de hormônios que a preparam para isso ou porque de seus seios jorra leite. Ao contrário, ela irá fazê-lo se assim o seu desejo ordenar. Noutras palavras, uma mãe pode questionar se quer ou não amamentar seu filho, e muitas vezes, quando não há desejo, o próprio corpo dá sinais, mostrando-se insuficiente. Nas palavras de Badinter (1985):

Que os biólogos me perdoem a audácia, mas sou dos que pensam que o inconsciente da mulher predomina amplamente sobre os processos hormonais. Aliás, sabemos que a amamentação no seio e os gritos do recém-nascido estão longe de provocar em todas as mães as mesmas atitudes. (Badinter, 1985, p.16)

Como seres de linguagem, as escolhas dos homens são orientadas a partir da história pessoal e do lugar que ocupam no desejo do outro. No reino animal, as fêmeas não nomeiam seus filhotes, não os inscrevem em uma linhagem familiar e não têm predileção por determinados filhotes em detrimento de outros. Nas relações humanas, como é tradicionalmente descrito pela Psicanálise, uma mãe cuida de sua cria enquanto o pai a nomeia – atos fundantes da existência de um sujeito. O amor no reino humano não é simplesmente uma norma. Por mais que se queira negar as diferenças na relação de uma mãe com seus diversos filhos, não há como amar exatamente da mesma maneira todos eles. Há particularidades em cada relação, indicando que em uma mesma mulher há maneiras variadas de assumir a mãe, a depender do que demanda cada filho, do momento em que desejou ou não tê-los e, conseqüentemente, do laço estabelecido com cada um deles. Além dessas especificidades, em cada momento histórico, em cada cultura e diante de determinadas contingências há formas específicas de ser mãe.

Ao longo da história, o interesse e a dedicação à criança foram sofrendo alterações de acordo com as transformações sociais, culturais e ideológicas. Na Antiguidade a dedicação à maternidade não dominava a vida das mulheres. Sendo a família uma unidade produtiva da sociedade, a criação de filhos coexistia com tantos outros trabalhos com os quais as crianças se envolviam desde muito cedo. Nas antigas sociedades rurais, os membros de uma família determinavam a divisão das tarefas, porém todos estavam envolvidos com a manutenção doméstica e a produção.

Vale ressaltar que a infância também não era um conceito e as crianças eram tratadas como pequenos adultos. Enquanto os homens levavam os filhos do sexo masculino para aprender ofícios como a caça e o plantio, as mulheres eram encarregadas de transmitir as responsabilidades domésticas que lhes cabiam às meninas. As famílias eram numerosas e os pais contavam com a presença de avós, empregados e tios nas tarefas de ensinar e educar os pequenos (Badinter, 1985).

A industrialização e o capitalismo levaram a população para os centros urbanos e, com isso, a produção que era realizada nos espaços domésticos foi transferida para as indústrias. As relações de trabalho deixaram de ser baseadas no parentesco e os vínculos foram organizados pelo mercado, pelas classes e categorias profissionais. “Essa mudança na organização da produção surgiu com um complexo de transformações de longo alcance e produziu mudanças na família e nas vidas das mulheres” (Chodorow, 1990, p. 19). Isso significa dizer que, à medida que a produção saiu da esfera doméstica, a reprodução e o cuidado com os filhos tornaram-se limitadores para o ofício feminino. Ou seja, uma vez que o local de trabalho não era mais o lar, o homem passou a sair para trabalhar enquanto a mulher realizava seus pequenos ofícios em casa e permanecia com os filhos, estabelecendo uma divisão de trabalho por sexos que trazia como principal argumento a manutenção da espécie humana.

Nesse sentido, a maternação das mulheres não surgiu isoladamente, mas como resultado de outros arranjos institucionais e formulações ideológicas e econômicas. Em suma, o sistema econômico passou a depender da divisão de trabalho por sexos, na qual o homem representava a força de trabalho e as mulheres tornavam-se responsáveis por reproduzir e educar os futuros cidadãos.

Ainda que as mulheres tivessem sido responsabilizadas por cuidar dos pequenos, a maternidade levou um tempo para se tornar um valor social em si. Nas famílias abastadas, por exemplo, essa era uma tarefa que representava perda do *glamour* e do *status* social. Os séculos XIX e XX foram marcados por essa mudança paradigmática – a mulher recebeu o estatuto de “mãe-dona-do-lar”, no qual as atividades domésticas e o cuidado com os filhos tornaram-se tarefas exclusivas do sexo feminino. Para citar um exemplo, diante dessa determinação social atribuída à mulher, a definição do Larousse do século XX (edição de 1971) descreve o instinto materno como: "uma tendência primordial que cria em toda *mulher*

normal um desejo de maternidade e que, uma vez satisfeito esse desejo, incita a mulher a zelar pela proteção física e moral dos filhos" (Larousse, 1971, como citado em Badinter, 1985, p. 10). Assim, a mulher normal seria aquela que deveria desenvolver o desejo pela maternidade e, em seguida, o zelo em cuidar de seus filhos. Desejar qualquer outra coisa em detrimento de um filho seria impensável para a época, afinal contra fatos naturais não há argumentos, tornando-se um pressuposto inquestionável.

2.2 A mulher, a mãe e um pouco de história...

No livro de Gilles Lipovetsky (2000) ‘A terceira mulher – permanência e revolução do feminino’, o autor apresenta as várias mudanças nas relações da mulher com o homem, o trabalho, a maternidade e o seu próprio corpo. Para melhor sistematizar suas reflexões, o autor divide o percurso da mulher em três tempos: a primeira mulher, caracterizada como um mal necessário, confinada nas atividades sem brilho, um ser inferiorizado e desprezado pelo homem; a segunda, como a mulher enaltecida e idolatrada pelo homem por seus atributos domésticos; e a terceira mulher, concebida como a pós-mulher no lar, que deixou de ser subjugada pelo poder patriarcal e passou a escolher seus caminhos e seu destino. Podemos afirmar que a mulher esteve a maior parte do tempo da história situada na posição da primeira mulher, ou seja, a mulher depreciada, concebida como um sexo frágil ou segundo sexo, assujeitada aos desejos e expectativas dos homens.

Lipovetsky (2000) questionou sobre a valência diferencial entre homens e mulheres presente em várias culturas da civilização e nas quais as últimas sempre estiveram em posição de inferioridade em relação aos primeiros. Ainda que existam hipóteses de que em determinados momentos da história e em algumas culturas a supremacia feminina e o poder matriarcal estivessem presentes, comumente verifica-se a preponderância da dominação masculina.

Na Antiguidade grega e romana, as mulheres estavam destinadas ao casamento e à maternidade desde o afloramento da puberdade e isto representava o modo de controle mais eficaz sobre os corpos femininos. Para a autora supracitada, essa característica de nossas sociedades é oriunda dos diferentes papéis na reprodução, ou melhor, não seria o sexo em si,

mas a fecundidade que marcaria a diferença entre homens e mulheres. Conforme aponta Iaconelli (2015):

As condições fisiológicas para a reprodução feminina implicam a necessidade de proteção e, principalmente, de confinamento e permanente ocupação com as crianças pequenas. Nesse aspecto, as mulheres não tinham como prescindir do caráter limitante de tal tarefa. As limitações da gestante, o período crítico do parto, o resguardo do puerpério, o papel nutriz e altíssima mortalidade materno-infantil criavam um abismo entre a contínua mobilidade do homem para exercer a caça e outras atividades e o confinamento/dependência das mulheres, decorrente da imaturidade dos bebês humanos. (Iaconelli, 2015, p.47)

Outro elemento a ser destacado é que a relação entre feminino e reprodução sempre se apresentou de maneira distinta nas diversas camadas sociais. Às mulheres nobres foi dada a incumbência de reproduzir a classe dos nobres, o que significava ter um número específico de herdeiros. Quando o quantitativo de filhos desejados era atingido, a abstinência sexual tornava-se o método contraceptivo mais seguro na ausência de outro.

A entrada da figura da concubina e da prostituta, toleradas e até incentivadas pela nobreza, visava a satisfazer sexualmente os homens quando suas mulheres estivessem privadas. Essa prática evidencia que o prazer sexual era privilégio masculino e às mulheres nobres o sexo servia meramente à função reprodutiva. Além disso, ocupar tais mulheres da tarefa extenuante e ininterrupta que a maternidade exigia tornava-se um meio de entretê-las contra as paixões sexuais e outros destinos (Badinter, 1985).

O discurso religioso, ascendente na Idade Média graças ao lugar dominante ocupado pela Igreja, teve muita influência na construção da imagem sacralizada da mulher/mãe. Inúmeros textos trazendo o culto à virgindade de Maria, mãe de Jesus, teriam implicitamente a intenção de preservar as mulheres das tentações da carne, livrando-as, conseqüentemente, do risco da morte causado pelos partos. (Lipovetsky, 2000).

Veremos que enquanto a era medieval deu maior ênfase à santidade e virgindade de Maria, tornada ícone para todas as mulheres da humanidade, o iluminismo e a modernidade mostrarão diversas outras faces do feminino. Lipovetsky (2000) explica que a mulher do século XII foi exaltada ao posto de uma dama; entre os séculos XV e XVI valorizou-se a beleza e a estética feminina; no século XVII, a polidez e a arte de viver tomaram a cena, e finalmente, no final dos séculos XVIII e XIX a mulher foi sacralizada como esposa-mãe-

educadora do lar. Segundo o autor, essas alterações no olhar sobre a mulher em nada mudam as posições hierárquicas do masculino sobre o feminino. As feministas reconhecem a “valorização das mulheres” como a última forma de dominação masculina. Esses atributos concedidos a elas foram ofertados pelos próprios homens a partir do lugar a eles conveniente. A mulher tornou-se definitivamente fruto do desejo do homem e produto de seus discursos ideológicos, sejam eles moralistas, médicos ou filosóficos. Como sugere Maria Rita Kehl (2008):

O que é específico no caso das mulheres, tanto em sua posição subjetiva quanto em sua condição social, é a dificuldade que enfrentaram e enfrentam em deixar de ser objetos de uma produção de saberes de grande consistência imaginária, a partir da qual foi se estabelecendo a verdade sobre sua “natureza”. (Kehl, 2008, p. 12)

O século XVII para alguns países europeus merece destaque por representar uma era em que o espírito iluminista fez suscitar nas mulheres ideais de emancipação do Antigo Regime, autonomia do sujeito, liberdade dos grilhões da religião e ideias revolucionárias. “O pensamento das Luzes teve alguma influência indireta sobre as primeiras ideias feministas na Europa ao valorizar a emancipação individual, afirmar a supremacia da razão e recusar a ideia de um sujeito submetido ao projeto divino” (Kehl, 2008, p. 53).

Podemos dizer que pela primeira vez na história do Ocidente nota-se uma independência das mulheres em relação aos ditames patriarcais e à dominação masculina. Esse era o perfil das aristocratas, elegantes e intelectualizadas – mulheres livres, com recursos financeiros abundantes, gozavam de liberdade social, circulavam pelos espaços tradicionalmente reservados aos homens, colocavam-se francamente hostis ao casamento e à maternidade. Por terem compreendido que do corpo decorria sua escravidão e vulnerabilidade, elas não se entregavam às suas paixões e “toda sua arte consistia em fazer-se desejar sem se deixar possuir” (Badinter, 1985, p. 107). Ostentavam um modo de vida em que a moral e os sentimentos estavam ausentes. Consideravam que, em uma palavra, podiam ser ao mesmo tempo livres e soberanas, o que significava uma oposição ao papel de esposa e mãe. Para essas mulheres, “marido, família do marido e filhos são impiedosamente relegados à categoria das desgraças da mulher” (Badinter, 1985, p.108). Elas encontravam meios para ter acesso ao conhecimento, interessando-se por filosofia, astronomia, ciências físicas e literatura.

Na primeira geração, poderíamos chamá-las de mulheres ambiciosas, corajosas, dispostas a enfrentar uma corrente de pensamento que excluía a mulher da formação intelectual. Conforme afirma Badinter (1985, p. 115): “Um pequeno núcleo de mulheres, em relação aos 80% de suas irmãs analfabetas, soube provar que, com tempo e dinheiro, as mulheres podiam ser iguais aos homens”. Outro aspecto relevante é que elas foram as primeiras mulheres a praticar a arte de viver sem filhos a fim de desfrutar a vida mundana.

À medida que a mulher buscava autonomia e liberdade, a criança era concebida, nesse século, como um verdadeiro estorvo para elas e um fardo para os pais, tendo em vista que lhes roubava a atenção de suas esposas. Para a autora, o primeiro sinal de rejeição ao filho estava na recusa em amamentá-lo e a alternativa encontrada, de acordo com os recursos financeiros disponíveis, era a contratação de uma ama de leite. Entre as mães nobres do século XVIII e até entre as mulheres dos menores artesãos vigorava um consenso de que pouco deveriam se dedicar às tarefas maternas. Muitos dos argumentos que justificavam a posição negativa ante a amamentação giravam em torno de questões estéticas, pois juravam que se amamentassem perderiam a beleza ao terem seus seios deformados. Outra questão seria a excessiva sensibilidade nervosa perturbada pelo choro da criança. Se nada disso bastasse, o argumento seguinte seria a ordem social e moral. Afinal de contas, as mulheres que se posicionavam como as damas da nobreza consideravam pouco digno amamentarem elas mesmas os seus filhos (Badinter, 1985).

Para os homens, a amamentação significava um atentado à sexualidade e um verdadeiro antídoto ao amor – o cheiro de leite os afastava sexualmente das mulheres. Médicos e moralistas da época proibiam as práticas sexuais nesse período, por considerarem que o esperma azedava o leite. Assim, para que o bebê não atrapalhasse a vida conjugal, o melhor que se tinha a fazer era entregá-lo a uma ama mercenária.

O aspecto social também justificava tal decisão, já que as mulheres da alta burguesia francesa, por exemplo, deveriam entregar-se aos prazeres da vida mundana, ter uma vida social, jogar e dançar todas as noites, frequentar a ópera e o teatro. Voltar-se aos cuidados dos filhos representava uma tarefa constrangedora demais para aquelas que ocupavam altas posições nas classes sociais. Para as mulheres burguesas do século XVIII não havia nenhum estímulo ou valorização das tarefas maternas, representando, por vezes, uma atividade bastante vulgar.

O hábito de contratar amas de leite se generalizou a tal ponto no século XVIII, que na França chegou a haver escassez desse serviço, quando as mulheres das mais diversas camadas da sociedade urbana resolveram adotar esta prática, tornando os números alarmantes. Os estudos apontam que tal tendência estaria atrelada à necessidade das mulheres dos artesãos e dos comerciantes trabalharem. Outra justificativa considera que o fato de o homem ocupar um lugar central na sociedade e na família fez com que mulheres, mesmo sem necessidades econômicas, escolhessem deixar os filhos aos cuidados de outrem para se dedicarem integralmente aos interesses do cônjuge.

Em 1780, em Paris, em cada grupo de 21 mil crianças que nasciam anualmente, menos de mil eram amamentadas pelas mães, mil eram amamentadas por uma ama em seu próprio domicílio e todas as outras eram enviadas para as casas de amas de leite. Havia os mais diversos tipos de amas, desde aquelas que eram muito requisitadas pela burguesia, indicadas pelos próprios médicos, pois apresentavam um bom estado de saúde física e mental, eram dispostas, vivas, bonitas e mansas, até aquelas que viviam nas piores condições possíveis, que eram mal pagas porque atendiam a uma classe mais pobre da população e não tinham nenhum tipo de preparo para terem bebês sob os seus cuidados. Nos casos mais precários, em que as crianças disputavam com muitas outras os cuidados necessários, havia um número elevado de mortalidade infantil, o que passou a preocupar as autoridades.

Quando as crianças retornavam ao lar paterno estavam, na maioria das vezes, malformadas, raquíticas ou gravemente enfermas. Nas famílias mais abastadas, as crianças permaneciam sob os cuidados de governantas ou preceptores em suas casas. A mãe permanecia distante e indiferente, mantendo uma fisionomia severa a fim de garantir o respeito e a autoridade. Por volta dos sete anos de idade a criança deveria dirigir-se às escolas internas, confirmando que, mais uma vez, os pais estariam delegando os cuidados dos filhos e sua educação formal a terceiros. Não mais às amas, nem às governantas e preceptores, mas ao mestre-escola, que passa a desempenhar, inclusive, o papel familiar de educação doméstica.

Era nos conventos que as moças esperavam os maridos. Porém, se ninguém aparecesse, estariam condenadas a permanecer ali e a vestirem o hábito de freiras. Assim, a educação das crianças das classes burguesas ou aristocráticas seguia geralmente o mesmo destino, subdividida em três fases específicas: o período que passavam com as amas de leite, um breve retorno ao lar, e em seguida a entrada para um convento ou internato. Nota-se que

os filhos permaneciam um tempo curto na companhia dos pais, ficando certamente privados de afeto (Badinter, 1985).

O número alarmante nos índices de mortalidade infantil nos séculos XVII e XVIII passou a chamar atenção para as condutas que vinham sendo adotadas²⁵, gerando comoção em algumas mulheres, principalmente naquelas que tinham perdido mais de um filho. Entretanto, isso não as impedia de continuarem deixando seus filhos aos cuidados de outrem. Dessa maneira, verificamos que a ordem social era soberana e que tendo sido instituídas tais práticas, não foram questionadas por mais de um século.

Na década de 80, as proposições de Badinter foram muito criticadas, pois lançaram luz a aspectos que foram maquiados por muito tempo como, por exemplo, o fato de associar os elevados números de mortalidade infantil à negligência materna. Segundo Badinter (1985), os registros históricos e literários que abordam a qualidade das relações mãe e filho constataam indiferença, recomendações de frieza e um aparente desinteresse pelo bebê que acabara de nascer. Tais reações eram justificadas como defesas contra o sofrimento em virtude dos elevados índices de mortalidade no primeiro ano de vida. Assim, diante da morte de crianças pequenas, os pais reagiam com conformismo e um sentimento religioso de compreensão e entrega a Deus. A autora questiona esse fenômeno, invertendo a lógica preponderante até então: “Não é porque as crianças morriam como moscas que as mães se interessavam pouco por elas. Mas é em grande parte porque elas não se interessavam que as crianças morriam em tão grande número” (Badinter, 1985, p.87). Tal proposição pareceu muito ofensiva às mães e Elisabeth Badinter foi muito criticada por alguns de seus apontamentos, o que reitera a negação social no que tange às dificuldades maternas.

²⁵ Chegava-se a 25% o número de crianças mortas antes de completarem um ano de idade. É verdade que fatores como salubridade, clima e ambiente modificam essas taxas, dependendo da região em questão. Contudo, o dado mais significativo é o de que as crianças que eram amamentadas pelas próprias mães morriam duas vezes menos do que as que eram entregues às amas de leite (Badinter, 1985).

2.3 Discursos Pró-Maternidade: as bases para a ideologia do amor materno

Diante do cenário apontado, alguns pensadores e historiadores (Badinter, 1980; Lipovetsky, 2000; Knibiehler, 2000) concebem o conceito de maternidade como uma construção da era moderna. Para eles, o iluminismo lançou luzes sobre a reprodução, atribuindo-lhe um lugar de relevância. Dentre os motivos que fizeram parte do nascedouro de um discurso maternalista estão o contingente altíssimo de crianças abandonadas que precisaram ficar sob a tutela do Estado e o elevado índice de mortalidade infantil, conforme tratado acima. Outra razão convincente para a responsabilização das mães pelos filhos referia-se à educação.

Passou a vigorar mais fortemente a partir do século XIX um discurso de exaltação dos papéis materno e doméstico, garantindo às mães o reconhecimento social através do exercício de tais funções, conforme descrito por Lipovetsky (2000), como a segunda mulher. Por trás desse discurso estava a preocupação com a ética e a moral dos sujeitos sociais. A cultura europeia foi a principal responsável por produzir uma espécie de doutrinação que atribuía à mulher o papel exclusivo de esposa e mãe, forçando-a a abrir mão de toda forma de emancipação feminina. Os discursos religiosos, moralistas e médicos uniram forças no intento de preconizar a ideia de que casamento e maternidade eram os únicos meios para o acesso à felicidade.

A Igreja, baseando-se na virgindade de Maria, apostou na abstinência sexual a fim de preservar as mulheres das mortes geradas por partos e abortos, e utilizando-se deste mesmo ícone, sacralizou o papel materno. O discurso médico, e posteriormente o psicanalítico, estabeleceram um novo modo de relação entre mãe e filho, favorecendo mudanças significativas no modo de pensar a maternidade, bem como no exercício desta função. Isso significa dizer que a partir de uma nova concepção de maternidade acreditava-se que as crianças estariam a salvo das mercenárias e passariam a ser cuidadas com o “amor e atenção” próprios de uma mãe. A ideologia do amor materno teve seu nascedouro a partir desses princípios.

Evidentemente que uma mudança de mentalidade dessa natureza demandaria algum tempo para se operar. Por essa razão, o primeiro recurso utilizado pelos médicos foi apelar

para o senso de dever, culpando e ameaçando as mulheres a cumprirem sua função nutriz. O aleitamento materno e os cuidados aos recém-nascidos foram as primeiras preocupações destinadas às mulheres através do discurso médico. Esse período foi marcado por publicações que ordenavam às mães que amamentassem, inculcando a noção de instinto materno, o amor espontâneo e natural de toda mãe por um filho. Com isso, o sentimento de amor materno tornou-se um valor natural e social extremamente necessário à continuidade da espécie e à sociedade.

A fecundidade e a procriação passaram a ser enaltecidas como um valor social a partir da segunda metade do século XVIII. Badinter (1985) acrescenta que as transformações na mentalidade da época só foram possíveis graças a três formas de discurso: um discurso econômico dirigido apenas aos homens esclarecidos, um discurso filosófico comum aos dois sexos, e um discurso dos intermediários.

O primeiro discurso apresentava a criança como um valor mercantil, que passava a ser considerada como potencialmente uma riqueza econômica. Quanto maior o número de uma população, maior também a possibilidade de se obter renda. A mão-de- obra humana foi considerada um bem precioso, e a partir de então, os filhos deixaram de ser “estorvos” para as famílias e passaram a ser vistos como potencialidades à geração de renda. O Estado e algumas iniciativas privadas começaram a ajudar as mães necessitadas, recompensando aquelas que amamentavam os seus filhos e dando-lhes o suporte necessário para prestar-lhes os cuidados. Contudo, o que se verificou a partir de alguns fatos históricos é que esse primeiro discurso não foi completamente satisfatório para produzir as mudanças esperadas.

Na sequência, o segundo discurso visava a trazer à tona conhecimentos relativos à natureza (feminina), com vistas a produzir um convencimento nas mulheres a respeito de sua real essência. Para tanto, foram enaltecidas as figuras das mães selvagens, que mantinham os seus filhos nos seios até os quatro anos de idade. Acreditava-se que a naturalização do amor materno bastaria para que elas encontrassem em si mesmas o potencial e o desejo para se dedicarem aos filhos.

Jean-Jacques Rousseau foi um dos pensadores que se manifestaram a favor do retorno das mulheres para um estado que chamou de absolutamente natural, um casamento baseado no amor, a liberdade dos cônjuges e a busca da felicidade compartilhada. Há uma proposição

rousseauiana de que a mãe inicialmente amamenta os seus filhos por necessidade própria. Seria sua própria condição natural de estar com os seios repletos de leite e necessitando livrar-se dele que faz com que a fêmea sinta a necessidade de amamentar. Para o autor, a primeira causa da maternagem é a necessidade, correspondendo muito mais ao efeito do egoísmo materno do que do seu altruísmo (Badinter, 1985).

No século XVIII, o papel insubstituível do amor materno na educação dos filhos apareceu de maneira intensificada nas manifestações literárias e artísticas: surgiram os primeiros poemas sobre o amor maternal, telas mostrando cenas de mães amamentando, acalentando e brincando com os filhos. “É na efusão lírica que são glorificados o devotamento materno e o papel da mãe, primeira professora dos filhos: com os Modernos, a mãe foi erigida em objeto de culto leigo” (Lipovetsky, 2000, p. 215).

Na literatura, o discurso maternalista se apresentou através da publicação de Emílio, em 1762 – uma história romanceada entre o jovem protagonista e seu tutor, na qual Rousseau tratou de aspectos importantes de como se educar um cidadão ideal. Esse texto atraiu um número significativo de leitoras que passaram a seguir os conselhos sugeridos pelo autor. A mulher rousseaniana, fielmente projetada na personagem de Sofia, que deveria vir a ser a esposa de Emílio, é naturalmente fraca e passiva, um complemento para o homem, que, por sua vez, é uma figura forte e ativa. O texto descreve uma espécie de instrução a respeito do modo como as mulheres deveriam ser educadas para se transformarem em “Sofias”, com atributos como delicadeza, ternura, amor, paciência e modéstia.

Mesmo diante da propagação desses discursos, as resistências das mulheres em assumir os cuidados maternos eram evidentes, pelo menos as francesas, levando os moralistas a afirmarem: “por mais que se condene o luxo depravador, prevalece o fato de que, quanto mais rica e culta é uma nação, mais as mães renunciam à sua condição materna” (Badinter, 1985, p.186). Essa crítica fortalece o argumento de que as mulheres não deveriam receber educação, porque o que convinha era que fossem boas mães, permanecendo sem curiosidades e ambições. Não podemos perder de vista que esses discursos:

[...] que constituíram a feminilidade tradicional fazem parte do imaginário social moderno, transmitido através da educação formal, das expectativas parentais, do senso comum, da religião e da grande produção científica e filosófica da época, que

determinava o que uma mulher deveria ser para *ser verdadeiramente uma mulher*. (Kehl, 2008, p. 44)

Rousseau tentou convencer as mulheres afirmando que enquanto nutrízes teriam maridos mais carinhosos, atenciosos e viveriam uma relação mais doce e feliz. Importante lembrar que o final do século XVIII foi marcado por uma mudança importante no que dizia respeito ao casamento, que passou a ser concretizado a partir dos sentimentos dos esposos e não mais como um negócio familiar. Isso se deu em grande parte como efeito da filosofia das luzes, em que a busca da felicidade foi seguida pela valorização do amor. Com isso, o lugar da mulher na casa passou a ser mais valorizado pelo marido e, conseqüentemente, ela assumiu um lugar importante junto aos filhos.

Começava-se a construir uma nova imagem para a mulher: a Eva cedeu lugar docemente a Maria, e ela passou a ser vista como a pacificadora do lar, aquela que tudo resolvia e era capaz de amar e cuidar incondicionalmente. Como consequência desse segundo discurso, a mãe passou a amamentar os filhos pelo próprio prazer, tornando-se figura central na vida deles.

2.4 A construção de um conceito sobre a maternidade

As promessas de felicidade e realização derivadas do sentimento materno fizeram as mulheres crer que o lar era o lugar autêntico e verdadeiro no qual elas deveriam permanecer. Tal mudança parece ter sido fruto de uma compreensão de que a saúde e a sobrevivência dos filhos eram encargos que não poderiam ser delegados a outrem. Essa concepção, além de gerar nas mães a responsabilidade de cuidar de seus filhos pelo menos até estarem fisicamente “fora de perigo”, previa que a educação e a formação intelectual também estariam a seu encargo, derivando daí a produção de um *discurso intermediário*, conforme descrito por Badinter (1985).

O amor da mãe deveria se estender para a educação moral e religiosa, através da transmissão dos valores fundamentais a fim de formarem cidadãos de bens e pessoas felizes. Isso significava dizer que a mulher passou a ser responsabilizada pelo sucesso ou fracasso dos

homens em sua vida adulta, tornando-se as principais interlocutoras na educação dos futuros cidadãos.

As meninas recebiam uma educação que no futuro as conduziriam à maternidade. Por muito tempo o principal brinquedo de uma menina foi uma boneca, o que promovia o ensaio dos cuidados maternos. A transmissão das características femininas não se dava apenas pelas palavras e ensinamentos, mas, sobretudo, pela conduta, bons modos e bom temperamento. Assim, uma boa mãe era aquela que guardava a temperança, a ternura e a paciência.

Desses discursos derivaram algumas transformações em relação aos cuidados prestados aos pequenos. Para citar um exemplo, o costume de enfaixar os bebês para que ficassem livres de acidentes “autorizavam” as mães a diminuir a vigilância e a poderem realizar outras tarefas. Os bebês passaram a usar roupas mais adequadas e confortáveis, possibilitando movimentos mais livres, bem como havia maiores trocas afetivas entre mães e filhos, uma vez que passaram a permanecer por mais tempo carregados no colo. Assim, a supressão de tais artifícios representava tempo, dedicação e atenção exigidos da mãe, que passou a se tornar mais atenta e voltada aos cuidados com os bebês.

Como efeito das transformações relativas à representação da maternidade, a criança começou a ocupar um lugar diferenciado na família: do bebê estorvo para a vida conjugal dos pais, tornou-se uma criança insubstituível da qual se cuidava com dedicação, pois a morte passou a representar um drama familiar. Badinter (1985) acrescenta que a nova mãe se converteu em terna e cuidadosa, que tinha os filhos como única ambição na vida e fazia de tudo para oferecer-lhes todos os esforços para que se tornassem pessoas brilhantes. Diante de tais transformações verifica-se que o amor materno se revelava contingencial e não natural como fora preconizado até então.

A nova mãe passa, portanto, muito mais tempo com o filho do que a sua própria passara com ela. E é bem o fator “tempo” que melhor marca a distância entre duas gerações de mulheres. As antigas mal “tomavam conhecimento” da prole, e consagravam o essencial de seu tempo a si mesmas. As novas vivem constantemente junto dos filhos. Amamentam, vigiam, dão banho, vestem, levam a passear e cuidam. A criança já não é relegada à distância, ou a um outro andar. Ela brinca ao pé da mãe, faz as refeições a seu lado e conquista seu lugar no salão dos pais, como o testemunham numerosas gravuras. (Badinter, 1985, p.211)

A preocupação com a saúde dos filhos fez com que as mães atribuíssem um lugar de maior relevância aos médicos de família que, por sua vez, passaram a ter a tarefa de transmitir técnicas necessárias ao bom manejo e cuidado dos pequenos, empoderando e reforçando nelas tal responsabilidade. Para Lipovetsky (2000):

Quanto mais estas foram destinadas ao universo doméstico, mais foram arrancadas aos condicionamentos ancestrais e abertas às normas ditadas pelo corpo médico; quanto mais o papel natural da maternidade foi glorificado, mais o instinto materno foi enquadrado e disciplinado pelas diretivas dos organismos científicos e médicos. (Lipovetsky, 2000, p.214)

Importante salientar que tais modificações ficaram mais evidentes às mães pertencentes à média burguesia, porém não se apresentaram tão significativamente na classe mais pobre e nem tampouco na aristocracia. A mulher burguesa não hesitou em aderir ao modelo rousseauiano, pois não precisava trabalhar para sustentar a casa, não tinha ambições mundanas nem pretensões intelectuais e, neste sentido, não tivera dificuldades em assumir para si a identidade materna, que além de prazerosa, segundo seus relatos, poderia garantir-lhe um reconhecimento familiar e social. Tornou-se assim a rainha do lar, aumentando seu poder na esfera doméstica.

Já as aristocratas permaneciam por mais tempo com uma atitude distanciada de seus filhos, por considerarem demasiado vulgar tal atitude. Continuavam sendo aconselhadas a deixar os filhos para serem educados por amas trazidas às suas casas, ou pelas governantas ou preceptores, a fim de não terem o casamento destruído pela necessidade de se distanciarem dos maridos para se dedicarem à tarefa de educar. Elas deveriam permanecer belas, elegantes e continuar frequentando os bailes, as óperas, permanecendo no lugar de grandes damas, que representavam o luxo e o prazer das famílias.

A coabitação mãe e filho preservava a imagem de uma “boa mãe”, o que não significa dizer que ali se instaurara uma relação satisfatória entre mãe e filho. Elas passavam apenas a ter mais vigilância sobre os filhos, mas não necessariamente mais cuidado. Por um salário relativamente baixo, mas pela ambição de estar na cidade, conviver com uma família burguesa e obter ganhos, as amas deixavam os próprios filhos prematuramente. Enquanto essa prática trazia uma redução na mortalidade das crianças nas zonas urbanas, aumentava significativamente a morte dos filhos das amas, que eram obrigados a ser afastados de suas

mães. Em algumas regiões a mortalidade chegava a 87%, o que significava um dado alarmante (Badinter, 1985).

As tarefas maternas passaram a ser enaltecidas em termos de missão: por estar preparada biologicamente para a maternidade, a mulher estaria destinada a colocar os filhos no mundo, alimentá-los e educá-los, renunciando as ambições pessoais. “Esse pressuposto sustenta que aquilo que parece universal é instintual, e aquilo que é instintual, ou tenha componentes instintuais, é inevitável e imutável” (Chodorow, 1990, p.30).

A felicidade e a realização, para elas, estariam associadas ao fato de serem boas mães e usufruírem das delícias provenientes do amor materno. “A subjetividade feminina será construída como satélite do desejo alheio, conformada pela dependência afetiva, econômica e legal e por um modelo de maternidade incondicional, abnegado e altruísta, como um papel vitalício exercido por toda a vida” (Lobo, 2008, pp. 69-70).

Outro papel que passou a receber destaque foi o da “dona de casa”. A era moderna ficou responsável pela criação de um padrão de feminilidade cuja função principal seria promover um casamento entre a mulher e o lar (Kehl, 2008). Essa posição feminina, além de manter a ordem de tudo que correspondia ao cotidiano da família, garantia o *status* de virilidade do homem burguês. Assim, a mulher do início do século XX foi supervalorizada pelos feitos domésticos, pela gestão impecável do lar e pelo cuidado da família, favorecendo a sua permanência no espaço privado.

De acordo com Lipovetsky (2000), a ideologia da “mulher do lar” mantém a mulher excluída dos princípios da sociedade individualista e capitalista moderna. Ou seja, a mulher ficou privada socialmente de três aspectos que lhe proporcionariam autonomia e liberdade: o direito político, a independência intelectual e a independência econômica. A sacralização da mulher “zeladora do lar” se estendeu a todas as classes sociais, criando o arquétipo da mulher sem profissão.

É possível constatar que os ideais de feminilidade para a mulher na era moderna são requisitos imprescindíveis à perpetuação da família nos moldes burgueses. A mulher deslocada da cena pública e fixada na privacidade do lar, aceita sem fortes resistências a

sujeição aos preceitos da ordem burguesa, bem como a responsabilidade de tornar-se a guardiã da moralidade em uma sociedade predominantemente masculina.

Na acepção de Badinter (1985), as mídias e outros canais de informação foram responsáveis pela propagação da relação entre mulher, maternidade e lar. Dardigma, pesquisador da imprensa feminina nas décadas de 60 e 70, constata a presença da noção de “natureza feminina” extremamente vinculada ao eixo da maternidade. O discurso previa que a mulher deveria seguir seu destino biológico, assumindo seu papel de esposa guardiã do lar e mãe tranquilizadora.

São numerosas as reportagens mostrando que a presença e a disponibilidade da mulher em casa são necessárias para todos os membros da família. A associação direta da maternidade à “natureza feminina” criou um imaginário social de que toda mulher só se realizaria sendo boa mãe e a mulher da família nuclear burguesa que, insatisfeita com as restrições da vida doméstica, destinava aos filhos um forte investimento libidinal (Badinter, 1985).

A Psicanálise, por sua vez, teve muita influência na produção de discursos pró-maternidade ao atribuir uma significação psicológica ao papel materno: Freud (1932), ao definir a maternidade como o caminho mais viável para se lidar com a castração feminina, e Winnicott, ao descrever os atributos maternos como condição para um desenvolvimento emocional satisfatório do bebê. Dentre outros, citamos, ainda, Alice e Michel Balint (1939) que trataram da “necessidade” de maternar subsequente à gravidez, garantindo a mutualidade mãe-bebê, ou seja, o que é satisfatório para um deve também ser para o outro.

A novidade posta pelo discurso psicanalítico é de que a maternagem deve gerar um profundo contentamento à mãe e não ser uma atividade mecânica, movida pela coerção social. Os estudos mostram que não se trata apenas de alimentar e manter o bebê limpo, afinal, para que ele se desenvolva bem, necessita de um cuidador que o sustente adequadamente²⁶.

Apesar dos altos investimentos para a proliferação de um discurso pró-maternidade, a mulher da virada do século XX começou a dar indícios de novas aspirações e ambições, sinal de que o lugar construído para elas no espaço privado não parecia suficiente. O desejo de ter

²⁶ Aprofundaremos essas questões no capítulo 4 desta tese.

uma carreira e ganhar visibilidade pública foram passos fundamentais para o movimento de emancipação feminina.

O período pós-guerra foi marcado por um culturalismo triunfante, uma época de grandes conquistas, na qual as mulheres aproveitaram para questionar sua condição, identidade e relações com os homens (Badinter, 2011). Além das questões ideológicas, esse período foi propício para a ascensão profissional em virtude da necessidade de reestruturação dos países que sofreram os prejuízos da guerra. As exigências da produção colocaram fim à antiga divisão do trabalho ao convocar as mulheres para desempenhar atividades remuneradas. “Organização da família, cuidado infantil e criação dos filhos, e as relações entre o cuidado materno e outras responsabilidades se modificam em resposta a certas mudanças na organização da produção” (Chorodow, 1990, p. 52). A partir de então, novas questões se apresentam em torno das relações de mulher, mãe, filhos e trabalho.

2.5 Os primeiros passos para a emancipação feminina

Ao considerar a emancipação feminina, Lipovetsky (2000) observa uma defasagem histórica entre a emancipação política e a econômica. As mulheres obtiveram o direito ao voto, em alguns países, muitos anos antes da emancipação econômica. Na Grã-Bretanha e na Polônia esse direito foi obtido em 1918; nos Estados Unidos e na Bélgica, em 1920; no Brasil, esse acontecimento data de 1932.

O principal motivo apontado pelo autor é o fato de que a chegada das mulheres ao mercado do trabalho foi fortemente influenciada pela valorização da educação formal feminina, que teve de início uma conotação moral, com o objetivo de fortalecer a função social de educadora dos filhos. Se as mulheres no final do século XIX e início do XX recebessem a missão de preparar os futuros cidadãos de uma nação, teriam elas mesmas de serem formadas para isso. Paradoxalmente, essa pretensão conduziu-as a novos destinos, distanciando-as do espaço privado, pois existe uma correlação direta entre nível escolar e atividade profissional feminina: quanto mais elas forem diplomadas, mais preparadas estarão para desenvolver um ofício. Por muito tempo, a formação universitária, quando presente,

disputou com o ideal da esposa do lar. Muitas mulheres paravam de estudar quando se casavam ou com a chegada dos filhos.

As transformações sociais na imagem feminina não podem vir dissociadas da projeção do capitalismo, tanto na criação de bens de consumo como na comercialização e usufruto dos bens. Além da revolução industrial, a expansão do setor terciário foi um fator determinante para a entrada e permanência da mulher no mercado de trabalho, uma vez que foram oferecidas atividades, à época, mais adaptadas às mulheres, tais como as profissões de escritório, de comércio, saúde e educação.

No período referente às guerras e após a depressão econômica de 1929, o mundo viveu um tempo de reconstrução, marcado pelo avanço da industrialização, o “boom” do comércio e a ascensão do capitalismo. Nos Estados Unidos, por exemplo, a mulher ganhou um novo papel e um novo *status* social: de mão-de-obra barata até então, ela passou a ser alvo de campanhas publicitárias, tornando-se uma consumidora em potencial.

O mercado direcionado ao público feminino retirou da mulher o antigo estigma de devoção ao trabalho doméstico. A cultura norte-americana teve grande participação na propagação da ideia de emancipação feminina, na medida em que as mulheres poderiam gozar de bens de consumo que contribuiriam com os afazeres domésticos. Utensílios como aspirador de pó, máquina de lavar, fogão a gás, refrigerador, etc., foram vistos como “libertadores da mulher”. Paralelamente a isso, a indústria de cosméticos lançou promessas de beleza e jovialidade a fim de conservar na mulher sua potencialidade sedutora, criando, em consequência, um forte nicho de mercado feminino.

O crescimento do capitalismo, especialmente a partir da segunda metade do século XX, contribuiu para a exacerbação das características da sociedade de consumo, quando a busca por ideais de felicidade, liberdade e bem-estar, permeados pelo caráter individualista e narcisista dos sujeitos dessa época, tornaram-se a ordem do dia. As pessoas “trabalhavam mais” para poder “consumir mais”, o aumento do padrão de vida gerava mais custos e esse ciclo se retroalimentava. Até pouco tempo atrás, as atividades profissionais femininas estavam ligadas a uma complementação do orçamento familiar e não à principal fonte de renda, razão pela qual o trabalho feminino era compreendido como secundário e de menor importância. Contudo, a proliferação de produtos femininos gerou uma revolução das necessidades e as

mulheres se viram numa corrida incessante para a conquista da liberdade financeira, aumentando seu poder de compra a fim de corresponder aos apelos dos ditames de um amplo comércio feminino em constante expansão.

2.6 Mulher e mãe no contexto da Contemporaneidade

Os últimos trintas anos foram marcados por uma revolução silenciosa em relação ao tema da maternidade. Antes dos anos 70, uma criança era o destino de todo casal que resolvesse constituir uma família. A reprodução era ao mesmo tempo um instinto, um dever religioso e uma dívida para com a sobrevivência da espécie.

Os anos 60 inauguraram um novo ciclo em relação à mulher. Publicações, artigos e os próprios consultórios médicos começaram a denunciar a insatisfação da vida monótona das mulheres e a divisão não igualitária dos papéis sexuais, passando a criticar os paradigmas da sociedade patriarcal. A demonstração da capacidade intelectual, laboral e política das mulheres, a liberdade sexual, transformações dos princípios jurídicos de gênero, dentre outros aspectos, colocaram a mulher em uma nova posição social. Concomitante a isso, a mulher passa a contar com os métodos contraceptivos que a tornaram capaz de controlar e decidir em que momento e quantos filhos deveria ter, caso os desejasse.

O trabalho e a independência financeira foram, sem dúvida, os passos mais consistentes para a conquista da emancipação feminina. “Pela primeira vez na história milenar do trabalho feminino, as mulheres *escolhem voluntariamente* deixar casa e filhos para trabalhar fora” (Badinter, 1985, p. 341, grifos nossos). O valor relativo à atividade profissional das mulheres passou por uma transformação importante quando um novo significado foi-lhe atribuído: o trabalho tornou-se parte do processo identitário feminino. Diferentemente do pós-guerra, em que a situação de desconstrução dos países fora a mola motriz para o trabalho feminino, o que se verifica a partir do movimento feminista é que o trabalho se torna o meio mais eficaz para o alcance da autonomia e realização. Conforme aponta Lipovetsky (2000, p. 221): “Em nossas sociedades, o trabalho profissional das

mulheres tornou-se amplamente autônomo em relação à vida familiar, passou a ser um valor, um instrumento de realização pessoal, uma atividade reivindicada e não mais sofrida”.

O anseio pelo crescimento na carreira profissional e a continuidade no trabalho, mesmo após o casamento e a chegada dos filhos, são sinais das primeiras transformações. Isso significa dizer que, em sua maioria, as mulheres passaram a não se reconhecerem mais no ideal de “mulher do lar”, reivindicando igualdade profissional e direito à carreira através de competência e comprometimento. A essa mulher, Lipovetsky (2000) denominou como a ‘terceira mulher’.

A presença das mulheres na esfera pública serviu para dar provas de que ativismo, independência e ambição não eram apanágio dos homens. Como consequência, nota-se uma mudança na relação assimétrica entre masculino e feminino, produzindo uma desestabilização nos lugares tradicionalmente instituídos.

O interesse por uma carreira profissional e pelo reconhecimento social de suas competências fez a mulher dedicar tempo e esforços em sua formação, ter voz em movimentos sindicais, assumir postos políticos antes ocupados apenas por homens, deixando de ser o lar o seu lugar cativo. As atividades domésticas e a educação dos filhos passaram a não ser suficientes para dar sentido à existência feminina, tendo em vista que a norma do trabalho e a realização profissional são interiorizadas nas mulheres desde muito jovens (Lipovetsky, 2000).

As garotas desta geração não se ocupam longamente com a feitura de seus enxovais como meio de preparação para o casamento, ao contrário, prestam-se a uma longa jornada de estudo a fim de garantir uma vaga para admissão na universidade. Só após o alcance da estabilidade profissional e financeira, o casamento, ou relação estável, torna-se uma prioridade, quando não optam por viver sozinhas ou experienciar amores livres. As estatísticas demonstram que quanto mais as mulheres se voltam para atividades intelectualizadas, maior a tendência de abandonarem tarefas domésticas e a criação de filhos, dessacralizando a maternidade (Lipovetsky, 2000).

Nesse ínterim, a mulher ganhou uma aliada: a mamadeira. A indústria de leite infantil captou a necessidade feminina de regressar ao trabalho após o nascimento dos filhos, criando

estratégias e discursos favoráveis às fórmulas industrializadas que perduraram por muito tempo. Em parceria com os pediatras, que foram patrocinados para indicar o leite industrializado, as empresas ganharam a adesão das mulheres, uma vez que garantia liberdade para retornarem ao trabalho. As mulheres que tiveram filhos na década de 70 testemunham que não foram estimuladas a amamentar, e muitas chegaram a tomar medicamentos para secar o leite e introduzir diretamente a fórmula artificial com o argumento de ser um alimento mais forte e eficaz ao desenvolvimento dos pequenos. E ainda, o uso da mamadeira favoreceu uma participação mais precoce dos pais na vida dos filhos, abrindo espaço para a discussão de uma reorganização na divisão sexual das tarefas.

Importante citar que, simultaneamente, os idealistas da cultura pró-amamentação, até hoje, empreendem ações com vistas a convencer a mulheres e ofertar orientações e apoio para a amamentação. Essa inversão da lógica vigente no auge dos anos 70 teve início na militância de uma notável associação de mães americanas: *La Leche League (L.L)* ²⁷. A associação teve início em um piquenique de verão em 1956 no subúrbio de Chicago, quando duas mães, Mary White e Marian Thompson, surpreenderam outras mães ao amamentarem seus bebês em público. Com a adesão de outras mulheres, fundaram a liga a fim de ajudar outras mães nesse processo. As reuniões da *La Leche League* fizeram muito sucesso, sendo necessária a criação de outros grupos que se espalharam pelo território americano e outros.

Até hoje, campanhas diversas são promovidas ao redor do mundo incentivando mulheres a amamentarem em lugares públicos, tornando este ato o mais natural possível. Um dos princípios transmitidos pela *La Leche League* é de que os seios maternos são do bebê e que foram criados para amamentar. Explicam extensamente as vantagens físicas e psíquicas presentes na amamentação, atribuindo ao bebê autonomia na definição dos horários, frequência e desmame.

Se a preocupação inicial da *La Leche League* era com a amamentação, seus objetivos se ampliaram com o passar dos anos. A associação considera que a melhor solução para um bebê é que a mulher volte para casa, pois seria um massacre deixar bebês muito pequenos entregues a instituições onde poderiam contrair vírus e bactérias. Para que essa proposição seja acolhida, a *La Leche League* julga fundamental uma reforma moral na qual a mulher

²⁷ Página da La Leche League: <http://www.llusa.org/>

precisa voltar a ter valor por ser uma grande agente de mudança social quando cuida e amamenta o seu bebê.

Com o aumento no número de adeptos e da notável estratégia internacional, a liga conseguiu penetração nas grandes instituições mundiais a fim de ganhar a batalha do leite. Em 1981, a League obteve o título de consultora junto à UNICEF e vai se empenhar em fazer do aleitamento um problema de saúde pública mundial (Badinter, 2011). Porém, não há como negar que ideologias dessa natureza são capazes de reforçar o sentimento de culpa das mulheres que não podem (ou não querem) permanecer com seus filhos e amamentá-los, sendo necessária a terceirização dos cuidados.

2.6.1 O retorno do discurso maternalista versus geração *childfree*

A segunda metade do século XX foi caracterizada por Knibiehler (2000, citada por Badinter, 2011) como a “era da maternidade escolhida”. As consequências, desde que as mulheres puderam controlar a fecundidade e a reprodução, especialmente nos países desenvolvidos, foram as seguintes: declínio nas taxas de natalidade, elevação da idade média da maternidade, aumento das mulheres no mercado de trabalho e diversificação dos modos de vida femininos. A elevação da idade média em que as mulheres optam por filhos demonstra que muitas decidem pela maternidade no limite máximo do relógio biológico, talvez motivadas pelo temor de perderem a capacidade reprodutiva (Badinter, 2011).

Tais afirmações não pretendem promover generalizações, pois, do ponto de vista objetivo, ao falar em maternidade deparamo-nos com uma pluralidade de possibilidades entre dedicar-se exclusivamente a uma família numerosa, optar por poucos filhos para conciliar trabalho e maternidade, ou ainda por não ter filhos. De todo modo, não há como negar que passamos por transformações no âmbito da maternidade e as mulheres a vivenciam baseadas muito mais em uma escolha, tentando harmonizar as expectativas de realização pessoal e profissional, do que em uma imposição social.

Segundo Catherine Hakim (2000, citada por Badinter, 2011, p. 33), as opções de vida feminina no século XXI distinguem-na em três categorias: *home-centred* (centradas em casa),

adaptive (adaptáveis) e *work-centred* (centradas no trabalho). O primeiro grupo corresponde em média a 20% das mulheres que têm a vida familiar e os filhos como principal prioridade e, portanto, preferem não trabalhar. O segundo grupo, que corresponde à maioria, ou seja, 60%, são daquelas que buscam conciliar trabalho e filhos, tentando fazer de tudo para que o trabalho não comprometa a educação dos pequenos. Já o terceiro grupo é das mulheres totalmente comprometidas com o trabalho e, por esta razão, optam por não ter filhos. Elas correspondem, em média, a 20% do grupo estudado de mulheres.

Neil Gilbert (2008, como citado em Badinter, 2011) faz um trabalho de categorização semelhante ao da autora supracitada, contudo matiza o grupo do meio, graduando-o entre aquelas que tendo filhos e trabalhando dedicam-se mais aos filhos, e aquelas que mesmo optando por filhos têm sua energia mais voltada para o trabalho. Tal heterogeneidade nas posições femininas cria conflitos entre os grupos de mulheres em prol de uma disputa pela escolha mais adequada.

É fato que em uma sociedade que conclama o trabalho, a produção, a realização profissional e a conquista do capital como valores superiores, as mulheres *home-centred* sintam-se desvalorizadas e culpadas por não estarem voltadas a um ofício. No outro extremo, as mulheres *work-centred* podem conviver com o conflito entre a realização profissional e o temor da solidão na velhice. Por fim, as *adaptives* queixam-se da sobrecarga vivida no presente ao terem que conciliar as demandas do trabalho e dos filhos. A nosso ver, essas classificações não passam de conjecturas, uma vez que acreditamos não haver apenas três modos de se posicionar diante da maternidade, mas uma diversidade a depender da história pessoal de cada mulher, das ideologias do momento histórico e da situação política, econômica e social. Somos de opinião que não há um modelo único que se aplique a todas.

A atualidade, cremos, é constituída pela presença de paradoxos. Se por um lado cresce o quantitativo de casais que optam por não ter filhos, por outro lado o discurso pró-maternidade volta a vigorar de maneira expressiva. Badinter (2011) levanta um aspecto interessante relativo à realidade francesa. A crise do petróleo, em 1973, e as crises econômicas que a sucederam tiveram efeitos importantes na relação das mulheres com a maternidade. As decepções com o mundo do trabalho, o desemprego e a pouca valorização do trabalho feminino fragilizaram a relação de alguns grupos de mulheres que, por sua vez, sentiram-se impulsionadas a retornar aos seus lares. O raciocínio para algumas delas passou a

funcionar da seguinte maneira: “Afinal, se o mundo do trabalho é decepcionante, se não lhe concede o justo lugar que você merece, nem a situação social nem a independência financeira que você espera, de que adianta transformá-lo em prioridade?” (Badinter, 2011, p. 42).

De acordo com a autora, a nova revolução do discurso maternalista, que se iniciou a partir da década de 90, teve uma conotação afetiva, uma vez que as filhas das feministas estariam acertando as contas com suas mães, assumindo uma posição totalmente contrária àquelas a que elas foram submetidas como filhas. Acusando suas mães (mulheres revolucionárias) de lhes dar pouco tempo e atenção, estariam mais voltadas à maternidade e às práticas que privilegiam o contato mais próximo com seus bebês, a começar pela decisão de amamentarem. Ao avaliarem que suas mães haviam feito “tudo” em prol de liberdade e de conquistas profissionais e parecendo pouco satisfeitas com os resultados, decidiram por uma vida menos ambiciosa e mais equilibrada, em que seus filhos recebem lugar de destaque.

Segundo a percepção de Neder (2016), esse movimento tem gerado nas jovens mães a busca pela disponibilidade perfeita, nutrindo paradoxalmente uma sociedade dos “*filhos da mãe*”. Em suas palavras: “O código doméstico da família patriarcal continua muito vivo nas ruas e nas teorias e atitudes dos profissionais *psi*, empenhados em alojar a paternidade no trabalho e a mãe em casa com os filhos” (Neder, 2016, p. 209). Isso significa dizer que apesar das transformações sociais no que tange à divisão de papéis ditos “femininos e masculinos”, a predominância dos papéis de cuidado relativos à mãe continua presente no inconsciente coletivo.

Além disso, o discurso naturalista volta a vigorar, vangloriando os papéis maternos como naturais e supervalorizando a importância da presença da mãe junto ao bebê para garantir-lhe saúde física e emocional. Concretamente, tal paradigma se apresenta em certas discussões, demonizando condutas como o nascimento por cesariana, o recurso da mamadeira para alimentar os filhos e o uso de fraldas descartáveis²⁸.

Contrariando essa tendência, como já foi dito, outra também tem crescido de maneira considerável – trata-se do fenômeno *childfree*, como o denominam os anglo-saxões. A

²⁸ Segundo a autora, desde Rousseau no século XVIII e em vários outros momentos da história os discursos naturalistas foram proferidos para gerar culpa às mães e induzi-las a uma maior responsabilização junto a seus filhos a fim de convencê-las de que podem ser “boas mães”.

escolha por não ter filhos aumenta significativamente em todo o mundo, observado através dos baixos índices de natalidade expressos globalmente. As razões pelas quais um casal escolhe não ter filhos são inúmeras, dentre elas a preferência pela liberdade a dois, suas ambições profissionais, a predominância de valores como o individualismo e o hedonismo em nossa cultura, e por fim, a história inconsciente de cada um dos pais. Para algumas pessoas, filhos representam uma ameaça à realização dos desejos pessoais. Nas palavras de Badinter (2011):

O individualismo e a busca da plenitude pessoal predis põem as futuras mães a se fazerem perguntas que elas não se faziam no passado. Uma vez que a maternidade não é mais o único modo de afirmação de uma mulher, o desejo de filhos pode entrar em conflito com outros imperativos. (Badinter, 2011, p.21)

As famílias que adiam a decisão de ter um filho foram intituladas *postponers* por Jean E. Veevers (1972, como citado em Badinter, 2011), que identificou quatro etapas na evolução do desejo de ter ou não filhos. A primeira seria a realização de alguns objetivos pessoais prioritários. A segunda é um adiamento para um momento indeterminado. A terceira etapa é a tomada de consciência de talvez não ter filhos, avaliando as vantagens e os inconvenientes de se ter um filho, e por fim, a decisão de continuar sem filhos, pelo menos por enquanto. Uma lúcida declaração sobre a decisão de não ter filhos foi descrita por Émilie Devienne (2007):

A maternidade (ou paternidade) não pode ser o resultado de uma pulsão de amor, nem uma experiência, nem uma filosofia de vida. Ela é primeiramente e antes de tudo um dever que nos impomos livremente, e cujas repercussões ultrapassam largamente o círculo privado. Ou a assumimos, ou nos abstermos. (Émilie Devienne, 2007, citada por Badinter, 2011, p. 175)

Apesar de estas abstenções serem bem mais “toleradas” socialmente do que há quarenta anos, por exemplo, os casais declarados “sem filhos” por vontade própria, ainda despertam curiosidade. A opção por não ter filhos continua sendo considerada uma decisão que foge à norma, e questionamentos endereçados a esses casais são indicativos de que a reprodução ainda ocupa um lugar de obrigação no imaginário social, não obstante os vários avanços nesta seara.

Há aqueles que classificam as mulheres sem filhos como egoístas, incompletas, insatisfeitas e materialistas. Badinter (2011) considera que parte dessa hostilidade está relacionada à inveja de pais que tiveram filhos e não se sentem satisfeitos com a decisão:

como admitir tal arrependimento seria da ordem do impensável, mais fácil seria projetar a insatisfação no outro. O que não se pode negar é que a abstenção da reprodução tem chamado a atenção das autoridades de Estado, levando à revisão das antigas políticas familiares e à criação de novas.

2.6.2 O olhar das autoridades sobre a maternidade

Diversos países, principalmente os desenvolvidos, vêm discutindo medidas que incentivem o aumento no número de filhos por família. As estratégias adotadas vão desde a produção de um discurso de corresponsabilização dos pais no que se refere aos cuidados com os filhos, licenças-maternidade generosas, facilidades trabalhistas, horários mais flexíveis para as mulheres com filhos pequenos, até a participação direta do Estado nos cuidados de crianças pequenas, por meio de creches e pré-escolas.

Segundo Badinter (2011), essas medidas dividem os países europeus em dois grupos. Há aqueles que levam em conta os desejos pessoais e profissionais das mulheres, viabilizando meios para que elas voltem ao trabalho, seja ampliando as vagas em creches ou colocando em discussão a divisão de tarefas familiares igualitariamente entre os sexos, corresponsabilizando os pais nos cuidados com as crianças. O segundo grupo adota uma política mais tradicional, prolongando o tempo da mulher em casa através de salários-maternidade mais generosos e licenças mais longas.

Os países escandinavos e a França adotam a primeira posição e parecem obter resultados mais satisfatórios quanto às taxas de natalidade. Alguns países, como a Suécia, inauguraram uma política familiar para que as crianças não sejam penalizadas. A licença pode se prolongar por até 16 meses para o casal, dos quais o pai deve tirar obrigatoriamente pelo menos um mês, do contrário este é deduzido da duração total acordada. Trata-se de uma política audaciosa, pois responsabiliza ambos os pais nas obrigações com os filhos. O curioso é que: “As diferentes experiências europeias mostram que são os países onde o índice de atividade feminina é mais elevado que apresentam, paralelamente, os melhores índices de fertilidade” (Badinter, 2011, p.169). Este dado sugere que se a mulher estiver realizada

profissionalmente, sentindo apoio do Estado e de seu cônjuge, é bem provável que estabelecerá uma relação mais profícua com a maternidade.

O exemplo da Áustria ratifica esse argumento, pois se trata de um país que investe altamente na política familiar (2,3% do PIB estão entre os maiores da Europa), porém, em virtude da falta de investimento em creches públicas, é um dos países com os índices de fecundidade mais baixos. (A situação da Alemanha não difere muito do modelo austríaco²⁹). Isso porque as mulheres que mais optam por viver sem filhos são as mais diplomadas e com carreiras brilhantes. Na verdade, o que mais motivaria essas mulheres a terem filhos seria a garantia de uma substituição dos cuidados maternos por parte do Estado quando elas retornassem ao trabalho, ao invés de generosos salários-maternidade que as “prenderiam” em casa sem trabalhar.

Além das políticas familiares, o discurso veiculado culturalmente a respeito do que é ser uma mãe também parece influir de modo direto na decisão ou não por filhos. O discurso maternalista, que tem tomado a cena nos dias atuais, por um lado gera em muitas mulheres o conflito de não conseguirem se dedicar aos filhos como gostariam, impulsionando muitas delas a substituírem os trabalhos formais por outros que permitam uma melhor conciliação de papéis. Por outro lado, não restam dúvidas de que em virtude do mesmo discurso, muitas mulheres veem-se desestimuladas a ser mães por considerarem tal papel demasiado desafiador, ou seja, a pregnância social do modelo da boa mãe vigente no imaginário cultural pode ser responsável por uma desmotivação da maternidade.

Ao se referir às políticas familiares da Alemanha, que favorece a permanência das mulheres em casa em troca de prolongadas licenças-maternidade, Badinter (2011) afirma: “Não é por acaso que seja justamente em um país no qual os deveres maternos chegaram ao máximo que um número cada vez maior de mulheres resista à tentação de ser mãe, ou mesmo vire as costas à maternidade (Badinter, 2011, p.173)”. Ao contrário, as francesas, que sempre tiveram uma “má reputação” como mães, em razão da precoce separação de corpos com o bebê, entregando-os às amas de leite, às creches ou nos braços de uma babá e recusando-se a amamentar, são as que se localizam na primeira posição no *ranking* da fecundidade. Uma

²⁹ “Em 2004, 62% das alemãs ocidentais (apenas 29% na Alemanha Oriental) consideravam que os filhos sofriam se a mãe tivesse uma atividade profissional, e que era impossível prosseguir em uma atividade profissional quando se era mãe. As que tentavam fazer eram vistas como mães más.” (Badinter, 2011, p. 166).

explicação para o aparente paradoxo é a seguinte: pelo fato de o discurso francês em torno do comportamento materno não ser demasiado exigente, as mulheres sentem-se menos coibidas a serem “mães perfeitas” e, conseqüentemente, mais atraídas pelo projeto da maternidade.

Além de questões ideológicas, outro aspecto relevante a ser considerado na decisão por filhos, ou não, é de ordem puramente prática: quem deve se responsabilizar pelos cuidados dos filhos pequenos quando a mãe retorna ao trabalho? Apesar de citarmos anteriormente a corresponsabilização dos pais, inclusive como política familiar em alguns países, não há como negligenciar o fato de a mulher ser, ainda hoje, a principal (senão a única) responsável por cuidar dos filhos, inclusive porque a justificativa biológica de que apenas a mãe pode amamentar fortalece o argumento de que ela não pode ser substituída.

No caso do Brasil, fazemos uma crítica a respeito da dissonância presente entre o discurso e orientação propagados pelo Ministério da Saúde e nossas políticas familiares. Temos de um lado uma campanha pró-amamentação que recomenda a amamentação exclusiva até os seis meses de vida do bebê, devendo se estender até os dois anos de idade. De outro, a Previdência Social prevê para a mulher uma licença maternidade de até quatro meses em se tratando de empresas privadas, e seis meses para aquelas que trabalham no poder público³⁰. Assim, a grande maioria das mulheres brasileiras que trabalha na iniciativa privada deverá abrir mão da amamentação exclusiva por, pelo menos, dois meses em relação à recomendação do Ministério da Saúde, por precisarem regressar ao trabalho. Além disso, não contam com o suporte de instituições ou creches governamentais para deixarem seus filhos a fim de voltarem ao trabalho.

As avós, que outrora cuidavam dos netos para as mães trabalharem, estão provavelmente desempenhando seus ofícios ou moram em cidades distantes. Vale ressaltar que no contingente populacional de baixa renda essa prática é ainda um recurso à mão: os filhos são criados por avós para que as mães possam trabalhar. Entre as famílias das classes

³⁰ O projeto de lei n. 11.770 (2008) criou o Programa Empresa Cidadã, destinado à prorrogação da licença-maternidade mediante concessão de incentivo fiscal, e altera a Lei n. 8.212, de 24 de julho de 1991. A lei passou a valer desde janeiro de 2010 e prevê que as servidoras públicas federais terão licença-maternidade no período de seis meses. Já às empresas privadas é facultativa esta decisão. Na prática, os quatro meses de licença-maternidade são pagos pelo Instituto Nacional do Serviço Social (INSS) e os outros dois pela empresa. A concessão desse benefício é uma opção da empresa, porém aquelas que aderirem poderão abater integralmente o valor da despesa na declaração do Imposto de Renda. A funcionária deve pedir o benefício diretamente à empresa, que deverá se cadastrar no site da Receita Federal.

média e alta, a presença das babás como substitutas maternas é ainda um recurso utilizado, porém rumo à escassez³¹. E, por fim, nos últimos anos a terceirização de cuidados via contratação de serviços especializados, como os berçários, tem sido uma das opções mais requisitadas.

Outro aspecto que desestimula a reprodução, especialmente entre as mulheres brasileiras, é que apesar de a mulher compartilhar os postos de trabalho com os homens, as tarefas domésticas e familiares continuam sendo prioritariamente femininas na maior parte dos casos³². Lipovetsky (2000) argumenta que apesar de o trabalho feminino ter adquirido uma legitimidade social irreversível, verificam-se, ainda hoje, resquícios de uma divisão desigual dos papéis entre homens e mulheres.

Badinter (2011) corrobora essa posição ao constatar que a dominação masculina continua a reger as relações familiares e sociais, ainda que sutilmente. Vejamos que a realização profissional do homem e sua estabilidade financeira são consideradas prioritárias em relação às da mulher. Nos casos em que o marido precisa de mobilidade, é a mulher, na maioria das vezes, quem deve abrir mão de seu trabalho, a depender de sua posição profissional e econômica.

Em relação ao domicílio, as mulheres o deixam por menos tempo do que os homens e tendem a trabalhar mais próximas de casa do que seus maridos. Também o quantitativo de mulheres que trabalham em tempo parcial é bem mais significativo do que o dos homens. Ainda que alguns pais dividam as tarefas dos cuidados com os filhos, quando estes adoecem são majoritariamente as mães que faltam ao trabalho para acompanhamento médico. Conforme Lipovetsky (2000):

Evidentemente, a diferença das posições sociais dos dois gêneros se estreitou: agora a atividade profissional feminina é socialmente reconhecida e faz parte da identidade

³¹ Nota-se que as antigas babás, resquícios das amas-de-leite, que consagravam suas vidas aos cuidados dos filhos de outra pessoa, não se encontram mais tão disponíveis como em outros períodos. São várias as razões para tal escassez: o acesso à informação e novas oportunidades de trabalho no comércio e na indústria, a implementação de políticas familiares que favorecem a população de baixa renda com bolsas do governo, incentivando que permaneçam cuidando de seus filhos ao invés de trabalharem, etc.

³² Essa realidade se faz evidente no discurso das próprias mulheres quando conseguem a “colaboração” de seus parceiros em tarefas que tradicionalmente seriam delas sentem-se privilegiadas por terem “maridos que ajudam”. O próprio verbo “ajudar” denota a responsabilidade majoritária dessas tarefas por parte da mulher.

feminina. Mas nem por isso o trabalho feminino é, ainda em nossos dias, considerado igual ao do homem. Por trás da aparência de permutabilidade dos papéis, reorganizam-se inscrições sociais diferenciais de cada sexo diante do trabalho e da família. (Lipovetsky, 2000, p.241)

Posto isto, questionamos como a Psicanálise pode contribuir, hoje, com a produção de saberes sobre a temática da maternidade, considerando as transformações históricas, sociais e culturais apontadas neste capítulo. Para tanto, nos próximos dois capítulos discutiremos a maternidade a partir do que fora postulado no nascedouro da Psicanálise por Freud e duas contemporâneas suas – Hélène Deutsch e Margarete Hilferding, e posteriormente por Winnicott, com vistas a destacar alguns aspectos que posteriormente serão articulados com os discursos produzidos nos *blogs* de maternidade.

CAPÍTULO 3

O DISCURSO SOBRE A MATERNIDADE NO ADVENTO DA PSICANÁLISE

As pesquisas sobre a relação materno-infantil sempre ocuparam lugar de relevância nas discussões psicanalíticas. Isto se deve à compreensão de que as experiências iniciais da vida de um bebê, a relação estabelecida com quem dele cuida e a atitude emocional do cuidador são definidoras do processo de constituição subjetiva.

Embora as muitas noções explanadas no presente capítulo já serem de conhecimento dos leitores de Psicanálise, consideramos relevante retomá-las para balizar a discussão que faremos a respeito dos discursos e práticas maternas no contexto da contemporaneidade. Para tanto, apresentaremos as principais contribuições psicanalíticas sobre o tema da maternidade, desde o discurso freudiano sobre o que é ser uma mãe, passando por duas contemporâneas de Freud, Margareth Hilferding e Helène Deutsch, até alcançarmos o pensamento winnicottiano, sobre o qual dedicaremos mais esforços no próximo capítulo.

Desde os primórdios, a Psicanálise não deixou de fazer eco ao discurso maternalista que teve ascensão no século XVIII e só veio a ser questionado em meados do século XX, especialmente pela corrente feminista. Apesar de Freud não ter desenvolvido uma teoria sobre a díade mãe-bebê, ele propôs um discurso sobre o feminino que levou em conta a importância do lugar materno na vida da mulher, considerando a maternidade como a alternativa mais saudável e apropriada para se lidar com o enfrentamento da castração e a inveja do pênis. Outras figuras contemporâneas a Freud, que merecem ser retomadas aqui por terem se ocupado da temática do feminino e da relação mãe-criança, foram Margarete Hilferding e Helène Deutsch, conforme apresentaremos a seguir.

3.1 Maternidade – a saída freudiana para o feminino

Partindo da concepção de uma bissexualidade originária, em que o indivíduo não é francamente macho ou fêmea, mas os dois simultaneamente nas primeiras fases do

desenvolvimento psicosssexual, Freud considera que a feminilidade se constituirá a partir de fatores constitucionais (anatômicos)³³, dinâmicos e sociais.

Uma das principais características atribuídas à mulher na concepção freudiana é a passividade em relação ao sexo oposto que, segundo essa compreensão, desembocará em uma atitude masoquista, visto que a agressividade na mulher será lançada para o seu próprio interior³⁴. Tal passividade não está dada desde o início. O clitóris (comparado ao pênis no menino), assim como a agressividade na fase sádico-anal nas meninas, são indícios de que nas primeiras fases do desenvolvimento sexual infantil a menina assume uma postura ativa e masculina.

Uma das marcas para a entrada na feminilidade é o deslocamento do clitóris, como principal zona erógena inicialmente, para a vagina. Em suas palavras: “[...] uma condição para o desenvolvimento da feminilidade seria a eliminação da sexualidade clitoriana” (Freud, 1925/2011, p. 294). Além da substituição da zona erógena, a menina também terá que se haver com a modificação do objeto de amor que, tendo sido a mãe na primeira fase (pré-edípica), tornar-se-á o pai com a entrada para o complexo de Édipo. Esta mudança transformará, ainda, a antiga posição ativa em relação à mãe para uma atitude passiva diante do pai, como efeito do confronto com a própria castração.

Após algumas suposições a respeito do que colocaria fim à relação amistosa da menina com sua mãe, possibilitando a vinculação ao pai, Freud (1933/2011) chega à conclusão de que é a descoberta da diferença sexual anatômica e, por conseguinte, a evidência da “desvantagem feminina” em relação ao sexo oposto que justifica a revolta contra a figura materna, uma vez que, para a menina, a mãe é responsabilizada pelo acontecimento fatídico. Tal evidência gera um “afrouxamento da relação afetuosa das meninas com seu objeto

³³ Freud parte da concepção de que o aparelho sexual masculino está presente no corpo da mulher, ainda que de modo atrofiado, representado pelo clitóris. Além disso, ao pensar nos conceitos de masculino e feminino em termos de atividade e passividade, o autor não escapa ao discurso biologizante, considerando a própria natureza da conduta dos organismos sexuais, como se, dessa forma, pudesse dar credibilidade às suas constatações: “A célula sexual masculina é ativamente móvel e sai em busca da célula feminina, e esta, o óvulo, é imóvel e espera passivamente” (Freud, 1933/1996, p. 115).

³⁴ Nas palavras do autor: “A supressão da agressividade nas mulheres, que lhes é instituída constitucionalmente e lhes é imposta socialmente, favorece o desenvolvimento de poderosos impulsos masoquistas que conseguem, conforme sabemos, ligar eroticamente as tendências destrutivas que foram desviadas para dentro” (Freud, 1933/1996, p. 117).

materno” e, simultaneamente, desencadeará um sentimento que Freud denominou por “inveja do pênis”. A menina...

(...) sente-se muito prejudicada, diz com frequência que gostaria de “ter algo assim também” e sucumbe à inveja do pênis, que deixa traços indelévels em seu desenvolvimento e na formação do caráter, e mesmo em casos favoráveis não é superada sem grande dispêndio psíquico. (Freud, 1933/2011, p. 280)

Segundo a concepção freudiana, a fim de lidar com tal ferida narcísica, a mulher encontrará três caminhos possíveis: a) a inibição sexual ou a neurose; b) o “complexo de masculinidade” – a modificação do caráter no sentido de adotar uma posição masculina e ativa, marcada pela dificuldade em substituir o prazer clitoriano pelo vaginal e, por fim, c) o que Freud (1933/2011) descreve como a feminilidade normal: a renúncia à inveja do pênis através do deslocamento deste interesse para o desejo de ter um filho.

A despeito da terceira saída, Freud prevê três importantes mudanças psicológicas na menina: a hostilidade contra a mãe, o abandono do clitóris como objeto de satisfação e a passividade acompanhada pelo apego ao pai. Citamos Freud: “O desejo com que a menina se volta para o pai é provavelmente, na origem, o desejo pelo pênis que a mãe não lhe deu e que ela espera receber do pai” (Freud, 1933/2011, p. 284). De acordo com essa proposição, a maternidade passa a ser vista como um trunfo da mulher – ser mãe é compreendido não apenas como um desejo em si, mas uma espécie de compensação contra a condição de inferioridade sexual, conforme descrito em “A dissolução do complexo de Édipo”:

A renúncia ao pênis não é tolerada sem uma tentativa de compensação. A garota passa – ao longo de uma equação simbólica, poderíamos dizer – do pênis ao bebê, seu complexo de Édipo culmina no desejo, longamente mantido, de receber do pai um filho como presente, de lhe gerar um filho. Temos a impressão de que o complexo de Édipo vai sendo aos poucos abandonado porque tal desejo não se realiza. Os dois desejos, de ter um pênis e um filho, permanecem fortemente investidos no inconsciente e ajudam a preparar o ser feminino para o seu futuro papel sexual. (Freud, 1924/2011, pp. 212-213)

É por meio dos filhos que a mulher é dotada de um “poder” que jamais poderá ser experimentado pelos homens. Freud (1933/2011, p. 285) declara: “É grande a felicidade quando esse desejo infantil vem a ser concretizado um dia; especialmente quando o bebê é um menino, que traz consigo o pênis ansiado”. Essa compreensão freudiana sobre a maternidade explica muito bem o comportamento das mães vitorianas em relação aos filhos: muito

investidas, elas libidinalmente assumem de forma mais fácil os cuidados e a atenção aos pequenos, tendo em vista que eles se tornam os principais meios para elas alcançarem reconhecimento social e credibilidade.

3.2 Contribuições de Helène Deutsch e Margarete Hilferding

Nessa mesma linha de raciocínio, Helène Deutsch (1944), contemporânea de Freud, descreveu as principais características da mulher de sua época como passividade, masoquismo e narcisismo. Para a autora, a diferença genital da mulher em relação ao homem foi suficiente para a Psicanálise afirmar que a mulher teria, além do corpo, sua pulsão passiva em relação à atividade masculina. Assim, enquanto a agressividade do homem é voltada para fora, a da mulher é voltada para o interior, ou seja, contra o próprio ego. Esta condição se dá quando a menina assume uma posição erótico-passiva em relação ao pai e o seu masoquismo se transforma na necessidade de ser amada.

Helène Deutsch considera a menina menos agressiva, menos obstinada, mais ávida de ternura e mais dócil. Nesse sentido, afirma: “a influência inibidora da mãe deve-se ao fato de que ela sente que a menina é mais fraca, que tem maior necessidade e ajuda que o menino e que não pode se lançar à atividade sem correr riscos” (Deutsch, 1944, p. 193, citada por Badinter, 1985, pp. 304-305).

No entender de Badinter (1985), essa característica serviria para explicar porque as mulheres assumem de bom grado tarefas que lhes trazem sofrimento e entendem a dor física como o preço a pagar para se obter a felicidade posterior. Já o narcisismo vem para contrabalançar a tendência masoquista: a libido toma o ego por objeto e a criança passa a amar a si mesma. Nessa lógica, é exatamente o amor por si mesma e o desejo de ser amada que permitem à mulher superar as situações de sofrimento. E isso vale, principalmente, para a aceitação dos “sacrifícios advindos da maternidade” (Badinter, 1985). Essa descrição sobre o feminino corresponde ao perfil idealizado para a boa mãe do início do século XX: uma mulher capaz de sofrer e sacrificar-se para o bem do filho, capaz de transferir o desejo narcísico de ser amada para as alegrias obtidas com a maternidade.

Deutsch (1944) define a mulher feminina como a “boa mãe”, graças à interação harmoniosa das tendências narcísicas e à aptidão masoquista de suportar o sofrimento. A autora prevê a existência de um instinto materno garantido pela condição biológica da mulher, chegando a ponto de render homenagem à natureza que agiu de modo que o amor da mulher pelo filho fosse maior do que seu amor por si mesma. Contudo, Deutsch não descarta o fato de que uma mulher, cujos interesses pessoais não são abandonados, não conseguiria voltar-se bem para as tarefas da maternidade, e por não conseguir abandonar a inveja do pênis seria tida como uma “mãe má”. Vale dizer, a “mãe-má”, na concepção da autora, é aquela cujo desejo masculino (desejo de pênis) não fora abandonado. Veremos adiante que Winnicott (1956) também reproduz esse pensamento ao considerar que as mulheres que não conseguem adentrar para a condição de preocupação materna primária são justamente aquelas que não renunciaram à inveja do pênis e à posição ativa-masculina³⁵.

Margarete Hilferding (1911) também apresentou suas contribuições acerca da temática em questão, malgrado não ter tido seu trabalho difundido na comunidade psicanalítica. Em outubro de 1910, Hilferding ingressou como membro da Sociedade Psicanalítica de Viena, sendo a primeira mulher a assumir tal posição. Em 11 de janeiro de 1911 apresentou sua primeira conferência intitulada ‘Sobre as bases do amor materno’, na qual questiona os elementos que entram em ação na formação e continuidade desse sentimento “sublime” e fundamental para o exercício do papel materno (Pinheiro, 1991). As principais premissas apontadas por ela foram as seguintes: a inexistência de um amor materno inato e o bebê como objeto sexual (falo) da mãe.

Hilferding (1911) considerou a importância do contato físico mãe-criança como base para o estabelecimento do vínculo desde o período gestacional. Para ela, os movimentos do bebê ainda *in utero* podem provocar sensações prazerosas na mãe, que serão vivenciadas em seu grau máximo após o nascimento e durante todo o puerpério, através dos cuidados despendidos ao *infans*.

A autora fez uma afirmação que chocou seus ouvintes ao atribuir o prazer sexual, experimentado no contato físico com o bebê, como o principal responsável pela construção de

³⁵ Evidentemente que ambos os autores foram influenciados pelo pensamento freudiano ao considerar a manutenção da inveja do pênis e a posição ativa nas mulheres como uma recusa à feminilidade e, portanto, à maternidade.

um vínculo amoroso e, ainda, por lançar uma crítica à concepção inatista do amor materno. Freud, que esteve presente na reunião, fez a ressalva de que qualquer tentativa de analisar o amor materno sob um único prisma pode incorrer em fracasso, enfatizando os casos em que o estabelecimento do vínculo amoroso não se faz possível. Além disso, ele considera que um dos motivos que dificultam a construção do amor materno é a dissonância entre expectativa e realidade. Quando os bebês nascem será necessário às mulheres, portanto, um lapso de tempo para operar uma transformação na vida libidinal e afetiva, deslocando parte de sua libido para o pequeno sujeito.

Afora os autores supracitados, trabalharemos com alguns aspectos da teoria desenvolvida por Donald W. Winnicott, médico pediatra, psicanalista e membro da Sociedade Britânica de Psicanálise, que dedicou anos de sua existência à elaboração de construtos teórico-clínicos que abarcassem o fenômeno da relação mãe-bebê. Nessa esteira de discussões, ele desenvolveu uma teoria que contempla o amadurecimento emocional das crianças no que concerne às conquistas, possibilidades e dificuldades inerentes a tal processo. O enfoque winnicottiano tornou-se matriz para muitas formulações sobre os estágios iniciais do desenvolvimento, uma vez que se centrou nas ansiedades inerentes aos impulsos mais primitivos.

3.3 A concepção freudiana do Amor Materno

No texto ‘Sobre o Narcisismo’, Freud (1914/2010) afirma que a atitude afetiva dos pais para com os filhos é fruto de uma necessidade narcísica reparatória e proveniente das identificações com a própria história pessoal primitiva. Em outras palavras, os filhos ocupam um lugar de reparação das feridas narcísicas dos pais, porquanto são projetados neles os desejos que não puderam ser realizados pelos genitores. Por essa razão, os bebês são colocados no lugar de “sua majestade, o bebê”, conforme descrito:

Quando vemos a atitude terna de muitos pais para com seus filhos, temos que reconhecê-la como revivescência e reprodução do seu próprio narcisismo há muito abandonado. [...] Os pais são levados a atribuir à criança todas as perfeições – que um observador neutro nelas não encontraria – e a ocultar e esquecer todos os defeitos [...]. *His majesty the Baby*, como um dia pensamos de nós mesmos. Ela deve concretizar os

sonhos não realizados de seus pais, tornar-se um grande homem ou herói no lugar do pai, desposar um príncipe como tardia compensação para a mãe. [...] O amor dos pais, comovente e no fundo tão infantil, não é outra coisa senão o narcisismo dos pais renascido, que na sua transformação em amor objetual revela inconfundivelmente a sua natureza de outrora. (Freud, 1914/2010, pp. 36-37)

Nesse sentido, o amor parental é por excelência um amor transgeracional, em primeira instância narcísico, que virá a tornar-se objetual *a posteriori*. Em ‘Os instintos e seus destinos’³⁶, Freud (1915) acrescenta:

O amor deriva da capacidade do Eu para satisfazer autoeroticamente, pela obtenção de prazer de órgão, uma parte de seus impulsos instintuais. Ele é originalmente narcísico, depois passa para os objetos que foram incorporados ao Eu ampliado, e exprime a procura motora do Eu por esses objetos, enquanto fontes de prazer. (Freud, 1915/2010, pp. 78-79)

Estamos de acordo com o pressuposto freudiano de que o nascimento de um filho pode produzir uma mudança significativa no psiquismo parental, podendo inclusive auxiliar na retificação de sua história infantil. Porém, essa não é uma regra que se aplique a todos, e a depender da história individual de cada um dos pais, a chegada de um novo elemento na família pode ser inclusive um evento profundamente desorganizador. A clínica tem apontado que, diante da experiência da maternidade, a mulher pode vir a deparar-se com uma profunda experiência de desamparo em virtude do reencontro com suas vivências arcaicas, a hipersensibilidade emocional típica desse período e o ataque ao equilíbrio narcísico, demandando, por conseguinte, um trabalho psíquico importante para operar a maternagem.

A nosso ver há uma emblemática questão que se coloca aí. Diferente do que fora preconizado por Freud ao afirmar que “a anatomia é o destino”, as mudanças fisiológicas do período gravídico-puerperal não se colocam como condição para que a mulher venha a cuidar de um bebê. Contudo, não podemos prescindir do fato de que os bebês são separados do corpo materno “demasiadamente cedo” e tal prematuridade os coloca em um estado de dependência absoluta em relação ao outro cuidador que desempenhará funções que ele ainda não é capaz de fazê-lo por si só. No reino animal, os filhotes liberam-se de suas mães tão logo não

³⁶ Importante salientar que a versão utilizada para fins desta pesquisa (de Paulo César de Souza, da Companhia das Letras), o tradutor utiliza o título *Os instintos e seus destinos*, utilizando-se da palavra *Instinto* ao invés de *Pulsão*, como na versão da tradução inglesa de James Strachey, a Standard Edition, que nos parece mais coerente e habitual.

necessitem ser alimentados por elas, mas o bebê humano estenderá sua dependência por muito mais tempo.

Os animais adquirem, em um rápido período de tempo, as habilidades necessárias para a sobrevivência em seu *habitat*, não dependendo da prontidão ou disponibilidade da progenitora para tanto. Os humanos, por sua vez, nascem incapazes de levar a cabo uma ‘ação específica’ para livrar-se das exigências pulsionais, necessitando que um outro mais experiente lhe sirva de suporte, conforme descrito pelo próprio Freud:

O organismo humano é no início incapaz de levar a cabo a ação específica. Ela se efetua por *ajuda alheia*, na medida em que, através da eliminação pelo caminho da alteração interna, um indivíduo experiente atenta para o estado da criança. Esta via de eliminação passa a ter, assim, a função secundária, da mais alta importância, de *comunicação*, e o desamparo inicial do ser humano é a *fonte originária* de todos os motivos morais. Se o indivíduo prestativo realizou o trabalho da ação específica no mundo externo para o desamparado, este foi capaz, através de organizações reflexas, de executar sem demora o desempenho necessário no interior do seu corpo para cancelar o estímulo endógeno. Então, a totalidade apresenta uma vivência de satisfação, que tem as consequências mais decisivas para o desenvolvimento das funções do indivíduo. (Freud, 1895/1995, p. 32)

Outro princípio importante às nossas considerações é que Freud (1914) parte da noção que, no início, os humanos vivenciam uma experiência de autoerotismo denominada, a princípio, como narcisismo primário³⁷. O autor baseia sua teoria da origem psicológica no argumento fisiológico ao considerar que a relação objetal inicialmente provém da pura necessidade de alimento. É a fome que dirige a criança para o seio da mãe, por isso, em sua concepção, a relação inicial com a mãe está a serviço da autopreservação. Daí deriva o que Freud (1914/2010) descreveu por relação anaclítica (ou relação de apoio), ou seja, uma relação de profunda dependência materna. A conclusão freudiana é a de que o amor primário é, em primeira instância, um amor pela própria sobrevivência. Seguidamente, Freud (1914/2010) acrescenta que a qualidade da relação inicial mãe-criança é permeada por questões libidinais e erógenas. Nesse sentido, concomitante ao alimento, a criança estaria interessada no prazer oral proporcionado pelo contato com o seio materno. Cito Freud: “Dizemos que o ser humano tem originalmente dois objetos sexuais: ele próprio e a mulher

³⁷ Em outros escritos, Freud retifica sua posição ao afirmar que no início deve-se falar em autoerotismo e não em narcisismo no sentido estrito, porque não se pode falar em libido voltada para o ego, tendo em vista que só depois disso o ego se desenvolve.

que o cria, e nisso pressupomos o narcisismo primário de todo indivíduo, que eventualmente pode se expressar de maneira dominante em sua escolha de objeto” (Freud, 1914/2010, p. 22).

Dentro do movimento psicanalítico, Freud é destacado por ter desenvolvido uma teoria da sexualidade para compreender os processos iniciais da vida psíquica, enfatizando os aspectos fisiológicos e pulsionais. Winnicott, por sua vez, outorgou demasiada importância aos períodos iniciais da vida do sujeito ao substituir a teoria da sexualidade proposta por Freud³⁸ por uma teoria do amadurecimento pessoal, cujo eixo é dado na tendência herdada ao amadurecimento e à importância de cuidados adaptativos do ambiente para que o bebê alcance uma experiência de ser. Mesmo atribuindo muita relevância às concepções freudianas, o autor evidenciou a importância dos objetos primordiais para o desenvolvimento infantil desde o início da existência, passando a compor o grupo dos psicanalistas que contribuíram para a construção da Teoria das Relações de Objeto.

Tal teoria desempenhou a tarefa deixada pelos antropólogos e pelos psicanalistas da escola cultural, ou seja, oferecer uma explicação psicodinâmica da formação da personalidade como alternativa para o determinismo instintual de Freud. Sem negar a importância dos impulsos, os teóricos da Escola das Relações Objetivas atribuem importância à experiência relacional e social da criança como determinante do desenvolvimento psicológico. Para tais teóricos, o modo como a criança internaliza os objetos com os quais ela se relaciona no início da vida definirão seu posicionamento subjetivo e o padrão para relacionamentos futuros ao longo da existência. Nesse sentido, a tarefa materna consiste em ser um ambiente facilitador para que o bebê possa elaborar, imaginariamente, o cuidado recebido, e ser um indivíduo capaz de partir à procura de experiências que o façam sentir-se real. A elaboração do cuidado acontece à medida que o bebê vive uma excitação por alguma condição fisiológica como fome e, na medida em que é atendido em sua necessidade, volta ao estado de tranquilidade física e afetiva. A repetição de tais experiências oferece significado às funções corpóreas do bebê, constituindo, assim, uma identidade integrada em termos psicossomáticos. A qualidade da internalização dessas figuras dependerá do estágio de desenvolvimento em que a criança está localizada e do modo como o cuidado é operado. As primeiras internalizações são pré-

³⁸ A teoria freudiana concebe a vida mental ao modo de um aparelho psíquico animado por pulsões, outorgando ao Complexo de Édipo e à sexualidade os eixos básicos da vida psíquica.

verbais e vivenciadas no registro do somático, de onde advêm as experiências psicossomáticas na vida adulta. Sobre seus avanços conceituais, Winnicott (1969b/1994) afirma:

É um alívio que a Psicanálise tenha atravessado a fase, que durou meio século, na qual, quando os analistas se referiam a bebês, só podiam falar em termos das pulsões eróticas e agressivas do bebê. Era tudo uma questão de instinto pré-genital, de erotismo oral e anal e reações à frustração, com alguns acréscimos bastante bravios, feitos em termos de comportamento natural agressivo e ideias destrutivas, *agressivité*. O trabalho deste tipo teve o seu valor e continua a tê-lo, mas hoje é necessário que os analistas que se referem à natureza do bebê vejam o que mais se acha lá para ser visto. (Winnicott, 1969b/1994, p. 196)

De posse dessas noções, Winnicott ficou conhecido como um autor que valorizou demasiadamente a figura materna, tornando sua presença uma condição *sine qua non* para o desenvolvimento emocional satisfatório dos sujeitos em constituição. Talvez tenha sido, ainda, o psicanalista que mais direcionou palavras às mães e se ocupou em descrever seu estado emocional.

3.4 O que argumentam os críticos sobre as concepções psicanalíticas de maternidade

Não nos restam dúvidas de que as proposições psicanalíticas sobre a maternagem geram polêmicas e discussões até os dias atuais. Em primeiro lugar, porque ao colocar o filho como substituto simbólico do que falta à mulher, Freud estaria contrariando sua própria teoria pulsional, que prevê o objeto da satisfação como algo contingencial e jamais fixo (Iaconelli, 2015). Paradoxalmente, a própria teoria psicanalítica não corrobora a noção de que o objeto-bebê venha a dar conta da falta feminina. Stein (1988, como citado em Iaconelli, 2015) em seu texto intitulado ‘As erínias de uma mãe: ensaio sobre o ódio’ faz uma crítica à impossibilidade de Freud cogitar o ódio e a ambivalência materna, uma vez que o “bebê freudiano” foi colocado no lugar do único objeto capaz de satisfazer o desejo da mulher em sua plenitude (sua majestade, o bebê), veiculando uma posição ideológica e utópica sobre os filhos. Ao desejar um filho, a mulher projeta no ‘objeto-bebê’ elementos de sua fantasia e o seu investimento narcísico, contudo, diante do encontro com o objeto real, deparar-se-á com a experiência de frustração, haja vista que ele nunca corresponderá ao idealizado. Isto porque não há objeto capaz de corresponder à demanda pulsional desejante do sujeito, sendo sempre

insuficiente. Além disso, os pais cuidam continuamente de um bebê que, a princípio, nem mesmo reconhece que eles existem, sendo incapaz de expressar qualquer gratidão ou reconhecimento pelo feito. A partir dessa constatação advém a ambivalência, conforme comenta Iaconelli (2015):

Alçado à condição de afeto necessário ao bom andamento da relação, o ódio materno, quando aliado ao amor, revela que o bebê, como objeto de investimento libidinal, não foge das prerrogativas oferecidas a qualquer objeto eleito pelo sujeito, entre elas a ambivalência amorosa. (Iaconelli, 2015, p. 87)

Para os críticos, a compreensão freudiana da relação mãe-filho é incoerente à realidade de fato e, neste sentido, o autor não escapa à tendência de reproduzir os discursos vitorianos sobre o que é ser uma mulher. Conforme salienta Badinter (1985):

Mais uma vez, o adquirido era declarado inato, e Freud repetia o erro metodológico cometido por Rousseau em Emílio. Ambos pensavam descrever a natureza feminina e, na realidade, não faziam mais do que reproduzir a mulher que tinham diante dos olhos. A sentimental do século XVIII ou a castrada do século XIX passavam por imagens do eterno feminino. (Badinter, 1985, p.334)

É evidente que a teorização psicanalítica, assim como tantas outras, está sujeita às influências contingenciais e, por esta razão, precisamos revisita-la tendo como aporte os aspectos sociais e culturais nos quais esteve inserida. As proposições winnicottianas foram pautadas nos norteadores de sua própria prática clínica, bem como a partir das demandas de seu meio. O primeiro deles é a necessidade objetiva de manter a mulher distante da vida pública e voltada para os ofícios domésticos e os cuidados com os filhos. Nesse sentido, o discurso winnicottiano contribuiu para o empoderamento da mulher no que tange aos atributos maternos. Além disso, a experiência winnicottiana com crianças institucionalizadas em consequência da guerra também foi um forte argumento para atrelar o ambiente materno ao desenvolvimento emocional primitivo. Vale ressaltar que o pós-guerra foi marcado por uma vasta produção de conhecimentos relativos ao desenvolvimento infantil, preocupados em salientar os efeitos do abandono e desamparo de crianças pequenas e discutir os modos através dos quais se poderia evitá-los. Em seu papel puericultor, Winnicott buscou garantir que os bebês fossem devidamente cuidados, o que o levou a afirmar:

Vocês verão que o colapso destes processos de desenvolvimento muito iniciais nos leva, imediatamente, ao tipo de sintomatologia que encontramos em nossos hospitais psiquiátricos, de tal forma que a prevenção dos distúrbios comuns nestes hospitais diz

respeito, inicialmente, aos cuidados com o bebê e às coisas que ocorrem naturalmente às mães que querem tomar conta de um bebê”. (Winnicott, 1987/1994, p. 10)

Preocupado com os rumos da humanidade sobre a saúde mental, e a fim de alcançar um maior comprometimento das mães para com o cuidado dos filhos, Winnicott utilizou-se, muitas vezes, do argumento biológico³⁹, tornando-se uma estratégia “infalível” para se obter maior envolvimento por parte das mães⁴⁰. Não há como negar que, apesar de o autor ter seu olhar voltado para o vínculo mãe-bebê, sua atenção esteve sobremaneira direcionada para as questões do amadurecimento emocional primitivo, portanto, do lado do bebê. Sua preocupação é também evidenciada nas advertências direcionadas tanto à comunidade científica quanto à população leiga sobre o assunto nos seguintes termos:

Para que os bebês se convertam, finalmente, em adultos saudáveis, em indivíduos independentes, mas socialmente preocupados, dependem totalmente de que lhes seja dado um bom princípio, o qual está assegurado, na natureza, pela existência de um vínculo entre a mãe e seu bebê: o amor é o nome desse vínculo. Portanto, se você ama o seu filhinho, ele estará recebendo um bom princípio. (Winnicott, 1949a/2014, p. 17)

Na escrita do texto ‘A contribuição da mãe para a sociedade’, Winnicott (1957) também demonstra explicitamente tal preocupação, questionando a compreensão vigente sobre os cuidados iniciais⁴¹. Talvez de maneira reativa às tendências de sua época⁴², Winnicott tenha assumido o radicalismo da posição diametralmente oposta, resultando nas inúmeras críticas recebidas como, por exemplo, a de ser muito sentimentalista em relação às mães e deixar os pais isentos dos primeiros cuidados com os filhos. O autor parte da premissa de que todas as mães estariam habilitadas a cuidar adequadamente de um bebê e a isto está atrelada a noção de ‘mãe devotada comum’:

³⁹ Esta afirmação torna-se mais evidente ao considerar que Winnicott chega a afirmar que a mãe adotiva pode cuidar de um bebê, mas jamais da mesma maneira que aquela que teve condições de se preparar para isso pelo fato de ter tido o bebê nove meses em seu ventre. “Mas à mãe adotiva geralmente falta à inclinação para a maternidade, um estado especial que necessita de um período preparatório inteiro de nove meses” (Winnicott, 1988/1990, p. 132). Voltaremos a essa discussão no item 4.5 do quarto capítulo.

⁴⁰ A esse respeito afirma: “É impossível aprender estas coisas, e a ansiedade não é um substituto desta espécie muito simples de amor, que é quase físico” (Winnicott, 1987/1994, p. 10).

⁴¹ Nas palavras do autor fica explicitada essa preocupação: “Por conseguinte, existem razões sociais muito fortes para que se estimule a pesquisa nos estágios mais precoces da relação mãe-criança” (Winnicott, 1957/1989, p. 99).

⁴² A crítica winnicottiana é à pediatria vigente que, segundo sua compreensão, estaria caminhando para uma tendência muito tecnicista, em que os cuidados ofertados por profissionais especializados seriam suficientes para o bom desenvolvimento do indivíduo. Em suas palavras: “No momento presente, costuma-se negar a importância da mãe: diz-se que nos primeiros meses trata-se apenas de uma questão de cuidados corporais e que, portanto, no início, uma boa enfermeira seria o suficiente” (Winnicott, 1957/1989, p.99, *grifos nossos*).

No entanto, eu gostaria de me dirigir às mães e falar-lhes sobre a coisa que elas fazem bem, e que assim o fazem simplesmente porque *toda mãe dedica-se à tarefa* que tem pela frente, isto é, cuidar de um bebê ou talvez de gêmeos. (Winnicott, 1987/1994, p. 01, grifos nossos)⁴³

Paralelo a isso, ao atribuir um papel secundário ao pai, especialmente no primeiro tempo de vida do bebê, o autor (1964/2014) atrela a paternidade a uma versão do gênero masculino articulada à virilidade, força, razão e lei, dispensando as capacidades de cuidar, preocupar-se, e até de se identificar com o bebê. Winnicott também fora apontado por atrelar a etiologia de alguns sofrimentos psíquicos à falha no fator “mãe dedicada comum”, ocupando-se extensamente em “orientar” mães sobre o modo como deveriam criar seus filhos.⁴⁴ Nas palavras do próprio autor:

Há outro tipo de crítica proveniente daqueles que já me ouviram afirmar que o fracasso das mães em nível da mãe dedicada comum é um dos fatores na etiologia do autismo. As pessoas sentem que é uma acusação, quando na verdade só se está avançando com lógica e fazendo referência aos efeitos do fracasso da mãe dedicada comum. Mas não será natural que, se esta coisa chamada dedicação for realmente importante, a sua ausência ou uma falha nesta área tenha consequências desfavoráveis? (Winnicott, 1987/1994, p. 02)

Em suma, a preocupação winnicottiana em relação ao desenvolvimento emocional dos sujeitos levou-o a postular que a maternidade engendra naturalmente amor e devoção à criança, permitindo-lhe uma identificação sofisticada com o bebê. Em suas palavras: “A mãe sabe, de uma forma extremamente sensível, quais são os sentimentos do seu bebê com relação a essas coisas pois, temporariamente, ela se encontra em sintonia com elas” (Winnicott, 1987/1994, p. 58). Em algumas situações, Winnicott parece ter chegado a ponto de negar o fato de existirem mulheres não maternais e incapazes de estabelecer um vínculo com seus bebês, conforme expresso abaixo: “Existem até mães (*espero que não neste país*) às quais se fala que elas *devem ser mães* de seus filhos, sendo esse o grau mais extremo de negar que a

⁴³ A respeito do conhecimento das mães sobre os bebês, Winnicott afirma noutro trecho: “Ao mesmo tempo o cientista, se assim o desejar, pode olhar com admiração para o conhecimento intuitivo da mãe, que a torna capaz de cuidar de seu bebê independentemente de qualquer aprendizado. Na verdade, eu diria que a riqueza essencial deste conhecimento intuitivo é o fato de ele ser natural e não conspurcado pelo aprendizado.” (Winnicott, 1987/1994, p. 14).

⁴⁴ Vale ressaltar que muitos de seus apontamentos eram divulgados ao público leigo através das antenas da BBC, gerando uma comoção e exigência social para as mães e, possivelmente, um sentimento de culpa nas mulheres que não conseguiam reproduzir tal retrato da maternidade: em alguns casos porque não desejavam, em outros porque precisavam voltar para o trabalho e não teriam como estar tão disponíveis ao bebê.

“maternagem” se origina naturalmente no ato de ser mãe (Winnicott, 1957/1989, p.99, *grifos nossos*).

Noutra ocasião, o autor reconhece a possibilidade de algumas mulheres não se deixarem levar pelas funções “naturais”, contudo as tratam como exceções que fogem às regras da natureza, chegando a considerar tais situações como doências. A nosso ver, tal apontamento ratifica o caráter biologizante e normativo presente no discurso winnicottiano:

É claro que existem mães e figuras maternas que não conseguem deixar que as funções naturais predominem, mas trata-se de exceções; de qualquer modo, não devemos basear nossas atitudes em coisas que, segundo nossa observação, são contrárias às leis da natureza, doências e não-maternais. (Winnicott, 1987/1994, p.59)

Em sua própria defesa, Winnicott esclarece que ao descrever sobre a falha no fator mãe dedicada comum não pretende culpabilizar as mães, mas reconhecer a responsabilidade deste fator na etiologia de certas dificuldades infantis. Afinal, se os cuidados maternos são responsáveis por facilitar os estágios iniciais do desenvolvimento psicológico, a sua ausência só pode ser nociva ao bebê (Winnicott, 1987/1994). Esclarece, ainda, que nem de longe sua intenção foi de dogmatizar mães para serem *suficientemente boas*, considerando a maternagem como natural, espontânea e impossível de ser transmitida ou ensinada através de manuais. Afirma, além disso, não pretender instrumentalizá-las teoricamente, mas sim compreender as dificuldades presentes na relação mãe-criança a fim de proporcionar algum tipo de apoio à construção desse laço, porém confessa que o “maior problema consiste em encontrar um modo de dar instrução sem instruir” (Winnicott, 1960/1993, p. 141). Assim, ao direcionar seu discurso às mães, Winnicott deixa muito claro qual era sua pretensão, a saber, empoderá-las naquilo que naturalmente elas fariam bem:

Quero incentivá-las a conservar e defender este conhecimento especializado, que não pode ser ensinado. A partir dele, e só então, vocês podem aprender outras coisas, com outros tipos de especialistas. Vocês só conseguirão aprender com segurança as coisas que os médicos e enfermeiras podem lhes ensinar se forem capazes de conservar, em si mesmas, aquilo que lhes é natural. (Winnicott, 1987/1994, p. 18)

Na discussão em Edimburgo, de 1961, em que Winnicott volta a falar da teoria do relacionamento paterno-infantil, ele adverte que:

Gosto de lembrar a mim mesmo que quando os filhos dos pacientes estão enfermos e as coisas não estão indo bem, podemos dizer a eles como comportar-se feito terapeutas. Em comparação, porém, não podemos dizer aos pais como comportar-se

como pais se tudo vai bem. Se tudo vai bem, isso apenas acontece. O que podemos fazer então é estudar o que está acontecendo e avaliar de modo apropriado esta função dos pais, de maneira a reconhecê-la e apoiá-la, e ver que com ela não se interfira, quando existe. (Winnicott, 1961/1994, p. 61)

Outra crítica que a Psicanálise sofreu adveio do movimento feminista que denunciou de maneira veemente a relação entre dominação masculina, inferioridade feminina e maternidade. Se o raciocínio freudiano caminhou na direção de que um filho seria capaz de aplacar a inveja do pênis, livrando a mulher de sua desvantagem em relação ao sexo masculino, as feministas consideraram que a presença do filho seria capaz de fragilizar e submeter à mulher ainda mais fortemente à dominação e controle de seu parceiro, tornando-se menos autônoma e mais vulnerável. Quanto ao discurso winnicottiano, ao atribuir o cuidado materno como fundamental à constituição subjetiva, principalmente nos primeiros meses de vida, e ao pai o papel de proporcionar à mãe a segurança necessária, verifica-se a repetição de um padrão familiar que reproduz a dominação masculina.

É por essa razão que os críticos consideram que a Psicanálise foi essencial para o fortalecimento do discurso moderno que atrela a mulher ao papel materno e à dedicação ao lar. Segundo Badinter (1985), houve uma formidável e bem elaborada campanha de imprensa baseada em ideias freudianas vulgarizadas, responsável pelo discurso do pós-guerra que condicionava as mulheres a tais papéis. Essas campanhas “... utilizaram constantemente as teorias freudianas do masoquismo, a passividade feminina e o dogma da distinção de papéis, caros aos funcionalistas, para construir a religião da mãe” (Badinter, 1985, p. 326). Além disso, o discurso winnicottiano, segundo a crítica, serviu para tentar dogmatizar o exercício da maternagem. Nessa linha de raciocínio, tal teorização, além de gerar um “adestramento” do *modus operandi* da maternidade, mobilizou muita culpa e desassossego às mulheres que não correspondiam fielmente às recomendações médicas e psicanalíticas.

No próximo capítulo percorreremos alguns aspectos do processo de construção da maternidade, bem como os pressupostos que compõem a teoria do amadurecimento emocional primitivo segundo Donald W. Winnicott para ao final da tese retornarmos a esses pontos a partir dos discursos publicados pelas mães em seus *blogs* de maternidade.

CAPÍTULO 4

DA MATERNIDADE À TEORIA DO AMADURECIMENTO EMOCIONAL PRIMITIVO DE WINNICOTT

Os elementos que compõe a maternidade são fomentados a partir de um processo multideterminado, no qual fatores fisiológicos, psicológicos, culturais e sociais se interlaçam, superando a ideia de que a experiência orgânica do ciclo gravídico-puerperal poderia, por si só, explicar a capacidade de a mulher se identificar e cuidar de um filho. Os múltiplos arranjos subjetivos, considerando as experiências primitivas de cuidado da puérpera; o discurso veiculado socialmente sobre a maternidade; a representação que cada mulher construiu a partir das referências maternas presentes em sua história; a rede de amparo com que a mãe pode ou não contar ao dar à luz e, por fim, as demandas advindas de cada um dos filhos em sua particularidade, se interseccionam ao discutirmos o tema em questão (Arteiro & Passos, 2014). Maternalidade⁴⁵ é um conceito que nos ajuda a pensar nessas questões por abarcar as mudanças subjetivas e os processos psíquicos produzidos na mulher a partir do desejo de ter um filho, isto é, um conjunto de representações mentais, afetos, desejos e comportamentos de uma mãe em relação à criança, seja esta ainda um projeto, um bebê no útero ou já nascido.

Em se tratando de uma vivência profundamente singular e subjetiva, faculta uma diversidade de possibilidades que definam o que é ser uma mãe. A maternidade envolve genealogias e nomeações, desejos e demandas, traumas e identificações, expectativas e frustrações, amor e ódio. Essa noção nos é muito cara, pois, como afirma Iaconelli (2015, p. 19): “mantém aberta a brecha pela qual a escuta clínica pode nos ensinar algo sobre a plasticidade da construção da maternidade e retroalimenta a teoria, em sua vocação para o questionamento”.

⁴⁵ O termo foi proposto por Paul Claude Racamier na década de 60 (Zornig, 2010).

4.1 Considerações sobre o período gravídico-puerperal⁴⁶

O desejo e a ideia de ter um filho são engendrados muito antes de uma mulher gerar concretamente um feto. Winnicott (1987/1994, p.43) afirma que “o início das crianças se dá quando elas são concebidas mentalmente. É um fato que se manifesta no brincar de muitas crianças de qualquer idade após os dois anos”. Entretanto, é a materialidade de um corpo ocupado por outro que fará o significante “*mãe*” tornar-se mais significativo para algumas mulheres. Diante da confirmação da gravidez, algumas transformações começam a se engendrar, entretanto essa não é uma regra que se aplique a todas as mulheres. Há casos em que o acontecimento corporal pode ser opaco e não mobilizar nenhuma transformação no campo subjetivo, justificado pela noção de que o corpo pode ser estranho ao sujeito. Nesses casos, observa-se que a ausência de desejo pela maternidade e desconhecimento sobre o corpo, por exemplo, são capazes de conduzir a um processo de negação que poderá desembocar inclusive em uma descoberta tardia da gravidez⁴⁷.

A respeito do período gestacional, Winnicott (1987/1994, p. 03) afirma que a mulher contará com “um período muito útil de nove meses, ao longo do qual há tempo suficiente para que ocorra uma transformação na mulher, que pode então passar de um tipo de egoísmo para outro”. Segundo o autor, nesse intervalo ela terá condições de desenvolver qualidades e afetos que a habilitarão a operar a maternagem de maneira *suficientemente boa*. Sobre as transformações advindas da mulher grávida, Winnicott (1945a/2014) considera:

A vida de uma mulher modifica-se, de muitas maneiras, quando ela concebe um filho. Até esse momento, poderia ter sido uma pessoa de vastos interesses, talvez nos negócios, ou uma política arguta, ou uma entusiástica jogadora de tênis, ou alguém sempre disposta para os bailes e diversões. Poderia ser propensa a desdenhar da vida relativamente restrita de suas amigas que tiveram filhos, fazendo rudes comentários sobre a natureza vegetativa de suas existências. [...] No princípio, pode facilmente acontecer que ela se ressinta desse fato, já que poderá vislumbrar, com demasiada clareza, a terrível interferência na sua “própria vida” que isso significa. O que ela vê é

⁴⁶ Importante salientar que não pretendemos fazer uma descrição paulatina dos estágios gestacionais ou puerperais. Traremos algumas contribuições da Psicanálise a esse respeito, destacando que para nós a clínica é soberana e aquilo que uma mulher experimenta na perinatalidade é de ordem subjetiva.

⁴⁷ Alguns desses casos são exibidos em um programa televisivo no canal *Discovery Home and Health* intitulado “Eu não sabia que estava grávida”, o qual exibe casos em que a mulher só descobre a gravidez em pleno trabalho de parto.

a pura realidade, e seria tolice pretendemos negá-lo. Os bebês são uma carga de trabalho e um embaraço positivo, a menos que sejam desejados. Se uma mulher jovem não começou ainda a querer o bebê que traz dentro de si, não pode evitar sentir-se infeliz. (Winnicott, 1945a/2014, p. 19)

Winnicott (1945a/2014) faz menção ao possível descontentamento em relação à descoberta da gravidez, considerando, que a adaptação a esta nova fase é uma questão de tempo e que, progressivamente, a mulher grávida será capaz de mudar a direção do seu interesse do exterior para o interior. Segundo o autor, para ser mãe, a mulher deverá passar por muitas etapas até chegar ao ponto de enxergar com clareza os princípios fundamentais da assistência ao bebê.

As transformações no campo da perinatalidade são de múltiplas ordens. No plano fisiológico, as mudanças no corpo durante o período gravídico-puerperal são evidentes e “começam com a sustentação física do bebê no útero” (Winnicott, 1960/1983, p. 51). Para algumas mulheres, além do crescimento das mamas e do ventre, alterações no sono, rejeição a determinados alimentos, odores e pessoas, mal-estar físico, como enjoo e tontura estão presentes. Em alguns casos, essas alterações sintomatológicas exigem da mulher novos arranjos em sua relação com o corpo e com a sexualidade. No plano socio-histórico, os valores a respeito do que é ser uma mãe, preconizados pela cultura em um determinado momento, influenciarão no modo como uma mulher virá a operar o papel materno, conforme observado no primeiro capítulo. No que tange às relações sociais, o puerpério pode ser vivenciado de maneira ambivalente: de um lado experimenta-se a alegria de ter o filho nos braços e poder usufruir dessa experiência, porém, de outro, muitas mulheres descrevem o estranhamento de estar completamente fora do circuito social. A presença de um recém-nascido, que dependa exclusivamente de cuidados, implicará mudanças na vida social da mulher. O afastamento das tarefas laborais poderá desencadear angústias advindas de sentimentos de inutilidade e improdutividade. A relação conjugal também ver-se-á modificada pela chegada de um novo integrante no seio familiar, pois a história edipiana de todo sujeito tem seu início na história individual de cada um dos pais, haja vista que o desejo de ter um filho reatualiza fantasias da própria infância e do cuidado parental recebido (Szejer, 2016). Quanto à dimensão psicológica, é inegável que a experiência com a maternidade afete subjetivamente a mulher e, a esse respeito, nos dedicaremos mais amplamente.

Sem dúvida as mudanças fisiológicas sensibilizam a mulher para mudanças psicológicas mais sutis que se seguem. Logo após a concepção, ou quando já se sabe que a concepção é possível, a mulher começa a mudar sua orientação e a se preocupar com as mudanças que estão ocorrendo dentro dela. (Winnicott, 1960/1983, p. 52)

Paralela ao desenvolvimento fetal, uma construção imaginária sobre o filho começa a se engendrar, fomentada pelas fantasias familiares, a escolha do nome, a preparação do enxoval e os sofisticados exames de imagem que permitem informações cada vez mais precisas sobre os bebês. Os movimentos fetais também funcionam como fonte de comunicação cujo bebê ainda *in útero* emite respostas diante dos estímulos e alterações maternas. Conforme aponta Caron (2000, p. 182): “É notável como a ecografia é um nascimento antecipado cuja parteira é a ecografista. O exame provoca uma sobrecarga emocional quando coloca os pais nesta situação antes do prazo previsto”.

Ao destacar os atributos de uma mãe devotada comum, Winnicott considera que, desde o início, ainda no ventre, ela consegue reconhecer o seu bebê como um ser humano, com uma soma de experiências agradáveis e desagradáveis. Os movimentos de investimento em relação ao bebê no útero são fundamentais para o processo de reconhecimento posterior à sua chegada. Winnicott (1960/1994), em um pequeno texto intitulado ‘Nota sobre o relacionamento mãe-feto’, sugere que a forma de enunciar o relacionamento entre a mãe e seu feto é através da capacidade que a mãe tem de acreditar em um bebê vivo e real, ou ainda, a capacidade materna de supor um sujeito onde ele ainda não está. Isto significa dizer que, em um primeiro momento, é a partir das mudanças fisiológicas perceptíveis em seu corpo durante o período gravídico e os significados imaginários atribuídos ao bebê que ele se torna vivo no psiquismo materno.

A criança é associada pela mãe à ideia de um ‘objeto interno’, um objeto imaginado para ser instalado dentro e aí mantido apesar de todos os elementos persecutórios que também têm lugar na situação. O bebê tem outros significados na fantasia inconsciente da mãe, mas é possível que o traço predominante nesta seja uma vontade e uma capacidade de desviar o interesse do seu próprio *self* para o bebê. (Winnicott, 1960/2011, p.22)

Coincidindo com a noção winnicottiana, Aulagnier (1990) considera que o ato de investir narcisicamente no bebê imaginário favorece a construção de um lugar no desejo materno, que, em primeira instância, constrói a ideia de que o bebê oferecerá o que lhe falta. A autora propõe o termo ‘corpo imaginado’ para definir a imagem que as mães carregam em

si, muito antes da concepção da criança. Nesse sentido, inspirada na concepção freudiana do amor parental, a autora também concebe o bebê como correspondente ao narcisismo dos pais.

[...] na maioria dos casos, o início da gravidez coincide com, ou acentua, a instauração de uma relação imaginária na qual o sujeito criança não é representado pelo que é na realidade, um embrião em vias de desenvolvimento, mas por aquilo que chamei alhures corpo imaginado, ou seja, um corpo já completo e unificado, dotado de todos os atributos necessários para isso. [...] é sobre essa imagem, suporte imaginário do embrião, que se despeja a libido materna. (Aulagnier, 1990, pp.13-14)

Para Winnicott, a identificação da mãe gestante com o próprio corpo gera um interesse aumentado na gravidez. O autor enfatiza que a mãe grávida é capaz de “transferir algo de seu interesse em si própria para o bebê que está crescendo dentro dela” (Winnicott, 1960a/1983, p. 52), através dos mecanismos de regressão e retraimento, típicos do estado de preocupação materna primária que deve iniciar no final da gestação. Importante salientar que, para que isso aconteça, o ambiente materno deve ser tranquilo o suficiente para que ela possa preocupar-se com seu bebê. Caso contrário, a regressão e o retraimento podem ativar fantasias persecutórias na mãe⁴⁸.

A respeito do período gravídico-puerperal, Monique Bydlowski (2002) propôs um conceito apropriado intitulado como “transparência psíquica” – uma modalidade particular de funcionamento na qual a eficiência habitual do recalçamento se vê reduzida, tendo em vista que os fragmentos pré-conscientes e inconscientes chegam mais facilmente à consciência, possibilitando maior conhecimento sobre as motivações e o desejo pela maternidade. É compreendido, ainda, como um estado “[...] marcado por um superinvestimento da história pessoal da mãe, com uma plasticidade importante das representações mentais centradas sobre uma inegável polarização narcísica [...]” (Bydlowski, 1998, p. 217). Conforme descrito pela autora, a transparência psíquica viabiliza uma sensibilidade na mãe, tornando-a capaz de identificar-se com seu bebê a fim de atendê-lo em suas necessidades.

Esse estado de transparência psíquica se estabelece porque na gravidez o equilíbrio psíquico encontra-se abalado pelo duplo status do bebê: ele está presente no interior do corpo da mãe e em suas representações mentais, mas está ausente da realidade visível. A gestante faz uma ponte entre a situação da gravidez atual e lembranças de seu passado, diminuindo seu investimento no mundo exterior e permitindo que

⁴⁸ É com esse argumento que Winnicott considera o pai como responsável por sustentar um ambiente propício e seguro que será ocupado pela dupla mãe-bebê. Trataremos dessa questão na última parte deste capítulo.

reminiscências antigas e fantasmas geralmente esquecidas surjam à tona sem serem barradas pela censura. (Bydlowski, 2002, como citado em Zornig, 2012, p. 22)

Nesse sentido, a depender do que a mulher vivenciou primitivamente, o período gravídico-puerperal pode representar um grande abalo à organização defensiva ao ativar elementos arcaicos da existência. Inevitavelmente, a construção da identidade materna reporta a mulher aos seus tempos primevos, favorecendo o reencontro com a mãe originária, a mãe dos primeiros cuidados⁴⁹. A relação mãe-filha terá um papel definidor nos ingredientes que serão recuperados e transmitidos durante a gestação, o período puerperal e o engendramento do laço mãe-criança. Em seus trabalhos sobre a constelação da maternidade, Stern (1997) indica três discursos preponderantes na construção da maternidade: o discurso da mãe com sua própria mãe, seu discurso consigo mesma enquanto mãe e o discurso com o bebê.

Para os autores supracitados, a transmissão sobre o que é ser uma mãe não se dará pela via de ensinamentos, mas, sobretudo, através de uma comunicação inconsciente que se processará entre essas duas mulheres-mães. Em outras palavras, a capacidade de cuidar de um bebê origina-se da experiência materna de ter sido um bebê que teve suas necessidades pulsionais supridas por uma *mãe suficientemente boa*. Isso não significa dizer que o fato de uma mulher não ter sua mãe viva, presente em sua casa, auxiliando nos cuidados com o bebê, essa transmissão não aconteça. Em suma, os elementos primordiais que se apresentarão na passagem do que denominamos o “bastão da maternidade” são: as vivências pré-edípicas entre a mãe e sua filha⁵⁰, a trajetória edípica em si, ou seja, a posição que a mãe ocupou na triangulação, bem como a construção da feminilidade, tendo em vista que, para a Psicanálise, a mãe é a principal responsável por transmitir à sua filha a experiência do que “é ser uma mulher”. Além disso, segundo Winnicott, os aspectos mais sutis do cuidado materno, como

⁴⁹ Apesar de não ser o objetivo aqui, gostaríamos de apontar que a clínica tem evidenciado que essas experiências não são passíveis de acontecer apenas com a mãe. O pai, quando envolvido na gravidez da esposa e na chegada de seu filho, também pode sofrer abalos emocionais que remetam às suas experiências primevas. A esse respeito, a Síndrome de Couvade é um exemplo. Trata-se de um conjunto de sintomas que podem aparecer nos homens durante a gestação de sua mulher.

⁵⁰ Freud, em seu texto sobre a Sexualidade Feminina (1931), reconsidera a universalidade da tese segundo a qual o complexo de Édipo é o núcleo das neuroses, atribuindo assim uma importância que até o momento não havia sido dada à fase pré-edípica, especialmente nas mulheres. Para o autor, a fase pré-edípica permite todas as fixações e recalcamientos que podem estar relacionados à origem das neuroses. Assim, quando tratamos do desejo de uma mulher pela maternidade, precisamos levar em conta a relação primordial com a mãe da origem, dos primeiros cuidados, que transmite nos gestos sutis o lugar que um filho ocupa no desejo de uma mulher.

segurar um bebê no colo, também estarão presentes no modo como uma mulher sustenta ou não o seu bebê:

É claro que existem todos os tipos de mãe, e há algumas que não estão totalmente contentes com o jeito que seguram os seus bebês. Algumas sentem-se um pouco em dúvida, pois o bebê parece mais feliz quando está no berço. Deve haver, numa mãe assim, algum remanescente do medo que ela tinha quando, ainda uma garotinha, a mãe a deixava segurar um bebê recém-nascido. Pode ser, também, que ela tenha tido uma mãe não muito boa para este tipo de coisa, e tenha medo de estar transmitindo ao seu bebê um pouco da insegurança que existiu no passado. (Winnicott, 1987/1994, p. 16)

A respeito do primeiro tempo, Winnicott considera ser a relação inicial com a mãe que assegura a base sobre a qual a menina fundamenta suas futuras relações objetais. O Édipo virá *a posteriori*, ou seja, apenas depois que a menina renuncia à mãe como o seu exclusivo objeto de amor. Nesse sentido, como sugere Bydlowski (1992), a gravidez pode proporcionar uma quebra da relação com a mãe rival do Édipo e que perdura até a adolescência através do reencontro com a mãe da ternura e dos primeiros cuidados. A mãe-da-mãe tem o papel fundamental de autorizar a maternidade de sua filha e isso pode se operar de duas maneiras distintas: ela pode fazer isso por ela mesma, estando presente nos primeiros tempos de vida do bebê e fornecendo à sua filha um ambiente seguro e saudável, o que Winnicott denominou por “*holding* para a mãe”. E, ainda, através de seu discurso, ou seja, sobre o que ela diz para sua filha a respeito de sua própria experiência como mãe. Em suma, o discurso de uma mãe influenciará diretamente na construção da maternalidade de sua filha ao tornar-se mãe.

4.2 As peculiaridades da Mãe Devotada Comum

Eu disse certa vez: “Não há isso que se chama bebê, significando evidentemente, que onde se encontre um bebê encontra-se cuidado materno, e sem cuidado materno não haveria absolutamente bebê.

D. W. Winnicott (1987/1994)

Conforme descrito por Raquel Soifer (1980), o nascimento é uma condição traumática da qual o ser humano é vítima e do qual a mulher grávida procura defender-se com condutas causadas pela fragmentação egóica. Para a autora, o parto não é um processo fisiológico

específico e natural, mas uma defesa para expulsão de um objeto que representa ameaça ao corpo. A autora caracteriza a gestação e o parto como ansiedades de perda e separação e também de terror pelo ataque do feto ao corpo da mãe. E, ainda, segundo a mesma autora, a parturiente: “... revive inconscientemente a angústia sofrida durante sua própria passagem pelo canal de parto, ou seja, vai irrompendo nela a angústia do trauma do nascimento” (Soifer, 1980, p. 51). Em outras palavras, o parto conjuga nascimento e morte.

Para o bebê, por sua vez, apesar da ruptura vivenciada no parto e de todas as novas sensações que ele virá a experimentar após o nascimento, é a proximidade da mãe que lhe traz aconchego e tranquilidade, pois, segundo Winnicott, o bebê conhece sua mãe profundamente antes de nascer:

E durante esse tempo, suponho, o bebê também aprendeu muito a seu respeito. Compartilhou de suas refeições. Seu sangue fluía com maior rapidez quando você bebia uma boa xícara de café pela manhã ou quando você corria para pegar um ônibus. [...] De certo modo, eu diria que ele lhe conhece melhor do que você a ele, até ele nascer e até você ouvir o choro dele e puder olhá-lo e acolhê-lo em seus braços. (Winnicott 1945a/2014, p. 21)

O período que se inicia após o nascimento é caracterizado pelo fim da relação simbiótica do corpo-no-corpo entre mãe e bebê, dando lugar à relação corpo-a-corpo, em que o recém-nascido ainda vive uma relação de dependência absoluta em relação à mãe. O aforismo winnicottiano, citado acima, sugere que um bebê não pode ser pensado sozinho, só existindo em relação ao outro que cuida e exerce uma função primordial de apoio ao seu corpo e ao ego a fim de garantir-lhe sobrevivência e defendê-lo contra estímulos internos e externos, operando, por conseguinte, funções de paraexcitação e simbolização. Para que a mãe venha a operar essa função, o período do pós-parto demandará que ela restabeleça seus investimentos libidinais, o que significa dizer que precisará abrir mão das fantasias narcísicas sobre o bebê, afastando-se da identificação com o objeto criado imaginariamente e com o fantasma de sua infância, a fim de abrir-se ao encontro com o bebê real que agora carrega nos braços. Essa operação, na maioria das vezes, pode demandar uma energia significativa por parte do psiquismo materno, conforme aponta Winnicott (1964/2014):

A questão é que cada novo filho que chega à família traz consigo sua própria ideia do mundo e a necessidade de controlar a sua pequena parcela do mundo; portanto, cada nova criança é uma ameaça à própria organização materna, à sua cuidadosamente

edificada e bem mantida ordem de coisas. E sabendo como ela dá valor ao modo de ver as coisas, lamento essa mãe. (Winnicott, 1964/2014, p. 137).

Ao afirmar isso, Winnicott (1969b/1994) referia-se principalmente a noção de ambiente, que está em jogo no processo de constituição subjetiva. A esse respeito, o autor continua sua proposição afirmando que: “Quando se diz que o bebê é dependente, e de começo absolutamente dependente, e isto é realmente o que se quer dizer, decorre então que a maneira pela qual o meio ambiente se apresenta tem importância, por ser uma parte do bebê (Winnicott, 1969b/1994, p. 196). Para o autor, não podemos descrever o bebê sem considerar o meio ambiente que o circunda. Isto porque:

O estágio de dependência absoluta ou quase absoluta tem a ver com o estado, no começo, do bebê que ainda não separou um NÃO-EU do que é EU, do bebê que ainda não se acha aparelhado para desempenhar esta tarefa. [...] O comportamento adaptativo da mãe torna possível ao bebê encontrar fora do *self* aquilo que é necessário e esperado. Através da experiência da maternagem suficientemente boa, o bebê passa para a percepção objetiva, havendo herdado a tendência a fazer isso e tendo-lhe sido dado a aparelhagem perceptual e a oportunidade. (Winnicott, 1969b/1994, p. 197)

Se a experiência da maternagem suficientemente boa é a condição para que um bebê alcance melhor a delimitação entre o mundo interno e o externo, resta-nos apresentar o que Winnicott descreveu como princípios da mãe devotada comum para em seguida compreendermos como ela opera para fins do amadurecimento do *infans*.

Ao tratar da temática da mãe devotada comum, Winnicott (1987/1994) parte da noção de que o exercício da maternagem se dá de um modo natural para boa parte das mulheres, não exigindo nenhum ensinamento prévio ou saber técnico sobre a temática do “cuidado de bebês”. Segundo o autor, a pessoa mais adequada para cuidar de um bebê sempre será a sua mãe, exatamente por creditar a ela um desempenho intuitivo⁵¹, não necessitando de nenhum arsenal técnico aprimorado para tanto, uma vez que as competências necessárias para a maternagem são, sobretudo, de natureza subjetiva. A mãe não precisa aprender tecnicamente o que **fazer**, deve apenas adentrar para a área de experiência, com vistas a **tornar-se** um “próximo prestativo”, capaz de se identificar com as necessidades do bebê e atendê-las adequadamente.

⁵¹ Winnicott continua afirmando que “a riqueza essencial deste conhecimento intuitivo é o fato de ele ser natural e não conspurcado pelo aprendizado” (1987/1994, p. 14). Um século antes dessas afirmações winnicottianas, Darwin já havia afirmado que: “A mulher parece diferir do homem por sua maior ternura e seu egoísmo. A mulher, em razão do instinto materno, dá testemunho em alto grau dessas qualidades para com seus filhos; logo, é provável que ela com frequência o estenda a outras criaturas” (1871, como citado em Badinter, 2011, p. 74).

Quando a criança, invadida por sensações de sono, dor, fome ou medo, é tomada nos braços por uma mãe tranquilizadora, capaz de conter essas experiências incomodativas e desconhecidas pela criança, compreendendo-as e elevando o choro ao estatuto de comunicação, constatamos que o cuidado materno está sendo operado de modo suficientemente bom. Ao descrever sobre o cuidado despendido a um bebê, Winnicott (1987/1994) refere-se especialmente às inúmeras coisas sutis que uma mãe faz naturalmente para o seu filho:

O essencial constitui a mais simples de todas as experiências, a que se baseia no contato sem atividade e que cria as condições necessárias para que se manifeste o sentimento de unidade entre duas pessoas, que de fato são duas, e não apenas uma. (Winnicott, 1987/1994, p.05)

Segundo Winnicott, o que possibilita à mãe adaptar-se ao bebê a fim de exercer a função de sustentação para a sua existência é a condição emocional especial alcançada por ela no período que compreende o final da gravidez e os primeiros meses de vida do bebê. O autor descreveu a preocupação materna primária como um estado psicológico especial, compreendido por retraimento e hipersensibilidade, que possibilita à mãe centralizar todos os seus investimentos no bebê e nas tarefas maternas em detrimento de outros interesses (Winnicott, 1956)⁵². Sobre essa noção, descreve Winnicott (1987/1994):

Sugiro, como vocês sabem, e suponho que todos concordem, que *comumente* a mãe entra numa fase, uma fase da qual ela *comumente* se recupera nas semanas e meses que se seguem ao nascimento do bebê e, na qual, em grande parte, ela é o bebê e o bebê é ela. E não há nada de místico nisso. Afinal de contas, ela também já foi um bebê e traz com ela a lembrança de tê-lo sido; tem, igualmente, recordações de que alguém cuidou dela, e estas lembranças tanto podem ajudá-la quanto atrapalhá-la em sua própria experiência como mãe. (Winnicott, 1987/1994, p.04)

Tal identificação habilita a mãe a se colocar no lugar do bebê sem, contudo, abandonar sua parte adulta. Alcançando tal estado, a mãe saudável terá condições de ser para o bebê aquilo que ele mais necessita: fonte de segurança e conforto emocional. Apesar de Winnicott afirmar textualmente que a mulher comumente se recupera da preocupação materna, noutra passagem considera que nunca se recuperará por completo, caso contrário deixaria de ser uma mãe. E, ainda, se ela optar por ter muitos filhos, viverá o ciclo de preocupação repetidas vezes e durante um tempo prolongado em sua vida (Winnicott, 1960/1993).

⁵² Essa noção será tratada mais exhaustivamente no tópico seguinte deste mesmo capítulo.

Sobre esse aspecto Winnicott (1960/1993, p. 91) verificou que: “as mães que melhor se saem são aquelas que podem entregar-se no começo”. Ou seja, as mães que se dispõem prontamente para o bebê, ofertando-lhe um ambiente suficientemente bom, terão maiores probabilidades de obter filhos seguros e que alcancem independência e autonomia mais rapidamente, deixando-as livres para permitir voltar “para onde estavam antes de serem invadidas por seus filhos” (Winnicott, 1960/1993, p.92). É verdade que algumas situações desagradáveis podem interromper o prazo de permanência da mãe em estado de preocupação materna primária, como, por exemplo, ter que se “afastar” da maternidade um pouco mais cedo por alguma razão inesperada (um luto ou alguma doença, por exemplo), demitir uma babá incompetente, ou o marido adoecer, etc⁵³. Por outro lado:

Se você tiver sorte e não houver desagradáveis complicações, o estado especial pode chegar gradualmente a seu término. Inicia-se então um processo em que você se restabelece como pessoa adulta no mundo, e isso leva muitos meses. O seu bebê precisa que você esteja apta a fazer isso, embora o processo cause dor ao bebê. (Winnicott, 1960/1993, p.91)

Apesar da ênfase depositada sobre o estado de preocupação materna primária, Winnicott (1956/2000) não negligenciou o fato de que nem todas as mulheres seriam capazes de adentrar para tal condição. Isso não quer dizer que elas não são boas mães, mas apenas que estão voltadas para outras preocupações e interesses, não favorecendo a abertura para tal experiência.

Tais mulheres não conseguem preocupar-se com o seu bebê a ponto de excluírem quaisquer outros interesses, de maneira natural e temporária. [...]. Algumas delas têm certamente outras preocupações importantes, que não abandonam muito prontamente, ou talvez não consigam deixá-las de lado até terem o seu primeiro bebê. A mulher que se caracteriza por uma forte identificação masculina sentirá essa parte das funções maternas a mais difícil de realizar, e uma inveja do pênis reprimida deixa muito pouco espaço para a preocupação materna primária. (Winnicott, 1956/2000, p. 402)

Winnicott creditava à posição ativa masculina uma das dificuldades que certas mulheres tinham para se adaptar e se sensibilizar às necessidades do bebê. Os desejos viris na

⁵³ Em outro texto Winnicott elenca três situações problemáticas e impeditivas para a mulher continuar devotada ao bebê: “O primeiro deles é uma simples probabilidade – uma mãe fica doente e morre, e tem que abandonar o seu bebê da maneira que mais odeia. Pode ser também que ela entre em uma nova gravidez antes do tempo que ela anteriormente considerara adequado. Até certo ponto, ela poderia ser responsável por esta complicação, mas estas coisas não são tão simples assim. Uma mãe poderia, também, entrar em depressão e sentir que está privando seu filho daquilo que ele necessita, sem que tenha forças suficientes para modificar o seu estado de espírito, que pode perfeitamente ser uma reação a algo que afetou a sua vida privada (Winnicott, 1987/1994, p.6).

mulher poderiam atrapalhá-la e até impossibilitá-la de vivenciar esse “adoecimento” normal que a colocaria em uma condição de total devoção ao filho. Noutra ocasião (1964/2011), o autor chegou a considerar que nas extremidades do que ele considera a mãe normal (devotada e suficientemente boa) encontraremos dois tipos de distúrbios maternos: de um lado, a mãe compulsivamente ocupada de seus interesses, não conseguindo mergulhar no “estado de adoecimento materno” e, no outro extremo, a mãe que denota uma preocupação exageradamente patológica, prolongando-se neste estado por muito mais tempo do que esperado. Nas palavras do autor:

O primeiro tipo de mãe não consegue desmamar o filho porque este nunca a teve de fato para si, de modo que o desmame deixa de ter sentido; a outra mãe doente é incapaz de desmamar, ou tende a fazê-lo subitamente, sem dar atenção à crescente necessidade da própria criança de ser desmamada. (Winnicott, 1960/2011, p.22)

Ao contrário, a mãe suficientemente boa é aquela que permite ao recém-nascido viver uma segurança no nível do **ser** antes de poder autorizar-se, sem riscos, a sentir-se bem no nível do **ser** com o outro (Winnicott, 1957). A relação objetal virá apenas *a posteriori*, pois para encontrar-se com o objeto o primeiro passo é que o bebê possa existir. Continuidade e segurança são os principais elementos que favorecem o desenvolvimento da confiança básica tão fundamental ao processo de subjetivação.

Outro aspecto a ser destacado do fator ‘suficientemente bom’ é a dimensão paradoxal presente no conceito: se por um lado é fundamental que a mãe esteja lá prontamente para atender às necessidades do pequeno sujeito, proporcionando-lhe a ilusão de que o seio materno é parte do seu próprio corpo e que ele tem o controle mágico sobre todas as coisas, por outro, ela deverá atentar-se para que os cuidados sejam realizados de maneira sensível a fim de não obstaculizar os gestos criativos e espontâneos do bebê. A mãe que se pretende “boa demais”, voltando-se excessivamente à técnica, presta um cuidado impessoal e, nesse sentido, tende a antecipar as coisas para o bebê ao seu bel prazer, de acordo com suas próprias necessidades e conveniências. Noutros termos, este fator levou Winnicott a enfatizar a importância do respeito ao ritmo do bebê a fim de favorecer que os elementos sensório-motores da experiência fossem ganhando contornos existenciais de modo a possibilitar a constituição de um *self*. Vejamos a seguir como se dá a operacionalização do papel maternante em termos das necessidades do bebê, com vistas a alcançar o amadurecimento emocional primitivo, conforme preconizado por Donald W. Winnicott.

4.3 A teoria do Amadurecimento Emocional Primitivo de D. W. Winnicott

A teoria do amadurecimento em Winnicott parte de um ponto fundamental que é o fato de que todos os seres humanos nascem com tendência inata ao amadurecimento, mas que virá a se desenvolver a depender das condições ambientais. Conforme destaca Neuma Barros (2013), na teoria do amadurecimento também está presente o paradoxo winnicottiano, ou seja, o recém-nascido traz em si dependência e independência simultaneamente. Ou seja, se por um lado vem ao mundo com todo o aparato para se desenvolver, por outro depende de um ambiente adaptativo e favorável para que isso se processe. Sobre a teorização winnicottiana, descreve Barros (2013):

Torna-se um exímio teórico da constituição psíquica em uma dimensão intersubjetiva, dos fenômenos pertinentes do funcionamento psíquico e dos processos primitivos da vida emocional, cuja complexidade tenta traduzir em linguagem simples, de uso comum, e com base em uma lógica paradoxal, marcadamente presente em suas elaborações. (Barros, 2013, p. 140)

A condição humana é constituída tanto por soma, ou seja, o aspecto físico do desenvolvimento, como pela psique. A maturidade emocional, sinônimo de saúde psíquica para o sujeito, depende de um somatório de fatores e se processa mediante tarefas e conquistas. A partir da teoria do amadurecimento, Winnicott descreveu os estágios pelos quais todo ser humano deverá passar, *se tudo ocorrer bem*. São eles: 1) a dependência absoluta, do qual fazem parte a solidão essencial, a experiência do nascimento e o estágio da primeira mamada teórica; 2) a dependência relativa, que abarca o estágio de desilusão, o estágio de transicionalidade, o uso do objeto e o estágio do ‘sou eu’; 3) o caminho à independência, constituído pelo estágio de concernimento; e 4) a independência relativa, que envolve o estágio edípico e de latência, a adolescência, o início da idade adulta, a adultez, a velhice e a morte (Dias, 2012). Para essa vertente de pensamento, o amadurecimento é uma jornada que parte da dependência absoluta, passando pela dependência relativa rumo à independência. Em face do objetivo da presente tese, apresentaremos apenas alguns aspectos dos estágios mais primitivos – dependência absoluta e relativa – período em que o bebê vive inicialmente alojado em seu mundo interno e caminha com vistas a descobrir que existe uma realidade externa a ele.

Winnicott (1952a/2000) postula que, no início, todo sujeito em constituição parte de um estado que ele denominou *não-integração*, ou seja, o bebê não é ainda uma unidade e sim “um conjunto não organizado, uma mera coleção de fenômenos sensório-motores reunidos pelo suporte do ambiente” (Winnicott, 1952a/2000, p. 165), porém que apresenta uma tendência natural a se tornar uma unidade integrada. Podemos compreender essa noção através da seguinte afirmação:

Este tanto de teoria é necessário se se quiser compreender esta estranha realidade em que vivem as crianças: realidade esta em que *nada ainda distinguiu-se como não-eu*, de modo que *ainda não existe um EU*. [...] Não há conhecimento da mãe ou de qualquer objeto externo ao *self*; e mesmo essa afirmação não pode ser considerada correta, pois não existe ainda um *self*. Poder-se-ia dizer que, neste estágio, o *self* da criança é apenas potencial. *Retornando* a este estado, o indivíduo torna-se fundido com o *self* da mãe. (Winnicott, 1960/2011, p.25)

Isso significa dizer que, no início da existência, quando tudo vai bem, os bebês vivem uma experiência de onipotência e indiferenciação em relação à mãe (ou quem dele cuida), não se reconhecendo como um *ser* e, tampouco, percebendo existir uma realidade externa a ele. A não integração não é caracterizada como um déficit ou uma questão patológica. O uso da expressão negativa (*não* integração) supõe um estado prévio à integração, anterior, que indica um vir-a-ser. “É o estado natural de extrema imaturidade do bebê e significa falta de reunião num si-mesmo, falta de integração no espaço e no tempo, falta de integração psicossomática, enfim, falta de inteireza (*wholeness*)” (Dias, 2012, p. 124).

Apesar de considerar a tendência inata ao amadurecimento, Winnicott atribui grande valor à provisão ambiental, tendo em vista que a integração não acontece se um outro não estiver lá para fornecer o respaldo necessário aos processos constitucionais. Para o autor, nenhum bebê pode vir a tornar-se uma pessoa real, “a não ser sob os cuidados de um ambiente que dá sustentação e facilita os processos de amadurecimento” (Winnicott, 1968/1994, p. 84). E, ainda, “sem as técnicas que permitem cuidar de um bebê de um modo suficientemente bom, o novo ser humano não teria chance alguma” (Winnicott, 1952a/2000, p. 166). A noção de ambiente na teoria winnicottiana é inteiramente original e deve ser entendida segundo dois aspectos essenciais: a) ele não é externo nem interno; b) sustenta e responde à noção de dependência; ou seja, a realidade-do-si mesmo e a realidade do mundo são constituídas no interior da relação mãe-bebê ao longo do processo de amadurecimento (Dias, 2012). Em suma, é através do estabelecimento de um ambiente seguro e capaz de garantir recursos

afetivos, físicos, lúdicos e cognitivos que o bebê consegue se desenvolver emocionalmente de uma forma a garantir sua saúde psíquica.

O cuidado adequado leva a um estado de coisas em que a integração começa a tornar-se um fato, e então uma pessoa começa a ser encontrada ali. Até onde isto é verdade, a falha no cuidado adequado leva à desintegração, em vez de uma volta à não integração. A desintegração é sentida como uma ameaça porque (por definição) há alguém ali capaz de sentir a ameaça. (Winnicott, 1952a/2000, p. 165)

Seguindo a lógica da perspectiva freudiana da assistência alheia, Winnicott (1956/2000) preconiza que uma mãe capaz de ofertar um ambiente suficientemente bom para o seu bebê, no período em que ele se encontra absolutamente dependente, possibilitará que ele comece a existir, tenha experiências e constitua um ego pessoal para no futuro defrontar-se com as dificuldades inerentes à vida. Nesse sentido, a primeira relação do bebê com o mundo se dará através dos cuidados corporais ofertados pela mãe (corpo-a-corpo), do ambiente emocional em que estão inseridos e das palavras proferidas em torno do berço. Ao longo de muitas repetições de cuidado, previsíveis e seguras, o bebê desenvolve o sentimento de segurança interna, através do qual se constroem os fundamentos da capacidade de o bebê sentir-se real e integrado. A mãe é quem:

[...] fornece um contexto para que a constituição da criança comece a se manifestar, para que as tendências ao desenvolvimento comecem a desdobrar-se, e para que o bebê comece a experimentar movimentos espontâneos e se torne dono das sensações correspondentes a essa etapa inicial da vida. (Winnicott, 1956/2000, p. 403)

Winnicott descreveu que o bebê apresenta dois padrões de relacionamento: excitado e tranquilo. O padrão tranquilo se estabelece na primeira mamada e é fruto de uma experiência de alívio de tensão e de prazer que advém quando a mãe lhe oferece o seio no momento “adequado”. O momento excitado é quando o bebê, movido por uma forte tensão, torna-se ele mesmo “criador” do objeto desejado, o seio.

Quando o bebê sente uma necessidade motivada pela tensão instintiva (fome) e a mãe suficientemente boa, em seu estado de amor e identificação, comparece, oferecendo-lhe o seio, cria-se uma “superposição entre o que a mãe fornece e o que o bebê é capaz de conceber” (Winnicott, 1951/2000, p. 238). A partir de então, se construirá uma experiência fundamental ao desenvolvimento, que Winnicott intitulou experiência de ilusão. A prontidão da mãe possibilitará ao bebê ter a ilusão de que o seio é criado por ele, permitindo a

experiência de um controle mágico e ilusão de onipotência. Ou seja, o seio da mãe suficientemente boa se apresenta justamente quando o bebê está pronto para criá-lo, no momento exato de sua necessidade, por isso alcança para o bebê o estatuto de uma criação própria (Winnicott, 1951/2000). Em síntese, a experiência de ilusão será possível sempre que haja uma mãe disponível no tempo adequado a responder às demandas do bebê. Nas palavras de Winnicott (1951/2000):

A adaptação da mãe à necessidade do bebê, quando suficientemente boa, dá a este a ilusão de que existe uma realidade externa que corresponde à sua capacidade de criar. O bebê mama num seio que é parte dele mesmo, e a mãe dá leite a um bebê que é parte dela mesma. (Winnicott, 1951/2000, p. 328)

Conforme abordado no início, o bebê não reconhece a presença da mãe enquanto alteridade, entretanto o que importa para o seu amadurecimento é que ela esteja lá, oferecendo sua presença através de cuidados contínuos e permanentes que favoreçam a experiência de segurança e previsibilidade. Um bebê vai se constituindo no tempo e no espaço, na medida em que suas experiências se repetem, estabelecendo uma ritmicidade e uma sequência de acontecimentos, responsáveis pelo sentimento de confiabilidade e continuidade de ser. A conquista da autonomia em relação ao ambiente está relacionada à capacidade da criança de fazer um prognóstico em relação ao que virá a acontecer no futuro. Um bebê que teve uma mãe sensível às suas demandas certamente viverá mais tranquilamente, a seu tempo, a experiência de continuidade de ser, conseguindo futuramente adaptar-se com maior facilidade à realidade externa.

Em suma, a integração corporal no bebê se dará tanto através da tendência natural e inata do amadurecimento, proveniente do interior do corpo, como estará vinculada à mais básica de todas as tarefas maternas, a de segurar⁵⁴ (*holding*). Em um primeiro tempo, o *holding* contempla essencialmente a dimensão física de ter o bebê apoiado nos braços. Winnicott (1987/1994, p.15) concebe que: “segurar um bebê” é um trabalho especializado, por essa razão afirma que os “bebês são realmente muito sensíveis à maneira como são segurados, o que os leva a chorar com algumas pessoas e a ficar calmos e satisfeitos quando no colo de outras, mesmo quando ainda são muito novinhos”.

⁵⁴ “Segurar: tornar seguro, firmar; amparar, impedir que caia, agarrar, conter, prender; garantir, afirmar, assegurar; tranquilizar, serenar, sossegar; não se desfazer de, conservar; afirmar, garantir; apoiar-se, precaver-se” (Winnicott, 1987/1994, p.53, nota de rodapé).

Progressivamente essa sustentação amplia-se para o sentido psicológico de “sustentar a situação no tempo”, ou seja, uma disponibilidade materna para esperar que o tempo do bebê chegue sem que ela adiante coisa alguma. Para Winnicott (1952a/2000):

[...] a unidade não é o indivíduo, a unidade é o contexto ambiente-indivíduo⁵⁵. O centro de gravidade do ser não surge no indivíduo. Ele se encontra na situação global. *Através do cuidado suficientemente bom, através das técnicas de sustentação e do manejo geral*, a casca passa a ser gradualmente conquistada, e o cerne (que até então nos dava a impressão de ser um bebê humano) pode começar a tornar-se um indivíduo. (Winnicott, 1952a/2000, p. 166, *grifos nossos*)

A mãe-ambiente é formada pelos “pedaços da técnica do cuidar, dos rostos vistos, sons ouvidos e cheiros cheirados” (Winnicott, 1945/2000, p.224) que, quando reunidos e repetidos, possibilitam a continuidade. O “segurar o bebê no colo” com firmeza, segurança, acalentando e aquecendo, proporcionará a experiência de sentir-se real em seu corpo. Ao descrever este aspecto da maternagem, Winnicott descreverá que o *holding*:

[...] protege da agressão fisiológica; leva em conta a sensibilidade cutânea do lactente – tato, temperatura, sensibilidade auditiva, sensibilidade visual, sensibilidade à queda (ação da gravidade) e a falta de conhecimento do lactente da existência de qualquer coisa que não seja ele mesmo; inclui a rotina de cuidados dia e noite e segue também as mudanças instantâneas do dia-a-dia que fazem parte do crescimento e do desenvolvimento do lactente, tanto físico como psicológico. (Winnicott, 1960/1983, p.48)

O fato de terem sido bem sustentados a maior parte do tempo desenvolve nos bebês uma sensação de confiança em um mundo amigável e tornam-se capazes de atravessar bem todas as fases de seu desenvolvimento emocional. Nesse sentido, “a base da personalidade estará sendo bem assentada se o bebê for segurado de uma forma satisfatória” (Winnicott, 1987/1994, p.54). Possivelmente o bebê que foi bem segurado e amparado não se lembrará disso mais tarde, contudo verá os efeitos desse cuidado em sua maneira de se colocar no mundo. Garantir a sustentação e o amparo de uma criança no tempo e no espaço é uma tarefa que exige da mãe um deslocamento de uma parte de suas forças e energias para alimentar e conter o desenvolvimento da criança.

⁵⁵ Vale ressaltar que quando Winnicott refere-se ao ambiente, ainda neste mesmo texto, considera ser este comandado pela mãe ou pela babá. O que nos leva a pensar que apesar de Winnicott dar um valor fundamental à mãe como representante do ambiente, aqui ele abre a prerrogativa para considerarmos que a mãe não é a única e exclusiva pessoa capaz de cuidar de um bebê. Este primeiro ambiente pode ser representado por outras pessoas que demonstrem disposição em cuidar de um bebê, inclusive o pai, como discutiremos no quinto capítulo da presente tese.

Outra questão fundamental é que Winnicott (1945/2000) parte da concepção de que, no início, o corpo e a psique não se constituem como uma unidade. Nesse sentido, um bebê que não tiver seus pedaços reunidos sentir-se-á espalhado: “Em psicologia, é preciso dizer que o bebê se desmancha em pedaços a não ser que alguém o mantenha inteiro, e nesta etapa, cuidado físico é cuidado psicológico” (Dias, 2012, p.199). O processo de personalização, isto é, o alojamento da psique no corpo, dependerá do manuseio (*handling*) adequado proveniente dos cuidados maternos. Através do *handling*, o bebê viverá experiências sensoriais e táteis importantes e, por esta razão, o modo específico com que sua mãe desempenha as tarefas de cuidado fará toda a diferença nos processos de personalização. Conforme descreveu Dias (2012), a experiência de sensorialidade deve permitir ao bebê:

[...] ser envolvido, por todos os lados, num abraço vivo, que tem temperatura e ritmo e que faz o bebê sentir tanto o corpo da mãe como o seu próprio corpo; ser aconchegado no berço de modo a permanecer tocado pelas mantas e almofadas e não solto no espaço; as inúmeras sensações táteis ao ser manejado de todas as formas, banhado, acariciado, afagado, cheirado, etc [...]. (Dias, 2000, p.200)

Por meio dos cuidados maternos não é apenas o corpo biológico que será respaldado, também o corpo pulsional e erógeno deve ser investido e libidinizado, introduzindo a criança na dimensão do *Eros*. É o prazer da mãe, no contato corpo a corpo com o bebê, que permitirá a passagem de um organismo vivo para um corpo pulsional (Jerusalinsky, 2008). Seguramente, tal função demanda um trabalho psíquico grandioso, complexo e desafiador por parte de quem o desempenha. “Dar contorno ao corpo, inscrever as bordas erógenas nos primórdios da constituição subjetiva do bebê, exige da mãe uma posição psíquica bastante peculiar” (Jerusalinsky, 2008, p.11).

Em síntese, para que um *infans* se constitua como sujeito é preciso que um outro, encarnado e concreto, exerça a função de sustentação para a sua existência. Ou seja, para que o ego imaturo do bebê comece a funcionar, lançando mão de suas próprias defesas, precisará, por um tempo, contar com um ego maduro que possa defendê-lo contra as invasões do ambiente, atendendo às suas necessidades. É nesse sentido que o apoio materno ao ego do bebê protege a criança, promovendo a ilusão de que o ego infantil é estável e não frágil. O psiquismo materno funcionará de modo protético, instaurando as inscrições fundadoras no psiquismo do bebê e ofertando-lhe contorno à pulsão.

A proteção por parte do outro cuidador serve como oportunidade para o advento do “verdadeiro *self*”. O que Winnicott (1987/1994) compreendeu por verdadeiro *self* é a capacidade de se sentir a si mesmo como efetivo agente emocional, tratando-se de um eu criativo, plenamente vigoroso e espontâneo. Se a provisão ambiental é de suma importância para o desenvolvimento emocional, a falha nesse fator pode trazer consequências desfavoráveis. Nas palavras de Winnicott (1956/2000, p.405): “Tendo ocorrido falhas nesse primeiro estágio, o bebê será apanhado por mecanismos de defesa primitivos (falso eu⁵⁶, etc.), que pertencem à ameaça de aniquilação e os elementos constitucionais tenderão a ficar anulados (salvo quando se manifestam fisicamente)”. O bebê, quando ‘não bem sustentado’, tem seu desenvolvimento deturpado e algum grau de agonia estará presente ao longo de sua existência. O autor propõe haver três tipos de ansiedade decorrentes de falhas na técnica de cuidar de um bebê: não integração, que se transformará em um sentimento de desintegração; a ausência de relacionamento entre psiquê e soma de onde advém a experiência de despersonalização e, por fim, a sensação de que o centro da gravidade foi transladado do cerne para a casca (Winnicott, 1952a/2000).

Outra dimensão fundamental dos cuidados maternos é a função do olhar, segundo o qual uma oferta gratuita do rosto materno funcionará como reflexo para a imagem do filho. No artigo ‘O papel do espelho da mãe e da família no desenvolvimento da criança’, Winnicott (1967/1975, p.154) questiona-se: “O que vê o bebê quando olha para o rosto da mãe?”. Em sua resposta sugere que no encontro com o rosto materno o bebê vê a si próprio. Além disso, consegue ver também a maneira como sua mãe o vê. O espelhamento materno é o meio através do qual o bebê consegue ver-se como eu (*self*), a partir do desejo lançado sobre ele. Contudo, o ser do bebê só será refletido pelo rosto da mãe se, primeiramente, ela tiver realizado psiquicamente a importante operação de reconhecimento e internalização do bebê. O rosto da mãe é simultaneamente um espelho e o meio através do qual o bebê começa a estabelecer trocas significativas. Em síntese, ao olhar para o bebê, a mãe oferta-lhe a possibilidade de existir, exatamente por supor um sujeito onde ele ainda não está, estabelecendo uma função primordial denominada por reconhecimento. Ao atribuir significado a cada manifestação do bebê, ainda que reflexa e involuntária, a mãe supõe ali um

⁵⁶ O falso *self* surge como uma forma reativa de conformismo e adaptação a um ambiente insatisfatório e ameaçador. Sua manifestação dar-se-á através de uma bondade submissa ou da criminalidade.

sujeito, criando uma cadeia de trocas e significações que viabilizará o surgimento de uma subjetividade.

Um bebê que fora olhado e assistido de maneira suficientemente boa terá condições de caminhar rumo à dependência relativa, pois “seria muito aborrecido continuar vivenciando uma situação de onipotência quando ela já dispõe dos mecanismos que lhe permitem conviver com as frustrações e as dificuldades de seu meio ambiente” (Winnicott, 1987/1994, p. 06). Para tanto, é fundamental que a mãe, tendo contribuído com a experiência de ilusão, cumpra agora a tarefa de desiludir o seu bebê, afinal se a relação de dependência absoluta da mãe é uma necessidade no início da vida de um sujeito, seu prolongamento pode representar um obstáculo. O advento da subjetividade dependerá da alternância ilusão-desilusão, investimento-desinvestimento, amor e ódio.

Concomitante ao surgimento do eu e à diferenciação em relação à mãe, a dependência absoluta é atenuada e o bebê, que era apenas reativo ao ambiente, nessa nova fase passará a influir sobre o mesmo. A separação é a prova do princípio de realidade, de que a mãe é um ser distinto, descoberta que inaugura um novo modo de amor objetal. O alcance dessa experiência só é possível porque em algum instante a criança vivenciou a inevitável e difícil experiência da frustração. Trataremos de cada uma dessas questões detalhadamente.

4.4 Nos caminhos da autonomia – a necessária “falha” materna

Se inicialmente a mãe se apresenta como onipotente (inclusive para sustentar a onipotência do bebê), capaz de responder aos apelos do *infans* de maneira devotada, sua função só se completará na medida em que souber tornar-se agente do processo de desilusão. Para Winnicott, assim como o amor materno é um dom natural e que jamais poderá ser transmitido, a falta materna surgirá espontaneamente a partir da própria condição de amadurecimento do bebê e do surgimento de outros interesses por parte da mãe.

O estágio seguinte, a dependência relativa, vem a ser um estágio de adaptação a uma falha gradual dessa mesma adaptação. É parte do repertório da grande maioria das mães prover uma desadaptação gradativa, e isso está muito bem orientado para o rápido desenvolvimento que o lactente revela. (Winnicott, 1963a/1983, p.83)

A primeira condição em que o bebê se encontra, ou seja, a ilusão de que o mundo é criado por ele, vai sendo progressivamente substituída pela noção de que o mundo sempre esteve ali independente dele e continuará a estar mesmo após a sua morte. Para que essa transição aconteça e o bebê possa se diferenciar, passando a ter contato com uma realidade externa, precisará que sua mãe realize a tarefa de desiludi-lo, por meio de frustrações inevitáveis⁵⁷. Importante salientar que a desilusão só virá a obter seus frutos caso seja apoiada por uma ilusão bem fundada. Como sugere Dias (2012, p. 223): “Um bebê a quem não foi fornecido um sentido de segurança, incorporado como uma crença, não pode ‘ausentar-se’, distraído com o objeto transicional; ao contrário, consegue apenas ficar alerta, prevenindo possíveis invasões”. No entanto, se tudo vai bem, a experiência de frustração desenvolverá a “capacidade de relacionar-se com a realidade externa ou mesmo conceber uma realidade externa” (Winnicott, 1951/2000, p.327). A partir do momento em que o bebê consegue fazer a experiência de sobreviver à ausência da mãe, tornar-se-á capaz de estabelecer relações objetais. Em outras palavras, a criança “abre mão” de seu autoerotismo primordial para adentrar na dimensão objetal.

O processo de diferenciação deve acontecer simultaneamente para a mãe e o bebê. Do lado da mãe, se ela conta com um bom estado de saúde mental, progressivamente abandonará o estado de preocupação materna primária, renunciando a uma adaptação integral às necessidades do bebê. Trata-se de uma desadaptação gradual, permitindo que a mãe retorne para outras atividades de seu interesse, ciente de que o seu bebê já pode tolerar momentaneamente sua ausência. Não se trata de “separar-se” do bebê ou abandoná-lo, mas sim de estar presente de um outro modo: “Nem simbiose, nem ruptura brutal, os processos de diferenciação abrem o campo da separação, isto é, via da autonomização e da subjetividade para a criança, a de um possível reinvestimento do feminino para a mãe” (Benhaïm, 2007, p. 52). Chegará o tempo em que as posições feminina e materna se reconciliarão. Esse processo se dará através de um trabalho subjetivo que visa articular permanentemente um processo quase contraditório: o de conter a criança, separando-se. A mãe, nesse sentido, precisa amar o

⁵⁷ Winnicott (1951/2000) explica esta operação de uma maneira mais minuciosa com as seguintes palavras: “Em outras palavras, o seio é criado e recriado vezes sem conta pelo bebê a partir de seu amor ou (poderíamos dizer) de sua necessidade. Desenvolve-se então um fenômeno subjetivo dentro do bebê, que podemos chamar de ‘seio da mãe’. A mãe coloca o seio real justamente ali onde o bebê está pronto para criá-lo, e no momento certo” (1951/2000, p.327). Winnicott explica em nota de rodapé que ao se referir ao seio materno não se trata necessariamente do seio de carne e osso, mas uma ampla gama de cuidados maternos que são contemplados nesta palavra.

suficiente para contê-la em suas necessidades, bem como precisará odiá-la simbolicamente para dela se separar. A mudança de objeto libidinal devolve à mãe sua posição feminina.

Efetivamente, se a mãe deve tornar-se de novo uma mulher, o pai deve tornar-se de novo um homem. Caminho que requer que tanto um quanto outro acabem com a regressão que leva à confusão, para um e para outro, do materno e do sexual, e à qual a nova configuração (o casal parental de um bebê) os convoca. (Benhaïm, 2007, p.27)

Do lado do bebê, ele também iniciará um processo gradativo de desilusão, criando recursos para se defender contra angústias, provenientes da experiência de separação e individuação. Vale salientar que o processo de separação é gradual e pode ser vivenciado pelo bebê com uma dose de ansiedade, advinda da reação à suposta “ameaça”. Isso porque a perda do objeto e a separação, num primeiro momento, representam a perda do próprio eu, ameaçando a integração. Conforme declarado por Freud (1926/1996), a ameaça não é vista de modo completamente negativo, ou seja, a ansiedade desencadeia o desenvolvimento das capacidades do eu, ajudando-o a estabelecer seus limites. Em decorrência de tal experiência, o senso de existência e de sobrevivência da criança fará com que a princípio ela busque meios para tentar evitar o “triste destino” da separação materna, através da oralidade, buscando incorporar⁵⁸ aspectos da mãe durante a mamada ao seio. Gradualmente, a criança percebe que suas tentativas de incorporação do objeto não evitarão que a diferenciação venha a acontecer.

Na concepção dialética proposta por Winnicott, essa é uma tendência motivada tanto pelos processos inatos de amadurecimento como em virtude das experiências de frustração proporcionadas pela figura materna. Ao passo que o bebê identifica uma mãe que falha, também espera ansiosamente a mãe que gratifica. A percepção de uma mãe separada de si e as defesas (tais como internalização, repressão) advindas dessa experiência servirão de base para sua constituição egóica, isto porque o ego se desenvolve a partir de um sistema de defesas contra as possíveis ameaças iniciais. O que primeiro o bebê começa a distinguir é a qualidade das experiências, subdividindo-as entre boas ou más e, subsequentemente, uma rudimentar noção dos objetos que oferecem tais experiências, ou seja, objetos bons e maus, distintamente.

A partir de então se torna explícita a ambivalência presente na relação mãe-filho, tornando-se legítimo afirmar que os elementos que compõem a relação com um filho estão longe de ser apenas amor, felicidade, mansidão e ternura, conforme idealizado. Afetos

⁵⁸ É graças à internalização da figura do cuidador (para Winnicott, a mãe) que no futuro o sujeito desenvolve as competências de autocuidado e de cuidar ao longo da vida.

ambivalentes como tédio, solidão, medo, insegurança, raiva, culpa, impaciência fazem parte das múltiplas experiências que a chegada de um filho pode proporcionar.

Conforme preconizado por Winnicott (1947/2000, p.285), não é só de amor que é feita a relação com o filho: “a mãe odeia seu filhinho desde o início”. Toda pessoa frustrada pode ser acometida de ódio como reação ao desapontamento. Na opinião do autor, “amor e ódio constituem os dois principais elementos a partir dos quais se constroem as relações humanas” (Winnicott, 1939/1994, p. 89). Os bebês, por certo, satisfazem suas mães em muitos momentos, mas inevitavelmente as decepcionam na mesma medida. O que está em questão é o fato de uma mãe suportar o ódio sentido por seu filho sem nada fazer com isso. Benhaïm (2007) concebe que Winnicott, ao tratar do fator suficientemente bom, estaria considerando a dimensão do ódio materno como fundamental e necessário ao processo de subjetivação. É necessário que no início tenhamos amado e que para se separar, apesar desse amor, possamos odiá-lo concomitantemente. Winnicott (1947/2000) listou os inúmeros motivos pelos quais a mãe odeia o seu bebê:

O bebê não é uma concepção (mental) sua; O bebê não é aquele das brincadeiras da infância, um filho do papai, ou do irmão, etc.; O bebê não é produzido magicamente; O bebê é um perigo para o seu corpo durante a gestação e o parto; O bebê interfere com a sua vida privada, é um obstáculo para a sua ocupação anterior; Mais ou menos intensamente, a mãe sente que o bebê é algo que a sua própria mãe deseja, e ela o produz para aplacá-la; O bebê machuca seus mamilos mesmo quando suga, o que inicialmente implica em mastigação; Ele é impiedoso, trata-a como lixo, uma serva sem pagamento, uma escrava; Ela tem que amá-lo, com suas excreções e tudo o mais, pelo menos no início, até que ele venha a ter dúvidas sobre si próprio; Ele tenta machucá-la, volta e meia a morde, e tudo por amor; Ele se decepciona com ela; Seu amor excitado é um ‘amor de tigela’, significando ‘amor interesseiro, de modo que ao conseguir o que queria ele a joga fora como uma casca de laranja; No início o bebê dita a lei, é preciso protegê-lo de coincidências, a vida deve fluir no ritmo dele, e tudo isso exige da mãe um contínuo e detalhado estudo; Por exemplo, ela não deve ficar ansiosa quando o segura; No início ele não faz ideia alguma do quanto ela faz por ele, do quanto ela sacrifica por ele. É impossível para ele suportar principalmente o seu ódio; Ele é desconfiado, recusa a comida tão boa que ela preparou e faz com que ela duvide de si mesma, mas com a tia ele come tudo; Depois de uma manhã horrível, ela sai com ele e ele sorri para um estranho, que diz: ‘Não é uma gracinha!’, se ela falha com ele no início, sabe que ele se vingará para sempre; Ele a excita mas a frustra – ela não pode devorá-lo nem fazer sexo com ele. (Winnicott, 1947/2000, pp. 285-286)

Em sua relação de fatores, o autor enfatiza que a mãe deve reconhecer o sentimento de ódio pelo filho, conforme as razões elencadas, contudo não deve fazer nada com isso a não ser “vingar-se” através das canções de ninar (as quais o bebê não entende) que sempre contêm

elementos agressivos e ameaçadores direcionados a ele. Isso nos leva a refletir sobre a natureza do ódio materno: pode se tratar de um ódio vital, que tem relação com a separação, frustração, castração, constituído como promissor ou, ainda, corresponder a um ódio destruidor fomentado por experiências transgeracionais não elaboradas.

Em tempos de “desilusão”, tanto para a mãe quanto para o bebê, o corpo-a-corpo que até há pouco se fazia necessário para trazer segurança e conforto ao bebê, será paulatinamente substituído por outras modalidades de trocas, tais como o brincar e a comunicação mãe e filho com a entrada da língua materna. A criança sofrerá uma importante passagem, deixando de ser objeto parcial da mãe para tornar-se um objeto total que se relaciona com ela. A ambivalência advém como fruto dessa passagem.

A hipótese da necessidade da ambivalência materna tem importância de um ponto de vista estrutural, isto é, como algo que necessariamente estrutura o amor materno, temperado pelo ódio, para autorizar a criança a se separar daquilo que a faz viver, mas que levaria à morte se disto não se separasse. (Benhaïm, 2007, p. 39)

Os recursos encontrados pelos partícipes da díade mãe-bebê para lidarem com a operação de diferenciação serão distintos. Para algumas mulheres, essa passagem se dará de maneira tranquila se, por acaso, ela não tiver dificuldades de se deparar novamente com aquilo que o bebê veio fazer suplência. Noutros casos, quando a separação e o “descarte” que o bebê faz do seio materno representa uma ameaça à mãe, verifica-se uma busca errante por substitutos (outros filhos) para serem colocados no lugar. Na pior das hipóteses, ocorre um aprisionamento do filho no lugar de objeto, comprometendo severamente a saúde psíquica do bebê. Neste último caso, em que a criança é mantida numa relação de dependência em tempos que já pode ser autônoma, uma estagnação da evolução libidinal pode acontecer, cuja pulsão não conhece outra fonte de satisfação além da mãe. Aí está em jogo a problemática da psicose.

Nesse sentido, abrir mão do lugar narcísico que a maternidade representa para algumas mulheres exige remanejamentos subjetivos importantes para que a mãe possa permitir ao filho acesso a outros objetos que não ela própria. O excesso de presença materna aborta o caminho rumo à subjetivação e impede a criança de avançar em seus processos de amadurecimento rumo à independência. Por outro lado, a falha na presença materna no início da existência mergulha a criança em uma profunda experiência de insegurança. Por essa razão, reiteramos

ser muito adequado o fator suficientemente bom, descrito por Winnicott, uma vez que não permite cairmos nos extremos de uma mãe demasiadamente intrusiva ou ausente.

A mãe que consegue operar o processo de desilusão com tranquilidade, sem ser tomada pela culpa, “autoriza” a criança a elaborar sua ausência, representando-a em um espaço psíquico de transição que Winnicott (1951/2000) denominou por espaço transicional⁵⁹. Se ambos, mãe e bebê, puderem sair bem dessa ruptura, significa dizer que “o desinvestimento materno conferiu uma certa autonomia de funcionamento: a que autoriza a pulsão a encontrar satisfação na ausência da mãe” (Benhaïm, 2007, p.27). Para a Psicanálise desde Freud, o pai, ou melhor sua função, carrega o elemento de separação da díade mãe e bebê, conjugando atributos como a instituição da lei no psiquismo da criança. Assim, a fim de avançarmos em nossas discussões a respeito das transformações no que tange aos papéis familiares faz-se necessária uma retomada nos principais pressupostos apresentados por Winnicott sobre a figura do pai.

4.5 O que Winnicott diz sobre o pai

A teoria do amadurecimento em Winnicott atribui um valor fundamental à figura materna ao tratar do ambiente suficientemente bom como necessário ao desenvolvimento do *infans*, nem por isso negligencia a presença do pai, conforme acusam os críticos. Resta-nos compreender de que modo a figura paterna é concebida no pensamento winnicottiano, em suas diversas nuances, a fim de discutirmos essas noções ante as novas configurações familiares presentes no contexto da contemporaneidade. Veremos a seguir os principais textos da obra onde a posição do autor em relação ao pai vê-se explicitada.

No texto de 1945, dedicado especificamente a tratar do pai, Winnicott aponta para o caráter coadjuvante que ele assume ante o filho no início da vida. O autor estabelece três funções primordiais que o pai deve operar: 1) dar suporte à mãe sexual e afetivamente, ou seja, “ajudar a mãe a sentir-se bem em seu corpo e feliz em seu espírito”

⁵⁹ Trataremos sobre a conceitualização winnicottiana de *espaço potencial* e *objetos e fenômenos transicionais* no próximo capítulo, ao discutir sobre a hipótese de que a cibercultura pode funcionar como um espaço transicional.

(Winnicott, 1945d/2014, p. 129); 2) dar apoio moral à mãe a fim de sustentar sua autoridade para com a criança e, por fim, através de sua presença, 3) permitir à criança a internalização da figura masculina. Discutiremos cada um desses aspectos detalhadamente.

Winnicott (1945d/2014) inicia seu texto sobre o pai, dedicando-se a contemplar a figura paterna no primeiro tempo do desenvolvimento emocional do bebê, fase conhecida como dependência absoluta. Para o autor, a mãe é a responsável por introduzir o pai na relação, autorizando ou não a sua entrada. Nesse estágio não se deve supor que seja uma coisa boa o pai entrar em cena e, segundo recomendação winnicottiana, ele deve manter-se na posição de “duplicador dos cuidados maternos”. Winnicott parte, ainda, da premissa de que a presença de um bebê entre o pai e a mãe pode ser incômoda, sugerindo que, em alguns casos, seja mais aconselhado à mãe realizar todos os seus afazeres antes que o marido chegue em casa, inclusive colocar os filhos para dormir. Winnicott continua essa ideia com o argumento de que dificilmente os pais se interessarão pelos filhos pequenos:

Eu sei que alguns pais são muito tímidos a respeito de seus bebês, no princípio, e sem dúvida também nunca se conseguirá que alguns se interessem por crianças; mas, de qualquer modo, as mães podem levar os maridos a ajudarem em pequenas coisas e podem organizar suas tarefas de modo que o bebê seja banhado quando o pai estiver em casa para assistir e até participar, se quiser. (Winnicott, 1945d/2014, p. 128)

Nesse sentido, no primeiro tempo de vida do *infans*, o autor mantém o pai em um lugar completamente secundário cuja atuação direta é desaconselhada, chegando a considerá-lo como um entrave para o que está se constituindo naturalmente na dupla mãe-bebê. A partir dessa noção, o autor anula toda e qualquer participação do pai junto ao filho, desqualificando sua capacidade de cuidar, se preocupar e se identificar. Em suma, é preferível que ele dê sustentação ao ambiente vivido pela díade, tornando-se um ponto de ancoragem para ambos, do que atue diretamente com o bebê. Nas palavras do autor: “É incomparavelmente melhor um pai forte, que pode ser respeitado e amado, do que apenas uma combinação de qualidades maternas, normas e regulamentos, permissões e proibições, coisas inúteis e intransigentes” (Winnicott, 1945d/2014, pp. 128-129).

Em suma, a teorização winnicottiana atribui ao homem-pai um papel secundário na fase de dependência absoluta, momento em que a mãe é o ambiente primário para a criança. O pai do primeiro tempo deve ser capaz de operar o *holding materno*, isto é, fazer com que tudo

corra bem no entorno da mãe para que ela possa oferecer ao bebê uma experiência positiva em seu viver. Sobre esse aspecto afirma:

Neste ponto, o pai pode ajudar. Pode ajudar a criar um espaço em que a mãe circule à vontade. Adequadamente protegida pelo seu homem, à mãe é poupado o trabalho de ter de ocupar-se das coisas externas que acontecem à sua volta, numa época em que ela tanto precisa concentrar-se, quando tanto anseia por preocupar-se com o interior do círculo formado pelos seus próprios braços e no centro do qual está o bebê. (Winnicott, 1949b/2014, p. 27)

Para Winnicott, a presença do pai no ambiente modula o espírito da mãe, ou seja, o sentimento de estar protegida ou desprotegida depende daquilo que o pai é capaz de fornecer a ela. Este é o aspecto indireto da presença paterna na vida do bebê. Em consonância à proposição winnicottiana, Cláudia Dias Rosa afirma: “É natural a constatação de que todo o efetivo cuidado paterno – com relação à qualidade do ambiente em que a dupla mãe-bebê habita e com relação ao atendimento das necessidades especiais da mãe –, faz parte do colo materno que o bebê recebe” (Rosa, 2009, p.75).

A nosso ver, o argumento winnicottiano para “deixar o pai de fora” no primeiro tempo de vida do bebê se pauta na crença de que apenas as mulheres são dotadas de habilidades especiais que as tornam mães, demonstrando que o fator biológico relativo ao papel materno aparece de maneira preponderante. Tal ideia se explicita no trecho retirado do texto ‘Este feminismo’ (1964/ 1989):

Todos nascem com tendências hereditárias para a maturação, mas para que elas se concretizem é necessário que exista um ambiente facilitador satisfatório. Isso significa uma adaptação inicial sensível da parte de um ser humano. Esse ser humano é *uma mulher, e geralmente mãe*. (Winnicott, 1964/1989, p. 149, *grifos nossos*)

Apesar de, em alguns momentos, Winnicott (1956/2000, p. 400) afirmar: “que o estudo da mãe deveria ser trazido para fora do campo puramente biológico”, o potencial de gerar uma criança e a capacidade para alimentá-la é, sem dúvidas, um dos fortes argumentos que sustentam a crença winnicottiana de que a mãe é a pessoa mais adequada para cuidar de um bebê. O autor (1988/1990) acredita que o amor materno é mais verdadeiro e menos sentimental do que qualquer substituto e, por conseguinte, a adaptação extrema às necessidades do bebê é possível a ela sem que isso lhe gere qualquer ressentimento. Para o autor, o ambiente satisfatório para o amadurecimento só pode ser oportunizado por uma

pessoa que guarda o elemento puro feminino⁶⁰. Desse modo, ainda que Winnicott abra a possibilidade de que este cuidado possa ser realizado por outra mulher, como a babá, ou uma mãe adotiva, considera que algo ainda possa ficar a desejar: “mas à mãe adotiva geralmente *falta a inclinação para a maternidade*, um estado especial que necessita de um período preparatório inteiro de nove meses” (Winnicott, 1988/1990, p. 132, grifo nosso)⁶¹.

Sobre o pai, também encontramos paradoxos no discurso winnicottiano, haja vista que, mesmo considerando ilegítimo a maternagem ser exercida pelo pai, nos casos em que isso inevitavelmente acontece, Winnicott considera que o pai poderá vir a desempenhar as atividades da mãe, contudo a partir dos atributos femininos que há em si (Rosa, 2009). Nas palavras do autor encontramos que: “Quando digo mãe, não estou excluindo o pai, mas é que nesse estágio o que nos interessa é o *aspecto materno do pai*” (Winnicott, 1987/1994, p. 83). Para dar conta da participação do pai no primeiro tempo de vida do bebê, Winnicott considera-o como uma “mãe substitutiva”. No texto ‘Distorção do ego em termos de falso e verdadeiro self’ essa ideia é recuperada nos seguintes termos:

Deixo relacionamento mãe-lactente nesse contexto porque estou me referindo a fenômenos precoces, àqueles relativos ao relacionamento do lactente com a mãe, ou com o pai como se fosse outra mãe. O pai neste estágio tão precoce ainda não se tornou significativo como uma pessoa do sexo masculino. (Winnicott, 1960/1983, p. 130)

Ainda que o autor não negligencie a possibilidade de o pai realizar a função “materna” adequadamente, essa inversão de papéis é desaconselhada, mesmo nos casos em que a mãe demonstra dificuldades para incorporar tal experiência como podemos ver:

[...] pode ser que existam alguns pais que realmente dessem melhores mães que suas esposas, mas a verdade é que nem mesmo assim podem ser mães; assim, tem de se

⁶⁰ *Em criatividade e suas origens*, Winnicott (1975) relata um trecho de um caso atendido por ele e em seguida tenta integrar o que denomina de lado feminino e lado masculino do paciente, marcando a existência de dos dois gêneros na formação da personalidade de um indivíduo. Esses lados são mantidos separados e opostos, por isso a denominação: feminino puro. Winnicott atrela o feminino ao ser e o masculino ao fazer, seguindo a proposição freudiana de que o feminino está atrelado à passividade enquanto o masculino, à atividade.

⁶¹ Consideramos importante salientar que ao longo da presente pesquisa deparamo-nos, constantemente, com o caráter paradoxal do texto winnicottiano, tendo em vista que, ainda sobre a adoção, ele afirma: [...] “devemos esperar que o bebê chore a perda de sua mãe, a pessoa mais importante do mundo todo. Entretanto, a situação pode ser negociada com sucesso, desde que o bebê seja bem-cuidado – bem-sustentado” (Winnicott, 1955/1997, p. 139). Neste segundo trecho o autor considera que, apesar da marca inicial de um bebê que foi adotado ser o abandono, a depender do modo como ele foi criado pela mãe adotiva, terá grandes chances de vivenciar boas experiências em sua existência e estruturar-se adequadamente, contrariando a citação anterior em que afirmou faltar à mãe adotiva a inclinação para a maternidade.

descobrir alguma saída para a dificuldade, sem estar em causa o desaparecimento da mãe nesse quadro (Winnicott, 1957/2014, p. 128).

Não há como negar que o posicionamento winnicottiano sobre o pai aponta para uma relativização quando comparado à concepção exclusivamente punitiva e castradora atribuída ao pai freudiano. Contudo, seu discurso continua sustentando a divisão pautada nos sexos masculino e feminino quanto à atribuição dos papéis de cuidado. Essa noção fica bastante evidente em um caso sobre o autismo apresentado por Winnicott, no qual a mãe da criança apresentava-se “inadequada, apesar de seu forte desejo em fazer bem” (Winnicott, 1966/1997, p. 186), sendo o pai, neste caso, o responsável por assumir os primeiros cuidados da menina.

A razão para Sally estar num estado bastante bom era o fato de seu pai ser uma pessoa muito materna e ter dado ao bebê grande parte daquilo que a mãe não pudera dar. Isso ficou evidente durante a consulta na qual Sally, aos 17 meses, procurava o pai o tempo todo, e era tratada por ele com um entendimento perfeito. *Poderíamos dizer que ele era tão maternal que ficávamos nos perguntando como faria quando se tornasse necessário como homem e como um pai de verdade.* (Winnicott, 1966/1997, p. 186, grifos nossos)

Conforme destacado, a preocupação winnicottiana não está necessariamente no fato de o pai exercer os cuidados primários, mas sim na possibilidade de privação de um “pai de verdade”, uma vez que este se mostrou profundamente maternal. Em outras palavras, na medida em que o pai exerce o papel da mãe, a partir dos atributos femininos presentes em si, segundo a concepção winnicottiana, ele negligenciará sua presença masculina e o papel de pai. A partir desse trecho, vemos um Winnicott que estabelece rigidamente os papéis parentais, o que invalidaria a possibilidade de uma pessoa cuidar sozinha de uma criança, especialmente em se tratando de um homem.

No estágio compreendido como dependência relativa, no qual a perda da onipotência deve ser conquistada pelo bebê através dos processos de desilusão e frustração, assim como a aquisição da constituição de uma identidade pessoal, o papel do pai deve ser o de operar como apoio moral para a mãe, sendo esteio para a sua autoridade. Além disso, o pai deve ajudar a mãe a sair do estado de preocupação materna, convocando-a ao retorno para sua posição de esposa. Conforme aponta Rosa (2014):

[...] é de grande ajuda que o pai “lembre” à mãe que ela também é uma mulher, de modo que ela tenha mais um ponto de apoio para recuperar aspectos de sua

personalidade e retomar, aos poucos, a amplitude do mundo que havia sido estreitado pela preocupação materna primária. (Rosa, 2014, p. 28)

Essa noção é ratificada por Winnicott ao considerar que a retomada da esposa é direito do homem e que ele precisa “estar apto a ter sua esposa para si, mesmo que isso signifique a exclusão de crianças” (Winnicott, 1960/1993, p.100). Noutros termos, o pai seria, então, responsável por recolocar a mulher frente à sua posição feminina para que esta volte a ofertar amor e satisfação sexual a seu marido. Com isso, o homem consegue que a mulher retorne às “ditas obrigações maritais de caráter sexual”. A nosso ver, em ambas as situações, tanto em relação aos cuidados devotados ao bebê como na “devoção ao marido”, a teoria winnicottiana parece reforçar o lugar de subserviência feminina e dominação masculina que não se coaduna com o lugar ocupado pela mulher na cultura atual. Aqui, verifica-se novamente que a saúde e o bom desenvolvimento do bebê dependem de que ele esteja inserido em um lar cujas figuras parentais respeitem os lugares preestabelecidos pelo discurso do patriarcado.

No estágio que Winnicott denominou por concernimento, isto é, quando a criança alcança a possibilidade de relacionar-se com pessoas totais uma vez que ela própria atingiu o *status* de pessoa completa, o bebê começa a distinguir alguns cuidados da mãe de natureza dita “paterna”, ou seja, de ordem, firmeza, dureza, inflexibilidade:

[...] o pai acaba entrando na vida da criança como um aspecto da mãe que é duro, severo, implacável, intransigente, indestrutível e que, em certas circunstâncias favoráveis, vai gradualmente se tornando aquele homem que se transforma num ser humano, alguém que pode ser temido, odiado, amado, respeitado. (Winnicott, 1966/1989, pp. 103-104)

Neste estágio, espera-se que a separação entre o eu e o objeto já tenha se consolidado, e, nesse sentido, a dimensão frustrante do objeto passa a desempenhar um papel educativo e organizador. É nesse contexto que se torna plausível a entrada do *não* proibitivo descrito por Winnicott no texto ‘Dizer não’ (1960/1993) a fim de aplacar a impetuosidade infantil, utilizando-se do limite como um meio de controle dos impulsos destrutivos infantis. O primeiro *não*, proferido pela mãe ao mundo externo contra as interferências do mesmo em sua relação com o bebê (que tinha função protetora para a criança), passa a ser dirigido ao próprio filho com vistas a organizar sua vida doméstica e protegê-lo. Segundo Winnicott (1960/1993), “este *não*” é um dos primeiros sinais do paterno na vida infantil. Conforme afirma o autor:

Uma palavra a mais acerca do “não” de uma mãe. Não é esse o primeiro sinal de pai? Em parte, os pais são como mães e podem ficar tomando conta do bebê e fazer todo o gênero de coisas como uma mulher. Mas, como pais, parece-me que eles aparecem pela primeira vez no horizonte do bebê como aquele aspecto inflexível da mãe que a habilita a dizer “não” e a sustentar a negativa com firmeza. Gradualmente, e com sorte, este princípio do “não” passa a estar consubstanciado no próprio homem, o Papai, que passa a ser amado e poderá aplicar a ocasional palmada sem perder nada. Mas ele tem de merecer o direito a dar palmadas se pretender dá-las e, para adquirir esse direito, deverá fazer coisas como ter uma presença assídua no lar e não estar do lado da criança contra a mãe. No começo, vocês podem não gostar da ideia de consubstanciar o “não”; mas talvez aceitem o que pretendo dizer quando lembro que as crianças pequenas gostam que se lhes diga “não”. (Winnicott, 1960/1993, pp. 47-48)

Winnicott não escapa em reproduzir a noção já postulada por Freud do pai enquanto agente da lei ao afirmar que os pais aparecem “como pais” pela primeira vez como aquele aspecto inflexível da mãe. Segundo as concepções do autor, não é o pai que entra na vida da criança quando bem entende, mas sim o bebê que à medida que se separa da mãe e do ambiente total vai criando a presença do pai em sua vida, ou seja, o bebê amadurece e ao avançar rumo à independência encontra o pai (Rosa, 2009). Para Winnicott, se a entrada do pai acontece no estágio de dependência relativa, sem que haja uma ruptura traumática com a mãe ou em virtude de sua impossibilidade de exercer o papel materno, é sinal de que a criança está caminhando muito bem em seu processo de amadurecimento. Isto porque o reconhecimento do pai será o primeiro vislumbre que a criança tem da interação e da totalidade pessoal. No texto ‘O uso de um objeto no contexto de Moisés e o Monoteísmo’, Winnicott (1969a/1994) postula:

O pai pode ou não ter sido um substituto materno, mas em alguma ocasião ele começa a ser sentido como se achando lá em um papel diferente, e é aqui que sugiro que o bebê tem probabilidade de fazer uso do pai como um diagrama para a sua própria integração, quando apenas se torna, às vezes, uma unidade. Se o pai não se encontra lá, o bebê tem de fazer o mesmo desenvolvimento, mas de modo mais árduo, ou utilizando algum outro relacionamento que seja bastante estável com uma pessoa total. (Winnicott, 1969a/1994, p. 188)

Conforme comenta Rosa (2009), a citação acima é bastante esclarecedora, pois demonstra um ponto na mudança paradigmática proposta por Winnicott, porque, antes de interditor, o pai surge como modelo de integração, pelo fato de ser quem primeiro fornece à criança a configuração de pessoa total.

A posição winnicottiana ante a figura paterna pressupõe um modelo familiar heteronormativo, com a presença disponível de ambos os pais com distinções radicais de papéis, em que frequentemente o pai sai para trabalhar enquanto a mãe se encarrega do cuidado dos filhos. A partir desse modelo podemos observar uma nítida contradição entre a ideia de naturalização dos processos psíquicos por um lado e os valores culturalmente estabelecidos de outro. Evidente que não há como negligenciar os aspectos naturais ao tratarmos do tema da maternidade, afinal de contas as transformações sociais nunca mudarão o fato de que quem carrega um bebê no ventre é uma mulher. Contudo, não há como negar que o modo como os papéis parentais se operam é extremamente influenciado por aspectos socioculturais.

Se partirmos da premissa de que os conceitos são constituídos a partir de uma perspectiva histórica, baseada em relações de poder, far-se-á necessário repensar noções que se mantêm reproduzindo aspectos de um modelo falocêntrico de sociedade. Carvalho e Belo (2016) propõem uma crítica ao considerar que a configuração proposta por Winnicott funciona como uma dobra ideológica⁶² dos gêneros que pressupõe uma família ideal, com cuidadores do sexo oposto, em uma relação de dominação masculina, desconsiderando o caráter contingencial e pulsional de tais arranjos, tornando-se, assim, insuficiente para abarcar as multiplicidades culturais e as transformações sociais que se apresentam mais comumente nos dias de hoje. É por esta razão que a presente tese vem colocar em discussão a necessidade de flexibilização da responsabilização dos cuidados parentais, antes legitimados meramente a partir das funções biológicas. Badinter (1985), em sua crítica à Psicanálise conclui que:

A mãe simbólica não basta, e a criança pequena não pode prescindir de uma mãe, em carne e osso durante os primeiros anos de sua vida. Ao passo que, se nos atemos às afirmações predominantes dos psicanalistas, logo nos convencemos de que a presença do pai é muito menos essencial. Ele pode ausentar-se durante todo o dia, punir e amar de longe sem prejuízo para a criança. (Badinter, 1985, p. 325)

A autora considera que a isenção da responsabilização paterna no que tange aos cuidados iniciais da criança é reforçada pela posição de “segundo”, daquele que aparece depois e que não participa dos processos fundamentais de constituição psíquica no primeiro

⁶² Belo, Guimarães & Fidelis (2015) denominam dobra ideológica toda teoria que reforça o caráter ideológico de concepções de subjetividade. Nesse sentido, “ao invés de desconstruir ideologias que organizam e legitimam determinados jogos de poder, teorias podem reforçar os efeitos de dominação que tais discursos produzem” (p. 154).

tempo da existência. “É por isso que se falou muito menos do pai patogênico do que da mãe patogênica, do mau pai do que da mãe má” (Badinter, 1985, p. 325).

No próximo capítulo aprofundaremos questões relativas ao campo de investigação proposto para fins desta pesquisa, a saber, a comunicação virtual e o uso de *blogs* de maternidade.

CAPÍTULO 5

SOBRE A COMUNICAÇÃO VIRTUAL E O USO DE BLOGS

Muitas mães concordarão, baseadas na própria experiência, que constitui uma grande ajuda na relação entre pessoas casadas que elas compartilhem, cotidianamente, os pequenos detalhes que parecem idiotas para os que veem o problema de fora, mas que se revestem de uma tremenda importância, na época, tanto para os pais como para a criança. (Winnicott, 1945d/2014, p. 127).

No presente capítulo problematizaremos as transformações oriundas da entrada do mundo cibernético no cotidiano das pessoas, com vistas a discutir a utilização de um dos recursos comunicacionais muito difundidos – os *blogs* – e sua relação com os modos de subjetivação na contemporaneidade, em especial no que tange aos processos de construção da maternidade.

Diante da importante revolução tecnológica na esfera mundial, o fenômeno da internet e suas repercussões na vida humana nos âmbitos psicossociais, culturais e econômicos são temas de grande relevância e que merecem análise a partir dos mais diversos campos do saber. Diante da inserção das ferramentas tecnológicas no cotidiano dos sujeitos contemporâneos, tomar o ambiente virtual como *lócus* de investigação tem se apresentado como meio incontestável de exploração sobre as mídias virtuais, comunicação digital, tecnologia e cibercultura, engendradas por áreas como ciência da informação, comunicação social e linguística. Rutter & Smith (2002, p.09, como citado em Braga, 2008, p.91) vão mais além ao afirmar que “pesquisadores que adotam o recurso tecnológico não estão apenas estudando, mas participando do desenvolvimento de novos e emergentes métodos de constituição de identidades, comunidades e interação”.

Tais transformações não se colocam apenas na dimensão macrosocial, mas também se impõem no um-a-um e na experiência singular dos sujeitos que compõem a malha social. Partimos da premissa de que as grandes transformações que tocam a cultura engendram e são engendradas dialeticamente pela experiência subjetiva daqueles que integram o social. Nesse sentido, consideramos que os campos do saber que contemplam a subjetividade humana, tais

como Filosofia, Sociologia, Psicologia e Psicanálise, têm sido convocados a participar dessas discussões, a fim de posicionar-se a respeito dos efeitos emergentes da relação entre o uso dos *gadgets* tecnológicos e os processos de subjetivação. A Psicanálise tem apresentado contribuições significativas nessa área (Nicolaci-da-Costa, 2005, Romão-Dias, 2007, Lima, 2009), propondo discussões que tomam o fenômeno da internet e as novas formas de comunicação, problematizando a função da escrita nos ambientes virtuais e o estabelecimento de novos modos de laços sociais entre os sujeitos contemporâneos. Na presente pesquisa tomamos o uso da internet por mulheres que publicam suas experiências em *blogs* de maternidade a fim de adentrarmos aos temas que perpassam a maternidade no contexto da contemporaneidade.

5.1 Internet, Cibercultura e os novos modos de subjetivação

A informatização e a criação do Ciberespaço⁶³ tem promovido uma verdadeira revolução na história da humanidade e no cotidiano das pessoas tal qual, ou talvez maior do que a vivenciada com a Revolução Industrial. Nesse sentido, ao observar as consequências oriundas das inúmeras revoluções e transformações dos paradigmas da vida humana, chegamos à conclusão de que os efeitos são sempre de natureza antagônica, ou seja, não há transformação que só traga benesses ou prejuízos. Noutros termos, a humanidade sofreu avanços significativos a partir da Revolução Industrial, porém não há como afirmar que isso tenha se dado sem algum tipo de perda ao homem e à natureza. De maneira semelhante, os progressos tecnológicos trouxeram consequências às relações sociais e à subjetividade, criando novos ambientes e recursos comunicacionais; porém, não há como negar que, em certa medida, têm ameaçado elementos fundamentais da convivência humana.

A internet é uma rede mundial de computadores, desenvolvida exatamente para viabilizar a comunicação e o acesso à informação em âmbito mundial. Os inúmeros

⁶³ O termo ciberespaço foi criado pelo escritor William Gibson e passou a ser usado para se referir ao espaço abstrato construído pelas redes de computadores. O ciberespaço é o novo meio de comunicação que surge da interconexão mundial dos computadores. O termo especifica não apenas a infraestrutura material da comunicação digital, mas também o universo oceânico de informações que ela abriga, assim como os seres humanos que navegam e alimentam esse universo (Lévy, 2010, p. 17).

dispositivos produzidos pela indústria tecnológica, tais como computadores, *smartphones*, *tablets* e aplicativos eletrônicos deixam de ser apenas *gadgets* disponíveis a quem aprecia tecnologia e passam a ser utensílios “indispensáveis” à vida humana.

Os homens, tendo vivido milhares de anos sem a influência e a presença da internet, desenvolveram, a cada tempo, modos específicos de comunicação e de contato com os seus semelhantes para o alcance dos seus objetivos mais diversos. O fato é que uma vez inseridos em uma cultura tecnológica e tendo à disposição os mais variados dispositivos eletrônicos, a grande maioria dos sujeitos da nossa era, em graus diversos, sente-se atraída pelas possibilidades que tais recursos oferecem. Christiane Otero (2013) faz referência a esses *gadgets* como uma espécie de “prótese do ser”, uma vez que muitos sujeitos estabelecem uma relação de dependência tão profunda que não conseguem pressupor a existência sem a sua utilização.

No estudo intitulado ‘Os Laços sociais na era virtual: um novo discurso?’, a autora Otero (2013) se propôs a analisar as novas formas de laço social, a comunicação e a subjetivação do indivíduo inserido no século XXI. A pesquisa aprofundou a questão de como a internet participa da reinvenção do eu, deslocando a pergunta: “o que a tecnologia pode fazer pelo homem?”, para: “o que a tecnologia está fazendo com o homem?” Evidencia-se que no contexto atual as tecnologias interagem com o sujeito, agem sobre ele e vice-versa. Tal dialética aponta que as realidades virtuais são participantes ativos e dinâmicos na construção subjetiva do homem contemporâneo. Otero (2013) interrogou como fantasias, ideias e desejos se movem através de um mundo tecnológico sofisticado para dentro da cultura e como elas influenciam a maneira como as pessoas agem e pensam a respeito de si mesmas. O mundo virtual representa um campo para a fantasia e para o *acting out* ou serviria como espaço propenso para o trabalho de elaboração?

Um fato a ser considerado para a discussão de questões como essas levantadas por Otero (2013) é que há uma diferenciação na relação estabelecida com a internet para aqueles que já nasceram em uma cultura tecnológica, os chamados “nativos digitais”, em detrimento dos imigrantes digitais, aqueles que nasceram numa geração anterior e, portanto, terão que se adaptar, assimilar as mudanças e incorporar novos princípios.

Prensky (2001 como citado em Otero, 2013) acredita que o cérebro dos nativos digitais, através da plasticidade cerebral, sofreu mudanças significativas a ponto de processar informações de maneira diferente de seus predecessores. Para o autor, uma criança que nasceu imersa na era digital não terá o pensamento funcionando de maneira sequencial como o de seus pais.

O ciberespaço é considerado um ambiente de comunicação e circulação social, que permite uma ampliação significativa da rede de socialização. As novas formas de comunicação intermediadas pela tecnologia colocam em questão a relação entre as dimensões pública e privada, levando os estudiosos dessa área a profundas reflexões sobre as atividades realizadas através da internet.

Tom Boellstorff (2008, como citado em Otero, 2013), antropólogo e pesquisador dos mundos virtuais, analisa que há uma complexidade nas questões que se colocam entre realidade física e virtual. Por vezes a vida humana se apresenta tão virtualizada e fantasiosa que a internet funciona como uma possibilidade de abertura para uma vida mais autêntica e em consonância com os verdadeiros desejos do usuário e, portanto, mais “real” quando consideramos a realidade psíquica de cada sujeito. Evidente que não pretendemos universalizar as noções em relação ao uso da internet, pois afinal estão em jogo questões muito singulares dos padrões de uso para cada sujeito. A esse respeito Otero (2013, p.101) afirma: “Para algumas pessoas, os MUDs⁶⁴ podem proporcionar uma possibilidade de elaboração de aspectos de si, mas para outras é um lugar para atuação de conflitos não resolvidos ou até cenário para dar vazão a forças pulsionais e desejos inconscientes”.

A partir de sua pesquisa, Adriana Braga (2008)⁶⁵ chegou à conclusão de que as pessoas têm utilizado a Internet no cotidiano para negociar/partilhar sentidos, definir “novas identidades” e propor rearticulações. O sujeito da era informatizada e tecnológica aprendeu a lutar por velhas causas através de novos arranjos, alcançar suas próprias conclusões a partir de

⁶⁴ MUD - Multi-user domain (domicílio de multi-usuários) – Trata-se de um programa de computador que reproduz um mundo completamente virtual, nos quais os jogadores escolhem seus avatares a partir de seus desejos e fantasias para interagir com outros em diversos contextos e palcos por onde podem transitar, construir casas, trabalhar e cultivar relacionamentos.

⁶⁵ Apresentaremos de maneira mais aprofundada a pesquisa de Adriana Braga no tópico: A especificidade dos *Blogs* de Maternidade.

um compartilhamento de ideias, um recurso impensável há algumas décadas atrás. A respeito do ambiente *Mothers, blog* no qual ela realizou sua pesquisa, a autora declara:

Mostrou-se um ambiente privilegiado para pensar na configuração contemporânea dos papéis de gênero, na apropriação social dos ambientes de Internet, nas transformações da linguagem escrita, mas, sobretudo, no lugar que essas dinâmicas comunicacionais ocupam na vida cotidiana neste início de século, em que a Internet ainda está nos seus primórdios. Tecnologias a serviço da interação, reconfigurando hábitos, produzindo cultura, reiterando ou desafiando padrões, em trânsito, em fluxo. (Braga, 2008, p.277)

Conforme têm demonstrado os trabalhos de Sherry Turkle (1995, 2004, 2011, 2012), estudiosa que se dedica ao tema da influência da tecnologia e da virtualidade nas relações humanas há quase 20 anos, a internet inevitavelmente tornou-se um poderoso objeto que convoca o indivíduo a repensar sobre sua identidade.

Em 1995, Turkle publicou o livro '*Life on the Screen*', fruto de pesquisas que visaram a analisar os impactos da internet sobre os usuários norte-americanos. Segundo suas conclusões, os jogos interativos, MUDs, atribuem um papel importante à construção de novas organizações subjetivas. Fazendo um paralelo ao transtorno de múltipla personalidade, a autora define um novo modelo para a subjetividade contemporânea entremeada pelos efeitos da chegada da tecnologia:

O estudo do transtorno de personalidade múltipla pode começar a fornecer formas de pensar sobre eus saudáveis como não unitários, mas com acesso fluido por seus aspectos. Portanto, em adição aos extremos de um eu unitário e transtorno de personalidade múltipla, podemos imaginar um eu flexível. (Turkle, 1997, p. 261)

Turkle (1997) trabalha a partir de uma definição de sujeito contemporâneo como eu descentrado e múltiplo, noção que lhe permite chamar de *múltiplos eus*, representados, por exemplo, pelos diversos *nicks* utilizados por usuários da internet. Ela acredita que a internet favorece uma simultaneidade, fazendo uma analogia com as janelas do sistema operacional *Windows*, o qual possibilita ao sujeito estar executando múltiplas funções e papéis ao mesmo tempo: pode se encontrar desenvolvendo sua atividade profissional em uma das janelas, em outra ele pode estar em um bate-papo com amigos, em outra pode estar realizando uma pesquisa na rede, ou ainda estar nos MUDs, interagindo com outras pessoas em um mundo completamente virtual. “Trata-se de um objeto que encoraja as pessoas a reformarem o sentido do eu em termos de janelas e vidas paralelas” (Turkle, 2004, p. 22). Tudo acontece

simultaneamente e com uma rapidez incrível, como se esses *eus* estivessem sempre à disposição para ser utilizados quando necessário.

Na mesma linha de raciocínio Hermano Vianna (2003), antropólogo brasileiro, teorizou sobre os aspectos mutantes de personalidades contemporâneas (personalidades mutantes), o que significa dizer que os variados *nicks* permitem uma circulação e uma multiplicidade na rede, onde os sujeitos envolvidos passam a ter experiências plurais e até mesmo contraditórias. Para este autor, a internet torna-se um local propício para a vivência de múltiplas experiências exatamente por se tratar de um território permissivo às experimentações:

O ciberespaço apenas deixa mais claras algumas tendências, já bastante estudadas, que caracterizam o espaço (não ciber) social de nossas sociedades de extrema complexidade. Talvez o que o ciberespaço acrescenta, além de mais “mundos”, ao mundo do RL [real life, i.e., vida real], seja um “território” de testes, um “laboratório social”, onde essas tendências podem atingir seus extremos. (Vianna, 2003, p.269)

Nesta direção, Turkle (2011) propõe em sua tese a existência simultânea de duas realidades: a realidade física e a virtual. Pela primeira compreendem-se as relações no plano terrestre, material e concreto, e pela segunda compreende-se toda forma de interação no ambiente virtual, através do uso de ferramentas disponíveis para esse fim. A autora entende que o universo digital oferece a possibilidade de que os sujeitos vivam experiências e fantasias que a realidade desaprova, e por esta razão não viveriam se dependessem apenas da realidade física. O slogan de um dos MUDs que Turkle (2011) analisa, o *Second Life* – o primeiro a ser criado (por Philip Rosedale em 1999), é bastante emblemático: “*Finalmente, um lugar para amar o seu corpo, amar seus amigos e amar a sua vida.*”

No início de suas pesquisas sobre a influência da internet na identidade das pessoas, Turkle era uma entusiasta que considerava as mídias virtuais como poderosos recursos capazes de viabilizar a exploração de aspectos novos e inusitados nos sujeitos. Ela acreditava que determinados aspectos do autoconhecimento possibilitariam uma experiência na vida real mais legítima e autêntica. Após quinze anos de pesquisa e sucessivos avanços tecnológicos, a autora considera que é hora de avaliarmos o prognóstico de como os novos dispositivos e personalidades *online* estão redefinindo a conexão humana, a comunicação e as interações sociais. Ao entrevistar pessoas de diversas faixas etárias a respeito de vidas conectadas, ela

chega à conclusão de que os pequenos dispositivos, que estão à mão constantemente, não apenas modificam o que fazemos, mas especialmente o que somos.

O exercício de conectar-se integralmente pode colocar o indivíduo em outro plano, ameaçando a experiência do tempo presente e da autenticidade do sujeito. A autora preconiza que, por vezes, este movimento pode indicar uma fuga da realidade, de nós mesmos e dos afetos que a circunstância nos patenteia. É evidente que isso estabelece um problema nas relações com os outros, além disso o excesso do uso da tecnologia também tem colocado problemas na relação estabelecida com a própria identidade, pondo em risco o uso da habilidade de autorreflexão.

Surge então uma nova dimensão de convivência que Turkle (2011) denomina de *Alone Together* (Estar a sós juntos). A autora explica que as pessoas querem estar juntas umas com as outras, mas ao mesmo tempo querem estar conectadas a outros lugares de seu interesse, e o resultado desta equação é que, cada vez menos, os indivíduos conseguem estar verdadeiramente com os outros, instalando uma profunda experiência de solidão.

Ao entrevistar jovens que já nasceram na geração tecnológica, Turkle (2011) observa que eles não construíram a capacidade de conversar e enviam mensagens para todos os propósitos de comunicação. Em suas pesquisas, os jovens relatam que o grande desafio de uma conversa é o fato de ela acontecer em tempo real e o sujeito não poder controlar o que irá dizer. Assim, a autora conclui que a tecnologia cria uma geração que perdeu a espontaneidade e a autenticidade em prol de uma formatação sobre o que devem dizer ou ser. O sujeito é capaz de editar o que gostaria de ser, deletando as verdades de si mesmo, retocando suas imagens e substituindo diálogos por rápidas conexões. Turkle (2011) é da opinião de que os pequenos diálogos produzidos por meio dos aplicativos eletrônicos estão a serviço de uma mera e rápida conexão, mas não são suficientes para os sujeitos conhecerem uns aos outros verdadeiramente.

As redes sociais são muito atraentes pelo fato de transmitirem a sensação de que o sujeito está sempre acompanhado e de que há sempre alguém disponível para seguir suas experiências. Turkle (2011) acredita que os indivíduos do nosso tempo esperam mais da tecnologia do que uns dos outros. Tal posição é apoiada na ideia de que a tecnologia nos atrai

mais quando nos sentimos vulneráveis e receamos intimidade profunda com outros indivíduos.

Para a autora, os dispositivos que carregamos conosco mudam nossas mentes porque nos oferecem três fantasias gratificantes: a primeira é a de que conseguimos concentrar nossa atenção onde quer que desejemos; a segunda é a de que sempre seremos ouvidos, e a terceira é a de que nunca precisaremos ficar sozinhos. As pesquisas de Turkle (2011) têm levado os estudiosos a questionar quanto as novas tecnologias têm custado para cada um dos sujeitos profundamente envolvidos com ela, uma vez que tenta redefinir como devemos nos relacionar com o outro e com nós mesmos.

Daniela Romão-Dias (2007), em sua pesquisa, chegou à conclusão de que a relação com a *web* é caracterizada por uma multiplicidade de experiências, favorecendo inúmeras formas de subjetivação. Para a autora, não há um padrão que caracterize o sujeito contemporâneo, assim como os efeitos produzidos pelas novas tecnologias não podem ser universalizados. Corroboramos essa ideia e retificamos que nosso posicionamento visará sempre a uma compreensão ampla e complexa do fenômeno estudado.

5.2 Conhecendo a especificidade dos *blogs*

Em meio a um cenário de expansão da internet e em virtude das facilidades comunicacionais que ela proporciona, o interesse em possuir seu próprio espaço virtual cresceu significativamente nos últimos 20 anos. Justin Allyn Hall, norte-americano, é considerado a primeira pessoa a manter um diário *on-line*. Ele lançou em janeiro de 1994 o diário *Justin's links from the underground*, com o propósito de escrever um livro sobre sua própria vida.

Como proposto por seu primeiro idealizador, os *blogs* são uma espécie de site pessoal – espaços formados por pequenos ou longos textos que se organizam de maneira cronológica, nos quais as pessoas encontram meios de testemunhar e divulgar na rede suas experiências (Lima, 2009).

A palavra *blog* ou *weblog* é uma contração dos termos em inglês *web* (que significa rede) + *log* (que quer dizer diário de navegação, registro), derivando no que conhecemos por diário de rede. O termo *weblog* em si foi cunhado em dezembro de 1997 por Jorn Barger. Rebecca Blood (1999), autora do livro *Weblogs: a history and perspective*, comenta que o criador da *web*, Peter Merholz, em seu *blog* “peterme.com” anunciou que passaria a chamá-los de *wee-blog*, que posteriormente foi reduzido para *blog* (Lima, 2009).

Os *blogs* surgiram formalmente nos Estados Unidos em agosto de 1999 com a utilização do software *Blogger*, da empresa de Evan Willians. O criador pretendia facilitar a publicação de textos *on-line* que dispensasse conhecimento especializado em computação. No Brasil, o surgimento do primeiro *blog* se deu em 2001, difundindo-se em 2002 com a proliferação dos diários virtuais (Lobo, 2007). Desde então, uma diversidade de *blogs* veio a surgir por todo o território nacional, gerando uma maior conectividade e atratividade da população para essa categoria de ambiente virtual.

Os *blogs* surgiram para atender à demanda de pessoas que não tinham domínio técnico suficiente para a criação de um *site* na internet, porém desejavam a criação de um espaço pessoal na rede. Nesses ambientes, torna-se possível a publicação de textos próprios, emitindo opiniões sobre os mais diversos assuntos e, em consequência dessas publicações há o encontro com leitores/pares que compartilham da temática em questão. Em todo *blog* há a pessoa que administra, recebendo o título de *blogueira*, e outros que visitam, comentam e compartilham ideias. As atualizações e textos publicados nos *blogs* são chamados *posts* (ou *postagens*).

Inicialmente, quando do advento dos *blogs*, eles serviam a uma finalidade muito específica – um local onde as pessoas poderiam falar de suas experiências, relatar o cotidiano, expor uma ideia, atendendo, quem sabe, a uma necessidade de visibilidade de conteúdos de foro íntimo. Com o tempo, o que se verifica é que esta ferramenta tecnológica passou a servir também a outras finalidades, tais como obtenção de informações sobre uma determinada temática, divulgação artística e de produtos, prestando-se a um propósito comercial, e ainda como um instrumento social e de comunicação. Na definição de Nádia Laguárdia Lima (2009) temos que:

Os *blogs* são diários localizados em um espaço virtual, não material, onde seu autor pode também desenvolver pesquisas, fazer compras, conversar no MSN e entrar em salas de bate-papo, abrindo simultaneamente diversas telas, como num *continuum*, transitando nesses diversos espaços ao mesmo tempo em que escreve seu diário. Esses espaços virtuais funcionam em uma lógica completamente diferente da lógica do livro impresso, na qual o diário tem as características de um “livro unitário” (Lima, 2009, p. 226).

Apesar dos diversos propósitos a que um *blog* pode se prestar, a maioria deles demonstra uma unanimidade em relação ao deslocamento do espaço privado para o público, tendo em vista que, em sua maioria, a escrita é uma escrita de si, de uma interioridade e intimidade que, a partir de então, passa a ser compartilhada com qualquer leitor interessado. Como afirma Luíza Lobo (2007, p. 28): “O caráter de revelação íntima dos *blogs* se choca com o caráter público e informacional do canal onde são veiculados. A internet transforma tudo o que é íntimo em público”.

Os primeiros *blogs* que surgiram na *blogosfera* se apresentavam mais como publicações individuais de cunho confessional. Com o tempo e os novos recursos que foram incorporados aos *blogs* (como a área destinada aos comentários dos leitores) verifica-se que neles os processos interacionais passaram a ser um fator de grande relevância.

Nessa linha de raciocínio, Nardi, Schiano e Gumbrecht (2004, como citado em Primo e Smaniotto, 2006a) discordam da equiparação dos *blogs* com diários íntimos em virtude da dimensão social fortemente presente. Segundo os autores: “O *blog* não é um mundo fechado, mas parte de um espaço comunicacional maior, no qual vários meios de comunicação face a face também podem ser usados. *Blogs*, portanto, diferem de diários privados, sendo de natureza totalmente social” (Nardi, Schiano e Gumbrecht, 2004, como citado em Primo e Smaniotto, 2006a, p. 03).

Na mesma direção, Alex Primo e Raquel C. Recuero (2003) consideram que nos *blogs*, onde os leitores podem imprimir seus comentários sobre determinada postagem, criam-se o que eles denominam hipertextos cooperativos. “Todos os envolvidos compartilham a invenção do texto comum, à medida que exercem e recebem impacto do grupo, do relacionamento que constroem e do próprio produto criativo em andamento” (Primo & Recuero, 2003, p. 02).

Em outra pesquisa, Alex Primo e Ana Maria Smaniotto (2006b) preocuparam-se em desenvolver investigações com o objetivo de observar os processos interacionais presentes nos *blogs*. Eles concebem os *blogs* como espaços de conversação, revisitando a ideia original de que representariam os antigos diários pessoais como inicialmente a maior parte dos pesquisadores dessa área preconizava. A aproximação dos *blogs* ao gênero dos diários se deve à escrita pessoal geralmente empreendida através desse meio de comunicação, todavia, para tais autores o *blog* não pode permanecer limitado a tal classificação. Um estudo que se utilize desse tipo de ambiente virtual não deverá estar focado nos *blogueiros* ou “donos” dos *blogs*, mas estender-se aos comentadores que interagem com as temáticas postadas.

Na ocasião da pesquisa, os autores (2006b) estiveram interessados em discutir como os pressupostos da conversação face-a-face podem ser aplicados às comunicações mediadas pelo computador, mesmo utilizando-se da linguagem escrita como principal recurso de troca. A conclusão alcançada foi a de que a ferramenta de comentários presente nos *blogs* é o recurso mais importante da conversação. Essa interação oferece ao *blogueiro* um *feedback* importante a respeito do impacto de seus textos, bem como o influenciará nas postagens vindouras. Além disso, a comunicação que se inicia através das conversações em *blogs* tende a se estender para outros espaços, até mesmo gerar encontros face a face.

Efimova e Moor (2005, como citados por Primo & Smaniotto, 2006b) em um estudo empírico sobre conversação em diversos *blogs*, puderam observar que há três fenômenos que caracterizam a comunicação nesses espaços virtuais. O primeiro refere-se ao uso de *links*, *trackbacks* e citações diretas – desta maneira os *blogs* de uma determinada categoria permanecem interconectados entre si, ampliando a rede de conversação. O segundo fenômeno corresponde às conversações tangenciais que passam a ser produzidas em outros ambientes, como nos encontros face a face. E, por fim, a “conversação com o próprio *self*”, que se trata de uma narrativa pessoal que tem impacto na organização do pensamento, e que na presente pesquisa trataremos como a dimensão da “escrita de si”.

Corroboramos a concepção de que a escrita na internet produz uma aproximação entre autor e leitor, e talvez essa seja a maior fonte de motivação para a criação de *blogs*. O leitor tem uma forte influência na produção da escrita, pois a depender de seus comentários, o autor terá que se posicionar para ratificar ou retificar o que fora dito anteriormente por ele próprio. Para alguns autores, no espaço cibernético não deveríamos falar em autoria, mas em

multiautoria (Lobo, 2007). “Configura-se assim um caso bastante novo de escrita interativa, hipertextual, a diversas mãos, em crescente espiral construída através da interação entre autores e leitores visitantes” (Lobo, 2007, p. 23).

Lima (2009) contesta essa posição tendo em vista que se o sujeito se constitui no campo do outro, a dimensão da alteridade se faz presente em toda produção, e sendo assim, partiríamos da premissa de que não apenas nos hipertextos, mas em todos os textos falaríamos em multiautoria. Além das dimensões comunicacional e interacional presentes na escrita do *blog*, Lima (2009), ao pesquisar páginas escritas por adolescentes, analisou algumas características presentes quando da passagem do espaço privado, secreto e íntimo dos diários para a dimensão pública e coletiva dos *blogs*.

Por se tratar de um texto aberto, no sentido de que o leitor pode dele se apropriar – copiar, colar e alterar –, torna-se então um texto de propriedade coletiva. A autora destaca também a passagem da linearidade à espacialidade. Os *blogs* não seguem uma linha cronológica, sequencial e contínua como em um diário escrito em papel, mas, ao contrário, são textos fragmentados, ágeis, descontínuos, móveis, com muitas imagens, sons e interatividade.

Além disso, o próprio texto em si, publicado em *blogs* ou no ciberespaço em geral, tem diferenças importantes em relação ao texto escrito no papel. Lévy (2000, p. 56) denominou-o hipertexto⁶⁶ e definiu-o como: “um texto móvel, caleidoscópico, que apresenta suas facetas, gira, dobra-se e desdobra-se à vontade”. Segundo Marcuschi (2004), as principais características do hipertexto são:

A não linearidade, a volatilidade, a topografia (sem limites espaciais definidos de leitura ou escritura), a fragmentação, a acessibilidade ilimitada, a multisssemiose (íntegra linguagem verbal e não verbal), interatividade (interconexão interativa do leitor-navegador com uma multiplicidade de textos e autores) e a iteratividade (intertextualidade). (Marcuschi, 2004, como citado em Lima, 2009, p. 223)

Interessante notar que o hipertexto admite uma linguagem aproximada à linguagem falada e, por esta razão, em um texto da internet não fica difícil percebermos aspectos da oralidade, como pausas, entonações, expressões fisionômicas, emoções.

⁶⁶ O prefixo *hiper* da palavra hipertexto expressa generalidade, extensão, ou seja, sistemas textuais não lineares e contempla outros modos de informação, tais como vídeos e imagens.

Na mesma linha de raciocínio, Goffman (1981, como citado em Primo & Smaniotto, 2006a), a partir de suas pesquisas sobre interação face a face aplicada aos ambientes de rede, preconiza duas formas de expressividade nos indivíduos: a “expressão transmitida”, ligada à linguagem verbal, e a “expressão emitida”, por onde perpassa tudo o que é da ordem do não verbal, como gestos, olhares e expressões faciais. Goffman (1981) atesta que na cibercultura o que se verifica é que apesar da linguagem não verbal não se fazer tão evidente, pode ainda ser percebida através de símbolos próprios da linguagem cibernética, por exemplo, o uso de “caixa alta” (que significa estar gritando ou dando ênfase ao que se pretende dizer), de determinadas acentuações, erros de português não intencionais, que poderíamos chamar de “atos falhos da escrita”, ou ainda determinados símbolos e códigos que estão a serviço da expressão de emoções, etc.

A internet resgata a linguagem escrita – meio de comunicação utilizado por nossos antepassados para aproximar os que estavam distantes e atualizá-los dos acontecimentos correntes. Contudo, na atualidade a linguagem escrita se dá de uma maneira atual, pois a partir do uso da internet as questões da espacialidade e da temporalidade se transformam.

Não se faz necessária uma determinada localização espacial para se produzir comunicação e interação entre os indivíduos. A presença de uma tela, seja do computador, do *smartphone* ou *tablet*, é suficiente para que o sujeito possa escrever e estar em interação com o outro. Nem tampouco se exigem longos dias para uma mensagem chegar às mãos do receptor, trazida pelos antigos mensageiros, basta um clique para que o destinatário a receba.

Braga (2008) evidencia, a partir de sua pesquisa, que os participantes de *blogs* se comportam mais livremente do que se comportariam em outros contextos relacionais que poderiam exigir uma maior exposição e o contato face a face. Em suas palavras: “O anonimato e a ausência de riscos característicos da CMC⁶⁷ permitem aos participantes mal-intencionados/as, ações disruptivas das diversas ordens, usando comportamentos deliberadamente agressivos para tumultuar e desestabilizar grupos formados nesses espaços” (Braga, 2008, p.124).

⁶⁷ CMC – Comunicação Mediada por Computador.

Outro aspecto a ser destacado sobre a escrita na internet é uma temporalidade caracterizada por instantaneidade e simultaneidade. Ao escrever um texto o autor, se quiser, pode publicá-lo de imediato, e simultaneamente encontrar leitores acompanhando e opinando sobre seu texto. Ao mesmo tempo em que o texto pode ser eternizado nas memórias digitais, poderá fugazmente desaparecer, bastando um clique para deletá-lo. A fugacidade, a aceleração tecnológica e a quantidade (muitas vezes, em detrimento da qualidade) são características relevantes no Ciberespaço. Isto indica que na era tecnológico-digital “o sujeito desliza pelas informações sem se aprofundar em nenhuma delas” (Lima, 2009, p. 267).

Quanto à dimensão da temporalidade, é curioso observar a datação dos textos publicados nos *blogs*, fazendo referências inclusive a diários íntimos, que seguiam uma sequência cronológica, apresentando no topo a data em que tal anotação fora escrita. Segundo Komesu (2004) esta prática é justificada pela intenção do indivíduo de ritmar o tempo a fim de possibilitar uma historicização de si mesmo.

Por vezes numa mensagem não se pretende uma comunicação prolongada, mas é uma forma de se fazer presente em um determinado contexto. Bauman (2004) destaca que nesse universo virtual há um intenso fluxo de palavras e imagens em que a circulação é mais importante do que a mensagem em si. São múltiplas as razões pelas quais as pessoas conversam, mas não podemos perder de vista que o que se busca verdadeiramente é a interação. A aceitação entre opiniões, por exemplo, não visa necessariamente à confirmação de verdades, mas deseja legitimar o sentimento de grupo e o entendimento mútuo. A isso Braga (2008) denominou “função fática da comunicação⁶⁸”.

Consideramos salutar a proposição desses autores, pois a partir de nossas observações, quando um *blogueiro* escreve um texto mostra-se atentamente ligado às repercussões de sua escrita e ao efeito produzido no outro. Mas achamos que isso não exclui a dimensão da escrita de si e para si, na qual o *blog* pode ser concebido como um diário pessoal. Um aspecto não exclui o outro, e a escrita em *blogs* se constitui pelo movimento dialético de singularidade e alteridade, tendo em vista que a escrita de si é também uma escrita para o outro.

⁶⁸ Este conceito é aplicado em situações em que o mais importante não é o que se fala, nem como se fala, mas sim o contato entre o emissor e o receptor.

Na presente tese avaliaremos duas dimensões fundamentais da atividade de escrita em *blogs*: 1) a escrita de si (que diz respeito ao aspecto confessional e testemunhal dos *blogs*, muito evidente na motivação pela qual alguém decide empreender a tarefa de criar um espaço na rede como uma marca do singular de cada sujeito) e 2) a escrita endereçada ao outro (relativa ao aspecto coletivo e à busca por uma legitimação no campo social), conforme veremos a seguir.

5.3 A dimensão da escrita de si

Escreva sobre sua própria experiência. Graças a essa experiência, alguém pode se tornar um pouco mais rico interiormente, um dia. Leia muito a respeito de experiências alheias em pensamentos e atos – aproxime-se dos outros, mesmo que isso doa e canse e seja mais confortável se recolher ao aconchego algodoado da bendita ignorância!

(Sylvia Plath, 2000, citada por Neder, 2016, p. 21).

A escrita de si como um processo individual é um hábito que teve seu início na Modernidade com o declínio da esfera pública e ascensão do privado e do individualismo (Artières, 2008). O aparecimento dos diários íntimos e das escritas autobiográficas datam desse período. Philippe Artières (2008) afirma que a humanidade sempre foi estimulada a fazer registros de si mesma e dos acontecimentos cotidianos, especialmente as jovens mulheres que desde muito cedo ganhavam seus diários cadeados, sendo encorajadas a escrever sobre o seu cotidiano a fim de observar seus erros de conduta⁶⁹.

Ainda que esses textos não estivessem disponíveis a outras pessoas, essa prática não deixava de ser uma forma de controle e vigilância sobre os comportamentos, a fim de disciplinar os atos adolescentes através do exame das inclinações e da consciência. Daí o aspecto confessional presente nos escritos íntimos porque o texto fazia uma função de

⁶⁹ Um memorável diário que não podemos deixar de mencionar foi o *Diário de Anne Frank* (1947). Inicialmente a jovem garota utilizava seu diário para contar sobre sua vida, e depois do confinamento na ocasião da Segunda Guerra Mundial começou a narrar momentos vivenciados por pessoas confinadas. Além de um registro pessoal, o diário torna-se um documento histórico e denunciador para toda a humanidade.

espelhamento de si, corrigindo os erros e gerando o alívio da culpa ao confessar os pecados, ainda que textual e secretamente.

No dizer de Luíza Lobo (2007), os pais e educadores estimulavam o uso dos diários para as meninas no intuito de que elas se mantivessem sob o seu controle, sendo vigiadas para que não se perdessem nas condutas consideradas inadequadas socialmente. Assim, através do uso do diário, as moças podiam extravasar seus afetos, desejos e intenções, garantindo uma posição social de recato e discrição, e os pais tinham a ideia de que poderiam mantê-las no espaço privado, afastando-as do domínio público.

A escolha pela escrita de si em um diário pode conter um desejo de eternizar na memória e na história algumas experiências para reviver no futuro o sentimento nostálgico de um tempo que não volta mais, podendo, através da leitura desses diários, entrar em contato com elementos do eu-passado. A escrita de si pode, ainda, corresponder a uma tentativa de construção subjetiva através dos pequenos recortes que correspondem à história de cada um. Artières (1998) explica:

Arquivamos, portanto, nossas vidas, primeiro, em resposta ao mandamento "arquivarás tua vida" – e o farás por meio de práticas múltiplas: manterás cuidadosamente e cotidianamente o teu diário, onde toda noite examinarás o teu dia; conservarás preciosamente alguns papéis colocando-os de lado numa pasta, numa gaveta, num cofre: esses papéis são a tua identidade; enfim, redigirás a tua autobiografia, passarás a tua vida a limpo, dirás a verdade. (Artières, 1998, p. 11)

Outra razão que justifica o crescimento significativo de escritas em diários íntimos, a partir do século XIX, foi o comércio que se desenvolveu em torno dos escritos autobiográficos, tornando-se objetos de coleção. Conforme observou Artières (1998), há três aspectos principais por trás do arquivamento do eu: a injunção social, a prática de arquivamento e a intenção autobiográfica. Em suas palavras, ele sugere que:

Dessas práticas de arquivamento do eu se destaca o que poderíamos chamar uma intenção autobiográfica. Em outras palavras, o caráter normativo e o processo de objetivação e de sujeição que poderiam aparecer a princípio, *cedem na verdade o lugar a um movimento de subjetivação*. Escrever um diário, guardar papéis, assim como escrever uma autobiografia são práticas que participam mais daquilo que Foucault chamava a preocupação com o eu. (Artières, 1998, p. 11, grifos nossos)

Em Foucault (1983/1992) encontramos referências sobre a escrita de si atribuindo valor ao treinamento pessoal e à vigilância sobre as condutas, pensamentos e intenções. No

texto de 1983, intitulado *A escrita de si*, Foucault retoma a obra de Santo Atanásio em *Vita Antonii*⁷⁰ um dos textos mais antigos da literatura cristã sobre o tema da escrita espiritual – que discorre sobre as ações e os pensamentos, elementos indispensáveis à vida ascética. Santo Atanásio considera a escrita dos movimentos interiores uma ação para o exercício da ascese, um trabalho não apenas sobre os atos, mas sobre os pensamentos e as intenções, dissipando a sombra interior onde se tecem as tramas do inimigo; assim, “[...] o que os outros são para o asceta em uma comunidade, o caderno de notas será para o solitário” (Foucault, 1983/1992, p. 145). A escrita para si desempenhou um papel fundamental no crescimento pessoal e espiritual.

A nosso ver, a escrita de si não pode ser caracterizada apenas em seu aspecto confessional ou memorialístico, mas sobretudo um recurso para a expressão do próprio inconsciente. O sujeito que escreve coloca suas mãos, pensamentos, caneta e papel a serviço do próprio inconsciente, revelando que esta prática pode ser um importante meio de produção subjetiva, haja vista que através do caráter criativo da escrita é possível dar um “tratamento” à pulsão e aos conteúdos a princípio não simbolizáveis. A dimensão da criatividade, conforme veremos nos tópicos a seguir, é a expressão mais genuína de um sujeito. É o lugar de encontro consigo mesmo e de onde parte toda a potencialidade para lidar com as surpresas e intempéries da vida.

Na perspectiva de Schons e Grigoletto (2008), a relação do sujeito-autor com a escrita de si é uma tensão entre um tempo passado (através do exercício da memória) e um futuro (com suas possibilidades de transformação, expectativas e perspectivas). Nas palavras dos autores:

Na prática de linguagem dos sujeitos, proveniente da história de vida, encontra-se, portanto, todo um funcionamento discursivo através do qual as lembranças vêm significar, reverberar de um modo muito próprio, o que é efeito do esquecimento. Nesse processo, ao retornar às suas experiências durante as narrativas, mas também ao projetar novas experiências, o sujeito se subjetiva, colocando em questão as presenças/ausências de sentidos silenciados que sustentam a escrita de si. (Schons & Grigoletto, 2008, p.408)

⁷⁰ A principal obra de Santo Atanásio, “Vida de Santo Antão”, fora escrita por volta de 356-362 e é considerada um tratado sobre a espiritualidade. Tem por principal finalidade oferecer a outros monges um exemplo a ser seguido e imitado, especialmente no que se refere às lutas contra os demônios.

Para essas autoras (2008), a língua materna tem função de suporte para pôr em circulação sentidos constitutivos de identidade, possibilitando suturar territórios simbólicos cindidos, favorecendo assim o processo de construção de si mesmo. “Arquivar a própria vida é se pôr no espelho, é contrapor à imagem social a imagem íntima de si próprio, e nesse sentido o arquivamento do eu é uma prática de construção de si mesmo e de resistência” (Artières, 1998, p. 11).

5.4 A escrita nos *blogs*: um modo de endereçamento ao outro

Em face do avanço tecnológico, assistimos à transição da escrita em pequenos cadernos, trancados a sete chaves, para a publicidade dos conteúdos íntimos nos dispositivos que compõem o Ciberespaço como em páginas *on-line*, permanecendo disponível para a visualização de qualquer visitante interessado. Na atualidade, os diários íntimos assumem a forma virtual, ou seja, os *blogs*, nos quais os autores escrevem em primeira pessoa, descrevendo vivências, sentimentos íntimos, desafios, ambivalências, relações interpessoais, enfim, elementos que correspondem à realidade subjetiva. Ao ler *blogs* dessa natureza temos a impressão de que os autores realizam, através da escrita, uma espécie de costura de si, visando a alcançar maior coerência e organização de determinadas experiências e, portanto, de sua própria identidade.

Ao investigar a escrita em *blogs* de adolescentes, Lima (2009) observou que o diário sempre desempenhou uma função subjetiva importante na adolescência, em especial para as meninas, em virtude do encontro real com o sexo, com o qual são confrontadas na entrada para a puberdade⁷¹. A autora diz que a escrita é um recurso fundamental encontrado pelo adolescente para fazer falar os conflitos relativos ao processo de construção identitária, integrando seus mundos objetivo e subjetivo.

⁷¹ Lima (2008) verificou que 82,35% dos *blogs* pesquisados eram escritos por meninas, o que confirma a ideia de que a escrita em diários íntimos sempre foi uma prática sobretudo das mulheres, e atualmente elas continuam representando a grande maioria das autoras de diários *online*.

Na passagem da escrita em diários íntimos para a escrita em *blogs* está em questão o deslocamento do privado para o público, bem como algumas mudanças em relação à intenção da escrita. Nos diários íntimos observamos uma escrita de si exclusivamente voltada para o eu, conforme aponta Lobo (2007, p. 17): “cada autora vivia em seu próprio mundo, isolada dos outros; desta forma, era a única narradora e a única receptora no momento da escrita, e seu discurso revertia para si própria”.

Entretanto, no texto disponibilizado na internet a escrita se direciona a outro, abrindo mão do monólogo narcísico. Ademais, podemos observar que na escrita de *blogs* “não é tanto a revelação dos dramas pessoais de alguém específico o que importa, mas o processo geral de correspondência e troca de emoções” (Lobo, 2007, p.56). A autora complementa que ocorre um processo geral de individuação e aquisição de subjetividades quando se sabe que alguém, em alguma parte do planeta, compartilha os seus problemas. Por essa razão, destacamos o processo comunicacional presente nos *blogs* ultrapassando a função linear de um diário íntimo, conforme discutido no tópico anterior.

Primo e Smaniotto (2006a) são unânimes ao afirmar que um *blog* pessoal não se restringe à função de diário pessoal, ao contrário, a comunicação é o fator de maior relevância nos estudos da temática. O princípio dialógico da linguagem sugere que quando alguém fala, endereça isso ao outrem que legitimará ou não o que foi dito. A palavra funda um vínculo social, por isso os leitores dos *blogs* são essenciais na tarefa de fazer falar. Assim, a atividade de contar ou postar através dos *blogs* se sustenta sempre pela presença do outro que se coloca como leitor e comentador dos temas publicados. Comentários e perguntas funcionam como suporte para a continuidade de novas postagens. Em suma, podemos pensar que o que caracteriza a transição da escrita de si em diário íntimo para a escrita em *blogs* é a necessidade de se comunicar e de se fazer visível ao outro. O verbo comunicar vem do latim *communicare*, que quer dizer participar, fazer saber, tornar comum. Assim, quando algo é comunicado ao outro, ele se torna comum a ambos.

O que importa nos *blogs* é a interação conseguida com os outros leitores através do compartilhamento da emoção do instante. Suas pequenas narrativas ordenam a memória, recuperam a história do cotidiano e buscam a identidade, num dédalo de mosaicos que se acumulam na era pós-moderna, devido à rapidez dos acontecimentos e ao excesso de informações. (Lobo, 2007, p.53)

É interessante notar como as diversas categorias de *blogs* facilmente se transformam em uma *blogosfera* – uma reunião de vários *blogs* com temas comuns, constituindo uma espécie de comunidade virtual na qual os autores tornam-se leitores e seguidores uns dos outros. Isso nos leva a afirmar que a manutenção dos *blogs* se dá pelo encontro entre o desejo do autor em narrar e de ser reconhecido em sua narrativa, e de leitores que leem, se interessam e identificam no encontro com o “blogueiro” os aspectos de sua própria experiência.

Sobre esse aspecto podemos considerar que se trata de uma busca por pares que possam funcionar como referenciais identificatórios, favorecendo o movimento de espelhamento capaz de fortalecer e legitimar as experiências individuais. Na maioria das vezes, as pessoas optam por seguir *blogs* de sujeitos que de algum modo se assemelham às suas crenças, objetivos, valores e comportamentos⁷².

O fenômeno *blog* traz em si a busca pelo encontro da similitude e da especularidade com o outro, “capaz” de compreendê-lo em sua experiência. Os *blogs* tornam-se espaços onde endereçamentos são lançados à espera de respostas que ofereçam alguma “garantia” e que correspondam à expectativa do sujeito.

5.5 Escrever e inscrever a maternidade através dos *blogs*

Não é fácil para as mães expressarem seus sentimentos sobre as experiências que tiveram na maternidade, apesar de serem sentimentos muito fortes e nem sempre agradáveis.

(Winnicott, 1988/1990, p. 132)

Assim como nos últimos 50 anos as mulheres vêm trabalhando ativamente na luta por seus direitos e exercício de papéis públicos, não se restringindo ao espaço doméstico, os temas relativos aos interesses femininos também se expandiram e atravessaram o limite dos lares. Se historicamente, em diversas sociedades, o espaço público esteve reservado

⁷² Tal conduta fica explícita na lista de *links* que se direcionam para outros *blogs*, presentes em todos os *blogs* visitados.

exclusivamente ao gênero masculino com vistas a discutir sobre a política, a economia, a ética e a justiça, assistimos hoje, nas mídias e espaços virtuais, discussões de temas que se referem à vida feminina, dentre eles: maternidade, sexualidade, trabalho e educação dos filhos.

Ao considerar a movimentação feminista pela estrutura social ao longo da história, mudanças substantivas foram registradas [...]. Tudo se transforma rapidamente nas relações das mulheres com o trabalho, com os recursos tecnológicos, com o entorno sociocultural, mas uma coisa permanece constante: a maternidade, instituição remota e fundante da própria humanidade, continua na pauta e na prática das mulheres atuais. Na pauta de mulheres que utilizam ou trabalham no computador cotidianamente e fazem do acesso aos *blogs* espaço próprio, espaço de expressão. (Braga, 2008. p. 61)

A pesquisa realizada por Lobo (2007), na qual ela analisou a escrita em *blogs* femininos, aponta que as autoras desses espaços se sentem mais à vontade para desenvolver uma escrita livre e espontânea dada a possibilidade de forjar a própria identidade, criando uma cópia (*fake*) específica para a escrita virtual. Ali a mulher tem a oportunidade de dizer e se posicionar de maneira contrária aos padrões sociais, através de um trabalho ficcional e ao mesmo tempo realístico, que permite uma reinscrição de si mesma. Nas palavras da autora observamos que:

A necessidade de reagir contra o antigo, o patriarcal, levou muitas mulheres, nos seus *blogs*, à autoconfissão e ao resgate da memória pessoal, o que também reflete a memória política de seu tempo, criando uma nova história das mentalidades. A tela que brilha não leva só a uma catarse pessoal, mas também a um processo de compreensão do mundo através de uma rede infinita de escrita. (Braga, 2007, p.67)

Renata Tomaz (2015), em sua pesquisa sobre *Feminismo, Maternidade e Mídia* verificou que a relação entre esses elementos não é recente. Desde o final do século XIX a maternidade foi trazida ao espaço público através dos periódicos, cartilhas, revistas femininas e manuais⁷³, como uma estratégia de educar a mulher para ser uma mãe moderna, “não só por meio de orientações sobre o cuidado com o bebê, mas, especialmente, através de diretrizes a respeito do corpo da própria mulher, que deveria cuidar-se para melhor cuidar de seus filhos” (Tomaz, 2015, p. 162).

Assim, a maternidade tornava-se o principal meio para o exercício de poder e de controle da mulher no espaço privado, que sofria as determinações do seu tempo sobre como

⁷³ A esse respeito, Renata Tomaz (2015) dá um destaque ao jornal *A família*, editado em São Paulo entre 1888 e 1894, que se propunha a “educar a mãe”. A mulher burguesa brasileira deveria ser educada através das orientações dos homens da ciência para poder educar o futuro cidadão da República.

deveria realizar o seu “nobre ofício”. Para a autora, “os processos de comunicação se tornavam cada vez mais importantes na transferência gradativa do aprendizado da maternagem – de um ambiente doméstico, familiar, tradicional e feminino para um ambiente público, midiático, científico e masculino” (Tomaz, 2015, p. 158).

Desse modo, a mídia funciona como um meio de trazer a público as questões privadas da mulher, dentre elas, a maternidade. De acordo com esse levantamento, os estudos estiveram cada vez mais preocupados em desnaturalizar ideais de maternidade disseminados mormente nos últimos dois séculos que, por sua vez, afetavam profundamente a subjetividade feminina.

Importante destacar que os atuais *blogs* e redes sociais apresentam uma particularidade em relação aos antigos boletins e revistas sobre o público feminino, que é a possibilidade de participação e envolvimento por parte dos sujeitos. Ao invés de obtermos dessas mídias um discurso dominante e controlador como nas mídias de massa, notam-se posicionamentos mais diversos e polarizados a respeito das várias temáticas abordadas.

Adriana Braga (2008), em seu livro ‘Persona materno-eletrônicas – Feminilidade e Interação no *Blog Mothern*’, reflete sobre o uso contemporâneo da internet e de algumas apropriações sociais dos ambientes digitais e revela como essa combinação articula lógicas de identidade, de relacionamento e de poder. A autora buscou agregar estudos da mídia, tecnologia e linguagem, centrando-se na interação comunicativa desenvolvida no ambiente da internet a partir de um *blog* intitulado *Mothern* – cujo tema engloba as vicissitudes da experiência materna contemporânea.

O título do *blog* em questão resulta da contração das palavras da língua inglesa *Mother* (mãe) + *Modern* (moderna). A decisão de criar este *blog* partiu de duas colegas que identificaram a ausência de representação midiática de uma mãe com a qual elas próprias se identificassem (Braga, 2008). Tal *blog* serviu a muitas mulheres como inspiração para a criação de seus próprios ambientes virtuais. Atualmente há inúmeros *blogs* de maternidade, viabilizando um circuito comunicacional entre as mães que se dedicam a publicar suas experiências, e mulheres que permanecem como seguidoras, leitoras e comentadoras das postagens feitas por outras pessoas. Fazer parte de tais grupos parece cumprir a função de acolhimento e de legitimação de uma experiência particular.

Como pôde observar Braga (2008), enquanto no final do século XIX a maternidade foi determinada pela interferência crescente e gradativa dos médicos, no início do século XXI as novas tecnologias tornam-se lugares de interação para as mães, que através do compartilhamento de suas experiências, colocam em xeque a postura do especialista, em prol de um saber oriundo da experiência singular de cada mulher. Então, abre-se um campo de investigação interessante entre maternidade e cibercultura. Para a autora, as mídias possibilitam um novo espaço de construção da maternidade, onde mulheres/mães são ouvidas e partilham suas expectativas, experiências e frustrações. Uma parte significativa das mulheres encontradas para fins da pesquisa de Braga (2008) relata que no contexto social o tema da maternidade parece enfadonho e desinteressante, como se girasse em torno de futilidades e efemeridades. O fato de se sentirem profundamente solitárias no exercício da maternidade faz com que procurem nos *blogs* um local propício para compartilhar experiências:

É interessante notar que o ambiente midiático-tecnológico desse *blog*, a exemplo de outros, parece oferecer um espaço renovado para a recuperação de uma prática tradicional feminina de troca de saberes específicos, envelhecida nos contextos sociais tradicionais. Enquanto a conversação entre mulheres sobre filhos, vida conjugal e doméstica tem sido desvalorizada socialmente, enquadrada como conversa fútil e enfadonha, no ambiente social dos *blogs* essa mesma temática se estabelece sem a conotação pejorativa e, ao contrário, é entendida como prática de mulheres modernas pelo engajamento tecnológico. (Braga, 2008. p. 17)

Em passado não muito longínquo, a experiência de “aprender” sobre os cuidados com os bebês a partir do entorno familiar, assessorar mães, tias ou colegas nos primeiros cuidados funcionava como uma espécie de transmissão sensível e sutil, quase intuitiva, a respeito dos elementos necessários para essa prática. Com o tempo, voltadas majoritariamente para a carreira e outros interesses, as mulheres foram se distanciando da maternidade e da família, como lugar de transmissão de saberes, passando a deparar-se com o vazio desse lugar.

Em nossa época, em geral, as mulheres têm escassa ou nenhuma oportunidade de aprender a tarefa maternal de forma direta, através do ambiente. Já não ocorre como em outros tempos, quando as famílias numerosas ofereciam continuamente essa experiência através dos irmãozinhos menores, priminhos, sobrinhos, etc., que se criavam junto à menina ou à adolescente, ou a quem ela mesma criava. [...] Encontramo-nos, pois, ante uma séria situação deficitária que deve ser urgentemente resolvida. (Soifer, 1980, p. 41)

Sustentamos a proposição de que o ambiente da internet, mais especificamente os *blogs* de maternidade, podem se ocupar de fazer a função dos lugares tradicionais – familiar e comunitário – onde as antigas, recém e futuras mães possam interagir e fazer circular a palavra a respeito das experiências relativas à maternidade nos dias atuais. Estamos nos referindo a espaços virtuais formados por grupos de mães que, a partir de suas próprias vivências, criam uma espécie de “pedagogia da maternagem” para fins de orientação sobre os inúmeros itens que compõem os cuidados com o bebê e nos quais elas parecem encontrar uma potencialidade de convívio, uma via possível de contato⁷⁴.

Mesmo não havendo um conjunto de regras, valores e condutas que deva ser respeitado para se dizer que ali há uma mãe, observamos que a criação e manutenção dos *blogs* parecem trazer implicitamente a intenção de obter legitimação de determinados comportamentos e atitudes maternas através do reconhecimento de seus pares. O *blog Mothern* tem explícita a proposta de questionar posições tradicionais e relativizar a concepção de que assuntos “femininos” sejam desinteressantes.

A partir da pesquisa supracitada (2008) verifica-se que a tecnologia comunicacional participa como um elemento ativo nas comunicações cotidianas, oferecendo possibilidades de rearticulações de sentido sobre uma determinada experiência.

A internet parece se inscrever como um local de fronteira entre o público e o privado, onde questões de foro íntimo, públicas e profissionais se intercalam. Ao mesmo tempo em que uma profissional está redigindo um ofício no trabalho, por exemplo, em outra janela ela pode estar participando de *chats* de discussão sobre maternidade, atualizando um *post* em seu *blog* ou comentando um outro *post* de outra participante. De acordo com Braga (2008, pp.61-62): “O ambiente midiático-tecnológico desse *blog* – a exemplo de muitos outros na rede –, oferece a possibilidade de combinar essas duas perspectivas femininas, propondo uma solução para esse aparente paradoxo: ser materna e moderna ao mesmo tempo”.

A compreensão relativa à maternidade reflete uma tensão entre a permanência e a mudança: se por um lado algumas coisas mudam, outras permanecem eternizadas. A partir do *blog* observado por Braga (2008) as mães jovens parecem repensar a maternidade – mesmo que sem uma explícita intenção de produzir uma reflexão sistemática – a partir de um

⁷⁴ Trataremos mais extensivamente sobre esta questão no item 6.1 do próximo capítulo.

movimento interacional que oscila entre o jogo descomprometido da sociabilidade e a discussão de assuntos polêmicos sobre as práticas femininas. O que se realiza nesse espaço público contemporâneo é uma espécie de teorização informal, a partir de reflexões coletivas relativas ao conceito de feminilidade/maternidade.

Se partirmos da ideia de que o cuidado recebido da própria mãe serve como referência para que uma mulher construa a relação com seus filhos, é do outro social que ela receberá um balizamento para construir uma posição materna socialmente legitimada. “Como em outro ambiente social qualquer, no espaço dos *blogs* busca-se legitimação a partir do reconhecimento dos pares, o que torna a interação das participantes com tais personagens diferenciada de outros/as frequentadores/as daquele ambiente” (Braga, 2008, p.114). A esse respeito corrobora Lima (2009):

O interesse do autor em ser lido e avaliado por um outro pode estar presente na escrita de qualquer diário íntimo, mas esse desejo nem sempre é revelado e a publicação de seus escritos pode ser adiada e até mesmo nunca realizada. No *blog*, ao contrário, esse interesse é explícito. O autor de um *blog* não espera concluir o seu diário para publicá-lo, mas, a cada fragmento de texto que escreve, ele já é lançado no espaço público. Ele espera os comentários do leitor e se decepciona quando seu texto não é lido ou comentado. (Lima, 2009, p. 172)

Denise Schittine (2004) nos oferece um elemento importante para pensar na relação estabelecida entre o autor e o leitor do *blog*: a leitura de *blogs* alheios pode ser compreendida como um interesse quase *voyerista* de saber o que se passa na vida do outro, proveniente, por um lado, da identificação com o sujeito que escreve e, de outro, em virtude da ausência de referenciais identificatórios para determinada posição. Na busca incessante por uma figura que sirva como uma referência para a construção da identidade materna, o leitor se depara com autores narcisistas, com traços exibicionistas que se ofertam como modelos para o outro.

Conforme exposto, a criação do *blog Mothern* teve a motivação explícita das idealizadoras de produzir um espaço no qual as mulheres pudessem criar um modelo inédito e singular de maternidade que correspondesse às novas posições sociais, profissionais e familiares das mulheres contemporâneas. Com isso, as autoras pretendiam encontrar outras mães que pudessem funcionar como pares que, assim como elas, idealizavam um estilo de maternidade que ensinasse à mulher uma vida livre, com metas profissionais definidas que se coadunassem com o desejo de tornar-se mãe. Certamente elas foram muito bem-sucedidas e

nesse intento conseguiram a aproximação de muitas outras mulheres que se identificaram com a proposta e o *blog* em questão, funcionando como um espaço de conversação e socialização sobre os mais diversos temas relativos à mulher e à maternidade.

Como o resultado bem-sucedido dessa ação inicial, manifesto no elevado número de acessos, comentários e referências ao *blog* + LV (livro de visitas), passou a fazer parte do objetivo das *blogueiras* à criação de uma “teoria” materna que pudesse “catequizar” as mulheres interessadas, nas palavras de uma delas. (Braga, 2008, p. 262)

A palavra “catequizar” desperta questionamentos referentes à discussão que pretendemos levar a cabo: qual o limite entre o compartilhamento de experiências que podem funcionar como fontes de inspiração para a mulher encontrar em si mesma elementos fundamentais à maternidade, e um discurso determinista de outras mães que se prestem a “catequizar” sobre os “princípios da maternidade”.

Braga (2008, p.265) discute o surgimento das microcelebridades da rede: “são pessoas comuns, de idades e profissões variadas, que se aventuram a produzir material literário ou jornalístico no âmbito dos *blogs*, estimuladas pelas facilidades que a ferramenta apresenta”. A projeção de tais figuras está diretamente vinculada à legitimidade pelo público e pelos pares, tornando-se pessoas conhecidas no âmbito daquela temática, podendo inclusive ter sua imagem veiculada nos meios de comunicação de massa.

Nesses casos, aparece uma primeira faceta dos *blogs* – tomar esse ambiente como um espaço de exposição, tendo por finalidade mostrar ao outro e esperar que ele chancele seus atos com a aprovação presente nos comentários. Em relação ao tema que interessa a esta pesquisa, trata-se do que denominamos “*expertises mommys*”, que por intermédio dos mais diversos recursos da internet – fotos, vídeos e textos relativos às próprias experiências – pretendem apresentar um modelo idealizado de como ser mãe, esposa, profissional e mulher nos dias de hoje.

Não podemos negligenciar o fato de que a depender de como essas mensagens são incorporadas pelo receptor, vemos ocorrer a transformação de uma experiência puramente singular para o estatuto de uma recomendação. Não são raros os casos em que assistimos a esse fenômeno, tendo em vista que estamos diante de uma geração em que o “saber” legitimado pelo social é tomado como verdade. Mas questionamos: O que será feito do saber

singular de cada mãe quando o discurso vindo do Outro (a mãe do *blog*) é tomado como uma verdade absoluta a ser seguida?

As “verdades” veiculadas na rede por pessoas que “sabem” o que fazer diante do encontro com a maternidade podem representar um risco ao exercício espontâneo da maternagem⁷⁵. Ou seja, estamos diante do risco de que determinados personagens midiáticos sejam colocados na posição de referências idealizadas, cujos discursos tornam-se inquestionáveis, roubando o espaço singular e espontâneo que pode advir em cada mulher quando se permite um encontro genuíno com a singularidade da experiência da maternidade.

Winnicott, em diversos trechos de sua obra, demonstrou preocupação com as extensivas orientações médicas, uma vez que, em sua opinião, elas gerariam um apagamento do saber materno:

Disse-lhe que não tinha o menor interesse em tentar dizer às pessoas o que elas deveriam fazer. Para começar, eu também não sabia. No entanto, eu gostaria de me dirigir às mães e falar-lhes sobre a coisa que elas fazem bem, e que assim o fazem simplesmente porque toda mãe dedica-se à tarefa que tem pela frente, isto é, cuidar de um bebê. (Winnicott, 1987/1994, p.01)

A busca por referenciais é uma tendência quando pessoas encontram-se carentes de princípios que norteiem suas condutas e escolhas. A maternidade é uma experiência inusitada e, como bem salienta Winnicott, uma mãe só saberá o que deve fazer por um filho tornando-se mãe. Não há conselho, advertência ou ensinamento que possa antecipar as experiências que uma mulher terá após receber seu filho nos braços. Somos da opinião de que a maternidade se constitui a partir de uma complexa trama formada pelas experiências registradas na vida psíquica de uma mãe (a partir da maneira como ela mesma foi cuidada) e das demandas advindas do bebê, permeadas por um entorno que dê suporte para que mãe e bebê possam se encontrar.

Após este parêntese sobre o risco dos discursos veiculados na internet assumirem uma posição determinista do comportamento materno, retornaremos a nossa proposição inicial que se refere ao aspecto criativo presente na escrita em *blogs* e outros espaços virtuais. Dentro desta lógica alguns autores trabalham com a perspectiva de que o Ciberespaço pode ser

⁷⁵ A esse respeito citamos um dos *blogs* visitados, nomeado por sua autora como “Maenual de Instrução”: <http://www.maenual.com.br/>

compreendido como um espaço potencial no sentido winnicottiano. Para avançarmos nesta discussão, apresentaremos a seguir algumas noções cunhadas por Winnicott sobre esse conceito, a fim de dar sustentação a tal proposição.

5.6 Ciberespaço e Espaço Potencial – uma articulação possível

De acordo com a teorização winnicottiana, por espaço potencial compreende-se a terceira área de experiência localizada entre o mundo interno e a realidade externa. Dissemos no terceiro capítulo que no início da existência os bebês vivem uma experiência de onipotência e indiferenciação em relação às suas mães.

Se o bebê contar com uma mãe suficientemente boa, capaz de se adaptar às suas necessidades, ele criará a ilusão de que o seio materno é parte do seu próprio corpo e que ele tem o controle mágico sobre todas as coisas. O bebê cria a ilusão de que o seio é concebido e criado por ele, processo denominado por Winnicott como ilusão de onipotência. Progressivamente, essa condição primeira tende a ser abandonada e a ilusão de que o mundo é criado pelo bebê vai sendo substituída pela noção de que o mundo sempre esteve ali independentemente dele e continuará a estar mesmo após a sua morte. Para que essa transição aconteça e o bebê possa se constituir como um sujeito diferenciado e que conceba a realidade externa, precisará contar com uma mãe que seja capaz de desiludi-lo por meio de frustrações inevitáveis. (Winnicott, 1953/1975).

Em sua prática clínica, o autor observou que as crianças pequenas têm uma inclinação a tomar posse de objetos ‘não-eu’, a fim de suportar a separação da mãe e começar a construir a intermediação entre os mundos interno e externo. A essa experiência Winnicott denominou de fenômenos transicionais, os quais são identificados por hábitos que os bebês adotam, atrelados à sua atividade autoerótica, como: segurar uma parte do lençol ou paninho enquanto chupam o dedo ou a chupeta; cheirar um determinado ursinho quando são colocados para dormir, etc. Aos objetos eleitos para este fim, Winnicott (1951/2000) denominou de objetos transicionais. Eles são necessários ao bebê, pois exercem a função de substituição da presença materna no período em que a mãe começa a se desadaptar das necessidades do bebê. Tais

fenômenos dão continuidade à área de ilusão, modificando gradualmente os níveis de onipotência.

Introduzi os termos “objetos transicionais” e “fenômenos transicionais” para designar a área intermediária de experiência entre o polegar e o ursinho, entre o erotismo oral e a verdadeira relação de objeto, entre a atividade criativa primária e a projeção do que já foi introjetado, entre o desconhecimento primário de dívida e o reconhecimento desta. (Winnicott, 1971/1975, p. 14)

A intrincada relação entre o bebê e o objeto transicional indica a importância que este desempenha no processo de amadurecimento quando conhecemos as características deste vínculo, a saber: o bebê assume direitos sobre ele; o objeto é afetuosamente acariciado; ele não deve mudar nunca; deve sobreviver ao amor, mas também ao ódio; deve proporcionar calor, textura e vitalidade; ele não vem de fora, mas também não vem de dentro, tendo em vista que ocupa um lugar “entre”, e com o tempo perde o sentido porque os fenômenos transicionais tornam-se difusos. Geralmente o bebê balbucia alguma sílaba para representar o objeto, uma espécie de nomeação significativa para aquele que faz uso dele (ou podemos ainda pensar em uma personificação do objeto) (Winnicott, 1951/2000).

Os objetos transicionais, e posteriormente o brincar, são os precursores da atividade simbólica que futuramente o adulto produzirá nos campos da cultura, arte e religião. Contudo, “para que essa transição aconteça, para que a transicionalidade se configure enquanto tal é preciso que o bebê esteja criando um novo espaço, um novo ‘mundo’” (Dias, 2012, p. 227). Afinal, como Winnicott (1971/1975, p. 30) esclarece: “Não é o objeto, naturalmente, que é transicional. Ele representa a transição do bebê de um estado em que este está fundido com a mãe para um estado em que está em relação com ela como algo externo e separado”.

Na medida em que outros interesses (geralmente os culturais) se apresentam, os objetos transicionais tendem a ser desinvestidos, não obstante a tensão proporcionada pela tentativa de conciliação entre as realidades interna e externa não se esgotar ao longo da existência, advindo o que Winnicott denominou como espaço potencial. O autor propôs que: “o alívio para a tensão é proporcionado pela área intermediária de experiências, a qual não é submetida a questionamentos (arte, religião, etc.)” (Winnicott, 1951/2000, p. 329). Tudo o que se dá posteriormente no espaço potencial guarda características dos fenômenos transicionais: não está dentro nem fora; não pertence nem à realidade psíquica pessoal, nem à realidade externa e compartilhada; não é delírio nem objetividade (Dias, 2012).

Graças ao espaço potencial, o sujeito mantém aberta sua potencialidade criativa por toda a vida. Pela teoria winnicottiana, as dimensões do brincar e da criação, próprias do espaço potencial, trazem peculiaridades em relação a outros teóricos, pois o brincar sempre propiciará uma experiência com o imprevisível e a espontaneidade. Winnicott (1971/1975) declara que o brincar é produtor de saúde e de sentido à existência, visto que através da criatividade o sujeito sente-se um ser vivo. O conceito de criatividade, tão caro à obra winnicottiana, é um dos elementos mais importantes da atividade do brincar, afirmando que “é no brincar e somente no brincar que o indivíduo, criança ou adulto, pode ser criativo (Winnicott, 1971/1975, p. 80).

Ao teorizar a respeito da área intermediária, potencial e singular de cada sujeito, Winnicott (1971/1975) chega a duas conclusões importantes: a primeira é que no brincar o sujeito encontra o seu verdadeiro eu (*self*), e a segunda é que, com o estudo sobre a área de ilusão, ele chega à conclusão de que os sujeitos podem formar grupos quando compartilham de uma mesma experiência.

Na busca do eu (*self*), o que verdadeiramente importa não é a criação por si só, mas sim o gesto criativo, autêntico, verdadeiro, que revela o *Eu* no que há de mais genuíno. A originalidade do conceito winnicottiano de criatividade está no sentido de que a capacidade de criar torna a vida possível de ser vivida⁷⁶ e estabelece uma relação entre o viver criativo e o viver propriamente dito. Quando o sujeito está completamente submisso à realidade externa, o viver criativo não é possível e a necessidade constante de adaptação à realidade traz-lhe um forte sentimento de inutilidade. Nas palavras de Winnicott (1971/1975):

O impulso criativo, portanto, é algo que pode ser considerado como uma coisa em si, algo naturalmente necessário a um artista na produção de uma obra de arte, mas também algo que se faz presente quando qualquer pessoa – bebê, criança, adolescente, adulto ou velho – *se inclina de maneira saudável para algo ou realiza deliberadamente alguma coisa*, desde uma sujeira com fezes ou o prolongar do ato de chorar como fruição de um som musical (Winnicott, 1971/1975, p.100, grifos nossos)

⁷⁶ Compreendemos melhor essa ideia a partir do que Winnicott diz mais à frente em seu texto: “Descobrimos que os indivíduos vivem criativamente e sentem que a vida merece ser vivida ou, então, que não podem viver criativamente e têm dúvidas sobre o valor do viver. Essa variável nos seres humanos está diretamente relacionada à qualidade e à quantidade das provisões ambientais no começo ou nas fases primitivas da experiência de vida de cada bebê” (Winnicott, 1971/1975, p. 103).

Tornar-se mãe e lidar com as demandas e desafios advindos dessa nova condição exigem da mulher a ativação de elementos criativos, independentemente de quais recursos são utilizados para tal fim. Para alguns autores (Muylaert, 1998; Romão-Dias, 2007), a escrita em *blogs* pode ser concebida como um recurso para se pensar na experiência da maternidade, propondo que o ciberespaço possa ser compreendido como um espaço potencial.

Romão-Dias (2007) concebe que para certos sujeitos a rede pode ser vivenciada como um local intermediário, diferente da realidade externa e do mundo interno e, deste modo, abre-se um espaço para a criação (no sentido do brincar criativo). Muylaert (1998, p.78) sugere: “O ciberespaço, por ser meio dentro, meio fora, (...) público e ao mesmo tempo privado”, assemelha-se ao espaço transicional”. Indiretamente, Lobo (2007, pp.37-38) também considera possível essa aproximação ao afirmar que: “Os *blogs* proporcionam uma plataforma para expressar as emoções numa escrita criativa. Sem dúvidas, a falência da religião ou de uma explicação transcendental para a vida deixa um espaço aberto à internet para preencher esse papel”. Apesar desta última autora não realizar uma aproximação direta entre a internet e o conceito de espaço potencial, ela considera que o uso que se faz dos recursos midiáticos pode ocupar o lugar da religião, da esperança e da ilusão – atividades que na concepção winnicottiana fazem parte da área intermediária.

Desenvolveremos a seguir uma série de articulações a fim de fazer aproximações entre o ciberespaço e o espaço potencial. Devemos salientar que esse pode ser um modo específico e singular do uso da internet, porém, não pretendemos propor generalizações, uma vez que nem todos os sujeitos acessam as redes com a mesma intenção ou utilizando-a para a mesma função subjetiva⁷⁷.

A primeira característica que permite uma associação entre internet e espaço potencial é o fato de a internet ocupar essa posição “entre”, ou seja, está livre das exigências da realidade, sem ao mesmo tempo estar sob o controle do mundo interno, tal qual preconizado por Winnicott (1971/1975) a respeito do espaço potencial, considerando-o uma zona neutra. Ainda que exista o contato com as pessoas reais, que fazem parte da vida cotidiana dos

⁷⁷ É certo que há relações muito patológicas e perversas entre o sujeito e a rede. O anonimato (através do uso de *nicknames*) é uma das características que viabilizam o uso perverso da rede, por exemplo. Ou ainda, se porventura a internet for usada apenas para o ato compulsivo de comprar, o que é bem comum, não podemos afirmar que nestes casos o sujeito lança mão da rede para o exercício de uma atividade criativa.

usuários, a virtualidade da internet permite encontros entre personagens (*personas*) nos quais a aproximação com a realidade fica diminuída.

A comunicação interativa cria uma rede emocional entre a realidade das pessoas que escrevem e as que leem, através do mundo fictício ou imaginário de escritores e leitores, que é simultâneo ao real. A mimese ou representação é a ponte entre este universo onírico e imaginário e o mundo real. (Lobo, 2007, p. 56)

Outra percepção que nos leva a considerar o Ciberespaço como espaço potencial são as dimensões da fantasia e da criatividade. Na internet “tudo” pode acontecer, “todas” as coisas são possíveis, a depender da fantasia do usuário. O afastamento da realidade externa permite que os sujeitos realizem variadas fantasias conforme lhes aprouver. Romão-Dias (2007, p. 83) especifica: “Há lacunas entre o que o outro diz na Internet e o que é possível averiguar. Essas lacunas serão preenchidas justamente pela imaginação do interlocutor. Talvez essa falta de referências gere uma liberdade de ação na Rede”. No dizer de Lobo (2007, p. 55): “O *blog* é um espaço onde ainda tudo é permitido, um espaço mágico e infinito para a purificação e a criação. O fato de as pessoas não estarem juntas fisicamente até estimula a fantasia [...]”.

A dimensão lúdica pode estar presente no ato de escrever sobre as experiências singulares da maternidade. Esta afirmação se apoia na aproximação proposta por Freud (1908/1996) em ‘Escritores criativos e devaneio’, ao comparar aquele que se lança à aventura da escrita e a criança que brinca, observando que em ambas as atividades está presente o ato de criar. A criança investe em seu mundo do brinquedo, porém o faz sem perder o contato e a relação com a realidade. Também o escritor é capaz de investir muita emoção em suas histórias, sem com isso perder a nítida distinção entre si mesmo e a realidade externa. Podemos observar que a compreensão freudiana da escrita criativa e do brincar se aproxima da noção de espaço potencial descrita por Winnicott.

O brincar criativo, conforme preconizou Winnicott (1971/1975), viabiliza um novo olhar sobre o mundo, pois o sujeito vive a ilusão de poder criar e recriar o mundo à sua maneira. Essa dimensão da vida humana é o que permite ao sujeito uma via saudável de existência, visto que através do brincar ele é capaz de exercer sua mais completa autenticidade, na medida em que a criação lhe devolve a ilusão de onipotência.

A dimensão da temporalidade também nos chama a atenção, tendo em vista que inúmeros usuários relatam “perder-se no tempo” quando estão conectados. O tempo virtual não é lógico, não termina. A noite pode chegar, assim como o dia, e o sujeito conectado pode permanecer ali, sem precisar guiar-se pelos horários, rotina e temporalidade da realidade externa.

Para os internautas, algumas vezes o tempo não passa, outras passa rápido demais – isso dependerá do nível de envolvimento e obtenção de satisfação. O brincar criativo, lúdico e artístico coloca o sujeito nesta mesma relação com o tempo. Quando alguém está em um processo criativo, mergulhado no “deixar-se levar” pela experiência, o tempo fica em suspenso, não é levado em consideração, afinal de contas o brincar, como diria Winnicott, “essencialmente satisfaz” e o sujeito não anseia sair de tal situação.

Os *blogs* podem funcionar como uma espécie de “dramatização pedagógica para a existência”, um modo de ensaio realizado pela *persona* que ali escreve e se inscreve. Podemos associar essa característica ao aspecto da experimentação típica do conceito de espaço potencial. Na expressão de Winnicott (1971/1975), a área de ilusão é uma zona que permite alguns “ensaios” e experimentações.

Romão-Dias (2007), a partir dos discursos dos entrevistados, observou que a internet é um espaço em que a ansiedade na tomada de decisão vê-se reduzida e os usuários declaram conseguir encontrar saídas criativas e bem-sucedidas que para eles eram impensáveis no mundo real. Isso fortalece a ideia de que o ciberespaço permite uma maior experimentação, livre das tensões da realidade e das exigências do mundo interno, aproximando o uso da internet das teorizações winnicottianas sobre o brincar. Para Winnicott, a dimensão do brincar corresponde à possibilidade de “se perder na brincadeira”, de entrar verdadeiramente no enlace que a atividade criativa proporciona de entregar-se a uma profunda experimentação.

A internet pode ser comparada a uma espécie de *playground* em que os sujeitos podem experimentar uma multiplicidade. Talvez essa multiplicidade possa ser expressa na Rede na medida em que esta serve como o espaço neutro para o sujeito, ou seja, na medida em que a internet funciona como um espaço potencial, um espaço para o brincar. (Romão-Dias, 2007, p. 92)

Winnicott (1971/1975, p.71) fez referência ao *playground* ao tratar do espaço potencial entre o bebê e a mãe: “A confiança na mãe cria aqui um *playground* intermediário,

onde a ideia da magia se origina, visto que o bebê, até certo ponto, experimenta onipotência”. Assim como a brincadeira entre mãe e bebê pode ser excitante, interessante aos olhos do bebê, a internet parece provocar essa mesma fascinação e expectativas em seus usuários, dada a dimensão imaginária de suas múltiplas possibilidades.

No espaço potencial entre suas palavras e as das mães leitoras, entre o ser e o fazer no que concerne à maternidade, formas criativas são engendradas, contribuindo para invenções relativas a essa experiência. No capítulo a seguir teremos condições de discutir com maior clareza essas questões, tomando como base nosso campo de investigação.

CAPÍTULO 6

REINVENÇÕES DA MATERNIDADE

*Li um texto na semana passada que falava exatamente sobre o peso de não poder externar angústias, porque o mundo, e principalmente aqueles que não têm ou querem filhos, acreditam que aquela mulher que se tornou mãe não queria um filho ou não entendeu que ter um bebê tinha tudo isso, portanto, faça silêncio⁷⁸.
(Blog 7, 18/03/2015)*

Em diversos períodos da história da humanidade a maternidade foi considerada o destino único das mulheres, e reclamar o direito de não ter filhos ou expressar as insatisfações relativas a essa experiência eram práticas improváveis até pouco tempo atrás. Em pleno século XXI, após diversas revoluções civilizatórias, a relação entre feminino e maternidade foi relativizada, haja vista que a conquista da autonomia e independência garantiram a oportunidade de escolhas para as mulheres, inclusive a de ser ou não mãe.

Diante do novo cenário, questionar as razões pelas quais uma mulher decide ou não ter um filho é completamente legítimo, bem como abrir espaço para que aquelas que decidem tê-los possam falar de suas experiências abertamente. Boa parte das mulheres, em nossa cultura, foi criada com vistas a conquistar independência e autonomia para, em seguida, pensarem ou não no projeto familiar. Não há como negar que o discurso dos pais e da sociedade destinados à orientação das mulheres sobre a formação intelectual e independência financeira tem promovido profundas transformações na relação que a mulher estabelece com a maternidade.

A epígrafe deste capítulo se refere à indignação de uma das mães pesquisadas nos *blogs* de maternidade, concernente ao fato de as mulheres não encontrarem espaços socialmente legitimados para tratar dos afetos e pensamentos ambivalentes relativos à experiência da maternidade. Em certa medida, essas mulheres denunciam o que vem sendo veiculado no imaginário social em torno da figura materna e reivindicam um modo de se fazerem ouvidas pela escrita de si divulgada nos espaços virtuais, conforme apontado no

⁷⁸ Trecho retirado do texto: *O mundo psicodélico das mães que não dormem*, publicado em 18/3/2015. <http://www.naopuledajanela.com.br/2015/03/18/o-psicodelico-mundo-das-maes-que-nao-dormem/> Utilizaremos a nomenclatura *Blog 7* sempre que se tratar de um trecho do blog “*Não pule a janela*”.

capítulo anterior. Uma grande parcela das mulheres na contemporaneidade equilibra-se sobre a linha tênue entre ser mãe e mulher, não conseguindo ancorar-se em uma posição subjetiva que as favoreça para o exercício da maternidade, afinal muitas delas não foram “preparadas” para este fim.

Iaconelli (2015) estabelece que reconhecimento e nomeação são dois aspectos fundamentais para o exercício da função materna, sendo necessário serem subdivididos em reconhecimento do bebê como um filho pertencente à linhagem parental e no reconhecimento da mulher enquanto mãe. Quando alguém *reconhece* um bebê como seu, atribui a ele o valor de pertença, diretamente associado ao investimento narcísico da mãe. Desse modo:

Uma mãe, nos primeiros contatos com o bebê, diante desse estranho deverá atribuir-lhe algo seu, digamos, deverá ser capaz de ver-se no bebê, para que este possa ser reconhecido na filiação como sendo o bebê dela e do pai por ela escolhido. (Iaconelli, 2015, p. 161)

Por essa razão, a busca (e o reconhecimento) de sinais de semelhança é comum entre os pais e outros familiares ao se depararem com o nascimento de um novo membro na família. Já o momento do *conhecimento* diz respeito ao encontro com o “estranho do bebê” que, apesar de ser semelhante à mãe e pertencente à sua linhagem, não é idêntico ao corpo imaginado por ela (Aulagnier, 1990). Nesse momento é fundamental que a mãe deixe em aberto um espaço para conhecê-lo, admitindo-o em sua alteridade (Iaconelli, 2015).

Partindo do pressuposto de que a legitimidade dos papéis sociais passa pelo olhar do Outro, como se autorizará mãe, a mulher que vive em uma cultura que não reconhece socialmente os atributos maternos e que deslocou a valorização social antes destinada à mãe para a exaltação de valores como a conquista profissional e material? Segundo a autora, para que a mãe possa vir a nomear o seu bebê, ela não pode prescindir do reconhecimento e da sustentação do Outro da cultura que a nomeie como mãe.

A filiação parental emerge da cultura sem, contudo, ser-lhe idêntica, embora sendo *sempre* a ela referida, não podendo ser pensada fora da relação que estabelece com a *antecipação do sujeito culturalmente aceita* em todas as instituições sociais das quais os pais fazem parte. (Iaconelli, 2015, p. 146)

A falta de uma legitimação social a respeito da maternidade entre os pares⁷⁹ e a ausência de políticas públicas familiares mais coerentes no contexto da realidade brasileira são amostras de que as mães são pouco investidas e reconhecidas no contexto social⁸⁰.

Conforme mencionado, temos a percepção de que a Psicanálise teve um papel fundamental ao longo do século XX na ratificação do discurso que atrela o papel materno ao bom andamento e “sucesso” da sociedade. No texto intitulado ‘A contribuição da mãe para a sociedade’, Winnicott (1957/1989) é enfático ao descrever a importância da maternagem nos seguintes termos:

Estou preocupado com a relação que a mãe tem com o bebê pouco antes do parto e nas primeiras semanas e meses após o nascimento. Estou tentando chamar a atenção para a imensa contribuição ao indivíduo e à sociedade que a boa mãe comum faz desde o começo, com seu marido dando suporte, e que ela faz simplesmente por ser devotada ao filho. (Winnicott, 1957/1989, p.98)

O autor destaca a importância da mãe devotada comum, aquela que por estar em profunda conexão com o seu bebê, é capaz de perceber o que ele necessita e atendê-lo de modo suficientemente bom. Winnicott considera que naturalmente as mulheres teriam disposição a desenvolver essa prontidão ao bebê, não necessitando que isso fosse transmitido por outrem. “Não há regras nem livros que possam suprir essa intuição que a mãe tem das necessidades do bebê, a qual lhe permite realizar, algumas vezes, uma adaptação quase exata a essas necessidades” (Winnicott, 1949c/2014, p. 49).

Partindo de uma perspectiva multifatorial da maternidade, nossa crítica refere-se ao fato de Winnicott ter enfatizado sobremaneira os aspectos naturais e inatos relativos à maternagem. A diversificação nos modos de subjetivação em nossa cultura dá notícias de que não há um padrão universal que se aplique a todos os indivíduos, nem tampouco a todas as mulheres. E o desejo pela maternidade, demonstrado pelas baixas taxas de natalidade, tem sofrido transformações explícitas. Sobre esse aspecto, Neder (2016, p.25) questiona: “Para onde teria ido o desejo “natural” e “espontâneo” pela maternidade que dizem ser a essência do feminino?” Nessa linha de raciocínio Jerusalinsky (2009, p. 127) propõe: “Para muitas mulheres que têm no trabalho a realização de uma posição ativa de seu gozo fálico, a equação

⁷⁹ Especialmente no âmbito corporativo, uma mulher que engravida certamente não é bem-vista em termos profissionais. Muitas delas demoram a revelar a gestação por medo de serem rechaçadas.

⁸⁰ Mais adiante trataremos dessas questões referentes às políticas familiares.

simbólica vem estender-se como *pênis=falo=trabalho*, e somente depois viria ali o bebê”. Por essa razão, como refletido desde o início da presente tese, a temática da maternidade é um campo vasto de discussões que tem demandado revisitar alguns pressupostos apontados pela Psicanálise winnicottiana.

O presente capítulo visa a apresentar o material discursivo construído com base nos *blogs* a fim de promover uma discussão sobre determinados aspectos destacados da teoria winnicottiana, que em seu caráter paradoxal ora se apresentam como coerentes com nossa percepção da maternidade, ora discordantes. Visamos, ainda, a discutir o que a Psicanálise na atualidade tem a dizer sobre os papéis parentais em um contexto histórico cujas mulheres dividem-se entre maternidade, trabalho e outras atribuições, e no qual os modelos familiares não se mostram estandardizados como outrora. Iaconelli assegura (2015):

Se, por um lado, coube à Psicologia e à Psicanálise o mérito de definir os cuidados imprescindíveis para mínima garantia de saúde mental das crianças, por outro lhes cabe a crítica por reiterar a escolha da mulher como sujeito privilegiado dessa operação, sem questionar quão contingencial pode ser tal escolha. (Iaconelli, 2015, p. 65)

A discussão dos resultados foi organizada em seis eixos temáticos de acordo com os conteúdos que foram preponderantes. Seguindo a lógica transferencial, tão cara a Psicanálise, os conteúdos destacados foram produtos de uma leitura flutuante, onde determinados elementos tornam-se relevantes a partir do encontro entre a pesquisadora e os depoimentos maternos. Optamos por apresentar os trechos selecionados entremeados à discussão para tornar a leitura mais atrativa e dinâmica ao leitor.

6.1 *Amiga, corre para as redes sociais!*

Talvez em nenhum outro momento histórico a maternidade tenha sido tão debatida publicamente. Neste tópico trataremos do aumento significativo do número de mulheres que se utilizam de recursos tecnológicos e midiáticos para divulgar as experiências relativas à maternidade nos últimos anos, chamando-nos a atenção para as justificativas em torno das quais elas desenvolvem essa prática. Os discursos proferidos pelas mães são produtores dos

mais diversos sentidos relativos à maternidade num espaço onde se busca legitimidade e reconhecimento social.

A leitura dos *blogs* maternos nos pôs em contato com histórias, vivências, “dicas”, fotos e vídeos que exibem múltiplas faces da maternidade, permitindo a observação de uma linha do tempo que começa no parto e segue pelas etapas do desenvolvimento infantil⁸¹. Tais depoimentos fomentam discussões sobre o lugar da maternidade na cultura contemporânea, ao passo que nos move a interrogar o que leva mães a passarem horas do dia relatando suas vivências, expondo a relação com seus filhos, ou até ficarem “coladas” aos relatos de outras mães com as quais se identificam.

Conforme apontamos no capítulo anterior, sustentamos a proposição de que a escrita de cunho íntimo equivale a uma invenção possível para a elaboração de experiências relativas à maternidade, a fim de que a “nova” e, por vezes, estranha vivência da maternidade possa tornar-se familiar, segundo o depoimento abaixo:

Querido diário virtual, hoje eu perdi a paciência, o controle, a razão... e extrapolei na emoção. Não lembro quantas vezes respirei fundo e contei até 60, mas lembro que em uma das vezes contei até quase mil... e a raiva não passou, a razão não voltou. Eu poderia te dizer que está tudo bem, diário. Mas não tá, não. Vou dormir com o coração em pedaços e com uma sensação profunda de impotência, incapacidade. Um misto intenso de “será que fiz as escolhas erradas?” Com um brinde adicional de “por que cargas d’água será que duas crianças conseguem me tirar do sério assim?” E olha, vou te contar, não desejo essa sensação para ninguém... mas admito que ela vem e vai com uma certa frequência em minha vida. Vem me visitar até mais vezes do que eu gostaria... é verdade! (Blog 4, 27/01/2017)⁸².

Em meio ao ataque de nervos, quando a razão, a paciência e o controle dão lugar ao desespero, à desorganização e às dúvidas, a escrita parece fazer a função de balizamento para a organização subjetiva da mãe em questão. Ainda que a sensação volte muitas vezes, temos a impressão que a escrita engendra a consciência de si, de seus limites e contornos, favorecendo uma organização psíquica a cada vez que o turbilhão afetivo reaparece. A escrita sobre a impotência vivida com a maternidade parece funcionar como um modo de criação e invenção

⁸¹ Apesar de nos *blogs* as mães abordarem os filhos em diversas faixas etárias, nossa pesquisa salienta as fases iniciais do vínculo mãe-criança, o período que compreende a chegada da criança ao seio familiar e o advento da maternidade na mulher. Por esta razão, nossa leitura voltou-se para as experiências relativas ao primeiro tempo de vida do bebê.

⁸² Trecho retirado do texto publicado no blog Mãezice, publicado em 27/01/2017.
Link: <http://maezice.com.br/dia-difcil-na-maternidade/>. Utilizaremos a nomenclatura Blog 4 para trechos do blog Mãezice.

de si enquanto mãe. A cada letra, a cada reconhecimento, essas mulheres parecem apropriar-se de seu interior quando diante do cenário de incertezas que a maternidade pode representar.

Observamos também que o ato de compartilhar tais experiências condiz tanto com a necessidade de buscar no outro alguém que faça eco e “chancele” as experiências maternas, como uma oferta de apoio a outras mães, consoante sinalizado: *“Vira e mexe vejo desabafos nos grupos dos quais participo, de mães absolutamente sobrecarregadas, cansadas, que procuram um lugar onde possam desabafar e ter a empatia tão necessária que tanto buscamos por aí e raramente encontramos”* (Blog 5, 03/11/2015)⁸³. O apoio não está presente na oferta de um conselho qualquer, mas na certeza de ser ouvida, compreendida e acolhida em seu *não saber* sobre a maternidade.

Winnicott (1960b/1993), ao questionar as mães sobre o que as irritavam na maternidade, chegou à conclusão sobre a importância da expressão desses incômodos por parte delas.

Poderão perguntar: qual é a utilidade de pôr em palavras o que é incômodo em ser mãe? Eu penso que as mães são ajudadas se forem capazes de expressar suas angústias no momento em que as sentem. O ressentimento reprimido deteriora o amor que está subjacente em tudo. Acho que é por isso que praguejamos. Uma palavra no momento certo concentra em si todo o ressentimento e o torna público, após o que volta a calma e enceta-se um novo período em que prosseguimos com o que estava sendo feito antes. Na prática, verifico que as mães são ajudadas quando as pomos em contato com seus mais amargos ressentimentos. (Winnicott, 1960b/1993, p. 88)

Por essa razão, a presença de uma rede de cuidado que ampare e escute faz-se imprescindível em determinadas situações, pois sem apoio e na solidão, algumas mães correm o risco de se desorganizarem violentamente, conforme apontado no discurso abaixo:

A licença-paternidade acabou (15 dias) e lá fui eu enfrentar tudo sozinha com meu menino! O começo foi bom! Consegui tirar de letra a amamentação... Porém, novamente o trabalho do meu marido começou a sugá-lo e ele assumiu um projeto muito grande de muita responsabilidade... Ele chegava super tarde em casa... Não conseguia chegar mais cedo... Algumas vezes rodava a noite lá... E aquela segurança que eu sentia em lidar com meu pequeno começou a desmoronar... e eu comecei a ficar muito cansada... estressada... e chorava todos os dias... Não conseguia parar...

⁸³ Trecho retirado do texto publicado no blog Mãe at Work em 03/11/2015.

Link: <http://maeatwork.com.br/2015/11/03/quem-cuida-da-mae/>. Utilizaremos a nomenclatura Blog 5 para trechos do *blog* ‘Mãe at work’.

Achava que não servia para ser mãe, pois ninguém havia me contado quanto era difícil! Não estava sentindo prazer em cuidar do meu menino! (Blog 1, 01/08/2015)⁸⁴

Evidentemente que o depoimento acima não é suficiente para avaliarmos as condições psicológicas e emocionais desta mãe e julgar se ela estava “apta” ou não para cuidar de um bebê, porém ela aponta que “aquela segurança que sentia em lidar com o pequeno começou a desmoronar”, nos levando a supor que, inicialmente, enquanto estava respaldada pelo marido, sentia-se segura e apoiada para oferecer a sustentação necessária ao bebê. No momento em que o marido passou a ser *sugado* (não por um bebê, mas pelo trabalho), concomitantemente ele “suspende” a tarefa de sustentação da dupla mãe-bebê. O relato desta mãe não enfatiza as dificuldades relativas às demandas do bebê, mas destaca o seu desamparo, evidenciando um fenômeno cada vez mais comum nas sociedades ocidentais contemporâneas: a solidão materna.

Diferentemente do que se passava nas antigas aldeias e nas comunidades rurais em que as mulheres mais experientes de uma família ou tribo aproximavam-se para auxiliar a puérpera em sua atividade de amparar o bebê, observamos as mães de nosso tempo vivenciando sozinhas a experiência da maternidade, o que potencializa o sentimento de fragilidade próprio da preocupação materna primária. Conforme propôs Winnicott (1949c/2014):

Enquanto estou tratando deste assunto, gostaria de falar sobre a posição da mãe cujo bebê acabou de nascer. Ela passou por uma angustiada e forte experiência, e continua necessitando de uma ajuda especializada. Está ainda entregue aos cuidados de quem quer que a tenha auxiliado no período de confinamento. Há razões justificadas para que ela se sinta, justamente nesse período, inclinada a depender de alguém e ser sensível às opiniões de qualquer mulher importante que esteja perto, seja a superintendente da clínica, a parteira, a sua própria mãe ou a sogra. Está, portanto, numa posição difícil. [...] O ideal, evidentemente, é o estabelecimento de boas relações, o que frequentemente acontece entre as enfermeiras da maternidade ou a parteira e a mãe. (Winnicott, 1949c/2014, pp. 52-53)

Winnicott aponta a necessidade de uma rede de apoio com a qual a mãe possa contar a fim de lhe proporcionar o amparo necessário. Noutra ocasião afirma: “Quando o bebê já está pronto para nascer, a mãe, se adequadamente assistida por seu companheiro, pela Previdência Social ou por ambos, está preparada para uma experiência na qual ela sabe, muitíssimo bem,

⁸⁴ Trecho retirado do texto ‘Precisamos de ajuda!’, publicado em 1/8/2015.

Link: <https://temosquefalarsobreisso.wordpress.com/2015/08/01/precisamos-de-apoio/>

Utilizaremos a nomenclatura *Blog 1* para trechos do *blog* ‘Temos que falar sobre isso’.

quais são as necessidades do bebê” (Winnicott, 1987/1994, p.04). Além de apontar a necessidade de provisões materiais para o bebê e sua mãe, o autor alude a toda espécie de segurança, proteção, amparo e cuidado que uma mulher necessita para cuidar de seu rebento, tendo em vista que ela mesma se depara com a ativação de seu estado de desamparo original e dependência do outro.

Contudo, as recomendações winnicottianas e o provérbio africano que diz: “É preciso de uma tribo inteira para educar uma criança” parecem não se aplicarem no contexto da atualidade, em especial nas classes média e alta, cujas mães estão muitas vezes distantes de suas famílias de origem, trabalhando em outras cidades ou países. Nas camadas sociais menos favorecidas, a falta de recursos financeiros obriga as famílias a se “amontoarem” em espaços físicos reduzidos, replicando o formato das pequenas comunidades e reproduzindo um modelo de convivência mais equivalente ao das antigas sociedades rurais e dos modelos descritos por Winnicott⁸⁵, onde as parturientes eram profundamente amparadas. Diante da solidão, aspecto apontado por diversas “mães blogueiras”, uma delas questiona:

Quem cuida da mãe naquela noite de tristeza em que ela não sabe se quer dividir uma preocupação, naquele dia difícil depois de uma intensa semana tendo que sorrir pra não chatear as crianças? [...]. Será que precisamos ser assim tão fortes? Será que não podemos nos dar o direito de nos sentirmos incapazes? De pedir ajuda? Agora, a caminho de casa, acabei ligando para a Vilma Nishi, parteira que fez o parto da mais nova e enfermeira. E acabei desabafando. Precisava simplesmente conversar com alguém que não quisesse me dar conselhos e simplesmente me escutasse. Poderia ter sido minha mãe, mas imagino que embora com três filhos criados, ela sinta o mesmo. Ela também precisa ser cuidada. Todas precisamos. E às vezes, quando quero só desabafar, sei que escrevendo por aqui alguém do outro lado vai estar sentindo exatamente o mesmo. (Blog 5, 03/11/2015)

Nesse depoimento, os sentimentos de incapacidade, insuficiência, dúvida e solidão são evidentes. A mãe sinaliza que deseja apenas falar, desabafar com alguém que só a escutasse e que fosse capaz de dar continência àquela confusão de afetos. Curioso que em um primeiro momento ela recorre à parteira, alguém que participou de seu ato de parir, presenciando na materialidade do parto o advento daquela nova condição em sua vida. Empaticamente ela reconhece que sua mãe deveria sentir o mesmo e talvez nesse momento não pudesse ser a

⁸⁵ Na classe baixa é muito comum que as avós já aposentadas, donas de casa ou com poucas ambições profissionais, criem seus netos para que a mãe possa voltar ao trabalho, representando, muitas vezes, a única fonte de recursos financeiros para a manutenção da família. Já nas classes mais abastadas, em alguns casos as avós encontram-se distantes de suas filhas parturientes, ou vivem um momento de alta produtividade profissional, não podendo (e não querendo) disso abrir mão para se dedicarem aos cuidados dos netos.

pessoa mais adequada para acolhê-la. Quanto a este aspecto levantamos uma questão: O que essa mãe lhe haveria transmitido em termos de sua própria maternidade? Evidentemente não temos como responder a essa pergunta, porém, evidenciamos que essa mulher vai em busca de outros lugares, outras referências que lhe deem sustentação para o processo de tornar-se mãe. Ela comenta a importância da escrita de si no *blog*, sabendo que alguém em algum lugar poderá compreendê-la por estar sentindo exatamente o mesmo, tornando-se uma saída eficaz para lidar com a sobrecarga vivida.

Outra participante corrobora o sentimento de solidão materna, declarando:

Me sinto muito sozinha! Sempre quis ser mãe, tenho uma filha de quase 2 meses e confesso que não imaginava que era tão difícil. Sou casada, mas meu marido não me ajuda quanto gostaria. Fico sozinha com a bebê (estou de licença), minha mãe trabalha o dia todo e só consegue vir à noite me ajudar. Fico tão esgotada, cansada e sobrecarregada que tem horas que quero sumir, morrer, sei lá, me arrependo de ter engravidado, enfim, tudo porque estou esgotada. Depois bate o arrependimento, a culpa de pensar assim, penso no quanto quis ser mãe, no quanto a amo, mas quando estou exausta não consigo pensar assim. (Blog 1, 27/05/2015)

Apesar do desejo declarado pela maternidade, essa mãe aponta que elementos como cansaço, medo, esgotamento, tristeza e solidão estão presentes na experiência materna. As demandas contínuas de um bebê que acabara de conhecer, acrescidas do isolamento social advindo desse momento, colocam-na ante o confronto com o desamparo e o temor de não suportar a experiência. Ela clama presença de alguém que venha cuidar não de sua bebê, mas dela própria, ofertando um *holding* para os afetos evocados a partir do encontro com a maternidade.

Nesse relato fica evidente um aspecto que discutimos no quinto capítulo. As mães das mães da atualidade, em sua maioria, fazem parte da geração de mulheres que deram entrada no mercado de trabalho. O perfil estereotipado da “vovó velhinha” que ficava em casa auxiliando com os netos parece não ser tão recorrente na atualidade, colocando a mãe diante da experiência de cuidar sozinha de um bebê.

A respeito do estabelecimento da maternidade, Lisauskas (2017) aponta:

Você deixa para trás a velha forma de autonomia sobre o próprio corpo e sobre o próprio tempo, o privilégio de dormir até a hora que bem entender, a liberdade de poder sair de casa apenas com a roupa do corpo, o sexo a qualquer hora do dia ou da noite. Como se isso ainda fosse pouco, a caixa de Pandora que estava escondidinha

no fundo do seu subconsciente se abre, podendo trazer à tona passagens nebulosas e às vezes doloridas do seu nascimento e infância, da relação com seus pais e algumas mágoas nunca resolvidas que foram colecionadas pelo caminho. O resultado da mistura de sentimentos tão diversos somados à privação de sono, às mudanças hormonais, às dores no corpo e ao medo que nos toma quando percebemos que somos responsáveis pela sobrevivência e pelo bem-estar de outro ser humano tão pequeno e indefeso [...]. (Blog 6, Lisauskas, 2017, p. 59)⁸⁶

Esse discurso parece coincidir com a conceitualização winnicottiana sobre a preocupação materna primária – um estado de hipersensibilidade (necessário à identificação com o bebê), porém que coloca a mulher diante de elementos arcaicos de sua história. Conforme postulou Winnicott (1956), a mãe que consegue se sensibilizar e se identificar com o seu bebê para melhor atender às suas necessidades ver-se-á em um estado emocional muito semelhante ao dele. Em alguns casos, essa forma natural de “adoecimento”, necessária à constituição de uma maternidade devotada, pode representar fonte de desorganização psíquica caso a mãe venha a perder suas referências adultas. Atrelado ao estado emocional típico do período puerperal, as demandas contínuas de um bebê em estado de dependência absoluta colocam barreira ao acesso a outros meios de satisfação que faziam parte de sua existência, o que pode ser muito angustiante para algumas mulheres. Em algumas situações a mãe, ao invés de posicionar-se em torno do berço do bebê para alcançá-lo com um olhar acolhedor, encolhe-se em seu próprio “berço”, tomada por um profundo desconhecimento de si enquanto mãe e sobre o que fazer com a maternidade.

O encontro com a maternidade – ao mesmo tempo em que pode proporcionar uma experiência de realização e satisfação plena – pode, paradoxalmente, representar para muitas mulheres um retorno a um estado de profundo desamparo. Importante frisar que o sentimento de insuficiência frente às demandas da maternidade nem sempre corresponde à ausência de conhecimentos técnicos sobre o cuidado de bebês, mas sobretudo à exiguidade de referenciais maternos e de um entorno protetor que possam colaborar com a construção da maternidade na mulher. Winnicott (1957/1989) é enfático ao afirmar:

A jovem mãe precisa de proteção e informação; precisa do melhor que a ciência médica pode oferecer em termos de cuidados corporais e prevenção de acidentes

⁸⁶ Esta citação corresponde ao Blog 6 ‘Ser mãe é padecer na Internet’, de Rita Lisauskas. Entretanto, como a blogueira publicou um livro sobre suas experiências, utilizamos trechos do livro para apresentar seus discursos. Por esta razão apresentaremos na citação as referências de acordo com normas para livros, porém sinalizando tratar-se do Blog 6.

evitáveis. Ela precisa de um médico e de uma enfermeira que conheça e em que deposite confiança. Precisa da devoção de um marido e de experiências sexuais satisfatórias. Não, a jovem mãe não é uma pessoa que usualmente aprende nos livros. (Winnicott, 1957/1989, p. 100)

Além do suporte ambiental necessário à construção da maternalidade, as referências maternas presentes na história da mulher também representarão um elemento importante neste processo, ou seja, aquilo que a menina experimentou desde a tenra infância e observou a partir de outras mães presentes em sua vida tornar-se-á um parâmetro fundamental para sua maternalidade. Como salienta Iaconelli (2015) referindo-se às mães de uma aldeia nepalesa:

A facilidade que a mulher demonstra ao lidar com a tarefa maternal decorre de uma aprendizagem subliminar a que os membros dessa cultura são expostos desde a tenra infância, mas pode nos dar a falsa impressão, quando vista de fora, de que se trata de uma mãe natural, em contrapartida à mãe *desnaturada* ocidental. (Iaconelli, 2015, p. 82)

Na mesma linha de raciocínio, Winnicott (1969b/1994) considera que a mutualidade entre a mãe e o bebê se estabelece das mais diversas maneiras e a partir de experiências prévias ao nascimento do bebê:

A mãe foi um bebê que foi cuidado; ela também brincou de bebês e de mães; experienciou talvez a chegada de irmãos e irmãs, cuidou de bebês mais moços em sua própria família ou em outras famílias, e talvez tenha aprendido ou lido a respeito de cuidado infantil e pode ter opiniões firmes, suas próprias, sobre o que está certo e errado no tratamento de bebês. (Winnicott, 1969b/1994, p. 199)

Apesar de parecer óbvio o apontamento winnicottiano, em nossa cultura temos presenciado (e a leitura do material nos possibilitou acesso a isso) muitas mulheres experientes no campo profissional que, entretanto, chegam à maternidade com um profundo desconhecimento sobre os elementos que circundam a experiência com um bebê. Isso nos leva à impressão de que quanto mais as mulheres sabem de “outras coisas”, menos conhecem sobre bebês.

Muitas mulheres recém tornadas mães relatam não terem tido experiências anteriores com bebês através da proximidade física, nem tampouco através do interesse pelos aspectos que fazem parte da vida de um bebê ou de uma criança pequena. Isso significa dizer que se Winnicott atribui à mutualidade da relação mãe-bebê às experiências anteriores, deparamo-nos com uma sociedade cujas mulheres poderão apresentar dificuldades no estabelecimento da maternagem ao defrontarem-se com o lugar vazio de referências. Importante frisar que esta

afirmação é uma conjectura e não uma regra que se aplique a todas as mulheres.⁸⁷ Sobre este aspecto Iaconelli (2015) afirma:

É à medida que o grupo social vai perdendo sua transmissão de hábitos e conhecimento, que a falta de um suposto saber materno advindo da natureza torna-se mais visível. A transmissão geracional se perde, revelando a fragilidade da ideia de instinto materno autônomo. A história testemunha a precariedade dessa ideia diante das questões socioambientais. (Iaconelli, 2015, p. 83)

Para tentar lidar com o enfraquecimento dos laços familiares e a ausência de transmissão transgeracional no que concerne à perinatalidade, observamos que a mulher tem buscado referências maternas noutros espaços e recursos que estão “literalmente” disponíveis à mão através das mídias virtuais, tais como *blogs*, redes sociais, grupos no *whatsapp*, etc. Poderíamos arriscar afirmar que tais instrumentos têm assumido um lugar que, na tradição, era ocupado pelas mães, tias, avós, primas e cunhadas da parturiente.

No que concerne aos *blogs* de maternidade, em alguns casos essa proposição é verificada. Os endereçamentos, por mais diversos que possam ser, trazem implicitamente a busca por referenciais que apoiem a construção da maternidade. Para muitas mulheres, a mãe que sua avó e sua mãe foram nada tem a ver com os “modelos” vigentes na atualidade e com as demandas da vida contemporânea, por isso são facilmente dispensados.

A inadequação com os modelos familiares ou a ausência deles faz com que as mulheres enderecem ao outro da internet a pergunta: *alguém pode me responder o que é ser mãe nos dias de hoje?* Em alguns casos, essa demanda apresenta-se de maneira extremada através de súplicas apelativas: *“Se alguém encontrar por aí um manual que indique o caminho da maternidade, por favor, compartilhe!”* Nos espaços virtuais elas podem conversar, interagir, trocar informações, abrindo-se assim à potencialidade do encontro e ao compartilhamento entre pares, conforme verificamos no relato:

No tempo de nossas avós, muitas mulheres ainda não trabalhavam, estavam fisicamente mais próximas e sempre trocavam informações que iam de receitas de bolo aos cuidados com as crianças. Naquele bate-papo no portão que logo virava um café com bolo na cozinha, uma ajudava a outra a enfrentar melhor as demandas da

⁸⁷ Em decorrência disso, temos observado que a chegada de um bebê no seio familiar deixou de ser um fenômeno natural como outrora e passou a ser uma questão que envolve vários elementos e procedimentos. Parece ser necessário “preencher” com uma multiplicidade de produtos e eventos que circundam o nascimento do bebê para maquiagem e esconder as brechas existentes.

maternidade. Claro que muitos mitos e crendices existiam e eram propagados, mas essa rede de apoio tão próxima fazia com que as mulheres não duvidassem de sua capacidade ancestral de amamentar seus filhos, o que a maioria delas conseguia – umas com mais, outras com menos ajuda. Hoje estamos cada vez mais reclusas em nossos apartamentos, varandas e quintais com muros altos. Aquela vizinha que está a apenas uma campainha de distância e que te deu dicas valiosas, ombro e colo, teve de voltar ao trabalho, já que a licença-maternidade dela acabou. Em que porta bater na hora que o bicho pega, para onde correr? Amiga, corre para as redes sociais. Só entrei no Facebook quase um ano depois que o Samuel nasceu, uma pena! Mas quando finalmente me rendi, descobri que ali havia uma mulherada virtualmente organizada em grupos maternos, rápidas no gatilho, coração aberto para dividir experiências e debater todos os assuntos relacionados à criação de filhos, sem papas na língua e sem “mãezinha” pra cá, “mãezinha pra lá”. (Lisaukas, 2017, p. 53)

Este discurso dá notícias de que a necessidade de compartilhamento sobre a experiência materna não é uma característica de nossos tempos. A rede de apoio sempre fez a importante função de levar a mulher a acreditar em sua capacidade de maternar. Esta afirmação ratifica a ideia que temos defendido de que, além do apoio e cuidado necessário vindo do entorno social, a maternidade precisa ser legitimada pelo outro. A mãe supracitada, ao deparar-se com a ausência dessas referências em seu entorno, sugere a utilização das redes sociais. Uma ferramenta que ela própria descreveu como prática, moderna e funcional para as mães que nela se engajam. Outra mãe, ao escrever um texto sobre a função das redes sociais, declara:

As redes sociais têm o poder incrível de unir pessoas que vivem fases parecidas. Se na época em que eu estava grávida de Lara eu tivesse conhecido tantas mães “solos”, eu teria – sem dúvida, sido mais feliz. Me sentia sozinha demais e hoje já sei que não existe dor que não se possa compartilhar. (Blog 4, 12/02/2017)

Desse modo, os discursos sobre o uso dos *blogs* confirmam nossa hipótese de que tal prática pode funcionar como uma espécie de *holding* materno uma vez que as trocas entre as mães tornam-se um meio de sustentação para o exercício da maternagem. Nos *blogs* elas encontram referências mais aproximadas de suas realidades, atribuindo a outras mães o lugar de pares para esta nova experiência. No depoimento abaixo, outra mãe expõe a motivação inicial para criar sua página virtual, descrevendo que tais espaços funcionam como uma janela para o mundo, capaz de apaziguar a solidão de ficar em casa cuidando de um recém-nascido:

Os primeiros meses como mãe foram os mais difíceis que passei até hoje. Minha filha Catarina deu um trabalho enorme (era daqueles bebês que choravam o dia todo!). Por conta disso encontrei na internet uma grande fonte de informação e uma janela para o mundo (só quem já foi mãe sabe a sensação de solidão que sentimos ao ficar

dias e dias em casa com um recém-nascido). Até que quis compartilhar tudo o que havia aprendido (cuidados diários, alimentação, sono do bebê, entre outros) com todas as mães que tivessem interesse nessas dicas. Assim nasceu o Mil Dicas de Mãe em janeiro de 2012. Um espaço onde eu conto tudo o que aprendi como mãe na prática (que pode ser MUITO diferente da teoria dos livros!) e onde recuperei minha paixão por escrever. (Blog 3 s/d)⁸⁸

Para a mãe citada a escrita representou uma saída criativa sobre o *saber-fazer* com a maternidade, que *a posteriori*⁸⁹ passou a ser compartilhado com outras mulheres. Em seu relato, a participante não se restringe a falar da filha e das exigências impostas pela maternidade; concomitantemente, fala de si, de sua solidão, mas também do que fora possível criar a partir desta experiência. Retoma uma paixão antiga – a de escrever, conectando-se consigo mesma e reencontrando os elementos desconhecidos e não simbolizados de sua história. É nesse sentido que a utilização dos *blogs* pode representar uma possibilidade de recurso à elaboração da vivência da maternidade. Conformou apontou Winnicott (1949c/2014, p. 54): “Mas até as mães têm de aprender a ser maternas através da experiência! Creio ser preferível que encarem o problema desta maneira. Pela experiência, elas evoluem”. Isto significa dizer que a relação mãe-filho é um processo contínuo de construção e elaborações, ou seja, não está dado desde o início como se imagina.

Neste contexto é oportuno apresentar a página intitulada ‘Temos que falar sobre isso’. Trata-se de uma plataforma criada por Thais Cimino a partir de sua própria maternidade e do desafio de encontrar pessoas com as quais pudesse dividir os dilemas enfrentados:

Temos que falar sobre isso surgiu a partir da minha experiência pessoal com o processo de tornar-me mãe, foi a melhor coisa que aconteceu na minha vida, de fato. Ao mesmo tempo foi, e está sendo, um percurso bastante doloroso, de transformação e grandes desafios e dificuldades. Comecei a pesquisar e me dei conta do pouco que se fala franca e abertamente sobre essa parte não tão linda, não tão feliz, e cheia de obstáculos. Temos que falar da parte sombria da maternidade, da parte difícil, da parte que ninguém comenta, da parte que quase parece que não existe! (Blog 1, 28/05/2015)

⁸⁸ Trecho retirado do texto de apresentação da *blogueira*. Link:

<http://www.mildicasdemaee.com.br/blogueira>. Utilizaremos o nome *Blog 3* para os trechos retirados do *blog* Mil dicas de Mãe.

⁸⁹ Dizemos *a posteriori* porque muitas de nossas elaborações geralmente acontecem após o vivido. Apesar disso, muitas mulheres passam horas do seu dia na internet e a isso fazemos uma crítica, tendo em vista que tais espaços podem chegar a “roubar” sua disponibilidade para com o bebê. Voltaremos a esta questão no tópico 6.3 ao tratar da temporalidade.

Assumindo uma posição realista sobre a maternidade e visando a criação de um canal de comunicação que promova discussões sobre os desafios e obstáculos aí presentes, a idealizadora da plataforma partiu da concepção de que entre as mães há muito a se dizer sobre tal experiência, porém não há quem possa ouvi-las. Afinal de contas, o ideal cultural de nossa sociedade sacraliza a maternidade e considera as mulheres dotadas de um dom especial que, num toque de mágica, as transformam em “mães perfeitas”. Indiscutivelmente, o mito do amor materno ainda circunda o imaginário social, tornando impróprio declarar as ambivalências relativas à afetividade materna. Diante do desafio, a criadora do *blog* argumenta as justificativas que a levaram à criação da plataforma:

Não importa onde, quando, como: me atrevo a dizer que todas as mulheres passam por algum tipo de dificuldade durante o período perinatal. Seja durante a gravidez, seja no parto, seja no puerpério, durante a amamentação, na relação com a família, com esse bebê que temos que aprender a conhecer, a ler, a entender, a suprir, a nutrir, na relação com o marido-parceiro-companheiro(a). [...]. Entramos em contato com a nossa sombra, nossos traumas, revivemos a nossa experiência de quando nascemos, de quando éramos bebês, da nossa relação com a nossa mãe, da nossa ideia do que é ser mãe. Temos que nos reinventar, reconhecer no nosso novo papel, ativar nossos instintos e conhecimentos ancestrais inatos, e para isso necessitamos tempo, apoio, suporte, acolhida [...]. Não temos a menor ideia do que nos espera. E isso assusta! [...] É nesse momento que caímos na realidade, que estamos frágeis, sensibilizadas, com os hormônios daquele jeito, uma quantidade enorme de mulheres se encontram desamparadas, ou mal acompanhadas de críticos e conselheiros de plantão. [...] Ou a sensação de inadequação quando não se sentem vinculadas aos seus bebês, quando ao invés de toda aquela felicidade e amor que deveria sentir não chega nunca. E a dor de tentar amamentar e os seios sangram, e o bebê está com fome, e ela está exausta, ou o leite não vem ou ela tem uma mastite. E aquela mãe que planejou o parto perfeito, mas a vida decidiu que não ia ser assim e ela se sente impotente, incapaz, decepcionada. [...] Essas mulheres, onde procuram apoio? Se procuram, onde encontram? Qual é a qualidade desse apoio? Muitas têm medo de contar para o parceiro, para a mãe, para o médico, para a amiga ou quem seja, por vergonha, por insegurança, por medo de correrem o risco de serem consideradas incapazes de cuidar dos seus próprios filhos, e por estarem cansadas de serem rotuladas e julgadas. (Blog 1, 28/05/2015)

O discurso de Thais dessacraliza a maternidade, chegando a considerá-la um processo que coloca a mulher em um estado de profunda vulnerabilidade e que demanda contínua reinvenção de si mesma. No transcurso desta experiência as mulheres precisam ser apoiadas e, segundo a idealizadora da página, há poucos espaços que se propõem a um trabalho desta natureza. O texto aponta experiências reais com as quais as mulheres se deparam no encontro com a maternidade. Um elemento a destacar é o retorno às relações primárias, exigindo um

trabalho de elaboração da nova posição na cadeia geracional, ou seja, da posição de filha para a de mãe.

O que se convencionou chamar de *baby blues* como uma espécie de melancolia puerperal, compreendido pela medicina principalmente pelo viés hormonal, é concebido pela Psicanálise como o encontro com o desamparo original (Iaconelli, 2015). Esta condição exige que a mulher faça um trabalho psíquico importante em sua subjetividade a fim de que tenha condições de ofertar a sustentação necessária ao seu bebê. Além disso, muitas mulheres expressam uma inadequação e frustração ao considerarem que a realidade não corresponde às expectativas construídas ao longo da gravidez, demandando um trabalho de luto das idealizações criadas em torno dessa experiência.

Assim, foi visando à abertura de um canal de comunicação que possibilitasse às mulheres falar das dificuldades referentes à maternidade, que a página ‘Temos que falar sobre isso’ foi criada. Os objetivos elencados são: 1) dar voz às mulheres para relatarem suas experiências sem julgamentos; 2) promover apoio no período gravídico-puerperal; 3) criar grupos de mães a fim de ajudá-las a encontrar forças nelas próprias e em outras pessoas; 4) sensibilizar e conscientizar sobre gênero e identidades femininas, legitimando e ressignificando os processos naturais de transformação nos seus períodos mais intensos.

Os objetivos apresentados se apoiam no princípio de que “o primeiro passo para curar é falar sobre isso”, afinal, quando as pessoas falam de suas experiências, elas dão oportunidades a outras mulheres para que também falem, formando uma rede de apoio. Na ausência de políticas públicas e sociais que privilegiem o amparo materno, o projeto além de se comprometer em abrir um espaço de escuta, visa a promover encaminhamentos para que mulheres sejam acolhidas e cuidadas com vistas a desempenharem a maternidade de forma segura e confortável, viabilizando a elaboração das experiências que, à primeira vista, apresentam-se como profundamente angustiantes.

Além de Thais Cimino, a página conta com a participação de Teresa Ruas como vice-presidente e diretora científica. Ela é terapeuta ocupacional de formação e pesquisadora do desenvolvimento infantil e prematuridade. O interesse pela temática advém de marcas em sua história, uma vez que ela própria sofreu a experiência da prematuridade extrema ao nascer

com 28 semanas. Apesar dos poucos recursos de uma cidade no interior do Estado de São Paulo, sobreviveu sem nenhuma sequela neurológica.

Após ter se aventurado pelo universo científico pesquisando e se aprofundando no tema da prematuridade extrema, reencontrou-se com essa experiência mais tarde, na condição de mãe. Com 18 semanas gestacionais foi internada diante de um trabalho de parto prematuro em virtude de uma bactéria instalada em seu útero. Os médicos conseguiram controlar a infecção e a mãe permaneceu por mais de um mês exclusivamente deitada, quando declarou:

Nesse um mês deitada e sem me movimentar, procurei espaços online para acolhimento de gestantes de alto risco e que necessitam permanecer internadas. Não encontrei. E procurei muito algum espaço de trocas de experiências – não apenas blogs, pois não passar por uma gestação completa, enfrentar a morte bem de perto e vivenciar uma prematuridade extrema são, sim, situações que causam muita dor, muito trauma e muito medo. (Blog 1, 15/06/2015)

Teresa relata a experiência do próprio desamparo diante do risco de morte. Felizmente as sequelas não se apresentaram em seu corpo, porém seu psiquismo, ainda que rudimentar, registrou a ameaça entre a vida e a morte e as possíveis aflições de sua mãe. Reencontrando-se com tal vivência, diante do medo de perder a filha, Teresa demonstra necessitar de apoio. Diante do desamparo, ela procura suporte no único meio que lhe parecia possível, a internet, porém sua busca não obteve sucesso, haja vista que não encontrou à época nenhum espaço destinado a esse fim.

Sua filha nasceu com 23 semanas, pesando 750 gramas. Uma bebê frágil e vulnerável, mas ao mesmo tempo forte e guerreira que sobrevivia a cada dia apesar das adversidades. Sobre essa experiência, Teresa relata:

Ao invés dessas experiências, que são vitais para mulheres que desejam ter filhos, tive que passar por cima de toda a minha dor e me concentrar na própria sobrevivência de minha filha. Uma bebê recoberta por fios e mais fios, entubada e monitorada 24 horas por dia. Uma bebê que teve que enfrentar uma cirurgia cardíaca para continuar a viver, com apenas 800 gramas, e a lutar cada dia para se manter viva. Uma bebê que permaneceu 6 meses em uma UTI Neonatal e que depois teve que ter o acompanhamento do home care em casa, pois ainda era dependente de oxigênio. E diante dessa bebê extremamente frágil e ao mesmo tempo extremamente forte e guerreira, também estavam uma mãe e um pai, completamente frágeis diante do

*enfrentamento de todos os traumas de um parto e de um nascimento extremamente prematuro. E como elaborar tudo isso? (Blog 2, 15/07/2015)*⁹⁰

Como elaborar o que parecia ser da ordem do não simbolizável, o encontro com o pavor, com a ameaça da morte, com o estado de profunda fragilidade? O que fazer com o material vivido que deixara marcas em sua história e não sairia facilmente de sua memória?

A partir de então essa mãe encontrou na escrita um recurso para a “cura” da alma, um meio para simbolizar tão dolorosa experiência. Seu *blog* pessoal intitulado ‘Minha teoria na vida’ funciona como um recurso para escrever, para resistir aos impactos da vida, tecendo um material que serviria para si própria, bem como um meio de oferecer cuidado, escuta, apoio e orientação às mães que vivenciam a experiência da prematuridade extrema:

Portanto, ao abraçar esse espaço de acolhimento e de resiliência, pretendo me colocar como um suporte afetivo para gestantes de alto risco e que enfrentam a prematuridade extrema e os seus difíceis desfechos. Espero que possamos trilhar juntas um caminho marcado por uma profunda amorosidade e respeito diante de todas as dores e feridas que caracterizam essas realidades. (Blog 2, 15/07/2015)

Teresa Ruas utilizou suas próprias palavras e as que recebia de outras pessoas para desenvolver a capacidade de cuidar de si e de sua bebê. O recurso da escrita possibilitou a esta mãe sair da experiência dolorosa com profunda amorosidade, generosidade e respeito pelas dores alheias, não podendo conter o desejo de ouvir, cuidar e amparar aquelas que passam ou vão passar por vivências similares. Na sessão sobre “quem sou eu” de seu *blog* pessoal, Teresa escreve:

Iniciei esse blog em 2013 diante do nascimento prematuro de minha filha, Maitê Maria – 23 semanas gestacionais e que chegou a pesar 650 gramas. Foi um dos recursos que encontrei para lidar com todo o período de internação – 1 mês antes de Maitê Maria nascer e 6 meses em uma UTI Neonatal – e que, atualmente, além de ser um meio de suporte afetivo/informacional para outros pais de prematuros extremos, é também um espaço para discutirmos o mundo do desenvolvimento infantil e da maternidade. (Blog 2 15/11/2016)

As motivações iniciais para a criação de uma plataforma de assistência materna ou um *blog* que relate experiências com a maternidade são profundamente subjetivas. A leitura dos *blogs* nos permitiu uma associação ao conceito de espaço potencial descrito por Winnicott,

⁹⁰ Trecho retirado do texto *Minha teoria na vida*, de Teresa Ruas.

Link: <http://teteruas.blogspot.com.br/?view=sidebar>. Utilizaremos a nomenclatura *Blog 2* sempre que se tratar de um trecho do *blog* ‘Minha teoria na vida’.

conforme proposto no quinto capítulo. Os depoimentos das mães são convidativos a pensar na escrita em *blogs* como um exercício de invenção e reinvenção entre as mães e os outros, entre a incerteza, a ruptura, o medo, a solidão e a presença afetuosa de alguém com quem possa se identificar e esperar cuidado. Trata-se, ainda, de um *locus* artístico de produção, criatividade e esperança, cuja escrita evidencia a tessitura de um sentido para a maternidade, uma forma de simbolização daquilo que parecia não simbolizável. Enquanto a leitura de *blogs* alheios serve como uma forma de encontrar no outro algo com que possa se identificar para constituir uma identidade materna.

A partir de nossa leitura, observamos que há sempre uma questão central que permeia as narrativas publicadas (“*O que é mesmo ser mãe?*”), nos levando a conjecturar que a escrita é da ordem de uma inscrição. Assim, o sujeito materno se constrói em uma dialética entre o público e o privado, uma vez que, simultaneamente, elabora para si o seu vivido e se apresenta ao outro por meio da divulgação dessas experiências.

No caso de Teresa, o *blog* tornou-se um espaço onde ela publica fotos, vídeos, recolhe experiências, pensamentos, sentimentos, dando-nos a oportunidade de conhecer cada passo de sua maternidade, a luta entre a vida e a morte, a vibração pelas pequenas e grandes conquistas e os meios pelos quais ela pôde elaborar criativamente, através das palavras, a marca da prematuridade em sua própria história, tornando-se suporte para outras mães que atravessam a mesma experiência.

Apesar da importância atribuída à utilização dos *blogs* de maternidade como recurso à elaboração da experiência e um meio através do qual as mulheres podem mobilizar-se politicamente, não podemos negligenciar o contraponto de que em tais espaços presenciamos uma profunda intolerância às “pequenas diferenças maternas”. Cientes de que há modos diversos de operar com a maternidade, grupos divergentes debatem práticas a respeito da gestação, parto, puerpério e cuidados com o bebê a fim de fortalecer determinados argumentos e estilos maternos em detrimento de outros. Tal discussão explicita um embate atual no terreno da perinatalidade, onde nos deparamos, de um lado, com a liberação sexual, os avanços e a independência feminina, e de outro, com as práticas e valores que remetem aos aspectos biologizantes e naturais da maternidade, desprezando em alguns argumentos aspectos do entorno cultural e histórico.

Como efeito de uma luta ideológica que diga qual o “modo mais apropriado de ser mãe”, as usuárias deparam-se com muita agressividade na rede:

As redes sociais também me fizeram perder muito da esperança que eu tinha no ser humano e no respeito ao próximo. Eu achava que eu era uma sonhadora incurável, até que essa semana pisotearam nas minhas certezas, desdenharam da minha bondade e principalmente – questionaram a minha maternidade. Convicções todos nós temos, mas lutar por elas agredindo os outros é certo? Lutar por elas denegrindo os outros é certo? Lutar por elas questionando as verdades dos outros é certo? Quando escrevemos um texto sobre a importância de respeitar as diferenças na maternagem, ele se viriliza nas redes sociais. As mães realizam cerca de 50, 60 MIL compartilhamentos. Será que fazemos isso apenas para alfinetar a família que não respeita as suas escolhas ou compartilhamos porque de fato respeitamos as escolhas alheias? (Blog 4, 12/02/2017)

O mal-estar apontado no depoimento acima levanta duas questões pertinentes. A primeira gira em torno da tentativa estéril de universalização de uma experiência que é profundamente singular. Contudo, no incômodo engendrado por uma atitude materna adversa se escondem questões ideológicas, frustrações pessoais, impossibilidades, temores, inseguranças, etc. A segunda questão diz respeito ao caráter híbrido presente nos *blogs*, que conjuga o público e o privado, denunciando um limite muito tênue entre o que é meu, seu ou nosso, conforme visto na descrição da autora do *blog* supracitado: “O Mãezice é um pouco meu, um pouco seu, e muito nosso”.

Grinfeld (2015) concebe que o modo de funcionamento presente nos *blogs* de maternidade encontrados na *web* apresenta-se de maneira paradoxal: cria-se uma rede de pertencimento e apoio à construção da maternidade – tanto pelo suporte quanto pelos modelos de maternidade apresentados – e faz-se notar nesses ambientes um movimento bastante polarizado no que se refere às concepções e práticas sobre o cuidado com os filhos e o fato de ser ou não boa mãe.

Em meio a essa discussão, lançamos uma crítica sobre o modo como algumas informações são veiculadas na rede, colocando-se na tentativa de standardizar determinados comportamentos maternos. Destacamos as figuras das “*expertises mommys*” que “tudo sabem” sobre filhos (inclusive o filho alheio) e sempre têm a melhor alternativa no quesito criação e educação de crianças. Essas “experiências” obedecem a uma lógica mercadológica,

pois existe um ganho considerável por trás dessas mães “bem-intencionadas” (leia-se: pagas) que “ofertam” (leia-se: vendem) estratégias eficazes sobre o cuidado com os filhos⁹¹.

A condição de vulnerabilidade e sensibilidade da mulher grávida ou puérpera, acrescida à situação de desautorização do saber materno em prol dos saberes instituídos pelos “especialistas”, põe em risco a segurança fundamental ao exercício desta função porque, muitas vezes, os discursos incidem sobre as mulheres de maneira impositiva, impossibilitando-as de ouvirem a si mesmas enquanto mães.

A esse respeito Winnicott (1987/1994) foi bastante enfático, ao considerar que o saber instituído não pode sobrepor o saber intuitivo que advém da experiência materna. Por mais que fosse necessária a assistência às jovens mães, o autor advertia frequentemente que os médicos e especialistas jamais deveriam impedir o seu gesto criativo:

A tarefa mais difícil, quando se prepara uma série de palestras e livros sobre assistência aos bebês, é saber como evitar perturbar aquilo que se desenvolve naturalmente nas mães, ao mesmo tempo em que as informamos com exatidão sobre os conhecimentos úteis resultantes da pesquisa científica. (Winnicott, 1987/1994, p. 14)

Por isso fazemos a ressalva de que, embora esses recursos ocupem um papel importante na vida da mulher contemporânea, podem representar o risco de confundi-las em termos do encontro com os próprios elementos maternos, caso venham a se fixar nos modelos idealizados oferecidos pelo discurso de “mães narcisistas” que tudo sabem sobre os bebês⁹², ratificando a experiência de que elas nada sabem.

É impressionante o poder que a internet exerce sobre nós – pode destruir – sugando toda a nossa energia enquanto consumimos informações e lixo que não muda em nada nossa vida – e pode construir, trazendo infinitas reflexões, arte, beleza para o dia a dia. Eu prefiro a parte boa. Sempre. E, mesmo assim, muitas vezes me sinto consumida – e preciso parar. Como um detox de alma. Uma respiração pra colocar as coisas em ordem e ver a vida com os meus próprios olhos. Porque, se a internet tem algo ruim, é esse poder de tentar manipular sua opinião – muitas pessoas com convicções fortes, opiniões sobre tudo, e acabamos deixando de refletir e começamos a ser levados pela opinião dos outros. [...] E isso me preocupa – principalmente no que diz respeito à maternidade, suas nuances e criação de filhos. Não existe uma

⁹¹ Muitas delas (não todas, evidentemente) são as chamadas “digital influencers”, que patrocinadas por grandes marcas encarregam-se de entrar no imaginário de seus seguidores a fim de vender ideias e produtos.

⁹² A competitividade, quando instalada em espaços dessa natureza, pode provocar um efeito muito devastador no encontro da mulher com sua autenticidade materna.

escuta ativa. Só uma voz perturbadora que quer impor verdades, apontar erros, e as discussões começam a se inflamar de tal maneira que quando menos percebo estou dentro delas. (Blog 5, 18/11/2016)

O caráter paradoxal presente na utilização da internet não pode ser negligenciado. Se por um lado a escrita em *blogs* pode representar uma possibilidade de elaboração como temos afirmado, por outro as fortes opiniões e a tentativa de manipulação podem tocar diretamente na vulnerabilidade materna, enfraquecendo o processo de criação de si no processo de tornar-se mãe. Neste contexto há um risco de normatização de determinadas condutas maternas, desprezando o fato de existir uma multiplicidade de possibilidades quando pensamos o exercício da maternidade. Neste sentido, faz-se necessária uma discussão em torno dos modelos idealizados de maternidade, como veremos a seguir.

6.2 *Eu não pensava ser bem assim...*

No mundo há lugar para todos os tipos de mãe; algumas farão bem um tipo de coisa, outras terão sucesso em outro tipo de coisa. (Winnicott, 1988/1994, p. 16)

Estamos convictos de que o conceito sobre maternidade que propaga o sentimento do amor materno como um afeto inabalável e instintivo não foi facilmente desconstruído pelas transformações que a humanidade passou nos últimos anos. A despeito dos modos de se operar com a maternidade e o desejo por filhos não se apresentar como outrora, o ideário da “mãe perfeita” ainda se sustenta no imaginário social, conforme temos apontado.

Segundo Chorodow (1990), uma das explicações para a maternagem das mulheres é a teoria funcional-bioevolucionista da divisão do trabalho por sexo. Tal teorização argumenta que a agilidade, força, velocidade e agressividade nos homens os colocam em uma posição privilegiada para caçar e lutar, ao passo que a sensibilidade e a observação feminina tornam as mulheres mais propícias para colher, além de cuidar dos filhos. Ainda que as mulheres tivessem condições de ser tão boas ou melhores caçadoras do que os homens, isso não seria vantajoso para o grupo, tendo em vista que por parte dos últimos não se pode esperar a tarefa

de gerar e amamentar as crianças. A autora argumenta que o enfoque bioevolucionista foi uma explicação funcional à reprodução de certa organização social.

O modelo bioevolucionista credita à potencialidade biológica de gerar filhos o estado de prontidão e aptidão para maternar, conjugando reprodução e maternidade. Essa seria a razão pela qual se espera que as mulheres estejam mais preparadas para cuidar de crianças do que os homens. Contudo, Chodorow (1990) questiona como pode haver uma base biológica determinista que prepare a mulher para cuidar dos filhos, se mães adotivas podem maternar satisfatoriamente. A partir de sua investigação, a autora concebe que as diversas pesquisas que relacionam o comportamento materno às alterações hormonais próprias da gravidez e do parto não parecem suficientes, por si sós, para definir a maternidade nos humanos, conforme corrobora uma das mães analisadas:

O AMOR é uma descoberta do dia-a-dia, e não é à toa que você ainda se pergunta: “como eu posso amar hoje, mais do que eu amei ontem?” O amor parental (seja ele consanguíneo ou não) é exatamente assim, construído com o dia-a-dia, com a intimidade, através do exercício diário do cuidar, regar e zelar. (Blog 4, 02/06/2016)

Apesar de Winnicott corroborar a ideia de que a maternagem deve ser construída a partir da experiência diária e de que existem muitos tipos de mães (conforme apontado na epígrafe desta seção), os aspectos fisiológicos da gravidez e do parto sobressaem em seu discurso. O potencial biológico de gerar uma criança e poder alimentá-la é, sem dúvida, um dos fortes argumentos que sustentam a crença winnicottiana de que a mãe é a pessoa mais adequada para cuidar de um bebê, pelo fato de ter contado com o longo período de nove meses para adaptar-se às necessidades do *infans*. Além disso, Winnicott (1957) considera indispensável que a mãe encontre prazer no exercício dessa função, caso contrário todo cuidado tornar-se-á morto, sem utilidade e mecânico. Conforme já fora apontado é apenas através do prazer da mãe no contato com o bebê que se processará a passagem de um organismo vivo para um corpo pulsional. Nesse sentido, o autor exorta as mães a se alegrarem com essa situação:

Começamos agora a compreender até que ponto o recém-nascido tem necessidade absoluta do amor de sua mãe. A saúde do adulto forma-se durante toda a infância, mas as funções dessa saúde são as mães que as estabelecem durante as primeiras semanas e os primeiros meses da existência de seu filho... Alegrem-se de que tal importância lhes seja concedida. Alegrem-se de deixar a outros o cuidado de conduzir o mundo, enquanto põem no mundo um novo membro da sociedade... Alegrem-se com as

preocupações que lhes traz o bebê, cujo choro e os gritos impedem de aceitar o leite que desejam dispensar com generosidade. Alegrem-se com todos os tipos de sentimentos femininos que não podem sequer começar a explicar a um homem... Além disso, o prazer que podem obter desse trabalho que suja, que os cuidados com o bebê constituem, têm para ele uma importância vital. (Winnicott, 1957, p. 25, como citado em Badinter, 1985, p. 312)

Para Winnicott, é apenas através de amparo e sustentação, denominado por ele como *holding*⁹³, que uma mãe pode demonstrar ao lactante o seu amor. A dimensão do toque, tão valorizada por Winnicott é um aspecto fundante da constituição psíquica. A maneira como sua mãe toca, embala, banha, alimenta, bem como as palavras que utiliza para articular todos esses movimentos ao corpo permite que o bebê viva a experiência de ‘*continuidade do ser*’. É no contato corpo a corpo com sua mãe e nas trocas afetivas que o *eu* começa a se constituir. Através desta noção, Winnicott deixa claro que no início da vida a personalidade ainda não está integrada e o bebê necessitará de uma pessoa que ‘junte seus pedaços’ para sentir-se como uma pessoa inteira (integração), vivendo dentro de um corpo (personalização). Essas experiências somente serão possíveis através da relação que a mãe estabelece com o corpo do bebê, ou seja, como o sustenta, suporta e ampara (*holding*) e como cuida, lida e toca (*handling*).

Seguindo a lógica de construção de um modelo de maternidade, Winnicott (1988/1990) chega a considerar a mãe adotiva – a qual carece do fator biológico para gerar uma criança – como alguém a quem falta a inclinação para a maternidade, conforme apresentado no quarto capítulo. Diante dessas posições somos obrigados a concordar com os críticos ao afirmarem que Winnicott, ao descrever as condições que preparam um ser humano para cuidar de outro, superestimou os aspectos naturais em detrimento de outros fatores em jogo na vinculação mãe-bebê, especialmente o desejo.

Os trabalhos de Elisabeth Badinter (1985) e de outras feministas, como Nancy Chodorow (1990), tiveram como intenção desfazer as idealizações construídas em torno da figura materna, sejam elas embasadas em concepções biológicas, comportamentais ou psicanalíticas. Um dos objetivos dessas pensadoras foi propor uma discussão que

⁹³ Ainda a respeito do *holding* o autor (1960) descreve as seguintes características: protege o bebê da agressão fisiológica; leva em conta a sensibilidade cutânea do lactente; inclui a rotina completa do cuidado dia e noite. Além disso: “O termo *holding* é utilizado para significar não apenas o segurar físico de um lactente, mas também a *provisão ambiental total* anterior ao conceito de viver com” (1960, p.44, grifos nossos).

desconstruísse o determinismo biológico que atribui a toda mulher o potencial, o desejo e as habilidades para se tornarem mães. Para tais autoras, o reconhecimento ou não do desejo de uma mulher pela maternidade deve ser um aspecto profundamente considerado. Ademais, aquelas que decidem ter um filho devem ser acolhidas em sua dor, cansaço e desespero quando, em algum momento, aquele que lhe parece ser a maior fonte de prazer e alegria pode, simultaneamente, ser fonte de medo, insegurança e ódio.

A pesquisa nos *blogs* evidencia ainda que, em certa medida, o lugar materno idealizado, tradicionalmente construído, é sustentado por alguns dispositivos sociais em pleno século XXI.

Diante das múltiplas tarefas e papéis que as mulheres desempenham na vida pública, o discurso social faz a tentativa de “empoderá-las”, encorajando-as à “perfeita” conciliação de todas as suas demandas. No imaginário social, a mãe continua ocupando o papel de uma figura inabalável, capaz de desenvolver múltiplas atividades simultaneamente, mascarando o sentimento de inadequação e sobrecarga que se torna velado através da seguinte indagação: “*Se outras mulheres podem, porque eu não posso?*”⁹⁴ A nosso ver, o discurso do “empoderamento materno” representa uma expressão da intolerância à fragilidade e à vulnerabilidade das mulheres/mães.

Ainda é inadmissível socialmente que em determinadas circunstâncias a mulher sintasse inadequada ante o papel materno. Isto significa dizer que a humanidade é, em certa medida, intolerante às ambivalências oriundas dessa experiência, o que talvez explique ou pelo menos justifique o silenciamento dos afetos negativos referentes à maternidade. Contudo, contrariando essa afirmação, vemos crescer uma série de discursos que se posicionam de maneira diametralmente oposta, com vistas a impugnar a representação romantizada do papel materno, conforme identificado nos depoimentos a seguir:

Às vezes, a gravidez não chega com trilha sonora e sim com um rosário de preocupações com o futuro da sua carreira e/ou do seu relacionamento, com as formas do seu corpo, o preço da escola particular, ou poucos meses de licença maternidade e o mundo violento que essa criança vai herdar. E não há nada de

⁹⁴ A título de curiosidade, em nossa geração aparece a figura da *mulher elástica* do filme “Os Incríveis”, desenvolvido por Disney Produções, como um protótipo caricaturado da mulher contemporânea. A mulher elástica trata-se de Helena Pêra, uma mulher performática, capaz de remodelar seu corpo em uma variedade de formas e ser dotada de superpoderes. Além disso, Helena parece ser a única no casal capaz de se preocupar com os filhos e parece muito estressada com sua tentativa de preencher o espaço deixado pelo pai ausente.

errado em se sentir assim, já vou deixar claro, a gente experimenta diversos sentimentos durante essa fase e a felicidade pode ser apenas um deles. Ou pasme, nem estar entre eles. (Lisauskas, 2017, p. 20).

Tenho 2 filhas. Uma de 2 anos e a mais nova de 2 meses. Me sinto exausta. Fico por conta delas o dia todo. É uma rotina maçante cuidar de 2 crianças pequenas. Me sinto sobrecarregada, com sono e sozinha. Meu marido participa quando está em casa. Ele trabalha o dia todo. Ele é um pai maravilhoso, mas já foi um marido melhor. A noite é pior. A bebê acorda pra mamar várias vezes e ele nem vê. Em relação à paternidade, essa é a minha maior queixa. Ele não quer nem saber, apenas dorme. Minha filha de 2 anos está muito difícil de lidar. Estou sem forças... não sinto mais prazer em estar com ela. Ela chora o tempo inteiro. Passo o dia chamando a atenção dela. É exaustivo! Amo minhas filhas, mas me sinto muito cansada de ser mãe. Queria ser mais eu e menos mãe. (Blog1, 16/04/2017)

Uma representante bastante emblemática desse grupo por ter gerado uma comoção na web é Juliana Reis, uma jovem mãe usuária do *Facebook*, que gerou muita polêmica ao se opor ao “desafio da maternidade” proposto através da rede social. O desafio da maternidade teve como proposta convidar mães a publicarem fotos que contemplassem os “melhores momentos” da maternidade, utilizando a *hashtag* desafio da maternidade (#desafiodamaternidade) e indicando mais três amigas para fazer o mesmo. As fotos geralmente vinham acompanhadas de textos que explicitavam os motivos pelos quais as mulheres sentiam-se felizes com a maternidade. Tal desafio reitera a idealização em torno do exercício da maternidade a despeito da subjetividade da mulher e das contingências externas.

A usuária supracitada rejeita este primeiro desafio e lança originalmente outro intitulado “Desafio da maternidade real”⁹⁵, através do qual convidou as mulheres a retratarem a maternidade real, relatando abertamente suas dúvidas, dores e ambivalências. Para lançar o desafio, em sua página da rede social publicou três fotos “realistas”, representando a maternidade como dolorosa e exaustiva, acompanhadas do depoimento cujos trechos serão analisados paulatinamente a seguir.

A opinião pública sobre o ato de Juliana Reis se dividiu. Rapidamente a postagem se espalhou pela internet e em um único dia ela obteve 80 mil “curtidas”. Por outro lado, recebeu inúmeras críticas, agressões verbais, até o ponto de ter o perfil do *Facebook* bloqueado (e censurado) por alguns dias em virtude de tal posicionamento. O depoimento da usuária

⁹⁵ Trecho retirado do texto postado no *Facebook* na página da usuária em 15 de fevereiro de 2016. Link: <https://www.facebook.com/julianareis.vieira/posts/1030225017048706>

mobilizou a crítica exatamente porque a sociedade não admite sinais de ambivalência emocional em relação a um bebê.

Em seu texto Juliana Reis dá a largada, emitindo julgamento sobre a representação idealizada da figura materna ao afirmar que não pretende “*iludir outras mulheres de que a maternidade é um mar de rosas e que toda mulher nasceu pra desempenhar esse papel*”. Badinter (1985), certamente aprovaria o texto, pois a usuária confirma a tese da autora, cuja crítica central visa a desconstruir a noção de que todas as mulheres nasceram para a maternidade. Juliana Reis explicita, “sem meias palavras”, que “*ama o filho, mas está detestando ser mãe*”. Ao longo do depoimento descreve os motivos pelos quais a maternidade tem sido para ela uma experiência devastadora, conforme apresentado a seguir.

Inicialmente, a mãe em questão reprova a invasão de pessoas (sejam elas do seu cotidiano ou da própria equipe médica) na vida da mulher grávida e puérpera, como se elas pertencessem ao domínio público. Do seu ponto de vista, isso é completamente devastador, uma vez que a mulher vive um estado de sensibilidade aumentada e as opiniões alheias podem soar como ofensas ou imposições, desautorizando-a em sua maternidade: “*Pessoas, entendam que grávidas não são patrimônio público! [...] Mais gente querendo se meter em como você deve fazer as coisas. E você, recém-operada e cheia de dores, onde encontra as forças pra debater?*”.

A esse respeito, Winnicott também emite uma crítica ao afirmar que: “Se começarem a dar conselhos sobre essa intimidade, estarão pisando em solo perigoso, pois nem mãe, nem bebê precisam de conselhos. Em vez de conselhos, eles precisam de recursos ambientais que estimulem a confiança da mãe em si própria” (Winnicott, 1987/1994, p. 22).

O modo como algumas parturientes são tratadas e as palavras ditas no pré-natal, parto e puerpério provocam uma marca significativa no encontro mãe-bebê. As expectativas, sonhos, medos, inseguranças se entremeiam com os ditames do especialista, causando uma tremenda “confusão de vozes”. Há um risco de que os discursos do biopoder, as intervenções médicas abusivas e as negligências incidam sobre o corpo da mãe e do bebê, dificultando o encontro da dupla. Essa foi uma preocupação também apontada por Winnicott (1957/1989) no intuito de que as mães pudessem ser mais protegidas dessas práticas abusivas:

Limpeza administrativa, os ditames da higiene, um impulso elogiável para a promoção da saúde corporal – essas e toda espécie de coisas se interpõem entre a mãe e a criança, e é improvável que as mães se ergam por si mesmas num esforço orquestrado para protestar contra as interferências. Alguém precisa agir em favor das mães jovens que estão tendo seu primeiro e seu segundo bebê, e que necessariamente se encontram, elas mesmas, em estado de dependência. Pode-se partir do princípio de que nenhuma mãe de bebê recém-nascido vai fazer greve contra os médicos e as enfermeiras, não importa quantas frustrações existam, pois ela está envolvida. (Winnicott, 1957/1989, pp.99-100)

Winnicott (1957/1989) considera pouco provável ou acredita que “nenhuma” mãe será capaz de protestar contra as condições sob as quais se vê submetida enquanto estiver no estado de recolhimento típico do puerpério. Porém, conforme observado, as mães têm demonstrado através das mídias virtuais serem capazes de protestar e denunciar as experiências abusivas. Em face disso, um dos temas amplamente discutidos nos *blogs* de maternidade é a violência obstétrica⁹⁶.

Outro aspecto destacado do depoimento de Juliana são as expectativas frustradas consigo mesma quando “*as coisas não saem como esperado em relação ao parto*”. Indiscutivelmente, o incentivo ao parto normal no Brasil tem como “ pano de fundo” a denúncia aos números alarmantes de partos por cesariana que ultrapassam, excessivamente, os índices mundiais. A “ideologia” do parto normal e humanizado, na atualidade, é efeito de um movimento político das mulheres contra alguns protocolos hospitalares estandardizados que ferem a subjetividade humana, uma vez que a mulher fica completamente “ausente” no momento do parto, sem poder questionar, opinar e, muitas vezes, ficando à mercê do saber médico. Conquanto se tratar de um movimento louvável, que visa, dentre outros fins, ao resgate da participação materna no “ato de parir”, pode esbarrar com outras problemáticas: a questão da idealização e da criação de “novos protocolos” em torno da naturalização.

Todavia, há de se observar que, em algumas situações, os efeitos produzidos por tais discursos têm promovido mal-estar e impotência às mulheres quando, porventura, não conseguem levar a cabo o tão “idealizado” parto normal. Sentem-se frustradas, culpabilizadas e incapazes de fazer a crítica sobre o fato de que, na maioria dos casos, os partos naturais são desestimulados pela própria equipe médica, haja vista maiores ganhos financeiros e as “facilidades” no caso do parto por cesariana. Como afirma a mãe em questão: “*E quando a*

⁹⁶ Encontramos diversos discursos que tratam desta questão, entretanto optamos por não os apresentar por desviarem nossa questão da pesquisa.

hora chega, nada sai como esperado. [...] Tudo o que eu precisava pra me sentir um lixo de mulher que não conseguiu fazer o tão raçudo parto normal.”

Para muitas mulheres, o fato de não terem tido o parto idealizado é sinônimo de começarem muito mal a jornada materna. Ao colarem-se ao significante “incompetentes para parir” correm o risco do sentimento de insuficiência produzido a partir da cena do nascimento ser estendida para os cuidados dos bebês: “*se não consigo parir, também não conseguirei cuidar de meu filho!*”. Sobre o parto Lisauskas posiciona-se da seguinte maneira:

Não sou menos mãe porque fiz uma cesárea, viu? Essa frase sempre surge no meio das discussões, principalmente as virtuais, quando o assunto é parto. Na maioria das vezes ninguém disse isso, mas como os ânimos quase sempre estão acirrados, as “mães de cesárea” vão logo para a defensiva, achando que as “mães de parto normal” se sentem superiores porque pariram naturalmente. (Lisauskas, 2017, p. 32)

Percebe-se que essas idealizações estão presentes no imaginário das mulheres, porém, a nosso ver, foram fomentadas pelos efeitos dos discursos normatizantes. Caso contrário, as mulheres que passam por uma cesariana não precisariam sempre se justificar para amparar sua “impotência” de não terem conseguido parir naturalmente. Iaconelli (2015) faz uma crítica contundente, contribuindo com nossa discussão:

O argumento de que as *mulheres querem* cesarianas porque não querem sofrer as dores do parto ou de que querem partos naturais porque querem se sentir poderosas esbarra na mesma questão: quem pode dizer de antemão o que quer *cada* mulher? [...]. As mulheres? *Que* mulheres? Obviamente, o que não está contemplado é que cada mulher possa falar em nome próprio e que o acesso às informações, beneficiadoras de sua escolha, lhe seja facilitado da forma menos tendenciosa possível. Supor que todas as mulheres, uma vez informadas e apoiadas, fariam a mesma escolha diante da concepção, da gestação, da parturição e do aleitamento, é supor que existiria A mulher. (Iaconelli, 2015, p. 110)

A crítica proposta pela autora relativiza a universalização e padronização em torno da maternidade. Sim, as mulheres podem ser muito felizes tornando-se mães, como podem não ser. Para muitas delas, a maternidade representa uma expansão e ressignificação dos sentidos da existência, e para outras, uma experiência de castração e impedimentos para a realização de futuros projetos. Podem ser felizes dando à luz de forma natural, como agendando previamente o parto por cesariana. Podem encontrar um enlace maravilhoso e sublime na experiência da amamentação, como sentirem-se mais à vontade ofertando mamadeira ao filho.

Podem optar por deixar de trabalhar para se dedicarem integralmente aos cuidados do bebê, como escolherem pela creche em regime integral a fim de retornarem ao trabalho.

A discussão que a Psicanálise vem desenvolvendo em torno da perinatalidade visa a resgatar a dimensão da singularidade e subjetividade nesses momentos da vida humana, creditando às mulheres a possibilidade de localizarem o seu desejo em torno dessa experiência.

Retomamos o depoimento de Juliana Reis, no trecho em que ela relata sua experiência ao encontrar-se com seu bebê pela primeira vez: *“Eu não tive coragem de dizer que tinha sido o bebê mais feio que eu já tinha visto e só perguntei se ele era perfeito.”*

Ao longo do período gestacional, a mãe cria imagiariamente um bebê de acordo com suas expectativas e desejos. Segundo Iaconelli (2015), o bebê imaginário constitui-se num espaço híbrido entre o mundo interno da mulher e o discurso social que a rodeia. O nascimento inaugura uma ruptura com a relação imaginária, abrindo espaço para que a mãe se encontre com o bebê real, mas nem sempre esse processo acontece imediatamente após o parto. Algumas mães levam algum tempo buscando características de cada um dos pais para facilitar a adoção do próprio filho⁹⁷. Conforme afirma Benhaïm (2007, p. 51): “Se a mãe aceita, tão logo seu filho venha ao mundo, fazer o luto daquele que ela trazia em si, não somente em seu corpo, mas também em seus fantasmas, ela poderá amá-lo por ser este outro, e ao mesmo tempo, odiá-lo por já ser um outro”. A mãe em questão, apesar do choque em virtude da “feiura” de seu filho, ocupa-se dele, deseja saber se é perfeito, portanto o investe apesar do súbito estranhamento. Complementando esta ideia, apresentamos outro relato:

Quando Clara nasceu, veio a surpresa. Mesmo indo direto para o peito, Grazi (a mãe) não ouviu o som das harpas, nem violino, nem nenhuma trilha sonora com cheiro de baunilha no ar. Ela não se sentiu no paraíso, nem nas nuvens. “Foi o primeiro choque de muitos. Sempre achei que ia ter aquele amor, aquele instinto... eu estranhei! Isso me atormentou por muito tempo, “como assim estranhar a própria filha?”, me culpava. E vejo que isso é muito dessa imagem construída do que é ser mãe. Aos poucos ela foi percebendo que o vínculo não se construí de imediato. E, conforme se fundia à sua filha, sua liberdade era tolhida. E precisava entender o novo significado da palavra liberdade. (Blog 5, 01/12/2015)

⁹⁷ Nos casos graves de depressão ou psicose puerperal esta operação não acontece e a mãe não consegue se conectar ao filho real.

A chegada de Clara foi vivida com profundo estranhamento, demandando de sua mãe um remanejamento de sua própria posição subjetiva. Diferente do que circundava o imaginário materno, o processo de construção da maternidade foi marcado num primeiro momento pelo sentimento de perda de si e de sua liberdade.

Um terceiro discurso também relata o sentimento de estranhamento ao entrar em contato com o bebê pela primeira vez: *“O nosso menino chegou... Fiquei realmente emocionada ao ouvir o chorinho dele... Porém, quando colocaram ele na minha frente, não senti aquele amor arrebatador que todas as minhas amigas sempre diziam que acontecia... Me senti realmente muito mal...”* (Blog 1, 01/08/2015). Outra mãe descreve que, em sua fantasia, temia não conseguir amar o seu filho:

Eu lembro que na última semana da minha gravidez essa sensação de “não sei quem é essa pessoa que está dentro da minha barriga” ainda me assombrava e me enchia de culpa. [...] Ele já tinha nome desde o terceiro mês, Samuel, e até apelido, Samuca. Eu sentia que a gente podia ser importante um para o outro, mas era só. Na verdade, aquele menino tão desejado até então era um completo desconhecido para mim. E eu não consigo, desculpa, desculpa, desculpa, eu não consigo amar quem eu não conheço. Não sou aquelas que se apaixonam por alguém que nunca viu na vida. “Não sei se vou amar o bebê”, confessei para o meu marido, aos prantos. Ele, já pai de dois e naquele momento mais sabido do que eu quando o assunto era essa misteriosa formação dos laços entre pais e filhos, tentou me acalmar dizendo que o amor era assim mesmo, um sentimento que se constrói no dia a dia, tijolo por tijolo, e essa obra, como qualquer outra que a gente vê ser construída por aí, demanda tempo [...]. (Lisauskas, 2017, p. 21)

Em sua teoriação, Winnicott (1949a/2014, p. 17) declara: “O amor da mãe é algo semelhante a uma força primitiva. Nele se conjugam o instinto de posse, o apetite e até certo elemento de contrariedade, em momentos de exasperado humor; e há nele generosidade, energia e humildade também”. Apesar de considerar o aspecto ambivalente presente no afeto materno, Winnicott destaca sobremaneira características como incondicionalidade e instintualidade relativas ao amor de uma mãe. Sobre a relação mãe-bebê, afirma que: “O prazer com que a mãe realiza suas tarefas logo dá a perceber ao bebê que existe um ser humano por trás de tudo o que é feito” (Winnicott, 1945b, p. 49), pressupondo que no ato materno sempre haverá prazer e realização, com exceção dos casos em que a mãe é submetida a distúrbio psiquiátrico, conforme sinalizado abaixo:

Tentei mostrar que podemos esperar uma maternagem suficientemente boa das mães de todo o mundo, e das eras passadas, por causa de algo que acontece às mulheres

durante a gravidez, algo que dura algumas semanas após o nascimento do bebê, a menos que um distúrbio psiquiátrico na mãe impeça que esta mudança temporária em sua natureza ocorra. (Winnicott, 1969b/1994, p.197)

Em contraposição às proposições winnicottianas, para as mães supracitadas o primeiro encontro com o bebê logo após o parto é vivenciado com profunda estranheza, uma experiência inquietante e diferente do que havia sido idealizado a partir das repercussões midiáticas romantizadas do parto. Contudo, o caráter paradoxal da obra de Winnicott torna nosso trabalho de análise crítica ainda mais desafiador. Ao passo que o autor estabelece dedicação, amor e vínculo como algo natural e instintual “a todas as mães”, não deixa de considerar as situações nas quais uma maternagem favorável não se torna possível. Entretanto, sua ênfase é dada ao aspecto contingencial e externo das dificuldades maternas, não destacando os aspectos subjetivos da mulher:

No meu trabalho, aprendo muito sobre as dificuldades que as mães enfrentam quando não desfrutam uma posição confortável. Talvez tenham grandes dificuldades pessoais, de modo que não podem ter um bom desempenho, mesmo quando são capazes de ver o caminho; ou têm maridos que estão longe, ou que não fornecem um apoio adequado, ou que interferem, que são até ciumentos; algumas não têm maridos mas têm ainda de criar o bebê. E depois há as que foram colhidas em condições adversas, pobreza, moradia superlotada, vizinhança hostil. A tal ponto que todos esses problemas cotidianos as impedem de ter uma visão mais ampla do que deveria ser o seu papel de mãe. (Winnicott, 1960a/1993, p.36)

Para discutir os depoimentos em questão, retomamos o texto de Freud *O estranho* (1919), no qual o autor conceitua que “o estranho” tem a ver com coisas temerosas, isto é, uma categoria de afetos amedrontadores, fruto de uma fase ou período mental muito primitivo e afastado da consciência. A nosso ver, o estranho, referido pelas mães ao deparar-se com seus bebês, equivale à reativação de sua própria infância, o reencontro com sua própria estranheza ao chegar ao mundo perante o desamparo original. Em outras palavras, o saber inconsciente da cena primordial é retomado diante de um bebê que demanda cuidados.

Apesar de a mãe tê-lo carregado por nove meses em seu corpo, o bebê representa um desconhecido que precisará ser incorporado em sua vida mental, social e afetiva. O vínculo entre os “estranhos”, mãe e filho, nem sempre se constitui imediatamente após o nascimento. A passagem do bebê imaginado para o bebê real que comparece logo após a cena do parto é geradora de um “intervalo”, uma espécie de limbo, quando a mulher inicia o processo de

desconstrução das fantasias do bebê idealizado para dar lugar à operação de reconhecimento do bebê real.

O tempo e o modo como essa passagem acontece dependerão dos sentidos dessa experiência para cada mulher. As primeiras trocas, a convivência diária, a disposição para cuidar são processos que permitirão a construção de uma conexão entre eles. Winnicott (1945a/2014, p. 21) prevê tal experiência ao afirmar que: “Os bebês e as mães sofrem uma tremenda variação, em suas condições, após o acontecimento natalício, e talvez decorram dois ou três dias, no seu caso, antes que você e o seu bebê estejam aptos a gozar da companhia mútua”.

A respeito do vínculo mãe-bebê, conforme explicitado no quarto capítulo, Winnicott (1956/2000) dedica um artigo para tratar do estado especial natural que considera ser a condição *sine qua non* para habilitar a mulher a acolher e cuidar adequadamente de seu bebê: a preocupação materna primária.

Concordamos que esse seja um evento observável nas clínicas obstétrica e pediátrica, porém nossa crítica vai na direção de desconstruir a standardização dessa experiência. Ou seja, tal estado emocional não pode ser generalizável para todas as situações, e a partir do que a Psicanálise preconiza há que se considerar o um-a-um da experiência materna.

Lamentavelmente nem sempre um bebê terá uma mãe disposta ou em condições de entrar no campo relacional que ele necessita para constituir-se. Conforme previsto pela Psicanálise tal função demanda um trabalho psíquico grandioso, complexo e desafiador, exigindo da mãe uma posição psíquica bastante peculiar, pois afinal: “dar borda a um corpo (o do bebê) exige da mãe o intenso exercício de recapitular inconscientemente, de repuxar, a cada operação de cuidado com o bebê, as inscrições de sua própria história libidinal” (Jerusalinsky, 2008, p.11). É necessário que ela própria consiga realizar uma operação de reequilíbrio narcísico para si mesma. Se o narcisismo da mãe é frágil demais ou potente demais impossibilitará que a dedicação ao bebê aconteça de forma satisfatória.

O próprio Winnicott não negligenciou o fato de que algumas mulheres possam não chegar a “contrair essa doença normal”, porém atribui um caráter de “anormalidade” para tal acontecimento, responsabilizando-o por prejuízos no bebê ao considerar:

[...] são com certeza boas mães em todos os outros aspectos, e levam uma vida rica e produtiva, mas não têm a capacidade de contrair essa “doença normal” que lhes possibilitaria a adaptação sensível e delicada às necessidades do bebê já nos primeiros momentos [...] Tais mulheres não conseguem preocupar-se com o seu bebê a ponto de excluírem quaisquer outros interesses, de maneira normal e temporária [...] Algumas delas têm outras preocupações importantes, que não abandonam muito prontamente, ou talvez não consigam deixá-las de lado até terem o seu primeiro bebê. A mulher que se caracteriza por uma forte identificação masculina sentirá essa parte das funções maternas a mais difícil de realizar, e uma inveja do pênis reprimida deixa muito pouco espaço para a preocupação materna primária. (Winnicott, 1956/2000, pp. 401-402)

Sugere que “mulheres desse tipo, tendo produzido uma criança, mas tendo perdido o bonde no estágio mais inicial, defrontam-se com a tarefa de compensar o que ficou perdido” (Winnicott, 1956/2000, p. 402). O fato de não terem conseguido devotar-se prontamente ao bebê apresentar-se-á como uma falha fundamental e o filho demandará que a mãe se esforce para lidar com suas necessidades especiais no futuro.

É possível comparar aqui a tarefa da mãe que tenta compensar sua incapacidade do passado e a da sociedade que procura reconduzir uma criança privada do comportamento anti-social a um estado de identificação social. Esse trabalho da mãe (ou da sociedade) revela-se muitíssimo difícil, pois não é realizado de modo natural. A tarefa pertence, na verdade, a uma época anterior, neste caso à época em que o bebê mal começava a existir enquanto indivíduo. (Winnicott, 1956/2000, p. 402)

Ainda neste artigo, Winnicott (1956/2000) faz menção à associação direta entre ausência de devotamento materno e as psicopatologias infantis, tais como autismo e comportamento anti-social, tendo em vista que “a falha materna provoca fases de reação à intrusão e as reações interrompem o “continuar a ser” do bebê. O excesso de reações não provoca frustração, mas uma ameaça de aniquilação” (Winnicott, 1956/2000, p. 403). E, ainda, “[...] sem a apropriação de um ambiente inicial suficientemente bom, esse eu que pode dar-se ao luxo de morrer nunca se desenvolve” (p. 404).

Ao tratar de um caso de autismo cuja mãe do garoto era uma artista plástica, Winnicott (1966/1997) afirma que “embora gostasse dos filhos e seu casamento fosse feliz, nunca podia se absorver completamente em seu estúdio da maneira como precisava fazer para conseguir resultados como artista” (Winnicott, 1966/1997, pp.181-182). Portanto, para o autor, o menino pagou um preço muito alto por ter que competir com o sucesso da mãe:

1. A mãe tinha um interesse próprio muito especial, e seu primeiro filho precisou competir com a pintura. Quando a gravidez, o parto e depois a criança a desapontaram

e não conseguiram despertar sua preocupação materna, ela não só ficou confusa como também não pôde evitar o ressentimento por ele ser um obstáculo à sua carreira como artista. 2. A perturbação do nascimento pode ou não ter afetado a criança, e talvez tenha afetado seu cérebro. [...]. 3. O fracasso da relação mãe-bebê inicial resultou numa situação em que podemos dizer que os pais tinham de pensar o tempo todo no que fazer, em vez de sentir isso intuitivamente. (Winnicott, 1966/1997, p. 183)

Na descrição do caso, apesar de Winnicott não desprezar os fatores neurológicos atrelados ao adoecimento do garoto, atribuiu sobremaneira às questões relativas ao vínculo materno e à não disponibilidade da mãe em afetar-se pelo estado de preocupação materna. A questão a ser discutida aqui é o fato de Winnicott ter atribuído uma profunda (senão exclusiva) responsabilidade ao estado materno e até aos aspectos da personalidade da mãe para o desenvolvimento insatisfatório do bebê.

Nesse ínterim, diante da impossibilidade de adaptar-se plenamente ao papel materno construído imaginariamente, elas relatam um profundo sentimento de culpa, insatisfação e autocobrança por não conseguirem ser *Toda mãe* ou *Toda mulher*, conforme apontado: “Tenha filhos se quiser saber o verdadeiro significado de ter “culpa no cartório”, porque quando nasce uma mãe, nasce um ser cheio de culpas e autojulgamento” (Blog 4, 28/06/2017). Relativo à culpa, outra mãe acrescenta:

A culpa é a companheira mais fiel da maternidade, viu? Alguns pais, amigos e familiares podem sumir durante a gravidez e os primeiros tempos do bebê, mas a culpa não, ela está sempre na área, pode reparar dizendo que você sente errado, faz errado, que droga de mãe você é. (Lisaukas, 2017, p. 32)

A respeito do sentimento de culpa, muito comum nas mães, diga-se de passagem, Winnicott (1961/1993) comenta que sua raiz está no fato de as mães terem idealizado uma relação perfeita com seus bebês, composta por um profundo sentimento de amor materno que não será abalado por coisa alguma. O fato de não alcançarem aquilo que fora idealizado coloca-as diante de afetos ambivalentes, gerando, portanto, o sentimento de culpa.

Todo mundo alimenta uma noção preconcebida de alguma espécie de estado ideal em que tudo corre às mil maravilhas e mães e bebês se amam mutuamente e, por isso, penso que aquilo para que você está chamando a atenção é apenas um exemplo de todo um grupo de razões pelas quais qualquer mãe poderá ter uma emoção inesperada a respeito do seu bebê e sentir-se culpada, pensando que não deveria tê-la. (Winnicott, 1961/1993, p.114)

Curioso é que Winnicott relaciona a culpa materna ao fato de a mulher ter-se frustrado diante da relação idealizada com o bebê, porém, o autor não menciona que muito provavelmente as ditas idealizações maternas sejam influenciadas pelo discurso do outro da cultura, que supostamente está sempre determinando as prerrogativas para ser uma boa mãe.

Na contemporaneidade, isso se apresenta pela vasta produção de materiais provenientes das mais diversas áreas de conhecimento, alocados através de mídias destinadas a ensinar as mães comuns a alcançarem a “excelência”. O discurso de idealização da figura materna torna-se massacrante para a maioria das mulheres na atualidade, em especial para aquelas que dividem a maternidade com muitos outros interesses.

Evidentemente que estamos de acordo que um bebê necessita de um ambiente seguro e estável para se desenvolver, mas não concordamos com a responsabilização exclusiva de um estado materno “em perfeita sintonia” para este fim, nem tampouco com os fatores que Winnicott atribuiu como responsáveis pela incapacidade de a mulher devotar-se. O fato de as mulheres demonstrarem outros interesses, tais como o trabalho, e assumirem uma posição ativa, não invalida a possibilidade do cuidado materno se operar, afinal o exercício da função materna é antes uma operação no psiquismo daquele que exerce cuidado.

A partir do depoimento de Juliana Reis, diversas discussões foram engendradas na internet sobre as múltiplas representações da maternidade. As opiniões se dividiram: um grupo de pessoas se identificou com a manifestação da mãe em questão, mas outro rechaçou tal atitude, emitindo críticas ofensivas. Em um dos *blogs* pesquisados, a autora posicionou-se com uma visão realística sobre a maternidade ao escrever:

O que não entendo é esse ataque maluco de mães julgando as mães que postaram isso ou aquilo. Concordo que a maternidade não seja cor-de-rosa, e devemos desconstruir essa imagem de “mães perfeitas, filhos felizes”, mas acredito que ela também não é cinzenta. A maternidade é multicolorida, assim como a vida. (Blog 5, 19/02/2016)

A ponderação realizada nesse discurso reitera a ambivalência presente na experiência da maternidade. A felicidade caminha ao lado da frustração, do medo e da insegurança, reconhecendo que o sentimento de amor materno não é constante e incondicional: por trás de uma mãe envolvida e amorosa existe um sujeito, uma mulher, com suas expectativas e desejos.

Essa é uma noção muito cara a esta tese, afinal, estamos desde o início problematizando que por trás de uma mãe, ainda que muito devotada ao bebê, existe uma mulher com seus questionamentos e ambivalências, aspecto que, a nosso ver, foi pouco evidenciado na teorização winnicottiana. Talvez isso se justifique pelo fato de Winnicott ter dado maior ênfase à saúde do bebê, não prescindindo da relação materna. A mãe supracitada continua afirmando que assim como na vida não há linearidade, a experiência de tornar-se mãe também sofre oscilações:

Na minha trajetória como mãe tive momentos de pura delicadeza. Momentos em que eu olhava para as minhas filhas com vontade de chorar, de tanta felicidade. Momentos em que meu coração parecia explodir de amor. E também momentos de puro terror, daqueles de sentar no banheiro sozinha querendo fugir. Ninguém consegue ser feliz o tempo todo no trabalho, na vida a dois, como mãe, ou até consigo mesmo. (Blog 5, 19/02/2016)

Outra participante reforça este posicionamento ao propor:

Ter filho é MUITO bom. Não ter filhos também é MUITO bom. Mas tê-los ou não tê-los é escolha. Escolha pessoal, intransferível e irrevogável. Uma vez realizada a escolha pela maternidade, tenha certeza, você nunca mais será a mesma. Não será perfeita, nem amará “de cara” a barriga, nem se transformará na paciência personificada, nem deixará de sentir fome, sede ou sono. Terá a maioria das suas mais primárias necessidades reduzidas a luxo. Um simples banho demorado será comemorado como um prêmio dos mais valiosos. A maternidade transformará a sua vida de forma completa. Mas não se preocupe se ainda nessa completude você venha a sentir falta de quem era antigamente ou da vida “descompromissada” que levava. TODAS as mães, nem que seja por um dia, sentem falta da leveza do “não ter filhos”, mas nem todas se sentem seguras o suficiente para admitir isso. Sem culpa, sem medo de serem julgadas ou consideradas péssimas mães, eu admito. Há dias em que eu queria sentir um pouco a doce leveza da solidão descompromissada. (Blog 4, 17/02/2016)

Em suma, os depoimentos apresentados nesta seção temática vêm explicitar a natureza ambivalente e desnaturalizada da maternidade. Se a relação mãe-bebê promove o mais puro sentimento de realização e alegria em desfrutar as delícias desse amor, ela também coloca a mulher perante as suas impossibilidades – o afastamento da circulação social, do trabalho, da produção intelectual e do desejo sexual. Por essa razão, Jerusalinsky (2009, p. 130) afirma que: “o bebê, para uma mulher, ao mesmo tempo em que pode produzir uma articulação da equação fálica (trazendo assim uma realização), também faz comparecer uma falta (a descompleta)”.

Mesmo feliz com a chegada do recém-nascido, amado e esperado na maioria dos casos, enfrentamos um período de angústias, lágrimas e principalmente de luto, que se inicia quando a gente se dá conta, consciente ou inconscientemente, de tudo o que se perde quando se ganha um bebê. (Lisaukas, 2017, p. 60)

É verdade que Winnicott não negligenciou a ambivalência materna, listando inúmeras razões pelas quais a mamãe odeia seu filhinho desde o início, pois além de os bebês as satisfazerem, também as decepcionam na mesma medida. Dentre as várias razões apontadas, gostaríamos de destacar a seguinte: a mãe odeia o fato de “ter que amá-lo, com suas excreções e tudo o mais, pelo menos no início, até que ele venha a ter dúvidas sobre si próprio” (Winnicott, 1947/2000, p. 285). Winnicott enfatiza como a exigência do amor materno para que o bebê possa se constituir representa um peso à mãe, mobilizando afetos odiosos. O autor considera inadequada a negação do ódio por parte da mãe, chegando a afirmar que: “O sentimentalismo não tem utilidade para os pais, pois consiste numa negação do ódio, e do ponto de vista do bebê o sentimentalismo na mãe é muito prejudicial” (Winnicott, 1947/2000, p. 287).

Não há como negar o fato de que todas as relações humanas são marcadas pela ambivalência, afinal de contas, não existe amor puro, nem tampouco ódio puro. Contudo, para lidar com a ambivalência, a sociedade forja um pacto social, constituindo assim a ideia do amor materno puro e incondicional como uma forma de negar a existência do ódio materno. Outro manejo para lidar com o insuportável dos afetos ambivalentes é negá-los através do recurso da fantasia. Podemos observar, em prol da romantização das relações entre mães e filhos, que as campanhas publicitárias e a lógica do mercado transformam o ato de gerar e parir filhos em algo sublime e comercializável. Maria Lúcia Homem (2017) sugere que o movimento defensivo contra esta realidade é a tentativa contínua de fazer uma cisão entre o amor e o ódio.

Outros dois aspectos relativos ao ódio materno apontados por Winnicott são: o fato de, no início, o bebê ditar a lei e a vida ter que fluir no ritmo dele, exigindo da mãe um contínuo e detalhado “estudo” – o fato de o bebê interferir na vida privada, funcionando como um obstáculo para a ocupação anterior desempenhada pela mãe (Winnicott, 1947/2000). Tal “obstáculo” se apresenta de diversas maneiras na vida da mulher, colocando-a, em alguns casos, em uma posição de profunda resistência, como veremos no terceiro eixo temático dedicado a discutir os dilemas da amamentação.

6.3 É difícil saber o que fazer com tanto leite no começo...

Como ponto de partida para tratarmos a temática da amamentação, alguns aspectos precisam ser postos na esteira de discussão, a saber: as vantagens para ambos, mãe e bebê; as orientações necessárias quanto às questões técnicas, especialmente às primíparas; o desejo de cada mulher pela prática da amamentação, bem como suas questões subjetivas; as disponibilidades física, afetiva e econômica para dedicar-se à amamentação; e a rede de apoio e suporte emocional com que a mãe pode contar nesta circunstância.

Após algumas décadas de avanço científico em torno da temática da alimentação dos bebês, são incontestáveis os benefícios do aleitamento materno (AM) dos pontos de vista nutricional, imunológico e psicológico, destacando-se sobremaneira a redução dos riscos de morbimortalidade infantil. A amamentação promove menor risco de contaminação por diarreia e por infecção respiratória, protege contra o excesso de peso e diabetes mais adiante na vida e, ainda, promove adequado desenvolvimento da cavidade oral. Há também evidências de que a amamentação pode estar associada a melhor desempenho em testes de inteligência (Brasil, 2017). Os estudos apontam que para a mãe os benefícios são: aceleração da involução uterina reduzindo o sangramento pós-parto, amplia o tempo entre as gestações e partos e reduz a probabilidade de alguns tipos de cânceres de mama e de ovário, como também o desenvolvimento de diabetes (Victoria et al, 2015).

As pesquisas nesta seara, além de contribuírem para a compreensão das vantagens do aleitamento materno, conduziram a mudanças substanciais nas recomendações das políticas públicas, particularmente da Organização Mundial da Saúde (OMS) e do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF)⁹⁸. A OMS (1999) orienta o aleitamento materno exclusivo até os seis meses de idade, devendo se manter até os dois anos, concomitantemente à introdução de alimentos complementares:

Após os seis meses, iniciar o consumo de alimentos complementares é recomendável para que todas as necessidades nutricionais de uma criança em franco crescimento sejam adequadamente atendidas. Contudo, manter a amamentação também é

⁹⁸ As recomendações indicam que as crianças sejam amamentadas exclusivamente até os seis meses, e que após este período, gradativamente se inicie a alimentação complementar, mantendo a amamentação até pelo menos os dois anos de idade.

importante porque o aporte de 500 ml diários de leite materno ainda será capaz de fornecer cerca de 75% das necessidades de energia, 50% das de proteína e 95% das de vitamina A, além da proteção imunológica. (Toma & Rea, 2008, p.237)⁹⁹

Além das campanhas, cabe às autoridades governamentais instituir programas de incentivo à amamentação, que em geral são operacionalizados pelos profissionais de saúde que lidam diretamente com a perinatalidade e a puericultura. Uma iniciativa que merece destaque é denominada ‘Iniciativa Hospital Amigo da Criança (IHAC)’. Tal iniciativa foi idealizada em 1990 pela OMS e pelo UNICEF para promover, proteger e apoiar o aleitamento materno. O objetivo é mobilizar os funcionários dos estabelecimentos de saúde para que mudem condutas e rotinas responsáveis pelos elevados índices de desmame precoce. A esse respeito afirma Toma e Rea (2008):

Algumas práticas durante o trabalho de parto e logo após o nascimento podem facilitar o início da amamentação. Estudo recente chama a atenção de que entre elas estão: a implementação da Iniciativa Hospital Amigo da Criança (que veremos adiante), o não uso de sedativo particularmente próximo ao final do primeiro estágio do trabalho de parto, a não separação entre mãe e bebê e o contato pele a pele logo após o parto. Nesta revisão, as autoras discutem também a importância de proporcionar cuidados apropriados à mulher, uma vez que experiências estressantes de parto estão associadas ao menor sucesso na amamentação e retardo no início do processo de lactação. (Toma & Rea, 2008, p. 238)

Para isso, foram estabelecidos os dez passos para o sucesso do aleitamento materno, a saber: 1) Ter uma norma escrita sobre aleitamento materno, que deve ser rotineiramente transmitida a toda a equipe do serviço; 2) Treinar toda a equipe, capacitando-a para implementar essa norma; 3) Informar todas as gestantes atendidas sobre as vantagens e o manejo da amamentação; 4) Ajudar a mãe a iniciar a amamentação na primeira meia hora após o parto; 5) Mostrar às mães como amamentar e como manter a lactação, mesmo se vierem a ser separadas de seus filhos; 6) Não dar a recém-nascido nenhum outro alimento ou bebida além do leite materno, a não ser que tenha indicação clínica; 7) Praticar o alojamento conjunto – permitir que mães e bebês permaneçam juntos 24 horas por dia. 8) Encorajar a amamentação sob livre demanda; 9) Não dar bicos artificiais ou chupetas a crianças

⁹⁹ A pesquisa questiona e discute medidas que devem ser tomadas para que a mãe continue produzindo leite mesmo após a ingestão de outros alimentos na dieta da criança, tendo em vista que a diminuição na frequência das mamadas pode desestimular sua produção. Diante da escassez de dados de pesquisa que melhor regulem o número adequado de mamadas em diferentes faixas etárias, seria recomendado amamentar de acordo com o desejo da criança. (Toma & Rea, 2008, p.237).

amamentadas; 10) Encorajar o estabelecimento de grupos de apoio à amamentação, para onde as mães devem ser encaminhadas por ocasião da alta hospitalar¹⁰⁰.

Paralelamente a essas iniciativas formais no âmbito da saúde, é importante destacar que as ações e mobilizações pró-amamentação continuam “a todo vapor” em diversos locais do mundo tanto partindo da sociedade civil como das autoridades governamentais. Para citar um exemplo, na cidade São Paulo, o prefeito Fernando Haddad sancionou em abril de 2015 a lei que garante a amamentação em qualquer estabelecimento da cidade. Os estabelecimentos, ainda que contem com locais “apropriados” para a amamentação, deverão pagar uma multa de R\$ 500,00 caso proíbam mães de amamentar onde quiserem.

O projeto de lei foi proposto pelo vereador Aurélio Nomura, após uma mãe ser proibida de amamentar seu filho em público no Sesc Belenzinho, na Zona Leste, em 2013. O incidente gerou muita comoção e um grupo de mães reagiu organizando um ato denominado “mamaço”, onde várias mulheres se reuniram para amamentar seus filhos publicamente no mesmo local.¹⁰¹ Ações dessa natureza, sem dúvida, refletem o sentido e o valor dado à amamentação presentes em nossa cultura.

Retomando o referencial teórico que tem guiado nossas discussões, vejamos o que Winnicott preconizou sobre a amamentação. O pediatra e psicanalista inglês já havia postulado a amamentação como o melhor meio de alimentação para um bebê, conforme podemos verificar:

Em resumo, pode-se dizer que não é possível passar levemente por cima da questão de um substituto para a amamentação ao peito materno. Em certos países e culturas, a alimentação com mamadeira é a regra geral, e este fato deve afetar o padrão cultural da comunidade. A amamentação ao peito fornece a mais rica experiência e o método mais satisfatório, do ponto de vista da mãe, se tudo correr bem. Do ponto de vista da criança, a sobrevivência da mãe e do seio materno, após a amamentação, é muito mais importante do que a sobrevivência da mamadeira e da mãe que segura a mamadeira. Podem surgir dificuldades na mãe e na criança, em resultado da riqueza da experiência de amamentação ao seio materno, mas dificilmente se pode usar isso como argumento contrário, visto que a finalidade dos cuidados maternos não se resume simplesmente a evitar sintomas. O objetivo dos cuidados maternos não está limitado ao estabelecimento de saúde na criança, mas inclui o fomento de condições para a

¹⁰⁰ Fonte: https://www.unicef.org/brazil/pt/activities_9994.htm

¹⁰¹ A organizadora do ato foi Reila Miranda, fundadora da Casa da Borboleta, organização empenhada na defesa do parto humanizado e amamentação.

experiência mais rica possível, com resultados de longo prazo na profundidade e valor crescentes do caráter e da personalidade do indivíduo. (Winnicott, 1945b/2014, p. 63)¹⁰²

Através de um fundamentado discurso, o autor pondera que o objetivo da amamentação não deve se restringir à questão da saúde física da criança, tendo em vista que seus benefícios se estendem aos aspectos do caráter e personalidade do indivíduo. A amamentação é, sem dúvida, uma prática que pode facilitar o desenvolvimento de um forte apego àquela que dele cuida. Ou seja, para além dos argumentos funcionais, segundo a proposição winnicottiana, a amamentação é descrita como uma experiência de satisfação para ambos, mãe e bebê. As mães que optam por amamentar mostram-se mais identificadas e responsivas aos sinais de suas crianças durante o processo de interação no início da vida (Toma & Rea, 2008). No dizer de Winnicott:

A parte mais impressionante do seu primeiro contato com o bebê será nas horas de amamentação, quer dizer, quando ele está excitado. Você poderá estar também excitada e ter sensações nos seios que indiquem uma excitação útil e que você está se preparando para dar de mamar. O bebê tem sorte se puder contar consigo e suas excitações desde o princípio, de modo que possa prosseguir em sua tarefa de satisfazer e orientar seus próprios impulsos e anseios. (Winnicott, 1945a/2014, p. 22)

Compreendida como um momento sublime para mãe e bebê, a amamentação engendra afetos prazerosos e alimenta o bebê com os nutrientes mais fundamentais que se possa ter. Assim, partindo da afirmação do autor e considerando o fato de sermos mamíferos e cientes de todos os benefícios e vantagens supracitadas, lançamos alguns questionamentos: se a natureza predispõe as mulheres a amamentarem, por que o comportamento de algumas delas ante a amamentação ainda é permeado por tantas resistências? Apesar da consciência dos benefícios da amamentação, o que leva as mulheres a deixarem de amamentar seus filhos antes mesmo que eles alcancem a idade de seis meses, contrariando as recomendações médicas? Haveria mesmo razões fisiológicas que justificassem a não produção de leite “suficiente” em algumas mulheres, ou essa “insuficiência” estaria mais atrelada às questões

¹⁰² Neste trecho o autor desenvolve um discurso incentivador, referindo-se à amamentação como condição para o bom exercício da maternidade, criticando inclusive a utilização da mamadeira. O autor destaca os países que não se importam com essa questão, cujos efeitos se apresentarão no padrão cultural da comunidade. Talvez Winnicott estivesse incluindo a França e os representantes da Psicanálise deste país em sua crítica. Todavia Françoise Dolto, apesar de atribuir muito valor à amamentação no que tange aos aspectos nutricionais e emocionais, chega a afirmar que: “Para a comodidade das mães, em nossa sociedade, e para a sua saúde, pois a mãe não é somente nutriz – é também encarregada de tarefas –, admite-se que os primeiros mingaus de leite de vaca sejam bem-vindos aos quatro meses” (Dolto, 1994/2007, p. 68).

inconscientes, ambientais e culturais? Onde estaria o instinto considerado universal e natural que preconiza que todas as mulheres amamentem? Como saber se a amamentação é um desejo para a mulher ou uma resposta às coerções sociais?

Essas são questões que conduzem a respostas muito subjetivas, tendo em vista que a experiência em torno da amamentação e da maternidade são vividas a partir da história singular de cada mulher. Sampaio et al. (2010, p. 164), inspirada nas proposições de Soler (2003), afirma: “Algumas mulheres amamentam devido à culpa que sentem em decorrência da relação conflituosa com o bebê, enquanto outras amamentam por tempo excessivo por não abrirem mão do prazer sexual propiciado pela sucção do bebê”. Já Badinter (2011) afirma que:

É, portanto, muito difícil avaliar a porcentagem de mulheres que amamentam espontaneamente e por prazer, as que o fazem mecanicamente para obedecer a uma moda, ou, por fim, as que o fazem para não se sentirem culpadas e já “mães más” desde os primeiros dias do filho. O fato de terem sido as mulheres que trabalham fora e as intelectualmente mais evoluídas as que primeiro e mais maciçamente responderam ao apelo dos pediatras pode sugerir várias hipóteses. (Badinter, 2011, p. 344)

Lançaremos algumas conjecturas à afirmação acima de que as mulheres intelectualmente mais evoluídas respondem mais maciçamente aos apelos dos pediatras. Em primeiro lugar, as mulheres instruídas parecem de fato estar mais sujeitas ao discurso científico dominante, o que as levaria a compreender mais facilmente os benefícios físicos e psicológicos da amamentação; em segundo lugar, porque em alguns casos elas contam com um tempo mais prolongado de dedicação exclusiva ao filho, em se tratando daquelas que não trabalham fora ou das que exercem atividades profissionais com horários flexíveis. As mulheres de baixa renda, ainda que creditem importância à amamentação, precisam deixar os filhos aos cuidados de outrem muito mais cedo por uma questão de subsistência. Cuidadosos para não cairmos em interpretações grotescas e generalizações sobre tais motivações ou a falta delas, iremos propor alguns aspectos que visam a levar o autor a refletir sobre os desafios da amamentação presentes na atualidade a partir dos depoimentos retirados dos *blogs*.

Na presente pesquisa, cujo público-alvo foram mulheres com alto grau de instrução (graduadas e pós-graduadas), o tema da amamentação é prevalente e dentre os pontos comumente discutidos estão: amamentar: sim ou não?; tempo de permanência na

amamentação; estabelecimento da rotina de mamadas ou da oferta por livre demanda; dilemas entre amamentação e trabalho; e a discussão entre amamentar em público ou apenas em espaços privados. Vejamos alguns relatos encontrados nos *blogs* para, em seguida, retomarmos nossas discussões:

Amamentar é um processo de aprendizado tanto para a mãe quanto para o bebê. É preciso conhecimento, paciência, tempo e amor para superar o incômodo dos primeiros dias, até finalmente pegar o “jeitão da coisa”. Minha história não foi diferente, apesar de ter passado por um parto traumático e sofrido violência obstétrica. Eu amamentei de forma continuada durante o tratamento de dois traumas decorrentes do parto. Em seis meses, tive quatro cirurgias. Foi difícil, muitas vezes exaustivo, mas vivi uma experiência exitosa e feliz de amamentação, mesmo enquanto tratava traumas físicos e psicológicos. (Blog 1, 18/03/2017)

Tive o parto que eu quis: sem nenhuma intervenção, na presença do meu marido obstetra. Meu filho mamou na primeira hora de vida, nasceu com um bom peso e tudo parecia estar correndo bem. Porém, um ou dois dias depois, meus seios começaram a doer. Sangue. Lágrimas. Dor. Muita dor. Sofrimento. Assim foi minha primeira semana amamentando. Pense numa pele fininha, sensível e pouco “usada” que passou a ser sugada ferozmente, de hora em hora, por um bebezinho que dependia daquele leite pra viver. Chamamos uma consultora de amamentação, que nos deu um suporte imenso: foram dicas preciosas sobre pega, ordenha e sobre como aliviar peitos que vazavam. É difícil saber o que fazer com tanto leite no começo. Minhas blusas viviam molhadas. Lembro que, com muito carinho, ela falou: “Filha, teu peito precisa de tempo pra sarar, pra ficar mais forte.” E foi aí que ela matou a charada, pois de fato eu precisei de tempo. Dois meses, pra ser exata. Foi uma saga. Chorei muito. A montanha russa hormonal e emocional do puerpério estava a pleno vapor. E a vida do meu filho dependia daquele mamá. Já pensou? Não era pouca coisa. No meu caso, o que realmente ajudou foi não oferecer o seio pra acelerar a cicatrização. Então eu tirava meu leite com uma bomba elétrica e dava para o meu filho através de uma técnica chamada sonda-dedo. Não quis correr o risco de oferecer mamadeira pra ele tão novinho. Então, durante uma semana eu não dei o peito pro meu filho. Só que a trabalhadeira era insana. Tinha que ordenhar o leite, armazenar na geladeira, amornar (não ferver), dar mamá pra ele na sondinha, lavar e esterilizar tudo (copinho, sondinha, bomba) e pouco tempo depois já começava tudo de novo, inclusive de madrugada. Sem o apoio do meu marido eu teria pirado. Foi difícil. Meu filho sugava meu leite pela sonda bem direitinho – ele tava fazendo a parte dele – e aquilo me dava uma vontade louca de chorar. Até hoje me dá. A grande lição dessa fase foi: o tempo cura, o tempo fortalece. E, eis que depois de dois meses, a dor começou a diminuir, diminuir, até que amamentar foi se tornando, aos poucos, prazeroso. Hoje vejo que esse perrengue todo que passamos fortaleceu nosso vínculo mãe e filho. Fomos felizes com a amamentação por 1 ano e 7 meses. Atualmente guardo cicatrizes nos meus seios e a certeza de que se consegui atravessar esse momento tão delicado, sou capaz de muito mais. (Blog 1, 03/07/2017)

Para Catharina, mãe do Valentim, fez falta o apoio do pediatra que elegeu. “Ele dizia ser favorável à amamentação, mas prescreveu complemento logo na primeira

consulta, mesmo sem motivos. O Valentim era um bebê calmo, mamava bem, tinha ganhado peso, estava acima da curva. Mas ele disse que seria bom complementar com leite artificial”, conta. “Fiquei nervosa e aquilo me desestabilizou, mas logo percebi que outros pediatras também faziam isso. Era comum. Então percebi que encontrar um pediatra que promovesse amamentação exclusiva seria um achado”, explica ela, que amamentou exclusivamente pelos seis primeiros meses de vida e segue amamentando até hoje. (Blog 5, 04/08/2015)

Os depoimentos acima demonstram que a relação que cada mulher estabelece com a amamentação é profundamente pessoal. As experiências descritas nos *blogs*, ao passo que salientam a dor, o sofrimento e as dúvidas que essas mulheres enfrentaram para levar adiante a amamentação, demonstram sobremaneira desejo, força e determinação de levarem adiante tal objetivo. Estes discursos são representativos do que temos visto nos *blogs* de maternidade: mulheres muito desejosas por amamentarem e empenhadas em responder positivamente aos discursos pró-amamentação tão evidentes nos dias de hoje, apesar, inclusive, de recomendações médicas contrárias. As cicatrizes parecem dar provas do quanto elas saíram mais fortes desta experiência por terem vivido a superação e a conquista de uma meta traçada desde a gestação.

Por outro lado, também evidenciamos alguns motivos pelos quais as mulheres interrompem a amamentação, tais como, falta de apoio, cansaço, preocupações externas, presenças e palavras inconvenientes, conforme mencionado nos relatos abaixo:

Minha sogra vivia dizendo que meu leite tinha secado, que meu bebê chorava por fome e um dia comprou uma mamadeira e nos deu de presente. Aquela mamadeira ficou ali, esperando para ser usada. Numa noite em que ele chorava e eu estava cansada, meu marido foi comprar um leite artificial. Demos e ele dormiu. Pronto. Foi o motivo para todos acharem que ele tinha ficado com fome aquele tempo todo. E, aos poucos, a mamadeira foi tomando conta do nosso dia a dia, até que ele não conseguisse mais mamar. (Blog 5, 04/08/2015)

Eu não tinha ninguém em São Paulo. Minha família era de outro Estado, então me vi sozinha com o bebê enquanto meu marido saía para trabalhar. Era uma loucura. Eu não tinha me preparado para a amamentação. Não conseguia fazer comida, não conseguia fazer nada. Na maioria das vezes acabava fazendo um lanche enquanto ela dormia, e ia limpar a casa. Ela acordava e a maratona continuava. Eu desisti de amamentar e comecei a dar mamadeira para poder ter tempo de fazer outras coisas. Com a mamadeira ela dormia mais. Depois fui saber a diferença entre leite artificial e leite materno, e porque ela dormia mais. Mas era tarde demais. Eu já estava em outro ritmo. (Blog 5, 04/08/2015)

O discurso do leite fraco, ralo e que não sustenta o bebê continua presente nas visitas às parturientes. Muitas vezes eles são oriundos das pessoas mais próximas, que ao invés de apoiarem as mães nessa trajetória, as desautorizam, desmotivando a dar continuidade na experiência da amamentação. A solidão materna, fenômeno comum nos dias atuais, conforme trabalhamos na primeira seção temática, desta vez representou um dos grandes obstáculos a amamentação. Sem o mínimo amparo e com uma bebê solicitante continuamente, a mãe do segundo relato acima não consegue cuidar tampouco de sua alimentação, como conseguiria dedicar-se para dar de si, de seu próprio alimento?

Como temos visto, o discurso médico-científico tem se empenhado arduamente nos últimos anos para solidificar campanhas, veiculando os benefícios do leite materno e demonizando a utilização de fórmula industrializada. Ideologicamente, não restam dúvidas de que a amamentação é a melhor opção para o desenvolvimento físico e psicológico do bebê, porém há aspectos que, a nosso ver, precisam ser tratados com maior diligência, conforme discutiremos a seguir.

O ideal responsável por estabelecer a amamentação como único meio legítimo de alimentar um bebê parece não levar em consideração as nuances presentes entre a mulher, a mãe e o contexto social, quando trata da temática em questão. Sampaio et al. (2010), ao abordarem a metassíntese desenvolvida por Nelson (2006), apontam a complexidade do processo de tornar-se uma mãe que amamenta, tendo em vista que esta decisão implica aspectos objetivos, interpessoais e subjetivos. Além disso, segundo a pesquisa, a amamentação revelou causar um impacto significativo na mulher, tanto física quanto afetivamente.

Winnicott (1987/2014), apesar de atribuir profundo valor ao aleitamento materno, inicia um de seus importantes textos sobre a temática, esclarecendo não estar interessado em fomentos e incentivos à amamentação, apesar de considerar que “a mãe ou o bebê, ou ambos estarão perdendo algo se não passarem por essa experiência”. (Winnicott, 1987/2014, p. 20). Ao passo que reconhece a riqueza contida em tal ato, o autor assume uma postura bastante realista, ressaltando que a amamentação só será satisfatória quando a mãe não apresentar dificuldades pessoais em desempenhá-la, isto porque: “Junto à observação das experiências do bebê, que são mais ricas quando se usa o seio em vez da mamadeira, é preciso levar em

conta tudo o que a própria mãe sente e experimenta” (Winnicott, 1987/2014, p.25). E continua:

Há, naturalmente, mães que têm dificuldades pessoais muito grandes devido aos seus próprios conflitos internos, dificuldades que talvez estejam ligadas às experiências pelas quais passaram quando crianças. Há, muitas vezes, uma forma de resolver estes problemas. Nos casos em que a mãe tem dificuldade de amamentar, será um erro tentar forçar uma situação que deve, até certo ponto, fracassar, podendo até mesmo se transformar em um desastre. Ter uma noção preconcebida daquilo que deve ser feito pela mãe no que diz respeito à amamentação é, portanto, uma prática muito desaconselhável para os profissionais que estão cuidando do caso. [...] Nos casos em que um bebê não possa ser amamentado, existem outras maneiras através das quais as mães podem possibilitar algum tipo de intimidade física. (Winnicott, 1987/1994, p. 23)

Importante lembrar em que contexto a mamadeira e a fórmula artificial tiveram sua ascensão: foi no auge dos anos 60¹⁰³, coincidindo com os movimentos feministas e tendo por objetivo liberar a mulher que estava em franca entrada para o mercado de trabalho. Para as mulheres das décadas de 1960 e 70, parece ter sido muito mais fácil a recusa à amamentação, pois havia todo um movimento cultural que respaldava tal posicionamento¹⁰⁴. Não há como negar que a amamentação demanda uma maior devoção por parte da mãe, o que pode ocasionar conflitos entre os interesses pessoais e profissionais e o exercício da maternidade. Se a mamadeira¹⁰⁵, artifício necessário para conseguir conciliar carreira e maternidade na década de 60, é tão criticada atualmente, que alternativas terão as mulheres de nosso tempo, que apesar de imersas em um discurso e ações pró-amamentação, precisam retornar ao trabalho após 120 dias de licença-maternidade? A esse respeito, vejamos o relato:

Meu bebê tem 3 meses e eu tenho mais 1 mês para ficar com ele e decidir o que fazer, se deixo ele em escolinha em tempo integral e volto a trabalhar ou se fico com ele em casa. O salário do meu trabalho no momento ajudaria, mas não é minha renda principal. Meu bebê mama muito bem e eu tenho bastante leite, fico com pena de tirar o ‘mamã’ agora. Penso em voltar e adaptar nossa rotina, mas ao mesmo tempo quero

¹⁰³ O produto Nanon, da linha Nan de fórmulas infantis, foi lançado no mercado em 1969. Fonte: <https://www.nestle.com.br/site/anestle/historia.aspx>

¹⁰⁴ Os próprios pediatras e puericultores, patrocinados pela indústria alimentícia, orientavam que as mães utilizassem as fórmulas industrializadas como alimentos para seus bebês. Fase que passou a ser conhecida como “Geração Leite Ninho”.

¹⁰⁵ Atualmente o entendimento sobre o uso de mamadeiras é de que, além de maior risco de contaminação, acredita-se que estes artefatos têm mais chances de substituir a amamentação do que quando se alimenta com copo ou colher. (Toma & Rea, 2008).

ficar com ele, pois sei que ele precisa de mim neste momento de indecisão total. Socorrooooo!! (Blog 1, s/d)

A dissonância vivida por muitas mulheres quando precisam retornar ao trabalho, mas desejam continuar amamentando é uma questão bem evidente nos desafios da amamentação nos dias de hoje. Para a mãe supracitada, o conflito se impõe entre os ideais de mulher e o papel de nutriz. A mãe em questão não tem o seu trabalho como renda principal, porém o fato de aproximar-se o fim da licença maternidade é suficiente para colocá-la diante do conflito entre retornar à sua rotina profissional ou permanecer cuidando e amamentando seu bebê. O seu corpo está completamente conectado a função nutriz, produzindo leite abundantemente, porém sua cabeça começa a questionar aonde efetivamente ela deseja estar, levando-a a pedir “*Socorrooooo!!!*”. Para esta mulher tal questionamento é uma possibilidade uma vez que o seu trabalho não está associado a uma questão de subsistência. Contudo, muitas mulheres em nossa realidade brasileira não têm o direito de questionar se deseja ou não voltar ao trabalho e, para elas, a amamentação exclusiva é abandonada antes do período recomendado pela Organização Mundial da Saúde.

Outra questão que o discurso pró-amamentação parece não considerar é o fato de que não se trata apenas de ofertar o seio, mas indagar de que modo ele está sendo ofertado. Na amamentação não está presente apenas a materialidade do leite como alimento para a nutrição do bebê, mas afetos são transmitidos, que por sua vez podem ser positivos ou não, a depender de como a mãe os vivencia. É fundamental considerar o que está para além do “leite materno” – verifica-se uma diversidade de ingredientes emocionais presentes no dom de ofertar o seio a outro ser humano. Apesar da predisposição fisiológica para a amamentação, a disponibilidade – física e afetiva – de uma mãe para amamentar seu filho é algo que irá emergir ou não em cada mulher, definindo a qualidade dessa experiência. Winnicott (1987/1994) pondera:

Vi um grande número de crianças que passaram por situações muito difíceis, com a mãe lutando para que seu peito desempenhasse suas funções, algo que ela, por natureza, é totalmente incapaz de fazer, uma vez que escapa ao controle consciente. Tanto a mãe quanto o bebê sofrem com isso. Às vezes experimenta-se um grande alívio quando, finalmente, começa-se a fazer a alimentação por mamadeira, e seja como for, alguma coisa vai bem no sentido de que as necessidades do bebê estão sendo satisfeitas por ele estar ingerindo a quantidade exata do alimento adequado. Muitos destes esforços poderiam ser evitados se a religião fosse excluída desta concepção de aleitamento. Creio que o pior insulto a uma mulher que *gostaria* de amamentar seu filho, e que vem a fazê-lo naturalmente, se dê quando alguma

autoridade (um médico ou enfermeira) chega e diz: “Você *deve* amamentar o seu bebê.” (Winnicott, 1987/1994, pp. 21-22)

Juntamente com Winnicott (1987/1994) no trecho supracitado, nossa crítica segue na direção de verificar que há casos em que a amamentação é uma experiência profundamente devastadora para a mulher. Deste modo, melhor seria recusá-la do que insistir em uma situação cujo afeto envolvido pode ser também ameaçador para o bebê. Winnicott (1987/2014, p. 24) considera que: “Muitos dos aspectos importantes da situação de amamentação também estão presentes quando se utiliza a mamadeira”. Em outras palavras, uma mãe ou qualquer outro cuidador (inclusive o pai) que venha a oferecer a mamadeira ao bebê, pode estar a nutri-lo física e emocionalmente, o que pode não acontecer caso uma mulher amamente com contrariedade.

Outra incoerência se apresenta no fato de as campanhas reproduzirem um discurso coercitivo a respeito da amamentação exclusiva e, todavia, não se ocuparem em levantar discussões ou procedimentos relativos ao desmame. Ao passo que a amamentação é um processo que demanda tempo para se estabelecer de maneira harmônica e prazerosa, tornando-se um elemento fundamental na relação mãe-bebê, o desmame também deverá ser experienciado como um processo gradativo de desligamento e separação para ambos.

Winnicott (1949d/2014, p. 92) parte do pressuposto de que: “o desejo de desmamar deve partir da mãe. Deve ser bastante corajosa para suportar a cólera do bebê e as terríveis ideias que acompanham a cólera, e para fazer justamente o que aprimora a tarefa da boa amamentação”. Para o autor, o ato de desmamar é tão ou mais importante do que a amamentação no sentido subjetivo, tendo em vista que se propõe a ser organizador do desenvolvimento psíquico. Ainda afirma: “O desmame é uma daquelas experiências que ajudam o desenvolvimento da criança se a mãe providenciar um ambiente estável para a experiência” (p.92). O autor prossegue dizendo que se a mãe soubesse que as reações ao desmame seriam tão complexas, não entregaria o bebê aos cuidados de outrem neste período. Porém esta é a realidade que vemos acontecer: muitas mulheres ao retornarem ao trabalho deixam seus filhos em creches ou aos cuidados de outrem de um dia para o outro, não os amparando no período de desmame, conforme declarado:

A mulher fica quatro meses em absoluta sinergia com o bebê. E então, é hora de partir. Precisa deixa-lo do dia para a noite, aos cuidados de outra pessoa, para que

possa promover o seu sustento. Muitas acabam não conseguindo manter a amamentação nesse período tão conturbado. Porque voltam para rotinas não flexíveis, ou ambientes hostis. (Blog 5, 03/08/2015)

Para Françoise Dolto (1994/2007), o desmame é considerado como o ato que verdadeiramente separa o bebê do corpo materno, viabilizando a transição para a cultura, deslocando a boca fixada no seio para a comunicação e aquisição da língua materna. Assim, dada a sua importância, não deveríamos nos ocupar mais atentamente das questões relativas ao desmame e problematizar a incoerência na realidade brasileira entre as leis trabalhistas e políticas públicas em saúde?

O período orientado para a amamentação exclusiva (até os seis meses) não se coaduna com tempo da licença-maternidade, que para a maioria das brasileiras é de apenas quatro meses. Este *gap* de pelo menos dois meses – entre as orientações vindas por parte da Saúde e as possibilidades reais ofertadas pela legislação do trabalho – demonstra uma incoerência no discurso das políticas públicas. Isso significa dizer que é o “tempo real” que tem indicado em que momento as mães devem desmamar os seus filhos e não o desinteresse gradativo de ambos, mãe e bebê, conforme aconselhado por Winnicott (1949d/2014). Vejamos:

Como produzir o hormônio do amor, que facilita a produção de leite, se estivermos num lugar onde ele não existe? Quais são as alternativas? Como uma mulher pode voltar ao trabalho de maneira que consiga conciliar as atividades com o bebê, a amamentação exclusiva de maneira que esteja profissionalmente realizada? (Blog 5, 03/05/2015)

A mãe em questão retira o véu do encantamento construído em torno da amamentação perfeita e “interminável”, destacando que a mulher não prescinde de um ambiente emocional seguro e confortável para amamentar o seu bebê. Retornar ao trabalho em locais hostis, relações de concorrência e rotinas muito exaustivas pode ser um desafio que se impõe a continuidade da amamentação.

Estamos cientes de que as autoridades, preocupadas com a saúde da população mundial, muito têm se empenhado para promover ações de incentivo ao aleitamento materno. Entretanto, o dilema enfrentado entre trabalho e amamentação tem sido de responsabilidade individual, tendo em vista que as autoridades parecem não estar preocupadas como isso se dará, deixando a cabo de cada mulher. Em contrapartida afirma uma das mães: “Amamentação e trabalho: para dar certo, o compromisso é de todos”. Não se engane. O

compromisso não é só da mulher que retorna ao trabalho. É também do empregador (Blog 5, 03/05/2015). Por esta razão, somos da opinião de que a

sustentabilidade dessas ações depende da política, legislação, reforma do sistema de saúde e, por fim, intervenções na comunidade (Brasil, 2017). Entretanto, não basta orientar que as mulheres amamentem, mas o governo precisa ofertar condições para que elas se mantenham nesta tarefa por mais tempo.

6.4 Sobre o tempo: reduzido, repartido, roubado...

Na maior parte dos *blogs* há um consenso quanto à presença de depoimentos que mencionem a relação com o tempo, referindo ser este um dos maiores desafios a ser enfrentado pelas mães. Essa temática não é novidade e nem tampouco efeito de uma geração para a qual imediatismo e pressa tornaram-se características evidentes, conforme comumente se imagina. Winnicott (1960/1993), ao questionar mães sobre o que as irritavam na relação com os filhos, destacou, dentre outras respostas, o fato de elas não encontrarem tempo para desenvolver tudo o que gostariam:

Sim, tenho duas meninas, uma de três anos e uma que acaba de fazer um ano, e penso estar de acordo com as duas outras mães... *que o tempo é uma grande coisa*, mas nunca há tempo bastante para fazer tudo o que eu gostaria de fazer. (Winnicott, 1960/1993, p.78, grifos nossos)

A essa resposta, Winnicott (1960/1993) questiona: “Quer dizer que existem outras coisas, além de cuidar dos filhos, que gostaria de fazer e não faz... coisas pra si mesma?”. Ao que a mãe responde:

Sim, é isso. Adoro cuidar das crianças e... de um modo geral, acho que é uma tarefa gratificante, mas corrida. Quando fico extenuada, acho tudo muito difícil. E por vezes fico realmente cansada. Faço o possível para não ficar, mas não é nada fácil. (Winnicott, 1960/1993, p.78).

Na sequência do diálogo, Winnicott (1960/1993) lança o seguinte questionamento: “O que é que vocês acham que causa a fadiga entre as mães? Acham que é ter muitas tarefas a

executar num prazo de tempo limitado, ou será uma espécie de luta contra a situação?”. E obtém a seguinte resposta:

Não, eu penso que é ter de realizar muitas tarefas num prazo limitado de tempo. Digamos, às seis é hora de pô-los na cama, temos de tomar o chá com as crianças, a louça do chá tem de ser lavada, o bebê tem de ser alimentado e o jantar preparado para o marido...tudo isso em questão de uma hora. (Winnicott, 1960/1993, p.79).

De maneira semelhante ao diálogo entre Winnicott e as mães ouvintes de seu programa, nos depoimentos encontrados nos *blogs* de maternidade o tempo é referido como “reduzido, repartido, roubado”. Não ter tempo para dormir, tomar banho, comer, cuidar de si, dar atenção a outras pessoas, voltar a desenvolver outras atividades de interesse pessoal são queixas frequentemente identificadas. A nosso ver, o que está implícito na temática da temporalidade é, por um lado, a falta de tempo para si e seus interesses, sentindo-se “perdendo tempo” quando está em casa cuidando de um bebê, e por outro, a dificuldade de entrar na temporalidade própria da criança.

As diferentes reações e dificuldades enfrentadas ou não por cada mulher dependerão de uma multiplicidade de fatores. O nascimento de um bebê gera, ainda que por um período, uma avalanche de demandas direcionadas prioritariamente à figura da mãe que, por sua vez, emitirá respostas a partir de suas condições: física, psicológica, econômica e social. Conforme apontado no discurso:

Os primeiros tempos com um bebê são como um CD de heavy metal que vai tocar em looping. Você não consegue reconhecer as notas, a guitarra está alta e distorcida, a bateria e o baixo são densos e o vocalista está gritando na sua orelha. E isso é normal, tá? Quando a gente sabe que o show que está programado é esse, não o banquinho e violão do João Gilberto, fica mais fácil aceitar e saber que não, o problema não é com a gente. Não, o problema não é com o seu bebê. (Lisaukas, 2017, p. 58)

Nessas situações, as mães tendem a questionar a qualidade do próprio *fazer-materno*, colocando-se, na maioria das vezes, no lugar do *não-saber* e da impotência, conforme declarado no depoimento a seguir:

Um dia fui parar no hospital. Estava ficando doente toda semana e consegui chegar a ponto de cair de exaustão. Helena não queria o pai, a avó ou quem quer que seja, ela me queria e eu estava lá. Naquele dia percebi que não estava mal por acordar várias vezes de noite, mas que não conseguia dormir mesmo com minha filha dormindo e

vivia irritada porque realmente acreditava que havia algo errado. (Blog 7, 18/03/2015)

Ao que parece, a mãe acima vivia inconformada com o fato de sua filha não dormir a noite inteira: *“Poxa, nós não lembramos da época que éramos bebês, só conhecemos a realidade de noites de sono profundo, então parece imensamente errado e preocupante um pequeno ser que chora a todo momento”* (Blog 7, 18/03/2015). Para fazer frente à demanda pela qual fora interpelada, a mãe em questão passava horas buscando na internet (através dos discursos dos outros e dos *experts*) alternativas que lhe parecessem eficazes:

Passei exatos onze meses buscando na internet dicas de como fazer Helena dormir. Tentei a rotina do sono, banho antes de dormir, massagem, tomei litros de chá de camomila, ouvi todos os conselhos: mãe, sogra, tia, moça do blog, mulheres do grupo, enfermeira e pediatra. Acredite, tudo que lia e não achava absurdo, ganhava lugar na minha lista de tentar fazer Helena dormir. (Blog 7, 18/03/2015)

Provavelmente, o esgotamento materno não se devia apenas às noites mal dormidas, mas também ao duelo interior vivenciado entre suas próprias vontades/verdades e as necessidades de sua filha, entre o seu tempo e o *timing* de sua pequena, desafiando-se para fazer esses dois polos se coadunarem. Winnicott admite (1945a/2014):

Sei de alguns bebês que dificilmente conseguem estar alguma vez satisfeitos e choram, mostrando-se aflitos por muito tempo, mesmo depois de alimentados; não dormem com facilidade e, nesse caso, é muito difícil para a mãe estabelecer um contato satisfatório. Mas, com o tempo, as coisas provavelmente se resolvam e haverá ocasião para algum contentamento [...] Uma das razões por que você deve conhecer o seu bebê, tanto nas horas de excitação como nas de satisfação, é que ele precisa da sua ajuda. E você não poderá dar essa ajuda sem saber em que ponto suas relações se encontram. Ele necessita da sua ajuda para controlar as espantosas transições do sono ou do contentamento desperto para um ávido e guloso ataque. (Winnicott, 1945a/2014, p. 22)

Algo se processa na relação mãe e bebê para que a comunicação se instale. No caso da mãe supracitada, o fato de não admitir e acolher que se tinha um bebê em casa e tomá-lo como um ser humano com necessidades específicas, buscando sempre referências externas para instrumentalizar a maternagem, impedia que ela ouvisse verdadeiramente o que estava se passando a fim de encontrar dentro de si as alternativas criativas¹⁰⁶. A bebê provavelmente ficava mais agitada em virtude do estado emocional da mãe, retroalimentando o estado de

¹⁰⁶ Winnicott foi bastante enfático ao afirmar que “É neste ponto que ela não pode aprender nada nos livros.” (1987/1994, p. 4). Estamos de acordo com essa proposição winnicottiana.

tensão. A partir do momento em que a mãe conseguiu entender que o repertório de possibilidades para acalmar a agitação de sua filha encontrava-se em seu interior, ocorria uma descoberta fundamental:

No fim percebi que meu melhor amigo mora aqui dentro e se chama instinto¹⁰⁷. [...] Desisti de tentar controlar a rotina que acreditava ser a ideal e fiz a minha rotina, aquela que se aplicava à minha família. Nunca mais tomei aquele chá de camomila nojento ou chorei de desespero todos os dias, por solidão, por ter medo de dizer que estava ficando meio doida. E quando parei com tudo isso encontrei a solução: nos adaptamos a quem nos transformamos com a chegada da nossa filha e aceitamos que bebê é um ser humano, ou seja, diferente. (Blog 7, 18/03/2015)

Tal momento de clareza e expansão do pensamento fora proporcionado por dois processos: a compreensão da alteridade e temporalidade de sua filha com suas especificidades e particularidades, compreendendo que esta é uma condição que não poderia lutar contra e o encontro com os elementos de sua maternalidade, acessados quando a mãe deixou de buscar referências para o seu “fazer materno” fora de si. A partir de então, a mãe passa a experimentar um sentimento de confiança em relação ao seu novo papel, conforme sinalizado nas palavras:

Um dos dias mais felizes e libertadores da minha vida foi quando me perguntaram se Helena dormia a noite inteira e respondi que não. Helena não dorme uma noite inteira e é terrível isso às vezes, mas estamos bem, é uma fase e a acolhemos como é. (Blog 7, 18/03/2015)

Em suma, a experiência entre mãe e filha tornou-se autêntica e verdadeira a partir do momento em que o acolhimento à temporalidade, ritmicidade e alteridade de sua bebê foi possível. Ademais, a escrita do depoimento parece ter tido uma função organizadora para esta mãe, possibilitando o reconhecimento de sua transformação e das potencialidades para cuidar da filha. Já em outra ocasião, a mãe em questão alerta: *Não ligue quando falarem que você devia fazer isso e aquilo, faça exatamente o que você acredita que é certo. [...] Não acredite em médicos sempre, não acredite jamais em comerciais. Acredite no poder do seu corpo, na força do seu espírito* (Blog 7, 18/03/2015). Ao que outra mãe acrescenta: *“Talvez, nessas horas, a melhor resposta venha de dentro. Da reflexão. Do olhar atento para a criança,*

¹⁰⁷ A mãe em questão faz referência “ao instinto”. Não tratamos desta questão como instinto, pois, neste caso, teríamos que atribuí-lo a todas as mulheres, afirmando que todas elas teriam, por instinto, condições de cuidar de seus bebês. Não se trata de negligenciar questões instintivas na espécie humana, apenas de considerá-las insuficientes, uma vez que somos seres atravessados pela linguagem e pelo desejo.

tentando entender a necessidade por trás desse ou daquele comportamento” (Blog 5, 26/02/2016).

Sobre o aspecto do sono nos bebês uma mãe mais resignada acrescenta:

Só recentemente o Samuca começou a dormir a noite toda e acordar, eventualmente, depois das 9 horas da manhã – um fato inédito até então em seus quase cinco anos de vida. Compartilhamos a cama sempre que ele tem medo ou pesadelo e, mesmo que a gente não consiga dormir maravilhosamente bem com uma terceira pessoa na cama, sempre o recebemos e dividimos os travesseiros. Então, em vez de gastar uma grana com livros que prometem a fórmula mágica, ouça um bom conselho que (assim como Chico Buarque) eu lhe dou de graça: Dê tempo ao tempo. Eles vão dormir a noite inteira assim que estiverem prontos. Fim. (Blog 6, 20/01/2015)

O depoimento a seguir também retrata a dimensão do “saber-fazer” com a maternidade, respeitando o tempo de cada um dos envolvidos e levando em consideração a transmissão inconsciente presente nas relações entre pais e filhos.

Cinthia relata nunca saber lidar com as situações de birra de sua filha e sempre se sentia paralisada. Até que um dia a pequena balbuciou: “*É só você me abraçar que eu paro de chorar*”. Porém, nem sempre a técnica do abraço surtia efeito. Até que Cinthia se deu conta de que estava carregando um peso maior do que o que podia e, de fato, ela não era uma “supermulher”. Essa compreensão a sensibilizou e a fez chorar sem conseguir parar, conforme seu relato:

Aquele choro meio gritado, meio louco. E eu fiquei em posição fetal e pensei “É só minha mãe me abraçar que eu paro de chorar”. Toim, oin, oin!! Comecei a chorar mais e a rir ao mesmo tempo. Era eu que estava “chorando” o tempo todo sem conseguir chorar. E ela só tentava me mostrar isso. Era eu que precisava olhar para aquele choro. Era eu que precisava consolar aquela criança carente que morava dentro de mim. Era eu que precisava chorar, que precisava de colo. Como NUM PASSE DE MÁGICA, daquele dia em diante Aurora NUNCA MAIS disse aquela frase e aquele chororô todo ACABOU. (Blog 5, 27/04/2016)

A profunda comunicabilidade dos aspectos inconscientes entre mãe e criança, entre a história de vida dos pais e a relação com os filhos demonstra que, quando *algo não vai bem* na experiência materna, um desequilíbrio do mundo mental da criança é observado em seu corpo e comportamento. Diversos depoimentos que temos acompanhado na presente pesquisa demonstram que a tomada de consciência por parte da mãe e o encontro consigo mesma e com sua condição subjetiva é o caminho mais efetivo para a possibilidade de uma relação

genuína com o bebê. Muitas das mães pesquisadas parecem alcançar tais *insights* através da escrita de si nos *blogs*, consoante a declaração abaixo:

Nas minhas reflexões ao escrever este post, defini o tempo sentimental como um processo mensurado não pelos minutos e segundos do velho mundo cartesiano e, sim, um processo mensurado pela alma, pelas emoções, sentimentos, muita paciência e muito “tempo” para que haja muitas pausas em nosso corpo biológico. O tempo cronológico nos diz que a vida não para em nenhum segundo, mas o tempo sentimental é capaz de nos pausar, de nos mostrar que temos todo o tempo do mundo. Um tempo mensurado por nós mesmos, pelos nossos desejos, pelos nossos anseios e, principalmente, pela nossa alma recheada de lembranças e cenas vividas que podem ser experimentadas em qualquer circunstância. (Blog 2, 28/04/2013)

Teresa descobriu que para adentrar no ritmo de sua bebê, a soberania do tempo cronológico devia dar lugar a uma experiência sensível e não mensurável da temporalidade. Para essa mãe, assim como para todas as outras, “o tempo não para”, e nesse caso não é a cronologia das horas e dos minutos que rege suas ações, mas o tempo sentimental, aquele capaz de fazê-la parar a fim de viver a preciosidade do tempo presente e a profundidade dos laços afetivos.

Noutro depoimento, a mesma mãe complementa sua ideia ao transmitir o conceito de *slow parenting*¹⁰⁸. Inicia seu texto relatando que antes da chegada de sua filha ela vivia em um “ritmo de 220”, envolvida com múltiplas atividades laborais e compromissos sociais, sentindo-se sempre cobrada por ser uma profissional competente e produtiva. A experiência do nascimento prematuro de sua filha colocou-a em outra temporalidade, fazendo-a refletir sobre a importância de acompanhar cada fase e ritmo da filha sem impor sobre ela altas exigências típicas da cultura atual. “Com muito sofrimento tive e estou tendo que aprender o que é viver um dia de cada vez, um momento de cada vez, uma conquista de cada vez e uma dificuldade de cada vez.” E acrescenta:

A Maitê Maria, com toda a sua garra pela vida, veio dizer aos seus pais: CALMA, PACIÊNCIA, MENOS, MAIS QUALIDADE, MAIS TEMPO... Não serei uma criança que poderá se aventurar pelo mundo estimulante e pedagógico das escolas tão cedo. Serei uma criança com um outro ritmo no desenvolvimento, afinal de contas, tenho a minha idade corrigida. Escola bilíngue? Esqueçam! O inglês, se eu for aprender, terá que ser mais tarde. Aula de natação para bebês? Só depois... Agora, para brincar,

¹⁰⁸ O *slow parenting* não quer dizer que a estimulação do desenvolvimento não é necessária, especialmente para crianças de risco e/ou com necessidades especiais, mas sim, que há que se ter cautela e paciência para esperar e aceitar o ritmo de aprendizagem e de desenvolvimento que cada criança apresenta. (Blog 2 de Teresa Ruas, em 12 de janeiro, 2014).

para receber muito amor e ter o meu próprio tempo e ritmo de desenvolvimento... estou aqui e prontinha para vocês. (Blog 2, 10/01/2014)

O texto é leve e poético, porém traz em sua essência uma crítica à nocividade do tempo frenético e ao ritmo acelerado no qual a contemporaneidade coloca os pais, levando-os a acreditar que precisam estimular seus filhos a todo instante para que eles não estejam em desvantagem no mundo competitivo. O *post* trata de uma sensibilização sobre a importância de desacelerar a rotina dos pequenos e, para que isto aconteça, os próprios cuidadores precisam desacelerar-se. Um número significativo de mães relata que um dos principais desafios para adentrar na ritmicidade dos bebês são as múltiplas atividades com as quais elas se veem envolvidas:

Lá vai ela, a APENAS mãe. Sempre atrasada e com pressa! Tem tanto por fazer, mas tão pouco tempo para fazer... Enquanto ajuda a filha mais velha com a tarefa de casa, brinca de pintura com a filha mais nova, equalizando os gritos e abstraindo os ruídos. Faz almoço e jantar, dá banho, troca a roupa, escova os dentes, penteia os cabelos... Nessa vida de apenas mãe ela virou enfermeira, cabeleireira, professora, motorista, cozinheira e terapeuta em tempo integral. “Se vira nos trinta” – ela virou equilibrista, palhaço e, por último, mas não menos importante, “enxugadora” de lágrimas. (Blog 4, 16/02/2017)

Dentre todas as atividades elencadas, no depoimento acima, a autora não apontou o aspecto profissional, entretanto talvez seja o elemento que se mostra em maior competição com a maternidade pelo fato de consumir muitas horas semanais. Trataremos dessas questões de maneira mais aprofundada no tópico a seguir, cujo objetivo é discutir as tentativas de conciliação entre maternidade e carreira em um país como o Brasil, onde persiste o descompasso entre as transformações percebidas nos modelos familiares e a forma como o Estado responde a essas questões por meio de políticas públicas e leis trabalhistas.

6.5 Eu precisava integrar essas mulheres dentro de uma só...

“Ter um filho em meio à carreira evoluindo aos 30 e poucos anos parece sempre uma teimosia, um disparate, vez ou outra uma afronta. O fato é que toda a felicidade latente que sinto quando escuto os batimentos cardíacos flagrados no ultrassom

mensal oscila com questionamentos diários e constantes no tom: “Meu Deus, será que vou dar conta de mais um?”¹⁰⁹

A tentativa de conciliação entre carreira e maternidade é assunto bem emblemático nas discussões e apontamentos das mães em *blogs* – tema constantemente recolocado em questão sobre a possibilidade ou não de cuidar dos filhos sem abrir mão dos investimentos na carreira.

Como ponto de partida para tal discussão apresentaremos alguns fragmentos de textos retirados do *blog Mãe at work*, criado por Cintia Dalpino, cujo público-alvo é a mulher que se tornou mãe e é também profissional. O projeto tornou-se uma causa importante para sua idealizadora, tendo em vista que um dos objetivos é trazer à tona os dilemas vividos por mães que estão em busca de “felicidade e plenitude”, querem crescer profissionalmente e não abrirão mão da educação e cuidado com seus filhos para alcançar este fim.

O projeto nasceu a partir de uma necessidade pessoal de expor as situações pelas quais ela passou, através do esforço em alcançar equilíbrio entre maternidade e carreira. Com a criação da plataforma, a idealizadora promoveu um espaço público capaz de conectar mães, compartilhar entrevistas com profissionais e divulgar pesquisas realizadas ao redor do mundo que retratam a realidade das empresas. O *post* de abertura é a história de Cinthia, que compartilha os passos vividos desde a descoberta da gravidez, os dilemas em relação ao trabalho, sua renúncia para permanecer por mais tempo com a filha, até a criação da plataforma, que visa a discutir sobre a temática apontada:

Quando resolvi escrever meu desabafo, queria tentar levar para um número maior de pessoas um questionamento mais profundo em relação à dinâmica “maternidade e trabalho”. Estava cansada demais das abordagens tradicionais das matérias direcionadas a esse público, sempre trazendo a “culpa da mãe”, dando dicas de “como conciliar trabalho e filhos”, sem nunca tratar e enxergar a raiz do problema. [...]. Pode ter certeza que não foi fácil falar sobre questões tão íntimas. Foram anos de sofrimento abafando tudo isso, tentando entender que na verdade não era eu quem estava errada, louca ou fora da curva. Teve mãe que imprimiu a matéria pra mostrar pro marido e pro terapeuta. Porque também se sentia assim. (Blog 5, 24/11/2015)

¹⁰⁹ Trecho retirado da página do Facebook: “Dose Dupla”, de Fernanda Aranda, em seu link: <https://www.facebook.com/gemelar>

Vemos que além de utilizar o recurso da escrita para “desabafar” suas aflições e elaborar sua experiência, a autora do *blog* declara que pretende ajudar outras mulheres que passam por situações parecidas a alcançarem alternativas, minimizando, assim, o conflito. Cinthia pretende ainda olhar para essa questão em profundidade, conforme promete no argumento supracitado. Apresentaremos abaixo alguns trechos de seu texto (*Blog* 5, 20/11/2015) a fim de esclarecer para o leitor os aspectos que a mãe em questão se propõe a discutir em sua plataforma:

Os tempos mudaram...

...e as mulheres foram conquistando espaço e também o mercado de trabalho. Só que o mercado de trabalho não tinha mudado. Logo, essas mulheres se anulavam de todas as maneiras como mulheres para conquistar um espaço predominantemente masculino. Adiam a gravidez em nome da carreira, ou simplesmente criavam uma “máscara protetora” que não as fizesse perder vantagem num mercado competitivo.

As profissionais tiveram filhos...

...e esses filhos não puderam contar com elas. O lance dessas mulheres foi voltar ao trabalho como se nada tivesse acontecido nos quatro meses de licença. Tentar “enganar” com o discurso de que a maternidade “não tinha mudado nada em sua vida”. Que elas continuavam as mesmas. E a tal história: “separe a vida profissional da vida pessoal” ficou martelando na cabeça de todo mundo, como se as pessoas tivessem dupla identidade.

Engravidei acreditando nisso...

...que ser bem-sucedida na carreira envolvia ser fria no mercado de trabalho. Já tinha trabalhado em algumas emissoras de tevê, em rádio, em internet, e visto muita coisa. Aquilo era tão arraigado em meu subconsciente, que me repreendi quando senti vontade de chorar numa gravação, ao me ver grávida. [...]. Aquilo me desqualificaria como profissional? Chorar no ambiente de trabalho? Por via das dúvidas, não contei a ninguém que estava grávida.

Na minha concepção...

...nada, nem ninguém seria capaz de me afastar do meu trabalho. Quando Eva nasceu eu ainda era a profissional que estava de licença-maternidade. Demorou um tempo para entender o que era ser mãe. Aquela entrega toda, falta de controle, sensibilidade exacerbada, amor incondicional, tudo aquilo me tirava do eixo. Não sabia se ia dormir naquela noite, nem se conseguiria almoçar com ela mamando 24 horas por dia. Mas estava enamorada. Nem imaginava o que viria a seguir. Apesar de ter vontade de retornar ao trabalho, eu tinha medo, medo de sair de perto da minha filha. Não imaginava como poderia me dividir. Eu sabia ser uma excelente profissional.

Mas queria ser uma excelente mãe, também. E não imaginava como poderia ser as duas coisas. O mito da supermulher me fazia acreditar que voltar ao trabalho era a coisa mais simples do mundo, que eu era a mesma pessoa, e que se eu realmente quisesse me dedicar à maternidade, teria que fazer uma escolha.

Cinthia problematiza em seu texto um aspecto que temos discutido desde o início desta tese, ou seja, as transformações sociais e culturais da mulher, aumentando a discrepância entre as representações idealizadas em torno da figura materna e as expectativas do mercado de trabalho destinadas à mulher profissional.

Não interessa ao mercado competitivo compreender que a mulher esteja em processo de readaptação à rotina laboral após ter se ausentado por quatro meses para cuidar de um bebê, e ter vivenciado uma avalanche de modificações a partir de tal experiência, comprometendo, ainda que por um tempo, a produtividade laboral. Nem tampouco interessam ao chefe as justificativas de ausências do trabalho em virtude de adoecimento dos filhos.

Nesse sentido, um filho – para as mulheres que anseiam melhores condições de trabalho e desejam galgar ascensão profissional – passou a representar um entrave, trazendo como consequências: a postergação na decisão de ter filhos para a idade-limite da capacidade reprodutiva, a redução significativa no número de filhos, ou ainda a opção por não tê-los. Diante desse cenário, quando as mulheres vivenciam a maternidade tendem a se calar e abafar os sofrimentos advindos da difícil conciliação entre as demandas profissionais e as do bebê, acreditando que “*se muitas mulheres conseguem, eu tenho que conseguir*”.

Conforme apontado no depoimento, vestem-se com “capas de supermulheres” e seguem acreditando que as dificuldades são puramente pessoais e, portanto, devem ser superadas individualmente. Entretanto, quando a temática passa a ser publicizada através dos *blogs*, verifica-se que se trata de uma questão coletiva, demandando um debate mais aprofundado. Em função disso, daremos continuidade ao depoimento de Cinthia, apresentando seus próprios impasses pessoais na tentativa de conciliação entre maternidade e trabalho:

Não consegui me readaptar ao trabalho...

...chegava chorando, ficava sufocada com a possibilidade de estar longe da minha filha o dia todo [...]. Mas eu não tinha coragem de expor meu sofrimento para ninguém. Então, tomei a decisão de largar tudo. Eu ia abrir mão da carreira e me dedicar à minha filha. Comuniquei à Ana, que ficou surpresa e tentou me convencer

a ficar, propondo maneiras de conciliar os horários. Mas eu estava tão dividida como mãe e profissional, que não queria mais representar um papel. Eu queria ser eu mesma. Queria me assumir como mãe. Só não sabia que podia ser mãe no mercado de trabalho. Que podia continuar no trabalho com as características da maternidade que tinham me enriquecido como mulher. E que estas características não me desqualificavam como profissional.

Eu não percebia que...

... na tentativa de fugir da Cinthia profissional, tinha criado outro extremo, a Cinthia mãe. Continuavam os rótulos. Eu continuava sem entender a Cinthia mulher. Que não era nem mãe, nem profissional. E precisava do espaço dela. Eu precisava integrar essas mulheres dentro de uma só. Precisava respeitar a profissional que amava sua profissão, e ao mesmo tempo acolher a maternidade dentro de mim.

Comecei a fazer uma pesquisa...

...e percebi que 90% das mulheres estavam no mesmo barco. As que trabalhavam estavam em conflito porque terceirizavam o cuidado com a criança integralmente. As que estavam em casa também sentiam vontade de voltar ao trabalho, mas não viam oportunidades. Muitas acabavam empreendendo, abrindo pequenos negócios para ter o tal tempo ao lado dos filhos.

Foi quando criei o Mãe At Work...

...para contar da minha angústia em resolver essa questão. Ao trazer isso à tona, atraí milhares de mulheres que se identificaram com a história.[...]embora seja uma causa, ainda pretendo que seja minha fonte de renda e que uma empresa motherfriendly possa apoiá-lo para que eu possa me dedicar integralmente a ele. Enquanto isso, sigo reunindo relatos. De mulheres que sofrem com a discriminação logo que engravidam, de outras que são hostilizadas e discriminadas no ambiente de trabalho porque têm filhos. Das que são demitidas logo que voltam da licença-maternidade. Das que abriram seus negócios próprios. A cada relato percebo como a maternidade ainda causa estranheza no mercado de trabalho. E talvez ainda sejamos coniventes demais com isso. Quando ignoramos uma criança chorando e saímos para trabalhar, quando terceirizamos nossos filhos por tempo demais para que sintamos saudades. Quando inventamos desculpas... para sair e levar a criança ao médico, ou buscar na escola.

Cinthia sofrera uma transformação radical em sua percepção sobre o trabalho após ter-se tornado mãe. Para ela, progressivamente, a relação com a filha foi tomando o espaço antes ocupado pela vida profissional, e a partir de então, a tentativa de conciliação mostrou-se insustentável. Sempre muito exigente consigo mesma, ela afirmava: “*Eu sabia ser uma excelente profissional. Mas queria ser uma excelente mãe, também*”. (Blog 5, s/d)

Sobre esse aspecto Iaconelli (2017) comenta: “Estamos obcecados pelo trabalho – leia-se – pelos bens de consumo que o trabalho acessa e o prestígio decorrente. Estamos também obcecados por uma parentalidade irreal” (para.11). Além disso, o retorno ao exercício profissional demandará a realização de um trabalho subjetivo importante a fim de lidar com as dissonâncias internas e angústia de ambivalência.

No relato a seguir podemos acompanhar precisamente o momento em que Cinthia viveu essa experiência e tomou sua decisão:

Quando girei a maçaneta ouvi passinhos rápidos em direção à porta. Ela estava acordada. Aquele abraço – com bracinhos pequenos e mãos delicadas – me preencheu imediatamente. E fez com que o choro que eu tinha sufocado na garganta explodisse, incontrolável. Ela tinha apenas 1 ano e alguns meses. [...] E foi quando percebi nitidamente o que era a angústia da separação que não sentira desde então, por ter tido o privilégio único de estar com ela todo aquele tempo. Entrei no banho para tentar me desvincular daquela mulher de salto que correra por aeroportos, táxis, reuniões e notei seus olhinhos suplicando minha presença. Deixei que ela entrasse no banho comigo. E de repente me dei conta de que aquele era o único compromisso inadiável que eu tinha na vida. Embora eu tivesse vivenciado o que poderia ser o dia dos sonhos de qualquer pessoa que almejasse sucesso na carreira, o momento mais feliz das últimas 24 horas era estar ali, entregue de corpo e alma à minha filha. Com os olhos cheios de lágrimas, admiti que não conseguiria mais viver aquelas duas vidas. Eu estava separada de mim mesma e precisava escolher quem eu era. E quem eu queria ser. Não podia mais alimentar duas identidades diferentes que não conseguiam se comunicar. Eu teria de fazer uma escolha. E uma renúncia. (Blog 5, 09/07/2015)

Ao deparar-se com a inviabilidade de corresponder a demandas tão antagônicas, a aflição de deixar sua filha isenta de seus cuidados e a impossibilidade de integrar mãe, profissional e mulher dentro de si, ela assumiu a decisão de renunciar à carreira que havia almejado com tanto empenho para entregar-se integralmente a um lugar em si mesma que havia se tornado extremamente convidativo: a maternidade.

Em um primeiro momento chegou à conclusão de que somente assim estaria sendo verdadeira com o seu próprio desejo e com sua filha. Porém, o dilema não cessou quando ela deixou tudo para se dedicar de forma integral à maternidade, pois os princípios de uma mulher que fora criada para trabalhar, ter independência financeira e prestígio profissional estavam entranhados em seu ser e não a abandonariam facilmente.

Foi a partir do reconhecimento de seus sentimentos que Cinthia abriu-se a uma minuciosa pesquisa e deparou-se com experiências semelhantes à sua, ou seja, a insatisfação de mulheres que se mantinham trabalhando e terceirizavam os cuidados dos filhos. Por outro lado havia o descontentamento, não em menor grau, por parte daquelas que tinham optado por ficar em casa e, para isso, abandonaram o projeto profissional.

Tal constatação explicita o conflito que, a partir de então, deixou de ser apenas seu, mas de tantas outras mulheres que desejavam ser mães dedicadas, não tolerando a ideia de deixar os filhos a cuidados terceirizados, porém precisavam ou gostavam de trabalhar.

Conforme temos problematizado, em cada momento histórico a maternidade teve sua representação no laço social que sinaliza o que significa ser mãe em um dado contexto. Para as mulheres de pelo menos dois séculos anteriores, ser mãe era um ato natural, um gesto previsível e um dom instintual. Atualmente, além das mulheres se mostrarem mais confusas em relação à maternidade, elas temem o que o outro social espera delas enquanto mães e profissionais simultaneamente. E para não frustrarem a si mesmas, o entorno social e os filhos, empreendem a tentativa de ser “Toda mãe e Toda mulher”, vivenciando o duelo ininterrupto entre a mãe realizada, feliz, bem instrumentalizada em seu fazer, e a mulher bem-sucedida, responsável, *workaholic*.

O resultado dessa equação é notório: frustração por deparar-se com a impossibilidade de responder a todos esses apelos magistralmente, culpa por não corresponder aos ideais construídos em torno do papel materno e insatisfação na carreira, que não foi tão promissora quanto planejada.

Diante da constatação de que a conciliação entre trabalho e maternidade era bem mais desafiadora do que imaginava, Cinthia (*Blog 5*) inspirou-se em criar uma sessão intitulada “Desabafo Universal” em sua plataforma. Nesse espaço as mulheres relatam suas experiências, os caminhos e descaminhos enfrentados na tentativa de conciliar maternidade e trabalho, como podemos ver nos fragmentos a seguir:

Vamos nos massacrando, em silêncio, achando que só a gente sente aquilo. E vamos repetindo mantras que tentam fazer com que acreditemos que é só uma fase e vamos nos adaptar. Só que estamos cansadas de nos adaptar. Nos adaptamos demais, eu diria. E isso está refletindo nas gerações que estão sendo terceirizadas integralmente. Crianças sem contato nenhum com os pais. (Blog 5, 24/11/2015)

Antes de engravidar começa o conflito. Para a Fernanda Farani foi mais ou menos assim: “Pirei o cabeçaço legal ao ter que escolher entre as duas Fernandas que duelavam há tempos dentro de mim – a workaholic/pau-na-mesa e a housewife/futura-mãe”. (Blog 5, 24/11/2015)

Só que tem quem se sufoca tanto, a ponto de adoecer. A Débora chegou a desenvolver uma doença auto-imune por isso. “A pressão da sociedade para que sejamos perfeitas e maravilhosas em tudo que fazemos gerou em mim esse absurdo... o absurdo de meu próprio sistema imunológico me atacar. Hoje continuo querendo ser bem-sucedida profissionalmente e amo meus filhos mais que tudo nesta vida, daí o conflito ad eternum... entre fincar âncora ou voar!” (Blog 5, 24/11/2015)

Foi bom perceber que não estou sozinha, que muitas e muitas mulheres se sentem perdidas no mercado de trabalho depois de serem mães! No meu caso, trabalhava na empresa há 10 anos e logo que voltei da licença-maternidade me mandaram embora, por qual motivo até hoje não sei. Perguntei se foi produtividade e a resposta foi não, enfim, sem motivo; foi aí que me caiu a ficha: para eles, o meu filho se tornou um problema. (Blog 5, 24/11/2015)

Segundo a Adriana, o assédio moral na gravidez continuou ainda mais agressivo após a licença-maternidade. “Por conta de tanta humilhação tive depressão e em 2013 fui demitida mesmo em tratamento médico. Hoje estou me recolocando no mercado como fotógrafa de família e de crianças especiais. Sofri muito e perdi muito tempo com o meu filho, que hoje tem 4 aninhos, devido à depressão. Estou escrevendo um livro e tentando dar a volta por cima.” (Blog 5, 24/11/2015)

Os trechos explicitam os principais dilemas enfrentados pelas mulheres que visam a estabelecer uma conciliação entre trabalho e maternidade. Elas apontam dificuldades de diversas ordens, tais como: a terceirização do cuidado dos filhos, o duelo constante entre a mulher e a mãe, o adoecimento gerado pela dissonância entre a pressão social, a inadequação profissional e a falta de compreensão por parte do mercado. Essas são situações muito características de uma sociedade que, apesar de ter “aceitado” o papel ativo da mulher na vida pública, ainda não consegue conciliar mãe e mulher na mesma figura. A esse respeito, Badinter (1985) comenta que:

O problema prioritário que se apresenta a toda mãe que trabalha fora de casa é a guarda do(s) filho(s) de menos de três anos. Esse problema envolve dois aspectos distintos: um de ordem material (a quem confiá-lo?) e outro de ordem psicológica (ele se sentirá feliz?). (Badinter, 1985, pp. 341-342)

Para fomentar essa discussão, apresentaremos a transcrição de um vídeo publicado por Fernanda Aranda, em sua página do *Facebook*, comentando o paradoxo entre trabalho e maternidade. A fala de Fernanda teve como motivação disparadora uma situação vivenciada pelo Dr. Robert Kelly, professor de Relações Internacionais do Departamento de Ciências

Políticas e Democracia da Universidade de Pusan (Coreia do Sul), em entrevista concedida a um telejornal da BBC News ao vivo, quando foi interrompido abruptamente por seus filhos pequenos em seu gabinete. Esta cena foi televisionada e o vídeo se espalhou pela internet¹¹⁰, dividindo opiniões sobre a temática filhos/trabalho. O comentário de Fernanda em sua página da rede social foi transcrito praticamente na íntegra por considera-lo relevante à nossa discussão:

A gente tenta trabalhar como se não tivesse filho, e quando está com o filho, a gente tenta estar como se não fossemos profissional. Isso foi algo que eu escutei bastante quando a minha licença-maternidade estava acabando e eu precisava voltar para o trabalho. Eu escutei bastante que uma forma era tentar se desligar e trabalhar como se a gente não fosse mãe. Isto para mim foi bem impossível, porque é mentira. As preocupações, elas se misturam e é isso que faz a gente ficar com uma sensação de ser sempre pela metade, porque quando estamos em casa, nos sentimos uma péssima profissional, e quando estamos no trabalho, pensando em casa, nos sentimos uma péssima mãe [...] Mas o que eu queria propor pra gente pensar é quanto o ambiente de trabalho ainda é um ambiente hostil para os profissionais que têm filhos, né?, porque gera um tremendo incômodo termos uma entrevista interrompida por um choro de criança; a gente ter que pedir licença por algo que está fazendo para dar conta de uma demanda familiar. Parece que é água e óleo, parece que não combina. Eu acho que é esse o grande lance, né? Enquanto a gente continuar insistindo que os bons profissionais, os grandes profissionais, as lideranças e até mesmo a força de trabalho... enquanto a gente continuar insistindo, colocando num pano de invisibilidade que esses profissionais também têm uma vida familiar, e aqui eu estou falando de filhos, enquanto a gente continuar insistindo que isso não é possível, que isso não se mistura, vai continuar sendo um incômodo, percebemos que de vez em quando temos que parar o que estamos fazendo pra cuidar das crianças. É a única forma dos ambientes profissionais acolherem mães, porque pra mulher é muito mais complicado [...] é, sabendo que sim, é possível e é muito provável que esses profissionais podem ser excelentes pais, porque enquanto a gente precisar ser ou uma excelente mãe, ou uma excelente profissional, enquanto isso for uma condição, não vamos conseguir desempenhar essas funções que são exigidas hoje da gente. Então é um paradoxo! [...] A gente não precisa ter essa diáspora: a partir daqui eu sou mãe, e de cá eu sou profissional. Isso é impossível. Isso gera angústia e só faz com que a culpa continue costurando a nossa vida de profissional/mãe.

Fernanda faz uma crítica contundente a uma ideia comumente divulgada de que, na tentativa de conciliação entre trabalho e maternidade, os pais (comumente isso alcança mais as mães) são convocados a promover uma cisão entre as duas áreas da vida, isolando uma da outra a fim de obterem maior eficiência nas respectivas atividades. Porém, tal ideal torna-se inatingível, como temos observado nos discursos apresentados, tendo em vista que estamos

¹¹⁰ Disponível pelo link: <https://www.youtube.com/watch?v=uLzDCgv7kDk>. Acesso em 08/05/2017.

tratando de subjetividades e do modo como a maternidade afeta individualmente cada sujeito e sua profissão. No entender de Badinter (1985):

[...] as mulheres estão mais sensíveis à dualidade dos papéis maternos (centralizados na casa, no interior) e femininos (voltados para o exterior). Fala-se muito da harmonia, da complementaridade e mesmo do aspecto benéfico desses papéis para a criança, mas raramente se evocam os problemas que podem suscitar para a mulher. Nada se diz sobre o seu antagonismo possível, como se isso fosse problema apenas das mulheres. Os homens, e a sociedade que reflete seus valores, não parecem estar perto de remediar essa situação. A única solução sugerida para pôr fim ao conflito dos dois papéis é eliminar um deles, ou seja, o trabalho feminino fora do lar. (Badinter, 1985, p. 339)

Não há como negligenciar o fato de que aspectos como a categoria profissional, a demanda específica de cada trabalho, as horas trabalhadas, a rede de apoio com que a mulher pode contar ou não e a experiência singular estabelecida particularmente com a maternidade estão em jogo nesse processo. Entretanto, corroboramos as ideias de Jerusalinsky (2009) ao considerar que os papéis materno e profissional são inversamente proporcionais, ou seja, o investimento em um gera inevitavelmente o desinvestimento no outro. O que se processa com a chegada de um bebê é um deslocamento de investimento da realização profissional para a maternidade. Tal investimento não será facilmente recuperado, pelo menos enquanto os filhos estiverem em uma fase que demanda maiores cuidados e atenção. Ainda que seja possível trabalhar e ser mãe, é ilusão acreditar que haja uma conciliação perfeita para as duas posições, como o discurso idealizado tenta instituir. Sobre sua experiência, Lisauskas descreve:

Eu que nunca, jamais e em tempo algum cogitei largar o trabalho para cuidar de filho me flagrei imaginando como seria bom se pudesse dar um tempo na carreira para passar mais um tempo só cuidando do bebê [...]. Eu amava desesperadamente meu filho e curti intensamente cada instante que passamos grudados durante aqueles quase cinco meses. Queria ficar mais com ele mas, por outro lado, também sentia falta de me arrumar para sair de casa, do dia a dia de uma redação de telejornal, das reuniões de pauta e, principalmente, dos papos de adulto. Eu também queria muito aquela vida de volta e, de quebra, não podia abrir mão dos meus rendimentos de jeito nenhum. Eu era mãe, mas a maternidade era apenas uma parte da minha vida. Uma parte gigante, enooooorme, sem dúvida alguma, mas concluí que se não voltasse ao trabalho me sentiria infeliz e incompleta. (#Pronto. Falei!) [...]. Mesmo louca para voltar, foi um pesadelo voltar. Dá pra entender? No dia que o calendário impôs eu me arrumei, e na hora de sair para a minha nova velha vida, agarrei-me ao meu filho como se estivesse partindo para uma viagem de meses para outro continente. Meu pai teve praticamente que arrancar o guri do meu colo à força. Fui chorando de casa até o trabalho. (Lisauskas, 2017, pp. 75-76)

No discurso acima vemos que a maternidade passou a ocupar um espaço muito significativo na vida dessa mulher, porém nem por isso se apropriou do espaço de outros desejos e projetos já formulados para si. Ela faz a “confissão” (como se fosse proibido falar disto: *#ProntoFalei!*) de que apesar de amar seu filho estava louca para retornar à vida dinâmica do trabalho e à sua condição de mulher (que se arruma para sair de casa e que tem outros interesses pessoais). Mesmo segura de que era aquilo que deveria fazer no momento da partida, chora a dor da separação, chora o “desamparo” de seu bebê, chora a sua impotência por não ser capaz de estar presente em dois lugares simultaneamente, chora sua própria condição – de sujeito barrado, cindido, impotente.

As mulheres parecem dedicar muito empenho na tentativa de conciliar as demandas maternas e as profissionais, porém o resultado nem sempre sai como esperado. De acordo com pesquisas (Bilac, 2014; Boris, 2014), a autonomia feminina foi conquistada com muitos esforços. No propósito de desconstruir a associação do gênero feminino com o trabalho doméstico e os cuidados com os filhos, as mulheres tiveram que assumir a “dupla jornada” e muitas o fazem até hoje. Porém, segundo esses estudos, a compatibilidade total entre trabalho e filhos é um ideal inalcançável.

Sem sombra de dúvida, as interrupções devido à maternidade e o tempo dedicado aos filhos influenciam diretamente na progressão da carreira, principalmente em uma cultura onde o valor dos homens e das mulheres é mensurado a partir da competência profissional e do ganho financeiro, rechaçando condutas femininas que encarnem a figura da “mãe-do-lar”. Lipovetsky (2000, p.298) comenta essas questões nos seguintes termos: “na medida em que as mulheres estão encarregadas das tarefas maternas, seu desempenho profissional e seu papel público gozam de menor prestígio social: os dois fenômenos caminham juntos”.

Em primeiro lugar, porque a grande maioria das empresas não considera plausíveis os motivos pelos quais as mulheres/mães solicitam adaptações de horário, flexibilização de tarefas e que, desta forma, alguém que pretenda exercer com dedicação o cuidado com os pequenos terá as ambições profissionais pouco estimuladas pela organização, conforme exposto:

Em alguns empregos e profissões a falta de rotina é rotina. Você tem hora para entrar no escritório, mas não para sair. Esperam que você viva para a empresa, responda e-mails de dia, de noite, de madrugada e nos fins de semana, deixe a vida pessoal em

segundo plano e encare as horas extras como um presente, sinal de reconhecimento profissional. Muitas mulheres desistem de amamentar nesse período, já a empresa não está nem aí se você precisa de tempo e de um lugar calmo e tranquilo para retirar leite, que vaza do peito durante o dia como se chorasse de saudade do bebê... [...] O que fazer? Engolir o choro e voltar à roda-viva de uma jornada insana, ou lutar com unhas e dentes por um trabalho mais humano que dê espaço para os cuidados com seu filho? (Lisaukas, 2017, pp. 76-77)

Além disso, por mais que as mulheres tenham vivenciado mudanças expressivas nas últimas décadas, tais como: controle da fertilidade, formação superior, legitimidade do trabalho assalariado, em nada muda o fato de serem responsabilizadas majoritariamente pelos papéis desempenhados na vida privada, em especial o cuidado com os filhos. Em resumo: “mesmo que as mulheres se comprometam cada vez mais com a vida profissional e ainda que os homens assumam mais os encargos domésticos, a supremacia feminina na esfera familiar permanece como a imagem mais provável do futuro” (Lipovetsky, 2000, p. 257).

Para o autor, o lugar contemporâneo das mulheres no mundo do trabalho e da família demonstra o misto do avanço igualitário e da continuidade não igualitária, uma vez que as mulheres ganharam espaços na esfera profissional, mas ainda vivem uma predominância nos papéis domésticos. Então, vejamos: “A dinâmica igualitária conseguiu desqualificar a associação do homem com a autoridade, mas não chegou a arruinar a associação das mulheres com as responsabilidades domésticas” (Lipovetsky, 2000, p.250).

É verdade que a divisão de tarefas familiares pautadas no gênero sofreu algumas transformações nos últimos anos, porém ainda não se estabeleceu equitativamente, haja vista que apesar de a responsabilidade pela economia familiar ter-se tornado compartilhada entre homens e mulheres, o cuidado com os filhos continua sendo prioritariamente de responsabilidade feminina na maior parte das famílias.

Dentre tantos outros aspectos, o descompasso entre as mudanças sociais e o reconhecimento institucional apresenta-se no estabelecimento de leis que dizem respeito aos cuidados com os filhos. Em outras palavras:

O aparato legal e as políticas públicas, de forma geral, foram arquitetados para um modelo de família heterossexual tradicional no qual o lugar simbólico do homem como provedor e da mulher como cuidadora do lar impera. Fora desse modelo – cada vez menos representativo das famílias brasileiras –, os níveis de desproteção legal e social podem ser significativos. (Pinheiro et al., 2009, p. 853)

A partir de direitos adquiridos, a legislação trabalhista brasileira estabelece medidas de proteção à família, a partir do entendimento do Estado de que a maternidade é uma função social, assegurando à mulher: estabilidade para a gestante (desde a confirmação da gravidez até cinco meses após o parto); a licença-maternidade (de 120 dias, extensível por mais 60 dias¹¹¹); o salário-família (auxílio financeiro por filho de até 14 anos de idade ou inválidos de qualquer idade, inversamente proporcional ao valor do salário mensal); o intervalo para amamentação (até que o bebê complete seis meses de idade); e a existência de creche custeada pela empresa, ou o pagamento de auxílio-creche (nos primeiros seis meses de vida dos filhos). Dentre os direitos garantidos aos pais estão a licença-paternidade e o salário-família (benefício que pode ser recebido, simultaneamente, por mães e pais) (Pinheiro et al., 2009).

Sobre a licença-paternidade, a legislação previa até 2016 o período de apenas cinco dias para que o pai pudesse acompanhar a parturiente e o bebê. A partir da lei n. 13.257 (2016), sancionada pela presidente da República, a licença-paternidade se estendeu para 20 dias¹¹². Já a garantia da guarda compartilhada foi estabelecida pela lei n. 11.698 (2008), possibilitando que os pais que estão em processo de separação possam dividir responsabilidades e despesas quanto à criação e educação dos filhos. Contudo, verifica-se uma brecha importante na justiça brasileira, haja vista um pai que opta por cuidar integralmente de seu filho, estando separado ou não da mulher, não tem direito à licença-paternidade estendida, a não ser que venha requerer à justiça, como veremos no próximo tópico.

Uma mulher que opta por ser mãe e manter-se trabalhando precisará contar com uma rede de apoio que assuma suas funções quando os filhos ainda são pequenos (Quem fará isso?). Se ela for assalariada, precisará contar com a compreensão de uma empresa que lhe permita desempenhar alguns atributos que o papel materno lhe exige e que não podem ser

¹¹¹ A prorrogação do período de licença-maternidade de 120 para 180 dias é prevista em lei. O Projeto de Lei n. 11.770 (2008) cria o Programa Empresa Cidadã, de 9 de setembro de 2008, destinado à prorrogação da licença-maternidade mediante concessão de incentivo fiscal, e altera a Lei n. 8.212, de 24 de julho de 1991. A Lei passou a valer desde janeiro de 2010 e prevê que as servidoras públicas federais terão licença-maternidade no período de seis meses. Já às empresas privadas é facultativa esta decisão. Na prática, os quatro meses de licença-maternidade são pagos pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e os outros dois pela empresa. A concessão deste benefício é uma opção da empresa, porém aquelas que aderirem poderão abater integralmente o valor da despesa na declaração do Imposto de Renda. A funcionária deve pedir o benefício diretamente à empresa, que deverá se cadastrar no site da Receita.

¹¹² A prorrogação da licença-paternidade é garantida a todos os funcionários de empresas ou instituições vinculadas ao Programa Empresa Cidadã que a solicitem, no prazo de até dois dias após o parto.

destinados a outrem, pois quando os filhos estão doentes são as mães que lhes prestam os cuidados, majoritariamente. De acordo com os relatos apresentados no *blog* ‘Mãe at work’, a maior parte das empresas não se enquadram como *motherfriendly*, ou seja, não foram projetadas para receber funcionárias com filhos e não possuem responsabilidades sociais ou projetos de acolhimento de crianças¹¹³.

Apesar de se tratar de uma realidade predominante em nosso país, faz-se importante destacar algumas exceções, por exemplo, no caso de Rachel. Trabalhando há um tempo na empresa *Biosev* como consultora de responsabilidade social, passou a se deparar com os efeitos de sua ausência em casa, ocasionados pelas frequentes viagens que, por sua vez, pareciam ser a principal causa dos processos de adoecimento de sua filha.

Em face dessa situação, fez a opção de pedir demissão do trabalho. Todavia, a avaliação positiva de seu desempenho por parte da empresa, e o projeto de implementação de uma nova política que considerasse as necessidades das mães na organização, levou a direção a oferecer uma proposta que lhe possibilitou a voltar atrás no pedido de demissão. A empresa lhe propôs um contrato formalizando a redução para metade da carga horária em formato *Home Office*, e um escopo de trabalho diferente, sem viagens que envolvessem pernoites. Nas palavras de Rachel:

O fato foi que a firma abriu exceção para um teste e uma possibilidade nova porque a empresa nunca tinha testado esse tipo de relação antes. Já havia um indício de que a organização estivesse preocupada com o tema, mas acabei sendo o próprio “case” da firma de quebra de paradigma, porque além da redução da carga horária, não tenho mais a obrigatoriedade de estar fisicamente na empresa todos os dias. (Blog 5, s/d)

É verdade que nem todas as mulheres poderão contar com um posicionamento estratégico como o adotado pela empresa supracitada para resolver a dissonância entre maternidade e carreira. As saídas através das quais as mulheres resolvem esse dilema dependem de variadas circunstâncias externas (como o tipo de trabalho e a condição

¹¹³ Um exemplo concreto e emblemático que ratifica nossa afirmação é o baixo número de empresas privadas que aderiu ao programa *Empresa Cidadã*, o qual prevê um aumento de quatro para seis meses a licença-maternidade. Segundo o Empresômetro – Inteligência de Mercado, criado pelo Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação (IBPT), existem no Brasil 21.054.582 empresas ativas. (Link: <https://listas.empresometro.com.br/> Acesso em 17/9/2017). De acordo com a lista divulgada pela Receita Federal em 1/7/2016, há 19.641 empresas cadastradas no programa *Empresa Cidadã*, o que corresponde a aproximadamente 0,09% das empresas ativas no país. (Link: http://idg.receita.fazenda.gov.br/orientacao/tributaria/isencoes/programa-empresa-cidada/empresa_cidada_relacao_adesoos_1-7-2016.xls/view. Acesso em 17/9/2017).

socioeconômica), da própria subjetividade, bem como das representações que a mulher construiu em torno da maternidade.

Atualmente, muitas famílias sobrevivem também, senão somente, com recursos oriundos do trabalho feminino, impossibilitando as mulheres de deixarem o emprego para cuidar dos filhos. Outras tantas se mantêm trabalhando mesmo após terem filhos, por se tratar de um projeto profissional que envolve desejo, realização e não apenas retorno financeiro. Há aquelas, como vimos no exemplo de Cinthia (*Blog 5*), que abandonam a carreira inicial, reinventando para si novas formas de trabalho que ofereçam maior disponibilidade de tempo e flexibilidade para se dedicarem aos filhos pequenos. Nesse sentido, um dos recursos utilizados pelas mulheres tem sido o empreendedorismo, conforme apontado no discurso:

Lutar contra tudo e contra todos nesse período em que você está tão sobrecarregada física e emocionalmente é um exercício cansativo, sabe? Por isso muitas mulheres se rendem a uma voz vinda sabe-se lá de onde, quase um canto de sereia: largue tudo e vá abrir seu próprio negócio! Vire empreendedora! Vai ser incrível! Você ganha dinheiro e, de quebra, passa o dia inteiro com seu bebê! (Lisaukas, 2017, p. 77)

Lipovetsky (2000) abordou essa questão nos seguintes termos:

Em razão de sua dupla tarefa, as mulheres empregadas deixam as empresas em proporção maior que os homens, preferem exercer uma profissão por conta própria e em domicílio a fim de preservar mais harmoniosamente seu papel de mãe e de mulher profissional. (Lipovetsky, 2000, p. 290)

Para citar um exemplo, no Canadá as mulheres criam três vezes mais empresas do que os homens. No fim dos anos 80, lá as mulheres eram proprietárias de 33% das empresas e no ano 2000 essa proporção chegou a 50%. Na concepção do autor, o empresariado feminino é sinônimo de maior controle dos horários de trabalho e oportunidade de conciliação da vida familiar e profissional. E nos Estados Unidos, por exemplo, 50% das empresas dirigidas por mulheres estão situadas em seus domicílios (Lipovetsky, 2000).

A promessa de felicidade de “ter tudo em um só lugar: trabalho, dinheiro e bebê”, comentada por Lisauskas (*Blog 6*) e discutida por Lipovetsky (2000), em termos de empreendedorismo é perseguida por muitas mães na tentativa de conciliação entre maternidade e carreira. Porém, evidentemente não é isso que fará a mulher conseguir equalizar todas as demandas a ela direcionadas. Não se trata apenas de gerenciamento do

tempo, mas de alcançar a compreensão de ser “*não-toda*” e que toda escolha implicará perdas. Conforme adverte uma das mães:

Assim como as imagens e os depoimentos da maternidade perfeita invadem nossas redes sociais e nosso subconsciente, a maternidade empreendedora cor-de-rosa está se espalhando como a salvadora da relação com nossos filhos. Pode até ser, desde que você saiba que a foto da mamãe super bem produzida, maquiada e feliz com um bebê pendurado no sling enquanto fala ao telefone e trabalha em um laptop não é real. Eu te dou a cena real: troque o tailleur pelo pijama, o cabelo escovado por um coque eterno preso por um lápis ou uma caneta, a maquiagem bem feita por um kit olheiras “passei-a-madrugada-trabalhando-para-aproveitar-o-dia-com-meu-filho”. Porque criança nenhuma fica quieta, distraída com um chocalho no colo de uma mãe concentrada em sua planilha de Excel. (Blog 6, 06/09/12)

Nesse sentido, o empreendedorismo materno pode sim ser uma saída interessante para a conciliação entre trabalho e maternidade, porém não corresponde “*a saída perfeita*”. Na opinião de Cinthia: “*Para muitas mulheres, a questão de “maternidade e trabalho” só será resolvida quando os pais entrarem em cena pra valer. E entrar em cena seria dividir, de fato, os cuidados com a casa e com os filhos.*” (Blog 5, 25/01/2017)

A autora acrescenta que não apenas os problemas relativos à carreira feminina, mas também as relações conjugais serão mais equilibradas e, possivelmente, as taxas de divórcio serão reduzidas se os pais se tornarem mais participativos na educação e cuidados com os filhos¹¹⁴. Cinthia replica o discurso de uma das participantes de seu *blog* ao afirmar que:

Como a conta vai fechar se a gente está sempre sobrecarregada?”, pergunta Laiza, mãe de Tomás, de 3 anos. Divorciada há 1 ano, ela conta que duas de suas amigas se separaram pelo mesmo motivo. O marido quer levar a vida como se não tivesse filhos e sobra tudo pra mulher. Acontece que na época das nossas avós isso era aceitável. Hoje não existe isso. A menos que a mulher opte por ficar em casa cuidando das crianças enquanto o marido trabalha, aí, sim, vejo como um acordo. Mas se ela quer trabalhar e não consegue porque tudo fica em suas costas, é complicado. (Blog 5, s/d)

O depoimento deixa claro que a mulher concebe os cuidados e a educação dos filhos de um modo completamente diferente de gerações anteriores. Se outrora os espaços eram rigidamente definidos – enquanto o homem mantinha o sustento da casa, a mulher cuidava

¹¹⁴ De acordo com uma pesquisa feita por um site americano com cerca de 7 mil mães, 46% delas atribuem o alto nível de estresse ao marido. Entre os fatores estariam: a imaturidade de alguns, que se portam como crianças e requerem cuidados mesmo depois de se tornarem pais, barganhando atenção das esposas (já exaustas pela jornada dupla), e a raiva gerada pela falta de comprometimento com a criação dos filhos e total desinteresse em colaborar com as tarefas da casa, trazendo um cansaço ainda maior para a mulher.

dos filhos e da manutenção doméstica –, na atualidade os cuidados com os filhos precisam ser revisitados tendo em vista que homens e mulheres dividem o orçamento familiar.

Nessa linha de raciocínio, no próximo eixo temático discutiremos a quem se destina a responsabilidade dos cuidados e educação das crianças em um século onde a mulher já tem conquistada a legitimidade de seu papel na vida pública e profissional.

6.6 Venha cá, marido, meu amor, estamos juntos e de mãos dadas nessa caminhada!

Como mãe, luto diariamente para deixar claro ao mundo que minha participação em toda essa aventura de transformar a criança que pari em alguém decente e de cuja legal não cabe só a mim. Eu não a coloquei sozinha no mundo, não vou cuidar dela sozinha, não vou educar sozinha, não vou ficar sem dormir sozinha; venha cá, marido, meu amor, estamos juntos e de mãos dadas nessa caminhada!

(Lisaukas, 2017, p. 87)

Como visto no primeiro capítulo, os discursos advindos desde as proposições rosseaunianas do século XVIII, os valores cultivados ao longo do século XX, principalmente pelas famílias burguesas, e os conceitos fomentados pela Psicanálise delimitaram com precisão os papéis maternos e paternos. Rousseau reuniu diversos argumentos para convencer as mulheres sobre a responsabilização que deveriam ter com seus bebês. Dois séculos depois, ao construir os fundamentos teóricos sobre o desenvolvimento infantil – pautados no modelo de sociedade patriarcal, o legado psicanalítico reforçou tal distinção, na qual à mãe foi destinada a tarefa de amparar, cuidar e interpretar as necessidades do bebê, e ao pai, a função de imposição da lei. A concepção winnicottiana sobre a família e o casal parental se coaduna com a típica realidade de sua época, conforme explicitado:

Todo mundo sabe que o lar do cidadão inglês é o castelo de sua esposa. E, em seu lar, um homem gosta de ver a esposa no comando, identificada com a própria casa. [...] Falar de mulheres que não querem ser donas de casa é, em minha opinião, ignorar uma coisa: que em mais parte alguma, salvo em sua própria casa, uma mulher pode exercer tal comando. Só em sua casa ela é livre, se tiver coragem, para estender-se para encontrar seu próprio eu, sua personalidade plena. (Winnicott, 1945c/2014, p.135)

O discurso carrega elementos do patriarcado, onde o pai mantém autoridade sobre as mulheres e crianças, reduzindo as capacidades e competências femininas ao âmbito doméstico. Foi nesse contexto que Winnicott fundou uma teoria em que o cuidado materno é legitimado como o único capaz de promover o amparo que o bebê necessita para o seu amadurecimento. A mãe, completamente devotada, foi orientada a não dividir a atenção dedicada ao filho com qualquer outra atribuição no início da vida dos pequenos. Seu ritmo, sua disponibilidade afetiva, seu desejo e anseios são voltados para oferecer um cuidado adaptativo ao bebê. O pai, por sua vez, manteve-se em um lugar marginal e coadjuvante quanto aos primeiros cuidados dedicados ao filho. Suas justificativas giraram em torno do fato de o pai ter pouco interesse por crianças pequenas, de estar pouco tempo em casa e de representar um estorvo na relação que está se estabelecendo entre a mãe e o bebê, conforme detalhado no quarto capítulo.

Segundo as proposições apresentadas pelo autor no texto de 1956, a mãe que não se voltasse psicologicamente de maneira devotada para o bebê no início de sua existência estaria submetendo-o a falhas precoces capazes de deixar marcas em seu desenvolvimento emocional. Na ocasião, a posição ativa masculina – principalmente por parte das mulheres muito voltadas ao trabalho, tornou-se é um impedimento importante para a identificação às necessidades do bebê. No texto intitulado ‘Autismo’ (1966), o autor chega a responsabilizar o profundo envolvimento da mãe com seu ofício pelo diagnóstico do filho autista:

Quando a mãe ficou grávida, estava no auge da sua profissão, e levou seis meses para transferir as suas preocupações do trabalho, que era um trabalho muito exigente, para o bebê que estava esperando. Este era o seu terceiro filho. Ela gostava de ter bebês e amamentou este menino por três meses. Depois deste período, contudo, a mãe começou a pensar novamente no seu trabalho e deixou que uma babá muito possessiva tomasse conta dele. (Winnicott, 1966/1997, p. 188)

Tomando como ponto de partida o entendimento winnicottiano sobre o caso acima, levantamos alguns questionamos a título de reflexão: o fato de a mãe ter que dividir as atribuições maternas com tantas outras e o pai assumir os cuidados do recém-nascido, por exemplo, pode representar um fator patogênico para o bebê? A ausência de uma mãe ou a presença de dois pais na família representaria um fator de risco para a criança? A quem se destina o cuidado das crianças na atualidade quando a mãe não puder ou quiser estar lá?

Questionamentos dessa natureza seriam completamente impensáveis há 50 anos, dada a obviedade de a mãe ser considerada a cuidadora principal, enquanto o pai se mantinha no lugar de provedor familiar. Porém, a extensão das ambições femininas teve efeitos em várias dimensões, seja no âmbito familiar, social, profissional e econômico, levando-nos a constatar que a entrada maciça da mulher na vida pública exigiu transformações na divisão de papéis familiares até então estandardizados. A presença atuante dos pais na criação dos filhos não é mais uma novidade para algumas culturas, conforme podemos verificar:

*Mas a cada dia que passa, a influência paterna fica mais em evidência. Já comentei aqui no blog, por exemplo, que o relacionamento com o pai pode, inclusive, influenciar a personalidade do filho em formação e até sua percepção de felicidade. E agora, pesquisadores mostram que o pai influi também na educação dos filhos, acelerando os processos de aprendizagem. De acordo com um estudo publicado no *Infant Mental Health Journal*¹¹⁵, os bebês aprendem mais rápido quando os pais estão presentes ativamente no dia-a-dia deles. (Blog 3, 17/08/2017)*

A mãe em questão traz dados apoiados em pesquisas que atrelam a importância da participação dos pais desde o início da vida de um sujeito. Na atualidade, não é incomum depararmos com pais que alimentam seus filhos e trocam-lhes fraldas, “e não é preciso que se diga que, por isso, estariam realizando seu ‘lado feminino’ ou exercendo uma função que seria ‘naturalmente’ materna: estão simplesmente sendo pais” (Neder, 2016, p.126). Na mesma direção: “quando afirmamos que um homem está exercendo uma *função materna*, estamos reforçando a ideia de que aquelas características que ele apresenta são características de mãe que, por sua vez, é uma mulher” (Ramos & Belo, 2016, p.214). E ainda:

[...] é importante salientar que uma predisposição masculina para cuidar de bebês não implica um sujeito afeminado, homossexual ou maternal, mas sim um homem paternal, já que a capacidade de cuidar depende, sobretudo, das contingências a que o sujeito foi submetido ao longo de sua história, e não da identidade de gênero. (Novaes & Belo, 2016, p. 133)

Por essa razão, problematizaremos a ideia de complementaridade das tarefas de cuidado, onde atividades específicas devam ser executadas especificamente por cada um dos cuidadores. A família monoparental é um excelente exemplo para fortalecer nosso argumento: se apenas a mãe ou o pai é capaz de exercer o papel de cuidado sem a necessidade de

¹¹⁵ A mãe refere-se à seguinte pesquisa: Sethna, V. et al., (2017) Father–Child Interactions at 3 months and 24 months: contributions to children's cognitive development at 24 months. *Infant Mental Health Journal*, vol. 38, issue 3. May/June, 378-390.

complementação, isto significa dizer que nos sujeitos a capacidade de cuidar e educar uma criança independe da complementaridade dos gêneros.

Recorrendo aos *blogs* encontramos o exemplo de André Boaventura, que gerou espanto às mulheres quando chegou a um evento de mães empreendedoras em São Paulo, bem como quando nas férias escolares levou seu filho para o trabalho, levantando a bandeira de que a empresa deva tornar-se *motherfriendly* (ou melhor, *parentsfriendly*) com a criação de um espaço *kids* para que todos possam levar seus filhos em período de férias escolares. André tem o discurso sobre equidade dos cuidados na ponta da língua e dá a seguinte dica aos pais:

É muito mais difícil cuidar de filho do que trabalhar. Talvez seja por isso que muitos pais fujam da raia. É mais fácil aguentar pressão e cara feia do chefe do que o choro do filho e não saber o que fazer. Mas quando não se permitem vivenciar a paternidade, os pais perdem. Perdem a melhor experiência de suas vidas. E ela não volta. (Blog 5, 24/01/2017)

Outro exemplo interessante foi o de Paulo Renato Vieira Castro¹¹⁶, que acompanhou de perto o desenvolvimento das filhas gêmeas após conseguir uma decisão inédita na Justiça Brasileira de gozar uma licença-paternidade de 180 dias. O fato de considerar insuficientes os 20 dias de licença para cuidar das filhas recém-nascidas, levou-o até os tribunais com o seguinte argumento: “*Mas, se para uma criança existe uma pessoa cuidando dela por 180 dias, por que com duas crianças não deveria ser igual? E ninguém melhor do que o próprio pai para acompanhar.*”

Margareth Polatnick (1973, citada por Chorodow, 1990), ao indagar por que se instituiu que as mulheres maternam e os homens não, chega à conclusão de que esta é uma compreensão que serve apenas para a manutenção das diferenças de poder no controle social. Os homens, por muito tempo, se valiam do poder social para perpetuar a maternação das mulheres e se opunham a esse papel para si próprios, uma vez que cuidar de crianças é uma ocupação não paga, de menor *status* e pertencente ao mundo privado. A permanência exclusiva das mulheres nesse papel ratificou a ausência de poder feminino e controle social. Porém, essa divisão pouco equitativa vem sendo questionada nos últimos tempos, conforme aponta Badinter (1985):

¹¹⁶ Fonte: <http://dc.clicrbs.com.br/sc/estilo-de-vida/noticia/2017/04/pai-de-gemeas-consegue-na-justica-licenca-paternidade-de-180-dias-em-santa-catarina-9783177.html> Acesso em 30/4/2017.

Amamentar, dar banho e comida, vigiar os primeiros passos, consolar, cuidar e tranquilizar à noite... são gestos de amor e de devotamento, mas são também sacrifícios que a mãe faz pelo filho. O tempo e a energia que ela lhe dedica são também algo de que ela se priva em favor do filho. Ora, esse dom de si mesma, que se afigura tão natural e tão específico ao seu sexo há quase dois séculos, parece estar sendo questionado pelas mulheres. (Badinter, 1985, p. 339)

Além disso, as múltiplas formatações familiares deixam de ser exceção na cultura atual e servem como um parâmetro importante para nossa discussão. Apesar de esta tese não tratar especificamente da monoparentalidade e homoparentalidade, estas são temáticas que se interseccionam com o que vem sendo proposto nesta seção temática, a saber, a discussão sobre os papéis parentais.

A divisão de trabalho por gênero tenta determinar que as tarefas de cuidado são inerentes à natureza feminina e as manifestações de “sujeitos masculinos” ao desempenhar tal atividade são denunciadas como feminilização e vice-versa. (Novaes & Belo, 2016). Vejamos o que aponta Winnicott (1987/1994) a esse respeito:

Da mesma forma, as mulheres não ficam o tempo todo agitadas, pensando que deveriam estar tomando conta de um bebê. Jogam tênis, têm um trabalho que as absorve inteiramente, e fazem, com bastante naturalidade, *todo tipo de coisas masculinas*, como por exemplo serem irresponsáveis, darem tudo como certo e sem necessidade de questionamentos, ou participarem de corridas de carros. (Winnicott, 1987/1994, pp.2-3, grifo nosso)

O autor pondera que as mulheres podem desenvolver outras atividades para além dos cuidados com os filhos, porém ao fazê-las estariam desempenhando coisas típicas masculinas. Esta compreensão também se aplica quando um homem se dedica a cuidar de um bebê, uma vez que Winnicott considera que ele estaria lançando mão de aspectos femininos de sua personalidade.

O momento histórico e social em voga coloca em relevo a presença ativa de ambos os pais nos cuidados com os filhos pequenos. A crítica à rígida delimitação dos papéis familiares se pauta exatamente nas transformações contingenciais das últimas décadas, tendo em vista que as organizações sociais e familiares de que estamos tratando não correspondem à realidade descrita por Winnicott¹¹⁷, por exemplo. Para Belo, Guimarães e Fidelis (2015) a

¹¹⁷ Segundo os dados do último censo fornecido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2010 mais de 880 mil homens residiam com seus filhos sem a presença de cônjuge ou parente, demonstrando que o conceito de que a mãe é a cuidadora por excelência não se coaduna com as práticas contemporâneas e a

teorização winnicottiana sobre os papéis parentais representa uma dobra ideológica que se mantém reproduzindo os valores interessantes à burguesia. Logo, se o discurso psicanalítico se tornou um dos principais responsáveis por estabelecer a divisão dos papéis e cuidados parentais segundo o gênero, diante das mudanças nas relações familiares e sociais, cabe também à teoria psicanalítica rediscutir esses aspectos a partir das novas organizações familiares, tais como as monoparentais e homoparentais.

Apesar das transformações observadas, a mentalidade heteronormativa continua preponderante conforme podemos observar. Diante dos casais homoafetivos é comum as pessoas tentarem localizar quem desempenha o papel feminino ou masculino na relação, e na família, quem opera o papel materno ou paterno, quando se trata da homoparentalidade.

O argumento contra a homoparentalidade no que tange aos cuidados com os filhos repousa na ausência de diferenciação sexual entre os pais, o que geraria uma falta de referência para os filhos e, por conseguinte, acarretaria problemas de natureza sexual. Segundo Passos (2007), o mais importante é que a criança seja recebida por pessoas que a desejem, conforme aponta:

[...] a diferenciação sexual de um casal não é um elemento indispensável ao desempenho das funções paterna e materna. Mais do que os signos da sexualidade, são os enunciados simbólicos que diferenciam as posições assumidas pelo casal parental no contexto da filiação. Está em jogo, neste caso, o que um e outro membro assumam diante da dupla conjugal e do filho(a). É, antes de mais nada, a forma como um casal homossexual decide ter filhos, como procura viabilizar essa decisão e como se oferece a esse filho (a), que constituem os fundamentos da parentalidade e da estrutura do grupo familiar. (Passos, 2007, p. 278)

Uma das funções essenciais exercida pelos pais com relação aos filhos é a inserção na cultura. Para tanto, a criança necessita ser alçada pela instituição familiar, que deverá ser capaz de transmitir os valores do meio em que a família está inserida. Nesse sentido, a configuração familiar em si não é condição para a presença ou ausência de saúde no sujeito, porém a legitimação ou não dessa família no laço social trará consequências no que tange ao pertencimento ou exclusão. Esta posição é fundamentada pela clínica atual, que vem mostrar que as crianças criadas em famílias homoparentais ou monoparentais, por exemplo, não

realidade de vários países. Esta é mais uma prova de que a capacidade de cuidar de um bebê não está definida pelo gênero ou pela capacidade biológica de gerar filhos, e sim construída através do estabelecimento do vínculo entre o adulto cuidador e a criança.

apresentam dificuldades no campo da identidade sexual, como se pensava, nem tampouco as crianças criadas em famílias heterossexuais têm “garantias” de estabilidade emocional e subjetiva.

Para os autores (Neder, 2016; Belo, Guimarães & Fidelis, 2015) que discutem essas questões, a divisão dos papéis parentais segundo o gênero pode ser nociva para todos os envolvidos: para o pai, que fica impedido de usufruir da terna intimidade da criação de uma criança; para a mãe, que se sentirá sobrecarregada pela exclusividade nos cuidados com os filhos; e para a própria criança, que será privada de uma relação mais equilibrada com ambos os pais. Lisauskas (2015) levantou questões dessa natureza ao problematizar as funções parentais nos seguintes termos:

Muitas vezes a mulher não divide as tarefas simplesmente por não ter com quem dividir. Muitos pais ainda acreditam que existem “coisas de mãe” e “coisas de pai” e, por isso, se furtam a participar ativamente da criação dos filhos – que grande azar o deles, preciso dizer – mas também que grande infortúnio delas, que têm sobre seus ombros todas as demandas dos filhos e muitas vezes da casa e, claro, sentem-se com isso sobrecarregadas, estressadas e frustradas por carregar nas costas um mundo que não foi construído somente por elas. (Lisauskas, 2017, p. 87)

As novas proposições – sejam elas psicanalíticas ou jurídicas – que conclamam os pais a uma maior participação na vida dos filhos, proporcionam o contato e o desenvolvimento de uma relação saudável e afetuosa com ambos os pais, e a abertura de espaços para que cada um dos envolvidos se dedique a outros interesses e aspectos da vida dissociados das demandas dos filhos, essencial inclusive para o bem-estar psíquico de cada um dos cuidadores (Silva & Belo, 2016). Conforme preconiza Neder (2016):

[...] com a recusa da ideologia separatista, a mãe não tem que se anular como mulher, e o pai conquista o direito à proximidade afetiva com o bebê, desvencilhando-se da toga da autoridade que o obriga a se afastar do cotidiano de sua prole. Todos os encargos implicados na criação de um filho hoje podem ser objeto de uma escolha e de uma negociação. (Neder, 2016, p. 127)

A teoria do Complexo de Édipo, proposta por Freud, se apoiava no modelo vitoriano da família patriarcal, o que significa dizer que a figura paterna era sinônimo de autoridade soberana e todos os outros membros da família estariam subjugados ao pai, inclusive a mãe. Contudo, diversos modelos de famílias constituídos no final de século XX e início do XXI

questionam essa separação entre *pater* e *mater*. Neste sentido, alguns psicanalistas apresentaram novas visões para se pensar essas questões.

Jean Laplanche (1992), ao propor os *Novos fundamentos para a Psicanálise*, estabelece uma nova compreensão sobre o Complexo de Édipo a partir da teoria da “sedução generalizada”. O autor faz uma crítica ao biologismo da pulsão e propõe que as estruturas psíquicas são formadas a partir do cuidado, e mais especificamente, através da sedução e do recalçamento originário. Por meio do desempenho das tarefas de cuidado, uma série de mensagens enigmáticas (verbais e não verbais), impregnadas do caráter sexual, são transmitidas e, por sua vez, sempre serão de ordem traumática devido à passividade da criança diante do adulto.

Além disso, o autor está em desacordo com o caráter universal com que Freud propôs a teoria da triangulação edípica, como se ela fosse suficiente para explicar todas as relações entre pais e filhos, independentemente do contexto sociocultural. Ele refuta essa ideia por considerar que este tipo de relação não está presente em todas as culturas, segundo antropólogos. Laplanche (1987/1988a) conceitua a “situação originária” como o confronto do recém-nascido dependente com o mundo adulto. Isto significa dizer que um bebê precisa da presença de um adulto que dele cuide, capaz de garantir o seu bem-estar, a fim de que se transforme em um ser impelido pela pulsão, não especificando que seja um homem ou uma mulher.

Em outras palavras, a proposição laplancheana foi responsável por atribuir importância ao papel do adulto cuidador junto a um bebê, independentemente das funções de pai e mãe ou de gênero masculino e feminino. Para o autor, a questão sexual é compreendida como um regime de satisfação e excitação, prazer e tensão vividos pela criança. O recalçamento originário de onde partirão as estruturas psíquicas advém do recalçamento dos significantes enigmáticos lançados pelo adulto, porém somente o recalçamento secundário, correlativo ao Édipo e ao Complexo de Castração, vem selar a constituição do inconsciente (Laplanche, 1988b).

A singularidade de cada indivíduo deve-se exatamente a esse encontro com o enigmático de cada cuidador e de cada família, daquilo que não se fala, porém transmite-se inconscientemente. “A alteridade cuidadora irá impreterivelmente cometer falhas em sua

atividade de cuidar, pois não pode se livrar desses conteúdos que são estrangeiros até para ela mesma” (Ramos & Belo, 2016, pp. 211-212).

Corroboramos tal posicionamento de que a condição de constituição e formação de um sujeito não depende exatamente de quem (homem ou mulher) exerce essa função. O que está em jogo nesse processo é, em primeiro lugar, que aquele que cuida seja capaz de reconhecer ali um sujeito, ou seja, o olhar do adulto cuidador deve antecipar e supor um sujeito onde ele ainda não está. Isto se dá através de um campo de trocas afetivas e comunicacionais onde o bebê age, ainda que de maneira reflexa, e é devidamente compreendido e atendido.

Belo (2016), em suas pesquisas sobre a temática da paternidade, parte do pressuposto de que quando um homem deseja cuidar de um bebê, na posição de pai, temos uma relação libidinal como qualquer outra, isto é, sujeita a todas as vicissitudes pulsionais. Esta ideia é concebida a partir de uma lógica muito simples: tendo o pai vivido experiências arcaicas de cuidado quando era um bebê, terá elementos dessa situação originária para serem atualizados nos cuidados com o filho, tal qual a mãe. Desse modo, não é o fato de gerar uma criança que habilita uma mulher a cuidar de seu bebê, e sim a experiência de ter sido um bebê um dia. Nas palavras de Ferreira e Aiello-Vaisberg (2006):

[...] o cuidado devotado pode ser executado, por exemplo, pelo pai ou por alguém que esteja presente de forma espontânea no momento oportuno com aquele bebê, sendo assim capaz de realizar suficientemente bem sua função [...]. Ademais, se um homem chegou a ser pai, só pôde por ter nascido de uma mãe. Se cresceu e sobreviveu, é porque algum cuidador dele se ocupou. (Ferreira e Aiello-Vaisberg, 2006, p. 140)

Nesse sentido, porque denominar como materna uma função que pode ser desenvolvida por qualquer ser humano que se disponha a expressar um gesto criativo e genuíno de cuidado, recorrendo a sua própria experiência de cuidado ainda quando era um bebê?

Nessa linha de raciocínio, as autoras supracitadas propõem a denominação “cuidador devotado comum”. Com tal proposição não descartam o fundamento teórico que sugere um cuidado espontâneo, autêntico, integrado e operado por um verdadeiro *self*, porém não estão de acordo com o fato de que ele deva se restringir exclusivamente à mãe, uma vez que existem outras situações humanas caracterizadas pelo cuidado fundamental. Nessa lógica, o

paradigma não é o da maternagem e sim o do cuidado espontâneo e devotado (Ferreira & Aiello-Vaisberg, 2006). Nas palavras das autoras:

Aqui estamos contemplando a devoção a acontecer de forma espontânea, autêntica, como o é na maioria do tempo visto com a mãe “preocupada” comum, mas que pode ser reportado ao cuidado realizável, também, por outros que não a mãe, como os pais, avós, tios, professores, por alguém interessado em criar. Essa forma de pensar faz muito sentido quando nos remetemos às famílias adotivas. (Ferreira & Aiello-Vaisberg, 2006, p. 141)

As autoras supracitadas retomam a importante noção winnicottiana, de que o *ser* advém do sentimento de existir, oriundo das experiências de continuidade vividas no início da vida. A partir da capacidade de *ser* suficientemente boa, a mãe oferece ao bebê a possibilidade de encontrar o seio que, conseqüentemente, permitirá ao bebê o encontro com o próprio *self*. Essa experiência é comum à vida tanto dos homens quanto das mulheres, “o que nos faz acreditar que ambos possam vir a ser capazes de auxiliar um outro ser rumo à existência” (Ferreira e Aiello-Vaisberg, 2006, p. 140). Se a partir de Winnicott, o pai seria capaz de proporcionar uma experiência de proteção e cuidado para a mãe, “por que não seria capaz de ofertar um bom ambiente inicial diretamente ao bebê?”

Marie-Hélène Brousse (2006, citada por Barroso, 2015), ao fazer uma releitura sobre o conceito de parentalidade para pensar nas funções de cuidado necessárias a uma criança, sugere que tal noção proporciona um apagamento das diferenças entre funções paternas e maternas, até há pouco bem estabelecidas. Se antes o sistema se baseava na dualidade pai e mãe, e em uma complementaridade entre ambos, a noção de parentalidade surgiu do deslocamento da autoridade paternal para a autoridade parental, que para a autora é consequência do declínio da imago do pai (Brousse, 2006). Nas palavras de Brousse (2015, p. 203) temos que: “[...] é em função dessa nova orientação que nós podemos alcançar as consequências do aparecimento de um novo laço fundamental que substitui o laço dominante pai/mãe: o laço entre o (pai e mãe) e a criança”. Os cuidados e a autoridade podem ser intercambiáveis, e não de posse exclusiva de cada um dos pais.

Em países como a França, por exemplo, em que tradicionalmente a relação entre feminino e maternidade é particularmente diferente, comparada a outros países, mãe, pai e Estado se responsabilizam mutuamente pelo cuidado das crianças. Para se ter uma ideia, 40% dos casais franceses substituíram a amamentação ao seio, permitindo que ambos os pais

possam encarregar-se do aleitamento do bebê. Além disso, o consenso sobre o papel do Estado na criação e educação das crianças está tão claro, que a opinião pública chega a ser severa com as carências do Estado no que diz respeito ao número insuficiente de vagas para as crianças em creches (Badinter, 2011).

Na França não há uma cobrança moral que imponha às mães serem as únicas cuidadoras de seus filhos e, por esta razão, passaram a ser tidas como “péssimas mães” em relação a outras culturas. Os filhos vão desde muito cedo para as creches, inclusive aqueles cujas mães não trabalham, mas consideram importante passar um tempo sem seus bebês para que possam dedicar-se a outros interesses. Paradoxalmente, a França é o país com mais elevada taxa de natalidade da Europa. Segundo Badinter (2011), isso se deve ao fato de os ideais em torno da figura materna não serem tão exigentes como em outros países. Confortáveis por não serem submetidas às exigências de ser **a** mãe, porém **uma** mãe, as mulheres francesas parecem sentir-se mais encorajadas a procriar.

Em contrapartida, noutras culturas cuja responsabilidade de cuidar dos filhos continua sendo endereçada prioritariamente para as mães, as taxas de natalidade costumam ser mais baixas, uma vez que a maior parte das mulheres já alcançou uma posição de simetria profissional e social com os homens, sentindo-se muito prejudicadas em ter que abrir mão das horas de trabalho e do retorno financeiro para dedicar-se a um bebê.

No Brasil, o paradigma em relação à divisão de tarefas por gênero, seja no que concerne aos papéis familiares ou às tarefas domésticas, vem lentamente sofrendo alterações. Porém, trata-se de um movimento incipiente em algumas localidades do território nacional. Lisauskas sugere:

[...] preciso lembrar que está nas mãos da nossa geração mudar a maternidade e a paternidade do futuro. [...]. Nenhuma mãe nasce mãe, mas ela é educada a vida inteira para ser mãe. Nenhum pai nasce pai, mas os meninos são desestimulados a vida inteira a se transformarem em pais. Se não podem brincar de boneca, nem de casinha, nunca puderam lavar a própria roupa ou tirar um prato da mesa, como esperar que eles entendam no futuro o que é uma vida a dois? (Lisauskas, 2017, p. 89)

Alguns discursos demonstram que o rígido estabelecimento das funções parentais estão se desconstruindo, abrindo espaço para novas formas de relação:

Muita coisa tem mudado, ainda bem. As mulheres e os homens já se deram conta de que pai não ajuda, pai cria junto. Quando ele troca fralda, dá banho no filho ou passa madrugadas insones tentando consolar o bebê, faz a mesma coisa que você faria se estivesse na sua vez, ou seja, nada mais do que a obrigação. (Lisauskas, 2017, p. 89)

Muitos homens, por outro lado, já topam percorrer o caminho inverso e consideram a hipótese de serem eles os cuidadores dos filhos – eu conheço alguns casais que fizeram as contas e foram os pais que abriram mão do emprego para cuidar da casa e dos filhos, já que as mães ganhavam mais. (Lisauskas, 2017, p. 76)

A nosso ver, tais transformações devem ser avaliadas como importantes avanços sociais e subjetivos que beneficiam pai, mãe e filhos, tendo em vista que as relações familiares se tornam mais equitativas e equilibradas. Os *blogs* de pais que relatam a experiência de criar seus filhos sozinhos, dentre eles, *Manual do pai solteiro* e *Sou pai solteiro*¹¹⁸ demonstram que o lugar descrito pela Psicanálise winnicottiana para o pai vem sendo paulatinamente desconstruído.

A descrição de que o pai é aquele responsável por criar as condições favoráveis para o estabelecimento de um ambiente seguro para a dupla mãe-bebê, ou alguém que opera a separação mãe-bebê, convocando sua parceira a se reposicionar no lugar de mulher e instituindo para a criança a lei paterna, não se sustenta mais como outrora. É cada vez mais comum observarmos a participação por parte dos pais na vida dos filhos pequenos, assumindo os papéis de cuidado e afeto. Santos & Belo (2016) propõem a expressão “funções de cuidado”, ou seja, um termo menos comprometido com o estabelecimento rígido de papéis de acordo com o gênero. Conforme explicitado por um pai:

*De forma geral, os pais de hoje parecem participar mais da criação de seus filhos, não só por terem sido convocados para esse papel, mas também por mudanças culturais que lhes permitiram se incumbir e ter prazer nesse cuidado. Penso que ser pai é ter segurança de que você quer participar de todos os momentos possíveis desse começo de vida, é poder deixar-se tocar por seu próprio mundo infantil, é trocar fraldas e ter infinitas noites mal dormidas, é contar histórias e músicas de ninar de sua infância; enfim, aprender a ser pai junto de sua parceira ou parceiro*¹¹⁹.

¹¹⁸ Criado por Aggeo Simões (Link: <http://manualdopaisolteiro.blogspot.com.br/>) e Lizandro Chagas (Link: <http://www.soupaisolteiro.com.br/>), respectivamente.

¹¹⁹ Texto de Tomás Bonomi. Link: <http://conexoesclinicas.com.br/tornando-se-pai/>

Seguro de seu papel na vida dos filhos, o pai em questão abre-se ao reencontro com o seu próprio universo infantil, ciente de que é através dele que poderá ofertar o cuidado necessário ao filho. Discursos desta natureza são cada vez mais comuns nas parcerias conjugais, nos *blogs* e nas famílias. Portanto, enquanto estivermos proferindo vãs interpretações de que a mulher que trabalha e tem independência é considerada “fálica”, e o homem que cuida de um bebê é considerado sensível e com aspectos femininos aflorados, estaremos estigmatizando as funções de acordo com o sexo e reproduzindo o modelo falocêntrico, o que reforça a dobra ideológica que confere as funções de cuidado como sendo naturais e não arranjos socialmente estabelecidos.

No âmbito da Justiça brasileira, os benefícios trabalhistas relacionados à família precisam acompanhar as transformações sociais e culturais de nosso país com vistas a se tornarem mais coerentes, possibilitando aos pais uma maior participação nos cuidados com os filhos, bem como favorecendo uma conciliação mais equilibrada entre a mulher profissional e o papel materno.

A despeito de certas transformações na realidade brasileira, ainda é visível que os direitos relacionados aos filhos priorizam a mãe como cuidadora, não incentivando os pais através de medidas concretas a uma participação mais efetiva junto aos primeiros cuidados. Neste sentido, não seria um equívoco afirmar que o fundamento sobre o qual se sustenta nossa legislação despreza e ignora outras formas de organização familiar, tais como as homoafetivas e as monoparentais masculinas. Podemos concluir, com isso, que a regulação social do trabalho naturaliza a ideia da maternidade como destino feminino e ignora o comprometimento dos homens com a paternidade responsável, trazendo consequências importantes para a mulher profissional/mãe e para os pais que cuidam de seus filhos. Conforme sugerem Pinheiro et al. (2009):

Um avanço importante nesse sentido seria a introdução de um sistema mais flexível de licença-parental, no qual “o direito à licença¹²⁰ com salário integral para cuidar do filho possa ser exercido indistintamente pelo pai ou pela mãe. (Pinheiro et al., 2009, p. 855)

¹²⁰ Compreende-se como licença-parental aquela que é ofertada para ambos os pais e que pode ser usufruída de maneira compartilhada entre eles.

Cuidar das crianças é uma tarefa que está prevista na Constituição Federal no art. 227, como um dever do Estado, da sociedade e da família, portanto, de ambos os pais. Nesse sentido, homens e mulheres teriam o mesmo dever e condições de cuidar dos filhos, demandando uma revisão na compreensão da sociedade sobre a distribuição desses papéis.

Além de outros ganhos, a existência de licenças-paternidade mais extensas ou de licenças-parental mais extensas contribui para a construção de novos modelos de masculinidade e feminilidade que, espera-se, valorizem a corresponsabilidade, o compartilhamento de tarefas e o exercício da paternidade responsável. (Pinheiro et al., 2009, p. 857)

A Suécia, seguida dos demais países nórdicos, foi pioneira nas experiências com a licença-parental. Tais países, comprometidos com o patrimônio humano, investem na primeira infância, facultando aos pais estabilidade e mais tempo para se disponibilizarem aos filhos, com a finalidade de que os cuidados ofertados lhes garantam uma base segura, favorecendo o desenvolvimento físico e emocional dos futuros cidadãos. Além disso, promovem uma relação mais igualitária na divisão de trabalhos, concedendo à mulher melhores condições de conciliação entre trabalho e maternidade.

Medidas dessa natureza não contribuem apenas concretamente com as mulheres que buscam conciliar maternidade e carreira, ou com os homens que querem permanecer mais tempo com seus filhos, mas fomentam transformações simbólicas que melhor se coadunem com as práticas sociais e culturais de nossos tempos, ou seja, reduzindo a associação direta e exclusiva entre os cuidados com filhos e feminilidade.

Estamos cientes de que transformações paradigmáticas dessa natureza se processam muito lentamente. Entretanto, todos nós, profissionais de saúde, de ciências humanas e sociais, somos convidados a incluir no rol de nossas discussões os cuidados dos pequenos em uma cultura perpassada por uma pluralidade de mudanças.

PALAVRAS PARA CONCLUIR

Dentre os aspectos que caracterizam a sociedade atual podemos destacar: a pluralidade de escolhas, a mobilidade social, o impacto das tecnologias e, principalmente, a ausência de referências simbólicas estáveis que norteiem como cada indivíduo deve exercer seu papel no laço social. Nesse contexto, os sujeitos do nosso tempo devem produzir seus próprios arranjos e invenções para lidar com a variabilidade de demandas sociais, bem como com as implicações subjetivas que se apresentam em decorrência deste cenário de incertezas. Assim, o objetivo desta pesquisa foi discutir as reinvenções da mulher relativas ao processo de tornar-se mãe frente às contingências da contemporaneidade, tensionando-as a partir da concepção winnicottiana sobre maternidade.

A retomada histórica realizada no segundo capítulo com fins de caracterizar a relação da civilização com as crianças e da mulher com os filhos em alguns períodos históricos, apontou para a noção de que a maternidade é influenciada por diversos fatores. O que atestou a necessidade de discuti-la a partir de pontos emblemáticos em pauta nos nossos tempos. Essa discussão não se faz presente apenas no campo da Psicanálise ou daqueles que se interessam e pensam nas relações humanas. Deparamo-nos com a temática nas mais variadas expressões artísticas, na música, no cinema, na roda de amigos, nos *blogs*, o que nos leva a constatar que a maternidade não ocupa mais um lugar de obviedade, marcada apenas pelos norteadores biológicos, mas passou a ser interrogada, questionada, problematizada desde o ponto em que a escolha por tornar-se mãe passou a ser definida pela mulher ou pelo casal.

Talvez em nenhum outro momento da história assuntos tão privados, como a maternidade e as questões que a circundam, tenham se publicizado como atualmente. Para muitas mulheres, a escrita em *blogs* ou as trocas através de grupos virtuais são hoje parte integrante da construção da maternidade como vimos no sexto capítulo. Apesar do caráter público dos *blogs*, as mães parecem não temer expor sua individualidade, afetos e ambivalências.

Verificamos que é exatamente no endereçamento ao outro que se localiza a intenção da escrita dos elementos maternos no ciberespaço. A presente pesquisa nos levou a perceber que o olhar do outro, através dos comentários, fazem função de sustentação e suporte às

experiências subjetivas no tocante à maternidade. Pudemos perceber que a criação dos *blogs* de maternidade visa a responder a uma demanda de compartilhamento de ideias, dúvidas, medos, desilusões, frustrações, alegrias, enfim, um rol de afetos que fazem parte da experiência de tornar-se mãe.

Nesse sentido, a escrita em *blogs* foi vista como um meio através do qual o sujeito pode elaborar suas experiências, bem como construir saídas criativas para lidar com as demandas relativas à maternidade. Por essa razão, a depender da maneira como é tomado, tal espaço pode ser compreendido como um espaço potencial no sentido winnicottiano, isto é, quando se torna capaz de potencializar a invenção do sujeito. Paradoxalmente, se ao espaço cibernético for direcionada uma busca errante por respostas estandardizadas, tal experiência poderá obstaculizar o alcance das saídas genuínas e fundamentais à maternidade, que deverão ser construídas de maneira singular.

Através da leitura de textos publicados nos virtuais, deparamo-nos com um material discursivo riquíssimo que reflete como as mulheres, que ali se expõem, pensam nos desafios entre maternidade e vida social, nas dissonâncias entre os modelos tradicionais e nas condutas hodiernas referentes aos cuidados dos filhos.

O interesse em indagar questões dessa natureza a partir da perspectiva psicanalítica se deu em virtude do fato de elas ressoarem no campo da clínica. O que significa dizer que transitar entre a teoria psicanalítica e as novas organizações familiares é uma urgência que se impõe a todos nós que nos ocupamos do sofrimento humano e dos diferentes modos de subjetivação. Dito de outro modo, ao problematizar a temática da maternidade/parentalidade, colocamos em relevo os modos como o cuidado humano vem sendo operado e por quem, desconstruindo assim modelos universalizantes preestabelecidos.

Por mais que Winnicott não se pretenda propositivo em sua teorização, suas “orientações” fomentam o modelo da mãe idealizada construído historicamente nos séculos XIX e XX. Nosso trabalho não veio a propor uma crítica conceitual em si, mas revisitar alguns pressupostos teóricos a fim de que possam se coadunar com as características culturais e temporais da atualidade. Estamos cientes de que Winnicott não teria como problematizar as questões aqui elencadas tendo vivido e atuado na realidade britânica da década de 50. Neste ponto, chegamos à conclusão de que nossa crítica não foi direcionada ao médico, psicanalista

e exímio pesquisador clínico, mas às ressonâncias de sua teorização presentes até hoje na escuta clínica de muitos profissionais.

Não há como ouvir as mães que chegam aos consultórios na atualidade a partir de paradigmas que não se harmonizam com nossos tempos. Não dá para nos surpreendermos e continuarmos fazendo ligeiras e equívocas interpretações do contexto familiar quando, por exemplo, o pai (ao invés da mãe da criança) comparece trazendo seu filho para a primeira sessão de análise. Nem tampouco tomarmos como uma “inversão de papéis” o fato de uma mulher trabalhar fora enquanto o pai cuida das crianças. Inversão do quê? De que papéis?

Os papéis sociais e familiares são construídos a cada tempo a partir das contingências em voga. “Escutar” as mulheres que de modo muito singular escrevem sobre suas experiências com a maternidade nos permitiu evidenciar um ponto de virada. Apesar de herdeiras de um antigo modelo de idealização da “boa e devotada mãe”, as mulheres de nosso tempo acenam para novos horizontes cujo exercício da maternidade vai sendo criado e recriado a partir das contingências de cada realidade familiar e social.

Importante salientar que nossos tempos se caracterizam por uma dissonância discursiva presente entre a mulher livre, empreendedora, moderna, independente, e alguns discursos “maternalistas” que demandam disponibilidade e devoção integral aos filhos, de modo que para atendê-los, os anseios e desejos da mulher devam ser colocados em suspenso, ainda que provisoriamente.

Revisitando a história e destacando o momento crucial de transformação das mulheres no movimento revolucionário da década de 60, vemos que para as mulheres que optaram deixar o universo privado em prol da conquista do espaço público, delegar o cuidado dos filhos a outrem, utilizando-se de artefatos como a mamadeira, não parecia gerar tantos conflitos.

Na atualidade, entretanto, deparamo-nos com mães que vivem constantemente uma angústia adjacente à tentativa de equilibrar-se entre a maternidade e a realização profissional, a presença e a ausência do lar. Sentem-se culpadas por deixar os filhos aos cuidados de outrem, isso quando não abrem mão de seus projetos para cuidar exclusivamente das crianças, conforme identificado na pesquisa. Evidentemente que afetos como culpa e autocobrança

fazem parte da história individual e subjetiva de cada mulher, contudo quando tais experiências pessoais se apresentam expandidas socialmente merecem ser avaliadas a partir dos discursos que norteiam determinado grupo social.

O conceito da boa mãe (relativo à disponibilidade integral) é uma construção moderna e que permanece no imaginário cultural até os dias de hoje, acrescido, na atualidade, da busca pela alta *performance* e a ilusão de completude. Além disso, a cultura da imagem fomenta inúmeros ideais inatingíveis, porém responsáveis pela produção de uma infundável angústia. Em outras palavras, a demasiada culpa presente nos depoimentos maternos é fruto de discursos, práticas e políticas que são interpretados pela mulher como exigências de ser simultaneamente *Toda Mulher* e *Toda Mãe*. Tais exigências têm operado importantes desdobramentos subjetivos na mulher, que ao invés de se “dividir” nesses dois papéis, tem como idealização multiplicar-se na tentativa de fazer um apagamento de suas faltas, seja como mãe ou como mulher.

Outro ponto recorrente na fala das mães é a posição assimétrica em relação aos homens quanto ao trabalho e ao cuidado dos filhos. É inegável que a participação paterna ante os cuidados dos filhos pequenos tenha sofrido profundas transformações em relação a gerações anteriores, entretanto, não há como negar que a preponderância em relação à disponibilidade materna ainda se faz presente na maior parte das famílias brasileiras.

Os discursos produzidos no último século sobre o cuidado dos bebês, particularmente advindos da Psicanálise, consideram que um bebê humano, para se constituir como um sujeito, necessita de um outro que desempenhe funções de cuidado e nomeação. Conforme apresentado ao longo da tese, Winnicott explicita claramente que tal tarefa deve ser preferencialmente exercida pela mãe, atrelando o “cuidado devotado comum” ao bom desenvolvimento emocional primitivo. Na ausência da mãe, o agente de cuidado deverá exercer seu papel a partir do elemento puro feminino presente em si. Tal proposição fez com que Winnicott chegasse a questionar como ficaria a figura paterna para uma criança cujo pai lançou mão dos elementos femininos presentes em si para prestar-lhe cuidados iniciais.

Apoiados no argumento laplancheano, sustentamos nesta tese a posição de que a atividade de cuidado destinado a um bebê nada tem a ver com o sexo ou gênero de quem cuida. Qualquer adulto que deseje, independente do sexo biológico, pode exercer um cuidado

suficientemente bom, possibilitar o *holding* e criar um ambiente saudável para a criança, de “macieza, ternura”. Ainda que ao homem não seja possível desempenhar a função nutriz (esse é um forte argumento que mantém a mãe como principal cuidadora dos filhos), ele pode perfeitamente exercer todas as outras funções de cuidado, afinal, assim como a mãe, o pai também tem as referências de ter sido cuidado um dia.

Apesar do cuidado dos bebês por parte dos pais ter sido uma pauta no presente trabalho, estamos convictos de que a concretização de tais transformações no âmbito brasileiro depende das contínuas discussões teóricas e movimentos políticos (como, por exemplo, o direito a licença paternidade por tempo prolongado) a fim de que tais atos sejam legitimados socialmente. Nossa crítica seguiu na direção de apontar que a posição heteronormativa da obra winnicottiana dificulta o entendimento do funcionamento das famílias monoparentais, homoparentais e daquelas cujos pais não exercem suas funções a partir dos modelos preestabelecidos, mas ambos podem compartilhar os cuidados equitativamente.

Diante das elaborações realizadas ao longo desta tese, deparamo-nos com a necessidade de fazer avançar na clínica a compreensão sobre os “modos” como se opera a maternidade na atualidade. Uma das conclusões que esta tese nos permitiu alcançar foi o fato de não existir um modelo de maternidade que corresponda a todos os ideais culturais. É cada vez mais comum depararmos com múltiplas possibilidades de se operar com a maternidade.

Suspender as idealizações em torno da figura materna talvez seja a alternativa que melhor se coaduna com o retrato que está a nossa frente. Cada mulher, cada família, em cada contexto sociocultural sinalizará o que é possível no que tange aos cuidados com os filhos pequenos. Essa proposição corresponde à ética própria da psicanálise, a saber, a valorização da dimensão da singularidade e subjetividade nos diversos contextos da vida humana. É exatamente para este Norte que esta tese aponta com a finalidade de abrir novas discussões que coloquem em questão o tema da maternidade/parentalidade na atualidade.

REFERÊNCIAS

- André, S. (1998). *O que quer uma mulher?* Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Aragão, R. O. (2007). *A construção do espaço psíquico materno e seus efeitos sobre o psiquismo nascente do bebê*. (Dissertação de Mestrado). Programa de Estudos Pós-graduados em Psicologia Clínica. Núcleo de Psicanálise. Laboratório de Psicopatologia Fundamental. Pontifícia Universidade Católica – São Paulo, SP, Brasil. Recuperado de <https://sapientia.pucsp.br/handle/handle/15630>.
- Aranda, F. (13 de março, 2017). *Crianças invadindo os nossos ambientes de trabalho*. [Página do Facebook]. Recuperado de https://www.facebook.com/gemelar/?hc_ref=ARR163eBX9EZHxh8821yg9w-L6MSF-M5Ibv7YeLxeFhrLm8RhaRUQvRoXy8OwmhljoM&fref=nf
- Àries, P (2006). *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro: LTC. (Original publicado em 1981).
- Arteiro, I. L., & Passos, M. C. (2016). *A transicionalidade na escrita de blogs de maternidade – um meio de elaboração da experiência*. Anais do VII Congresso de Psicopatologia Fundamental e XIII Congresso Brasileiro de Psicopatologia Fundamental. João Pessoa – PB, Brasil.
- Artières, P. (1998). Arquivar a própria história. In: *Revista Estudos Históricos*, v. 11, n.21. Rio de Janeiro.
- Aulagnier, P. (1990). *Um intérprete em busca de um sentido*. São Paulo: Escuta.
- Badinter, E. (1985). *Um amor conquistado – O mito do amor materno*. Tradução de Waltensir Dutra. 4ª. Edição. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- Badinter, E. (2011). *O conflito entre a mulher e a mãe*. Tradução de Véra Lúcia dos Reis Rio de Janeiro: Editora Record.
- Balint, A. (1985). Love for the Mother and Mother-Love. In Balint, M. *Primary Love and Psycho-analytic technique*. London Hogarth Press. (Original publicado em 1939)
- Bauman, Z. (2004). *Amor líquido*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.
- Barros, M. N. (2013). *A trama paradoxal do ódio no psiquismo*. (Tese de Doutorado). Universidade Católica de Pernambuco. Doutorado em Psicologia Clínica – Recife, PE, Brasil. Recuperado de http://www.unicap.br/tede/tde_arquivos/12/TDE-2014-09-04T163411Z-707/Publico/maria_neuma_carvalho_barros.pdf
- Barros, P. (2015). *“Eu vinha rodando pela rua”: Que ponto de ancoragem para o sujeito adolescente em situação de rua?* (Tese de doutorado). Programa de Pós-graduação em Psicologia Clínica. Laboratório de Psicopatologia Fundamental e Psicanálise. Université Paris Diderot – Paris VII e Universidade Católica de Pernambuco – Recife, PE, Brasil. Recuperado

- de http://www.unicap.br/tede//tde_arquivos/12/TDE-2016-04-19T160814Z-845/Publico/paula_cristina_monteiro_barros.pdf
- Barroso, S. F. (2015). Mãe simbólica e função da mãe. In *Curinga – Maternidades Contemporâneas*. Belo Horizonte: Escola Brasileira de Psicanálise – Seção Minas, n.40, outubro, 59-72.
- Belo, F. R. R., Guimarães, M. R., & Fidelis, K. A. B. (2015). Pode um pai ser cuidadoso? Crítica à teoria da paternidade em Winnicott. *Psicologia em Estudo*, Maringá, v. 20, n.2, maio/jun, 153-164. Recuperado de <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/PsicolEstud/article/view/24274>. doi: 10.4025/psicolestud.v20i2.24274
- Benhaïm, M. (2007). *Amor e ódio – A ambivalência da mãe*. Tradução Inesita Barcellos Machado. Rio de Janeiro: Cia de Freud.
- Benjamin, W. (1992). O Narrador: Reflexões sobre a obra de Nikolai Leskov. In Benjamin, W (org) *Sobre Arte, Técnica, Linguagem e Política*. Tradução de Maria Luz Moita, Maria Amélia Cruz e Manuel Alberto. (pp. 27-57). Lisboa: Relógio D'Água, 1992. (Original publicado em 1936).
- Bilac, E. (2014). Trabalho e família: articulações possíveis. In *Tempo Social, revista de sociologia da USP*. (Vol. 26, n.1). São Paulo, 129-145. Recuperado de <https://www.revistas.usp.br/ts/article/view/84984>. doi: 10.1590/S0103-20702014000100010
- Boris, E. (2014). Produção e Reprodução, casa e trabalho. In *Tempo Social, revista de sociologia da USP*. (Vol. 26, n.1). São Paulo, 101-121. Recuperado de <https://www.revistas.usp.br/ts/article/view/84982>. doi: 10.1590/S0103-20702014000100008
- Boellstorff, T. (2008). *Coming of age in Second Life*. New Jersey: Princeton University Press.
- Braga, A. (2008). *Personas materno-eletrônicas: feminilidade e interação no blog Mothern*. Porto Alegre: Sulina.
- Brasil. (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm.
- Brasil. (2009). Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas e Estratégicas. *II Pesquisa de Prevalência do Aleitamento Materno nas capitais brasileiras e Distrito Federal*. 1a ed. Brasília – DF: Editora do Ministério da Saúde. Recuperado de http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/pesquisa_prevalencia_aleitamento_materno.pdf
- Brasil. (2017). Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. *Bases para a discussão da Política Nacional de Promoção, Proteção e Apoio ao Aleitamento Materno*/ Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. – Brasília: Ministério da Saúde, 68p.

- Brasil. (2017). Unicef. *Iniciativa Hospital Amigo da Criança*. Página na internet. Recuperado de <https://www.unicef.org/brazil/pt/>
- Brousse, M-H. (2006). Um neologismo da actualidad: La parentalidade. In *Quarto-révue de psychanalyse*, n. 88-89, Bruxelles: ECF-ACF em Belgique, déc., 139-148.
- Bydlowski, M. (1992). Les infertiles. “*Les mères*” – *Nouvelle Revue de Psychanalyse*, Paris: Gallimard, n. 45, 143-160.
- Bydlowski, M. (1998). La transparence psychique de La femme enceinte. In *Alliances autour du bébé*. Paris: PUF, 101-109.
- Bydlowski, M. (2002). O olhar interior da mulher grávida: Transparência psíquica e representação do objeto interno. In Corrêa Filho, L., Corrêa Girade, M. H. & França, P. (Orgs.). *Novos olhares sobre a gestação e a criança até 3 anos: saúde perinatal, educação e desenvolvimento do bebê*. Brasília: L.G.E. Editora.
- Caron, N. A. (2000). *A relação pais-bebê*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Carvalho, L., & Belo, F. (2016). O amadurecimento de Kafka: A teoria winnicottiana aplicada à Carta ao Pai. In Belo, F. *Paternidades: interpretações a partir de Laplanche e Winnicott*, (pp. 141-167). Petrópolis – RJ: KBR.
- Cavalcante, R. B., Calixto, P., & Pinheiro, M. M. K. (2014). Análise de Conteúdo: considerações gerais, relações com a pergunta da pesquisa, possibilidades e limitações do método. *Inf & Soc.: Est.*, João Pessoa – PB, v. 24, n. 1, jan./ abr., 13 –18. Recuperado de <http://www.ies.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/10000/10871>
- Ceccarelli, P. R. (2012). Considerações sobre pesquisa em psicanálise. In Melo & Junior (org), *Psicologia: diálogos contemporâneos*. (p.137-146). Curitiba – PR: CRV.
- Chodorow, N. (1990). *Psicanálise da Maternidade. Uma Crítica a Freud a Partir da Mulher*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, CLT.
- Cimino, T. (2017). Temos que falar sobre isso [Blog]. Recuperado de <https://temosquefalarsobreisso.wordpress.com/>
- Dalpino, C. (2017). Mãe at work. Recuperado de www.maeatwork.com.br
- Debray, R. (1988). *Bebês/ mães em revolta*. Tradução Leda Mariza Vieira Fischer. – Porto Alegre: Artes Médicas.
- Deutsch, H. (1960). *La psicologia de la mujer*. 5a ed. Buenos Aires: Editorial Losada. (Original publicado em 1945).
- Dias, E. O. (2012). *A teoria do amadurecimento de D. W. Winnicott*. 2a ed. São Paulo: DWW Editorial, 2012.

- Dolto, F. (2007). *As etapas decisivas da infância*. Tradução Maria Ermantina de Almeida Prado Galvão; revisão técnica Cláudia Berliner. 2a ed. São Paulo: Martins Fontes. (Original publicado em 1994).
- Ferreira, M. C., & Aiello-Vaisberg. T. M. J. (2006). O pai ‘suficientemente bom’: algumas considerações sobre o cuidado na psicanálise winnicottiana. *Mudanças – Psicologia da Saúde*, 14(2), jul-dez, 136-142. Recuperado de <https://www.metodista.br/revistas/revistas-ms/index.php/MUD/article/viewFile/644/644>
- Figueiredo, L. C., & Minerbo M. (2006). Pesquisa em psicanálise e a Pesquisa com o método psicanalítico. *Jornal de Psicanálise*, São Paulo, 39(70), junho, 257-278.
- Fontanella, B. J. B., Ricas J., & Turato, E. R. (2008). Amostragem por saturação em pesquisas qualitativas em saúde: contribuições teóricas. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 24, n.1, janeiro, 17-27. Recuperado de <http://rpq.revista.sepq.org.br/index.php/rpq/article/view/82>
- Foucault, M. (2014). *História da sexualidade I: a vontade de saber*. 1a ed. Tradução Maria Thereza da Costa Albuquerque & J.A. Guilhon Albuquerque. São Paulo: Paz e Terra (Original publicado em 1976).
- Foucault, M. (1992). A escrita de si. In Foucault, M. *O que é um autor?* (pp. 129-160). Lisboa: Passagens. (Original publicado em 1983).
- Freud, S. (1995). *Projeto de uma Psicologia*. Tradução Osmyr Faria Gabbi Junior. Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1895).
- Freud, S. (1996). Escritores criativos e devaneio. In *Obras Completas de Sigmund Freud*, ESB. (Vol. IX) (pp. 133-143). Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1908 [1907]).
- Freud, S. (2010). Introdução ao Narcisismo. In *Obras Completas de Sigmund Freud* (Vol. XII). Trad. Paulo César de Souza (pp. 13-50). São Paulo: Companhia das Letras. (Original publicado em 1914).
- Freud, S. (2010). Os instintos e seus destinos. In *Obras Completas de Sigmund Freud* (Vol. XII). Trad. Paulo César de Souza (pp.51-81). São Paulo: Companhia das Letras. (Original publicado em 1915).
- Freud, S. (1996). Dois verbetes de enciclopédia; (A) Psicanálise. In *Obras Completas de Sigmund Freud*, ESB. (Vol. XVIII) (pp. 287-307). Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1923[1922]).
- Freud, S. (2011). A dissolução do Complexo de Édipo. In Freud, S, *Obras Completas* (Vol. XVI). Trad. Paulo César de Souza. (pp. 203-213.) São Paulo: Companhia das Letras. (Original publicado em 1924).
- Freud, S. (2011). Algumas consequências psíquicas da diferença anatômica entre os sexos. In *Obras Completas de Sigmund Freud* (Vol. XVI). Trad. Paulo César de Souza (pp. 283-299). São Paulo: Companhia das Letras. (Original publicado em 1925).

- Freud, S. (1996). Inibição, sintoma e angústia. In *Obras Completas de Sigmund Freud* (Vol. XVII). Trad. Paulo César de Souza (pp. 81-152). São Paulo: Companhia das Letras. (Original publicado em 1926).
- Freud, S. (1996). A questão da análise leiga: pós-escrito. In *Obras Completas de Sigmund Freud*, ESB. (Vol. XX). (pp. 179-248). Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1927).
- Freud, S. (2011). Sobre a Sexualidade Feminina. In Freud, S, *Obras Completas* (Vol. XVIII). (pp. 371-398). Trad. Paulo César de Souza – São Paulo: Companhia das Letras. (Original publicado em 1931).
- Freud, S. (1996). Conferência XXXI – A dissecação da personalidade psíquica. In *Obras Completas de Sigmund Freud*, ESB. (Vol. XXII). (pp. 75-120). Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1933).
- Freud, S. (2011). Novas Conferências Introdutórias à Psicanálise – Conferência 33 – Feminilidade. In Freud, S, *Obras Completas* (Vol. XVIII). (pp. 263-293). Trad. Paulo César de Souza – São Paulo: Companhia das Letras. (Original publicado em 1933).
- Giddens, A. (1993). *A transformação da Intimidade*. São Paulo: UNESP.
- Gilbert, N. (2008). *A mother's work. How feminism, the market and policy shape family life*, Yale University.
- Goffman, E. (1981). Replies and responses. In Goffman, E. *Forms of talk*. Filadélfia: University of Pennsylvania.
- Grinfeld, P. L. P. (2015). Quem se agarra a quê, a quem e para quê? Trabalho apresentado no *III Encontro Internacional e X Encontro Nacional sobre o bebê* (ABEBÊ – Associação Brasileira de Estudos sobre o Bebê). Rio de Janeiro.
- Hakim, C. (2000). *Work-lifestyle choice in the 21st century*, Oxford University Press.
- Hilferding, M. (1991). *As bases do amor materno*. Tradução Teresa Pinheiro. São Paulo: Escuta. (Original publicado em 1911).
- Houzel, D. (2004). As implicações da parentalidade. In L. Solis-Ponton (Org.), *Ser pai, ser mãe – Parentalidade: Um desafio para o terceiro milênio* (pp. 47-51). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Homem, M. L. (2017). O mito do amor parental. Vídeo para o canal do Youtube *Casa do Saber*. Recuperado de <https://www.youtube.com/watch?v=qAlsO1hHCWE>.
- Iaconelli, V. (2015). *Mal-estar na maternidade: do infanticídio à função materna*. São Paulo: Annablume.
- Iaconelli, V. (2017). ‘Estar sempre com os filhos não é o melhor para os filhos’. Entrevista com Rita Lisauskas. Recuperado de: <http://emails.estadao.com.br/blogs/ser-mae/estar-sempre-com-os-filhos-nao-e-o-melhor-para-os-filhos-afirma-psicanalista>.

- Jerusalinsky, J. (2008). Angústia na Pós-Maternidade. *Rev. Associação Psicanalítica*. Porto Alegre, n.35, jun./dez, 09-20.
- Jerusalinsky, J. (2002). *Enquanto o futuro não vem. A Psicanálise na clínica Interdisciplinar com bebês*. Salvador, BA: Ágalma.
- Jerusalinsky, J. (2009). A criação da criança: letra e gozo nos primórdios do psiquismo. *Tese de Doutorado em Psicologia Clínica*. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Recuperado de <https://sapientia.pucsp.br/handle/handle/15847>
- Kehl, M. R. (2008). *Deslocamentos do feminino*. Rio de Janeiro: Imago.
- Knibiehler, Y. (2000). *Histoires des mères et de la maternité en occident*. Paris: Press Universitaire de France, 2012.
- Komesu, F. (2004). Blogs e práticas da escrita de si na internet. In Marcushi, L. A.; Xavier, A. C. *Hipertexto e gêneros digitais: novas formas de construção do sentido*. (p. 110-119). Rio de Janeiro: Lucerna.
- Laplanche, J. (1988a). *Novos fundamentos para a Psicanálise*. Tradução Cláudia Berliner. São Paulo: Martins Fontes. (Original publicado em 1987).
- Laplanche, J. (1988b). Interpretar com Freud. In Laplanche, J. *Teoria da Sedução Generalizada e outros ensaios*. Tradução. Doris Vasconcelos. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Lebovici, S. (1987). *O bebê, a mãe e o psicanalista*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Lei n. 5.442 de 01 de maio de 1943. *Consolidação das Leis do Trabalho*. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del5452.htm.
- Lei n. 11.698/08 de 13 de junho de 2008. Institui e disciplina a guarda compartilhada. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11698.htm
- Lei n. 11.770/08 de 9 de setembro de 2008. Cria o Programa Empresa Cidadã, destinado à prorrogação da licença-maternidade mediante concessão de incentivo fiscal, e altera a Lei n. 8212, de 24 de julho de 1991. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11770.htm
- Lei n. 13.058/14 de 22 de dezembro de 2014. Lei da Guarda Compartilhada. Altera os arts. 1.583, 1.584, 1.585 e 1.634 da Lei n. 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Recuperado de: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13058.htm
- Lei n. 13.257 de 08 de março de 2016. Dispõe sobre as políticas públicas para a primeira infância. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/l13257.htm
- Leupp, K. (2011). *Even Supermoms Get the Blues: Employment, Gender Attitudes and Depression*. In *American Sociological Association's 106th Annual Meeting*. Recuperado de http://www.asanet.org/search_results.cfm?q=Even%20Supermoms%20Get%20the%20Blues%3A%20Employment%2C%20Gender%20Attitudes%20and%20Depression

- Lévy, P. (2010). *Cibercultura*, Tradução Carlos Irineu da Costa, 3a ed. São Paulo: Editora 34.
- Lima, N. L. (2009). A escrita virtual na adolescência: os blogs como um tratamento do real na puberdade, analisados a partir da função do romance. Tese de doutorado. UFMG/FAE, 394p. Recuperado de <http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/handle/1843/FAEC-84XNCM>
- Lipovetsky, G. (2000). *A terceira mulher: permanência e revolução do feminino*. Tradução Maria Lucia Machado – São Paulo: Companhia das Letras.
- Lisaukas, R. (2017). Ser mãe é padecer na internet. Recuperado de <http://emails.estadao.com.br/blogs/ser-mae/>
- Lisaukas, R. (2017). *Mãe sem manual*. Belas Letras: Caxias do Sul – RS.
- Lobo, L. (2007). *Segredos Públicos: os blogs de mulheres no Brasil*. – Rio de Janeiro: Rocco.
- Lobo, S. (2008). As condições de surgimento da “Mãe Suficientemente Boa”. *Revista Brasileira de Psicanálise* – Volume 42, n.4, 67-74. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0486-641X2008000400009
- Machado, A. (1991). A elegia do Amor Mateno. In Dangelo, J.; Machado, A. *O humor do show medicina*. Belo Horizonte-MG: Atheneu Cultura.
- Manual de Publicação APA (2012). *American Psychological Association*; tradução: Daniel Bueno; revisão técnica: Maria Lúcia Tiellet Nunes. 6ª ed. – Porto Alegre: Penso.
- Marcuschi, L. A. (2004). Gêneros textuais emergentes no contexto da tecnologia digital. In Marcuschi, L. A.; Xavier, A. C. *Hipertexto e gêneros digitais: novas formas de construção de sentido*. Rio de Janeiro: Lucerna.
- Martins, A. (2014). Reflexões sobre as funções do pai na inserção da criança na realidade partilhada a partir de Winnicott. In Rosa, C. D. (Org.) *E o pai? Uma abordagem winnicottiana*. (pp. 265-274). São Paulo: DWW Editorial.
- Mezan, R. (2002). Psicanálise e cultura, psicanálise na cultura. In *Interfaces da psicanálise* (pp. 317-392). São Paulo: Companhia das Letras.
- Minerbo, M. (2000). *Estratégias de investigação em Psicanálise: desconstrução e reconstrução do conhecimento*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Muylaert, E. (1998). Construções de um futuro: o sujeito e a virtualidade. Departamento de Psicologia. *Dissertação de Mestrado em Psicologia Clínica* – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. Recuperado de http://www.dbd.puc-rio.br/pergamum/biblioteca/php/pbasbi2.php?codAcervo=163875&codBib=0&codMat=,&flag=&desc=&titulo=Publica%E7%F5es%20On-Line&contador=0&tipo=bd&letra=td&cod=&texto=&posicao_atual=4259&posicao_maxima=19091

- Moro, M. R. (2005). Os ingredientes da parentalidade. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, 8(2), 258-273. Recuperado de <http://www.scielo.br/pdf/rlpf/v8n2/1415-4714-rlpf-8-2-0258.pdf>
- Naffah, N. A. (2006). A pesquisa psicanalítica. *Jornal de Psicanálise*, São Paulo, 39(70), junho 279-288. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-58352006000100018
- Neder, M. (2016). *Os filhos da mãe: como viver a maternidade sem culpa e sem o mito da perfeição*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra.
- Nelson, A. M. (2006). A Metasynthesis of Qualitative Breastfeeding Studies. *Journal of Midwifery & Women's Health*, 51, 13-20.
- Nicolaci-da-Costa, A. M. (2005). Primeiros contornos de uma nova “configuração psíquica”. *Cadernos CEDES – Antropologia e Educação Interfaces do Ensino e da Pesquisa*, Unicamp – Campinas, v. 25, n.65. 71-85. Recuperado de <http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v25n65/a06v2565.pdf>
- Novais, G. V. S., & Belo, F. (2016). Gênero, Sexualidade e Papéis Sociais: leitura psicanalítica. In Belo, F. *Paternidades: interpretações a partir de Laplanche e Winnicott* (pp.115-140). Petrópolis – RJ: KBR.
- Organização Mundial da Saúde (1999). *Manejo da desnutrição grave: um manual para profissionais de saúde de nível superior e suas equipes de auxiliares*. Tradução e revisão Dra. Cristina M.G. Monte. Brasília
- Ong, W. (1998). Oralidade e cultura escrita: a tecnologização das palavras. Campinas – SP: Papirus.
- Ong, W. (2003). Oralism to Online Thinking. In *Explorations in Media Ecology* (2/1), 43-45. New Jersey: Hampton Press.
- Otero, C. (2013). *Os laços sociais na era virtual: um novo discurso?* (Dissertação de Mestrado) Mestrado Profissional em Psicanálise, Saúde e Sociedade – Universidade Veiga de Almeida. Rio de Janeiro. Recuperado de <http://docplayer.com.br/5070959-Programa-de-pos-graduacao-strictu-sensu-mestrado-profissional-em-psicanalise-saude-e-sociedade-christianne-otero-os-lacos-sociais-na-era-virtual.html>
- Parseval, G. (1998). Préface. In Dubreuil, É. *Des parents de même sexe* (pp. 9-17). Paris: Odile Jacob.
- Passos, M. C. (2007). Funções Materna e Paterna nas famílias homoparentais. In Ferés-Carneiro, T. (org) *Família e casal: saúde, trabalho e modos de subjetivação* (pp. 269-280). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Pinheiro, L.; Galiza, M.; Fontoura, N. (2009). Novos Arranjos familiares, velhas convenções sociais de gênero: a licença parental como política pública para lidar com essas tensões. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 17 (3), setembro-dezembro, 851-859. Recuperado de http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-026X2009000300013&script=sci_abstract&tlng=pt

- Pinheiro, T. (1991). As bases do amor materno. In Hilferding, M. *As bases do amor materno*. São Paulo: Escuta.
- Plath, S. (2000). *The Unabridged Journals of Sylvia Plath 1950-1962*. Kukil, K. V. (Ed.) Nova York: First Anchor Books Edition. Recuperado de <http://knopfdoubleday.com/author/24095/sylvia-plath/>
- Prensky, M. (2011). Digital Natives, digital immigrants. In Bauerlein, M. *The Digital Divide: arguments for and against Facebook, Google, texting, and the age of social networking*. New York: Penguin Group (USA) Inc.
- Primo, A. F. T., & Recuero, R. C. (2003). Hipertexto Cooperativo: Uma análise da escrita coletiva a partir de blogs e da Wikipédia. *Revista da FAMECOS*, n. 23, dez, 54-63. Recuperado de http://www.ufrgs.br/limc/PDFs/hipertexto_cooperativo.pdf
- Primo, A., & Smaniotto, A. M. R. (2006a). Comunidades de blogs e espaços conversacionais. *Prisma.com*, v.3, 01-15. Recuperado de <http://www.ufrgs.br/limc/PDFs/insanus.pdf>
- Primo, A. F. T., & Smaniotto, A. M. R. (2006b). Blogs como espaços de conversação: interações conversacionais na comunidade de blog insanus. *eCompos*, v. 1, n. 5, 01-21. Recuperado de <http://www.ufrgs.br/limc/PDFs/conversacao.pdf>
- Polatnick, M. (1973). "Why Men Don't Rear Children: A Power Analysis". *Berkeley Journal of Sociology*, 18, pp. 45-86.
- Queiroz, E. F., & Silva, A. R. R. (orgs) (2002). *Pesquisa em Psicopatologia Fundamental*. São Paulo: Escuta.
- Ramos, M. P., & Belo F. (2016). Uma família não tão moderna: um estudo acerca do cuidado homoparental masculino. In Belo, F. *Paternidades: interpretações a partir de Laplanche e Winnicott* (pp. 201-217). Petrópolis – RJ: KBR.
- Reis, J. (15 de fevereiro, 2016). *Desafio da maternidade real* [Página do facebook]. Recuperado de <https://www.facebook.com/julianareis.vieira/posts/1030225017048706>
- Rodrigues, P. (2013). *Não pule a janela*. Recuperado de <http://www.naopuledajanela.com.br/author/paolarodrigues/>
- Romão-Dias, D. (2007). *Brincando de ser na realidade virtual: uma visão positiva da subjetividade contemporânea*. Tese – Doutorado em Psicologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. doi: <https://doi.org/10.17771/PUCRio.acad.9997>
- Rosa C. D. (2009). O papel do pai no processo de amadurecimento em Winnicott. *Natureza Humana*, vol. 11, n.02. Fevereiro. São Paulo. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-24302009000200003
- Rosa, C. D. (2014). O pai em Winnicott. In Rosa, C. D. (Org) *E o pai? Uma abordagem winnicottiana*. São Paulo: DWW Editorial.

- Rosa M. D. & Domingues, E. (2010). O método na pesquisa psicanalítica de fenômenos sociais e políticos. A utilização da entrevista e da observação. *Psicologia & Sociedade*, 22(1), 180-188. Recuperado de http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822010000100021
- Rousseau, J. – J. (1995). *Emílio ou Da Educação*. São Paulo: Martins Fontes.
- Ruas, T. (2017). *Minha teoria na vida* [Blog]. Recuperado de <http://teteruas.blogspot.com.br/>
- Ruiz Correa, O. B. (2003). Transmissão psíquica entre gerações. *Revista de Psicologia da USP*, São Paulo, v. 14, n. 3, 35-45. Recuperado de <https://www.revistas.usp.br/psicousp/article/viewFile/42239/45912>
- Rutter J.; Smith. G. (2002). *Ethnografic Presence in Nebulous Setting: A case study*. Paper presented at ESRC Virtual Methods Seminar Series. Brunel University.
- Safra, G. (2004). *Investigação em Psicanálise*. Mini-curso da Série: A visão clínica de Gilberto Safra. DVD. São Paulo: Edições Sobornost.
- Salgado, N. (2017). *Mil dicas de mãe* [Blog]. Recuperado de <http://www.mildicasdemaee.com.br/blogueira>
- Santiago M. & Feitosa, L. (2011). Família e gênero: um estudo antropológico. In *Mimesis*. (Vol. 32, n.1, 29-41) Bauru – SP. Recuperado de http://secure.usc.br/static/biblioteca/mimesis/mimesis_v32_n1_2011_art_03.pdf
- Santos, M.R.G., & Belo, F. (2016). Direito do pai à função de cuidar: análise de “Kramer vs. Kramer”. In Belo, F. *Paternidades: interpretações a partir de Laplanche e Winnicott* (pp. 169-200). Petrópolis – RJ: KBR.
- Sampaio, M. A. & col. (2010). Psicodinâmica Interativa Mãe-Criança e Desmame. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*. Out-dez, Vol. 26, n.4, 613-621. Recuperado de <http://www.scielo.br/pdf/ptp/v26n4/05.pdf>
- Schittine, D. (2004). *Blog: comunicação e escrita íntima na internet*. Rio de Janeiro: civilização Brasileira.
- Schons, C. R.; Grigoletto, E. (2008). Escrita de si, memória e alteridade: uma análise em contraponto. In: Navarro, P.; Zanutto, F. (orgs.). *Anais da 1ª. Jornada Internacional de Estudos do discurso*. Maringá, PR: Departamento de Letras, Ed. CD-ROM, 407 – 418.
- Sethna, V. et al., (2017). Father–Child Interactions at 3 months and 24 months: contributions to children's cognitive development at 24 months. *Infant Mental Health Journal*, Vol. 38, Issue 3. May/June, 378-390. Recuperado de <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/28449355>
- Schulte, A. A. (2016). *Maternidade contemporânea como sofrimento social em blogs brasileiros*. (Dissertação de Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, Centro de Ciências da Vida, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Campinas. 126p.

- Silva, A. F.; Bezerra, P. O.; Belo, F.; (2016). “Pais e Filhos” na construção de uma nova lógica parental. In Belo, F. *Paternidades: interpretações a partir de Laplanche e Winnicott* (pp. 51-79). Petrópolis – RJ: KBR.
- Silva, M. E. L. (1993). Pensar em psicanálise. In Silva, M. E. L. (coord). *Investigação e Psicanálise*. Campinas: Papirus, 11-25.
- Soifer, R. (1980). *Psicologia da gravidez, parto e puerpério*. 6a ed. Porto Alegre – RS: Artes Médicas.
- Stein, C. (1988). *As erínias de uma mãe: ensaio sobre o ódio*. São Paulo: Escuta.
- Stern, D. (1997). *A constelação da maternidade*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Stoleru, S. (2000). Parentalité. In *Dictionnaire de psychopathologie de l'Enfant et le l'adolescent*. Paris: PUF.
- Szejer, M. (2016). *Se os bebês falassem*. Tradução Inesita Machado; Rozely Gazire Melgaço; Thereza Bruzzi-Curi. 1a ed. São Paulo: Instituto Langage.
- Toma, T. S., & Rea, M. F. (2008). Benefícios da amamentação para a saúde da mulher e da criança: um ensaio sobre as evidências. *Cadernos de Saúde Pública*, 2, 235-246. Recuperado de <http://www.ibfan.org.br/documentos/outras/doc-332.pdf>
- Tenenbojm, E.; Rossini, S.; Estivill, E.; Segarra, F.; Reimão, R. (2010). Causas de insônia nos primeiros anos de vida e repercussão nas mães: atualização. *Rev. Paul Pediatría* 28(2): 221-226. Recuperado de <http://www.scielo.br/pdf/rpp/v28n2/v28n2a15.pdf>
- Teperman, D. (2015). Prefácio. In Iaconelli, V. *Mal-estar na maternidade: do infanticídio à função materna*. São Paulo: Annablume.
- Tomaz, R. (2015). Feminismo, maternidade e mídia: relações historicamente estreitas em revisão. *Galaxia* (São Paulo, Online). n. 29, jun, 155-166. Recuperado de <http://www.scielo.br/pdf/gal/n29/1982-2553-gal-29-0155.pdf>
- Trinca, W. (2002). Contribuições sobre um modelo de Pesquisa em Psicanálise. *Psychê* – Ano VI, n. 10, São Paulo, 195-204.
- Turkle, S. (1995). *Life on the Screen: Identity in the Age of the Internet*. New York: Simon & Schuster.
- Turkle, S. (1997). *A Vida no Ecrã: a identidade na era da Internet*. Lisboa, Relógio D'Água.
- Turkle, S. (2011). *Alone Together: why we expect more from technology and less from each other*. New York: Basic Books.
- Urias, A. (2013). *Mãezice* [Blog]. Recuperado de <http://maezice.com.br/>

- Vianna, H. (2003). Fragmentos de um discurso amoroso (carioca e quase virtual) In Viana, H. *Galerias Cariocas: território de conflitos e encontros culturais* (pp. 243-275). Rio de Janeiro: Editora UFRJ.
- Victoria, C. G. et al. (2015). Association between breastfeeding and intelligence, education attainment, and income at 30 years of age: a prospective birth cohort study from Brazil. *The Lancet Global Health*, [S.I], v.3, n.4, 199-205.
- Veevers, J. E. (1980). *Childless by choice*, Toronto, Butterwoths.
- Winnicott, D. W. (1994). Agressão e suas raízes. In Winnicott, D. W. *Privação e Delinquência* (pp. 89-96). São Paulo: Martins Fontes. (Original publicado em 1939).
- Winnicott, D. W. (2000). Desenvolvimento Emocional Primitivo. In Winnicott, D. W. *Da Pediatria à Psicanálise: obras escolhidas* (pp.218-232). Tradução Davy Bogomoletz. Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1945).
- Winnicott, D. W. (2014). Conheça o Seu Filhinho. In Winnicott, D. W. *A criança e o seu mundo* (pp. 19-25). Tradução Álvaro Cabral. 6a ed. Rio de Janeiro: LTC. (Original publicado em 1945a).
- Winnicott, D. W. (2014). Amamentação. In Winnicott, D. W. *A criança e o seu mundo* (pp. 55-63). Tradução Álvaro Cabral. 6a ed. Rio de Janeiro: LTC. (Original publicado em 1945b).
- Winnicott, D. W. (2014). Os padrões deles e os seus. In Winnicott, D. W. *A criança e o seu mundo* (pp. 134-139) Tradução Álvaro Cabral. 6ª ed. Rio de Janeiro: LTC. (Original publicado em 1945c).
- Winnicott, D. W. (2014). E o Pai? In Winnicott, D. W. *A criança e o seu mundo* (pp. 127-133) Tradução Álvaro Cabral. 6a ed. Rio de Janeiro: LTC. (Original publicado em 1945d).
- Winnicott, D. W. (2000). O ódio na transferência. In Winnicott, D. W. *Da Pediatria à Psicanálise: obras escolhidas* (pp. 277-287). Tradução Davy Bogomoletz. Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1947).
- Winnicott, D. W. (2014). Um Homem Encara a maternidade. In Winnicott, D. W. *A criança e o seu mundo* (pp. 15-18). Tradução Álvaro Cabral. 6a ed. Rio de Janeiro: LTC. (Original publicado em 1949a).
- Winnicott, D. W. (2014). O bebê como Organização em Marcha. In Winnicott, D. W. *A criança e o seu mundo* (pp. 26-30). Tradução Álvaro Cabral. 6a ed. Rio de Janeiro: LTC. (Original publicado em 1949b).
- Winnicott, D. W. (2014). Pormenores da Alimentação do Bebê pela Mãe. In Winnicott, D. W. *A criança e o seu mundo* (pp. 49-54). Tradução Álvaro Cabral. 6a ed. Rio de Janeiro: LTC. (Original publicado em 1949c).
- Winnicott, D. W. (2014). O Desmame. In Winnicott, D. W. *A criança e o seu mundo* (pp. 89-94). Trad. Álvaro Cabral. 6a ed. Rio de Janeiro: LTC. (Original publicado em 1949d).

- Winnicott, D. W. (2000). Objetos Transicionais e Fenômenos Transicionais. In Winnicott, D. W. *Da Pediatria à Psicanálise: obras escolhidas* (pp. 316-331). Trad. Davy Bogomoletz. Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1951).
- Winnicott, D. W. (2000). Ansiedade associada à insegurança. In Winnicott, D. W. *Da Pediatria à Psicanálise: obras escolhidas* (pp.163-167). Trad. Davy Bogomoletz. Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1952a).
- Winnicott, D. W. (2000). Psicoses e Cuidados maternos. In Winnicott, D. W. *Da Pediatria à Psicanálise: obras escolhidas* (pp. 305-315). Trad. Davy Bogomoletz. Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1952b).
- Winnicott, D. W. (1975). Objetos Transicionais e Fenômenos Transicionais. In Winnicott, D. W. *O Brincar e a Realidade*. (pp. 13-44). Rio de Janeiro: Imago Editora. (Original publicado em 1953).
- Winnicott D. W. (1997). Duas crianças adotadas In Winnicott, D. W. *Pensando sobre crianças*. Ray Shepherd, Jennifer Johns, Helen Taylor Robinson. Trad. Maria Adriana Veríssimo Veronese. (pp. 115-125). Porto Alegre: Artes Médicas. (Original publicado em 1953).
- Winnicott D. W. (1997). A adolescência das crianças adotadas In Winnicott, D. W. *Pensando sobre crianças*. Ray Shepherd, Jennifer Johns, Helen Taylor Robinson. Tradução Maria Adriana Veríssimo Veronese (pp. 131-140). Porto Alegre: Artes Médicas. (Original publicado em 1955).
- Winnicott, D. W. (2000). A Preocupação Materna Primária. In Winnicott, D. W. *Da Pediatria à Psicanálise: obras escolhidas* (pp. 399-405). Tradução Davy Bogomoletz. Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1956).
- Winnicott, D. W. (1989). A contribuição da mãe para a sociedade. In Winnicott, D. W. *Tudo começa em casa* (pp. 97-100). Tradução Paulo Sandler. São Paulo: Martins Fontes. (Original publicado em 1957).
- Winnicott, D. W. (1983). A capacidade de estar só. In Winnicott, D. W. *O ambiente e os processos de maturação: estudos sobre a teoria do desenvolvimento emocional* (pp. 31-37). Tradução Irineo Constantino Schuch Ortiz. Porto Alegre, Artmed. (Original publicado em 1958).
- Winnicott, D. W. (1983). Teoria do relacionamento paterno-infantil. In Winnicott, D. W. *O ambiente e os processos de maturação: estudos sobre a teoria do desenvolvimento emocional* (pp. 38-54). Tradução Irineo Constantino Schuch Ortiz. Porto Alegre, Artmed. (Original publicado em 1960a).
- Winnicott, D. W. (1983). Distorção do ego em termos de falso e verdadeiro “self” In Winnicott, D. W. *O ambiente e os processos de maturação: estudos sobre a teoria do desenvolvimento emocional* (pp. 128-139). Tradução Irineo Constantino Schuch Ortiz. Porto Alegre, Artmed. (Original publicado em 1960b).
- Winnicott, D. W. (1993) Dizer não. In Winnicott, D. W. *Conversando com os pais*. (pp. 27-48) Porto Alegre: Artes Médicas. (Original publicado em 1960a).

- Winnicott, D. W. (1993). O que irrita? In Winnicott, D. W. *Conversando com os pais*. (pp. 77-100). São Paulo: Martins Fontes. (Original publicado em 1960b).
- Winnicott, D. W. (1994). Nota sobre o relacionamento mãe-feto. In Winnicott, D. W. *Explorações Psicanalíticas* (pp. 127-128). Tradução José Octávio de A. Abreu. Porto Alegre. Artes Médicas. (Original publicado em 1960).
- Winnicott, D.W. (2011) O relacionamento inicial entre uma mãe e seu bebê. In Winnicott D. W. *A família e o desenvolvimento individual* (pp. 21-28). Tradução Marcelo Brandão Cipolla. 4a ed. – São Paulo: Martins Fontes. (Original publicado em 1960).
- Winnicott, D. W. (1994). Observações Adicionais Sobre a Teoria do Relacionamento Parento-filial. In Winnicott, D. W. *Explorações Psicanalíticas* (pp.59-61). Tradução José Octávio de A. Abreu. Porto Alegre, Artes Médicas. (Original publicado em 1961).
- Winnicott, D. W. (1983). Provisão para criança na saúde e na crise. In Winnicott, D. W. *O ambiente e os processos de maturação: estudos sobre a teoria do desenvolvimento emocional* (pp. 62-69). Tradução Irineo Constantino Schuch Ortiz. Porto Alegre, Artmed. (Original publicado em 1962).
- Winnicott, D. W. (1983). Da dependência à independência no desenvolvimento do indivíduo. In Winnicott, D. W. *O ambiente e os processos de maturação: estudos sobre a teoria do desenvolvimento emocional* (pp.79-87). Tradução Irineo Constantino Schuch Ortiz. Porto Alegre, Artmed. (Original publicado em 1963a).
- Winnicott, D. W. (1983). Moral e educação. In Winnicott, D. W. *O ambiente e os processos de maturação: estudos sobre a teoria do desenvolvimento emocional* (pp. 88-98). Tradução Irineo C. S. Ortiz. Porto Alegre: Artes Médicas. (Original publicado em 1963b).
- Winnicott D. W. (1997). Autismo. In Winnicott, D. W. *Pensando sobre crianças*. (pp. 179-192) Ray Shepherd, Jennifer Johns, Helen Taylor Robinson. Tradução Maria Adriana Veríssimo Veronese. Porto Alegre: Artes Médicas. (Original publicado em 1966).
- Winnicott, D. W. (1975). O papel do espelho da mãe e da família no desenvolvimento da criança (pp.153-162). In Winnicott, D. W. *O Brincar e a Realidade*. Rio de Janeiro: Imago Editora. (Original publicado em 1967).
- Winnicott, D. W. (1994). O uso de um objeto no contexto de Moisés e o monoteísmo. In Winnicott, D. W. *Explorações Psicanalíticas* (pp.187-191). Porto Alegre: Artes Médicas. (Original publicado em 1969a).
- Winnicott, D. W. (1994). A experiência mãe-bebê de mutualidade. In Winnicott, D. W. *Explorações Psicanalíticas* (pp.195-202). Tradução José Octávio de A. Abreu. Porto Alegre, Artes Médicas. (Original publicado em 1969b).
- Winnicott, D. W. (1975). A criatividade e suas origens. In Winnicott, D. W. *O Brincar e a Realidade*. (pp. 95-120). Rio de Janeiro: Imago Editora. (Original publicado em 1971).

- Winnicott, D. W. (1994). *Os bebês e suas mães*. Tradução Jefferson Luiz Camargo; revisão técnica e tradução da introdução Maria Helena Souza Patto. São Paulo: Martins Fontes. (Original publicado em 1987).
- Winnicott, D. W. (1990). A importância da Mãe. In Winnicott, D. W. *Natureza Humana* (pp. 132-133). Trad. Davi Litman Bogomoletz. Rio de Janeiro: Imago Ed. (Original publicado em 1988).
- Zornig, S. A-J. (2010). Tornar-se pai, tornar-se mãe: o processo da construção da parentalidade. *Revista Tempo Psicanalítico*, Rio de Janeiro. Vol. 42.2, 453-470. Recuperado de <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/tpsi/v42n2/v42n2a10.pdf>
- Zornig, S. A-J. (2012). Construção da parentalidade: Da infância dos pais ao nascimento do filho. In Piccinini, C. A.; Alvarenga, P. (Orgs.) *Maternidade e Paternidade: a parentalidade em diferentes contextos* (pp. 17-34). São Paulo: Casa do Psicólogo.